

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**INSTITUTO DE HISTÓRIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**  
**LINHA DE PESQUISA: TRABALHO E MOVIMENTOS SOCIAIS**  
**DOUTORADO**

**YANGLEY ADRIANO MARINHO**

**USINA HIDRELÉTRICA DE ITUMBIARA: ENTRE ANÚNCIOS  
DE PROGRESSO E FRUSTRAÇÃO DE EXPECTATIVAS NA FRONTEIRA  
SUL GOIANO -TRIÂNGULO MINEIRO (1974-2018)**

**UBERLÂNDIA-MG**  
**2018**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**INSTITUTO DE HISTÓRIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**  
**LINHA DE PESQUISA: TRABALHO E MOVIMENTOS SOCIAIS**  
**DOUTORADO**

**YANGLEY ADRIANO MARINHO**

**USINA HIDRELÉTRICA DE ITUMBIARA: ENTRE ANÚNCIOS  
DE PROGRESSO E FRUSTRAÇÃO DE EXPECTATIVAS NA FRONTEIRA  
SUL GOIANO -TRIÂNGULO MINEIRO (1974-2018)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em História, área de concentração História Social, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Dilma Andrade de Paula.

**UBERLÂNDIA-MG**

**2018**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

M338u      Marinho, Yanglely Adriano, 1982-  
2018          Usina Hidrelétrica de Itumbiara [recurso eletrônico] : entre anúncios  
de progresso e frustração de expectativas na fronteira Sul Goiano-  
Triângulo Mineiro (1974-2018) / Yanglely Adriano Marinho. - 2018.

Orientadora: Dilma Andrade de Paula.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa  
de Pós-Graduação em História.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.te.2018.632>

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. História. 2. Itumbiara (GO) - História social. 3. Usina  
Hidrelétrica de Itumbiara - História. I. Paula, Dilma Andrade de (Orient.)  
II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em  
História. III. Título.

---

CDU: 930

Gerlaine Araújo Silva - CRB-6/1408

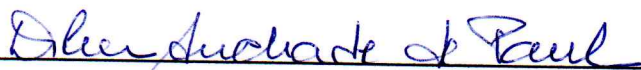
**YANGLEY ADRIANO MARINHO**

**USINA HIDRELÉTRICA DE ITUMBIARA: ENTRE ANÚNCIOS DE PROGRESSO E FRUSTRAÇÃO DE EXPECTATIVAS NA FRONTEIRA SUL GOIANO - TRIÂNGULO MINEIRO (1974-2018)**

Tese apresentada ao Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, como exigência para a obtenção do título de Doutor em História Social.

Data da aprovação: 30 de agosto de 2018

Banca examinadora:



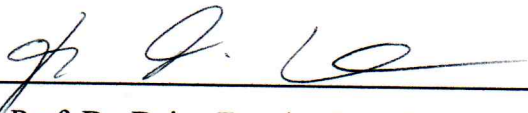
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Dilma Andrade de Paula - Orientadora  
Universidade Federal de Uberlândia



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Gisélia Maria Campos Ribeiro  
Instituto Federal de Minas Gerais - Campus Congonhas



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jeanne Silva  
Universidade Federal de Catalão



Prof. Dr. Deivy Ferreira Carneiro  
Universidade Federal de Uberlândia



Prof. Dr. Alexandre de Sá Avelar  
Universidade Federal de Uberlândia

*Aos meus amados pais, Valmira e Sebastião,  
sem os quais a conclusão desse  
trabalho jamais seria possível*

## AGRADECIMENTOS

Ter a possibilidade de estudar, passar pela graduação, aventurar-se por um Mestrado e, agora, poder concluir o Doutorado não é algo que se apresenta em termos de oportunidade para todos nesse país. Para os milhões de negros e negras, que representam a maioria do povo brasileiro (estrato populacional no qual me incluo), trata-se de um privilégio ainda menos acessível. Se tive algum sucesso ao percorrer tal percurso acadêmico, isso não deve ser creditado exclusivamente a meus esforços individuais – como muito se tem tentado fazer crer a partir do falacioso discurso da meritocracia. Foram muitos a me estenderem a mão ao longo desses anos de trabalho. Segue-se abaixo, portanto, meus agradecimentos àqueles e àquelas cuja presença foi essencial para a conclusão dessa jornada.

Sou grato primeiramente a Deus, por absolutamente tudo. Pela saúde, proteção, condições materiais e por ter colocado pessoas maravilhosas e inspiradoras em todos os lugares por onde andei.

Sou grato a toda a minha família, cuja vinda para a região de Itumbiara trouxe-me a motivação inicial para a realização dessa pesquisa. Agradeço especialmente a meus pais, por todo o apoio e incentivo, em todas as etapas de minha formação.

A todos os meus amigos – tanto os que têm sido cultivados desde a infância quanto os conquistados ao longo da estrada –, os quais também são parte integrante de minha família, agradeço pelas palavras de incentivo e por compreenderem minha ausência cada vez mais acentuada nesses últimos tempos em razão da dedicação quase exclusiva exigida pela tese. Agradeço de modo especial ao amigo Ronei e ao amigo Anderson, por tornarem minhas estadias em Uberlândia bem mais acolhedoras desde tempos anteriores ao meu ingresso no Mestrado. A vocês, devo parte significativa dessa conquista.

Minha gratidão a Sheille e a Carlos, pela leitura de meu projeto de Doutorado, pelas contribuições e presença sempre amiga, desde o período do Mestrado. A generosidade de vocês jamais será esquecida.

Meus agradecimentos aos colegas e amigos servidores do Colégio Estadual Dr. José Feliciano Ferreira, bem como dos *campi* Itumbiara e Senador Canedo do Instituto Federal de Goiás (IFG), com os quais convivi em algum momento, nesses anos de doutorado. Agradeço especialmente aos amigos e colegas do IFG, *campus* Águas Lindas, os quais, durante quase dois anos souberam compreender a existência de certas “coisas” (quase sempre concernentes ao doutorado), cuja urgência muitas vezes impossibilitou-me usufruir de suas agradáveis

companhias. Saibam que, apesar de nosso curto período de convivência, pude aprender importantes lições, as quais certamente hão de acompanhar-me por toda a vida.

Meu muito obrigado aos colegas que comigo ingressaram no doutorado no ano de 2014 e, especialmente, às minhas preciosas amigas de linha: Adriana, Janaína e Mariana. Vocês tornaram menos desgastante a correria dos anos de disciplinas e menos fria a solidão dos anos de escrita. Tenham certeza de que não as esquecerei jamais.

Meus mais sinceros agradecimentos àqueles e aquelas que aceitaram comigo dialogar acerca de questões que vieram a compor a presente tese. Espero ter sido capaz de lidar de forma minimamente adequada com as experiências que elaboraram quando de nossa interlocução. Aproveito para agradecer a Flavia Araujo e a Cassio Mendes por gentilmente terem intermediado meu contato com alguns dos entrevistados.

Agradeço aos servidores dos diversos arquivos pesquisados – Palácio da Cultura, em Itumbiara-GO; jornal O Independente, em Tupaciguara-MG; Biblioteca da Eletrobrás, do Centro da Memória da Eletricidade no Brasil e de Furnas Centrais Elétricas S.A, na cidade do Rio de Janeiro-RJ; Regional do Arquivo Nacional, em Brasília-DF; e Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS), em Uberlândia-MG –, pela delicadeza com a qual me receberam e pelo profissionalismo com que buscaram atender minhas demandas.

Agradeço também a todos os servidores técnico-administrativos da Universidade Federal de Uberlândia, pelos atendimentos prestados ao longo desses anos. Um agradecimento especial à Josiane e ao Stênio, servidores da secretaria da Pós-Graduação, cujo trabalho vem sendo imprescindível para todos os discentes que têm passado pelo programa de mestrado e doutorado em História da UFU.

Minha gratidão a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia e, de modo específico, aos docentes da linha de pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais, que, mesmo antes de meu ingresso no mestrado, sem qualquer vinculação institucional, acolheram-me na condição de aluno ouvinte. Agradeço ainda mais aos professores Sérgio Paulo Morais e Deivy Ferreira Carneiro pela participação no exame de qualificação, ocasião em que ofereceram importantes contribuições para a estruturação final da tese. Tributo um agradecimento especial ao professor Paulo Roberto de Almeida, pela interlocução sempre contundente, porém invariavelmente generosa. Sua presença em minha formação foi e será sempre marcante.

Por fim, agradeço à professora Dilma Andrade de Paula, cuja participação em minha formação data desde a primeira disciplina que cursei em 2008 – ainda na condição de aluno ouvinte –, passando pela orientação de mestrado e, agora, no doutorado. Não tenho palavras

para expressar sua importância em minha trajetória. Sua sabedoria, profissionalismo, generosidade e paciência serão sempre exemplos para mim. A você, minha cara, minha mais profunda e sincera gratidão.



## RESUMO

Esta tese procura discutir a construção da Usina Hidrelétrica de Itumbiara, erguida na divisa entre o Sul Goiano e o Triângulo Mineiro, como parte do avanço das relações capitalistas de produção, tendo como agente principal o Estado brasileiro, então comandado por uma ditadura militar. Maior empreendimento hidrelétrico do sistema Furnas, a UHE Itumbiara acabaria por ocupar papel central na reconfiguração da divisão inter-regional/internacional do trabalho colocada em curso no país, no decorrer dos anos 1960 e 1970. Tal reconfiguração determinaria, por exemplo, que regiões como o Sul Goiano passassem a ocupar o papel de fornecedoras de produtos agrícolas ao mercado internacional – expediente escolhido então como forma de se obter divisas para o país. Na discussão do processo em questão, buscou-se estruturar uma análise não apenas circunscrita à construção da UHE Itumbiara, mas também um projeto desenvolvimentista no qual a realização de “grandes obras” buscava ser legitimada por supostamente proporcionar progresso e desenvolvimento a regiões tidas como atrasadas. No caso da região de Itumbiara, buscou-se, especificamente, demonstrar como o avanço desse processo foi recebido e interpretado por diversos sujeitos: trabalhadores “barrageiros”, habitantes que foram desapropriados e grupos dominantes locais. Por fim, o que se pôde perceber a partir das evidências analisadas é que, décadas depois, todo o progresso sinalizado como justificativa para a implantação da hidrelétrica não se veria concretizado, frustrando as expectativas geradas na região de Itumbiara, a qual teve ainda que lidar com significativos impactos socioambientais.

Palavras-chave: Hidrelétrica. Sul Goiano-Triângulo Mineiro. Projeto desenvolvimentista.

## ABSTRACT

This thesis discusses the construction of the Itumbiara Hydroelectric Powerplant, built on the border between the South of Goiás State (Brazil) and the Triângulo Mineiro (Minas Gerais State, Brazil), as part of the advance of capitalist production relations. It had as main agent the Brazilian State, commanded by a civil-military dictatorship. Itumbiara was the largest hydropower project in the Furnas System and played a central role in the reconfiguration of Brazil's interregional and international division of labor between the 1960s and 1970s. Such a reconfiguration would determine, for example, that regions such as the South of the State of Goiás (Brazil) to take on the role of suppliers of agricultural products to the international market - the expedient chosen as a way to obtain foreign exchange for the country. In the discussion of this process, this research structured an analysis not only circumscribed to the construction of the Itumbiara Hydropower but also a developmental project in which the realization of "great works" sought to be legitimized for supposedly to provide progress and development to regions considered as backward. In the case of the Itumbiara region, it was specifically sought to demonstrate how the progress of this process was received and interpreted by several subjects: "barrageiros" workers (term used to denominate hydroelectric powerplant workers), inhabitants that were expropriated and local dominant groups. Finally, what we could perceive from the evidence analyzed is that decades later all the progress signaled as a justification for the implementation of the hydroelectric plant did not materialize, frustrating the expectations generated in the region of Itumbiara, which still had to deal with significant impacts socio-environmental.

**Keywords:** Hydroelectric. Sul Goiano-Triângulo Mineiro. Developmentalist project.

## **LISTA DE SIGLAS**

AGETOP - Agência Goiana de Transporte e Obras

BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e Eletrobras

CAIs - Complexos Agroindustriais

CANG - Colônia Agrícola Nacional de Goiás

CAT - Comunicações de Acidentes de Trabalho

CBE - Capitais brasileiros no exterior - BCB

Celg - Centrais Elétricas de Goiás S.A.

Cemig - Companhia Energética de Minas Gerais

Chesf - Companhia Hidrelétrica do São Francisco

CMBEU - Comissão Mista Brasil-Estados Unidos

CNAEE - Conselho Nacional de Águas e Energia

CNP - Conselho Nacional de Petróleo

CPFL - Companhia Paulista de Força e Luz

CPT - Comissão Pastoral da Terra

DAE-SP - Departamento de Águas e Energia Elétrica de São Paulo

DAIA - Distrito Agroindustrial de Anápolis

DAII - Distrito Agroindustrial de Itumbiara

DFL - Novacap - Departamento de Força e Luz da Companhia Urbanizadora da Nova Capital

DNAEE - Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica

DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

FBC - Fundação Brasil Central

FFE - Fundo Federal de Eletrificação

Furnas - Central Elétrica de Furnas S.A.

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

INPS - Instituto Nacional de Previdência Social

MPF - Ministério Público Federal

PIB - Produto Interno Bruto

Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro-Oeste - PLADESCO

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

PNE - Plano Nacional de Eletrificação

POLOCENTRO - Programa de Desenvolvimento do Cerrado

SIN - Sistema Interligado Nacional

SNI - Serviço Nacional de Informação

STF - Supremo Tribunal Federal

TJMG - Tribunal de Justiça de Minas Gerais

TVA - Tennessee Valley Authority

UHE - Usina Hidroelétrica

VAF - Valor adicionado Fiscal

## SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	13
 CAPÍTULO I - USINA HIDRELÉTRICA DE ITUMBIARA: DO “CAMINHO DA CACHOEIRA” À TRILHA DESENVOLVIMENTISTA.....	23
1.1 Progresso, desenvolvimento e ideologia desenvolvimentista: algumas considerações (1930-1980).....	23
1.2 Etapas do desenvolvimentismo brasileiro (1930-1980).....	27
1.3 O “desenvolvimentismo hidrelétrico” brasileiro.....	33
1.4 “Desenvolvimentismo hidrelétrico”: um pouco sobre Furnas.....	37
1.5 De Furnas a Itumbiara: encontrando o “caminho da cachoeira”.....	44
1.6 Hidrelétrica de Itumbiara: entre projeções e contradições.....	58
 CAPÍTULO II - “É O PROGRESSO QUE VEM CHEGANDO!”: EXPECTATIVAS E INTERESSES EM TORNO DA HIDRELÉTRICA.....	72
2.1 O papel da imprensa na chegada de Furnas.....	72
2.2 Imprensa e interesses locais.....	79
2.3 Hidrelétrica de Itumbiara: o que dizem os trabalhadores.....	90
2.3.1 Os trabalhadores e suas trajetórias.....	93
2.3.2 Trabalhadores “barrageiros”: identificações e condições de trabalho dos que “ficharam na porta de fora”.....	104
2.4 Moradores locais e a chegada dos trabalhadores.....	113
 CAPÍTULO III - UHE ITUMBIARA: DAS MUDANÇAS EFETIVADAS ÀS EXPECTATIVAS FRUSTRADAS .....	119
3.1 Cadê a ponte que estava aqui?.....	119
3.2 Desapropriações: alguns impactos da mudança.....	127
3.3 E o progresso “se fez água!”.....	148
3.4 Araporã: uma dádiva de Furnas?.....	154
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	167

ENTREVISTAS.....	171
PERIÓDICOS.....	173
SITES CONSULTADOS.....	175
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	178

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Não é exatamente incomum que pesquisas acadêmicas – ainda mais, aquelas com tempo de maturação mais alongado, como no caso das pesquisas de doutorado – possam sofrer mudanças, às vezes significativas, diferenciando o que fora inicialmente proposto do que efetivamente acaba por ser desenvolvido. Diversos fatores, de variadas procedências, concorrem para que os rumos inicialmente traçados sejam alterados: a incompatibilidade entre os supostos teórico-metodológicos e o que a evidência empírica aponta, dificuldades que se impõem quanto ao acesso do pesquisador a arquivos, e mesmo intercorrências profissionais ou de foro íntimo. A Tese que ora passo a apresentar à banca examinadora (e a quem mais possa a leitura interessar), também esteve sujeita a alterações dessa natureza, tendo parte dos fatores elencados acima contribuído para tal.

Assim, a intenção inicial seria discutir as trajetórias de diversos trabalhadores em seu deslocamento rumo à fronteira entre o Triângulo Mineiro e o Sul de Goiás, ao encontro das obras de construção da Usina Hidrelétrica de Itumbiara, no início da década de 1970. Essa intenção foi sendo redefinida, à medida que a pesquisa ia avançando e uma ampliação do escopo de análise me foi parecendo necessária, algo que não viria a se processar rapidamente nem, tampouco, de modo tranquilo. Alterações ocorridas em meus vínculos empregatícios, das quais também resultaram diversas mudanças de cidade, dificultaram um acesso mais preliminar às fontes e, por consequência, a novas evidências com propriedades das quais derivaram novos rumos para a investigação. Isso ficará bastante evidente no decorrer dos capítulos, caso se perceba, por exemplo, que o acesso aos arquivos e a realização de entrevistas ocorreu desde a submissão do projeto, em 2013, até o término da tese, em 2018.

Houve também, devo admitir, certo apego à proposta de investigação inicial. No entanto, o curso das disciplinas, a participação nos seminários de tese e as provocações de minha orientadora foram fundamentais para que a necessidade da mudança se impusesse de maneira mais clara. Desse modo, o objetivo central tornou-se compreender a estruturação da UHE Itumbiara, pertencente ao sistema Furnas, como parte do avanço das relações capitalistas de produção, com forte participação do Estado Brasileiro (era a época do regime civil-militar), procurando não perder de vista os sentidos construídos por diversos sujeitos (trabalhadores “barrageiros”, moradores e grupos dominantes locais) ante as pressões e os limites impostos pelo processo em questão.

Ao assumir tal objetivo como guia principal da pesquisa, comecei a trabalhar com a hipótese de que a UHE Itumbiara acabaria por ocupar papel central na reconfiguração da divisão inter-regional/internacional do trabalho, colocada em curso no país, no decorrer dos anos 1960 e 1970. Essa nova divisão não poderia mais ocorrer nos moldes até então utilizados, ou seja, lançando-se mão de uma lógica de acumulação por meio da qual a moderna indústria do Sudeste brasileiro alimentasse do avanço por sobre fronteiras agrícolas ancoradas em arcaicas formas de produção – dentro do que Francisco de Oliveira chamou “[...] uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários”<sup>1</sup>. Seria preciso modernizar a agricultura, sendo que tal modernização – uma “modernização conservadora” – também exigiria maior consumo e, conseqüentemente, maior produção de energia elétrica. Nesse sentido, a edificação do referido empreendimento, pensado, a princípio, para o atendimento da demanda crescente de energia no Sudeste, também viria a suprir Brasília-DF, de modo que a Celg (Centrais Elétricas de Goiás S.A.) pudesse atuar para que regiões como o Sul Goiano passassem a ocupar o papel de fornecedoras de produtos agrícolas para o mercado internacional – expediente escolhido então como forma de se obter divisas para o país. A UHE Itumbiara também ocuparia posição estratégica na interligação do sistema elétrico nacional, garantindo a continuidade do processo em questão.

Ao contrário do que a exposição desse objetivo possa sugerir, procurei não manter a análise circunscrita à construção da UHE Itumbiara, mas também voltada para um projeto desenvolvimentista ainda em curso no país, no qual a realização de “grandes obras” buscava ser legitimada por proporcionar, supostamente, progresso e desenvolvimento a regiões tidas como atrasadas. No caso da região de Itumbiara, objetivei, especificamente, demonstrar como o avanço desse processo foi recebido e interpretado de acordo com interesses diversos.

Essa redefinição dos caminhos de análise começou a se tornar mais viável a partir da coleta de novas evidências, na cidade do Rio de Janeiro, junto aos arquivos da Biblioteca da Eletrobrás, do Centro da Memória da Eletricidade no Brasil e de Furnas Centrais Elétricas S.A, sendo de fundamental importância o acesso a relatórios de energização e de viabilidade, bem como a estudos sobre impactos relativos à formação do lago da hidrelétrica. Em que pese ter sido esse acesso a novas evidências de grande valia, o que julgo fundamentalmente importante para a percepção das questões até aqui indicadas foi a busca pelo estabelecimento de um diálogo permanente entre hipótese e evidência empírica. Avançando nesse caminho de reflexão, E. P. Thompson argumenta que:

---

<sup>1</sup> OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista** - o ornitorrinco. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 32.



A prática histórica está, acima de tudo, empenhada nesse tipo de diálogo, que compreende: um debate entre, por um lado, conceitos ou hipóteses recebidos, inadequados ou ideologicamente informados, e, por outro, evidências recentes ou inconvenientes; a elaboração de novas hipóteses; o teste dessas hipóteses face às evidências, o que pode exigir o interrogatório das evidências existentes, mas de novas maneiras, ou uma renovada pesquisa para confirmar ou rejeitar as novas noções; a rejeição das hipóteses que não suportam tais provas e o aprimoramento ou revisão daquelas que as suportam, à luz desse ajuste.<sup>2</sup>

Acredito ser o diálogo proposto por Thompson uma maneira adequada de se conduzir a investigação histórica. Seu exercício torna possível encarar as evidências não apenas como limite, mas também como o meio pelo qual se pode avançar em busca do conhecimento histórico. Na condução de tal procedimento, narrativas como as que se seguem puderam ser questionadas de um modo distinto ao inicialmente utilizado.

Itumbiara, que no idioma indígena significa “o caminho da cachoeira”, primeiro foi o nome da estrada que, em 1824, ligou Anhanguera a Uberaba. Depois, a partir de 1943, com o mesmo nome Itumbiara, passou a ser chamada a antiga cidade de Santa Rita do Paranaíba. E hoje é também o nome da maior usina hidrelétrica do sistema FURNAS.<sup>3</sup>

Tratado a princípio quase exclusivamente como tentativa de consolidar uma memória hegemônica, tendo Furnas como grande benfeitora da região, passei a encarar o jogo polissêmico que o fragmento acima intenta organizar em torno do nome “Itumbiara” também como materialização do chamado “desenvolvimentismo hidrelétrico”, política que se tornou mais evidente dentro do governo de Juscelino Kubitschek, cuja priorização da eletricidade dar-se-ia por meio da edificação de grandes barragens. Nesse caminho de análise, tornou-se importante a compreensão da maneira como toda uma ideologia desenvolvimentista veio ganhando cada vez mais espaço no Brasil, principalmente a partir da década de 1930, transformando o Estado no principal responsável por planejar e investir diretamente em uma industrialização integral, entendida como via para superação do estado de subdesenvolvimento do país e, por extensão, de sua pobreza. Dentre os autores que contribuíram para tal compreensão, destaco aqui Ricardo Bielschowsky e Sonia Regina de Mendonça. Antes disso, porém, procurei recuperar minimamente o processo no interior do qual as noções burguesas de progresso e desenvolvimento tornaram-se hegemônicas, o que acabaria colocando as nações

---

<sup>2</sup> THOMPSON, E. P. Intervalo: A Lógica Histórica. In: \_\_\_\_\_. **A Miséria da Teoria**: ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 54.

<sup>3</sup> FURNAS. ITUMBIARA: Usina Hidrelétrica Itumbiara. Furnas. Rio de Janeiro, 1983. Não paginado.

industrializadas como um modelo a ser seguido por países como o Brasil, taxados a partir de então como “subdesenvolvidos”.

Ressalto também a importância das proposições de Júlio Aróstegui para a organização teórico-metodológica do trabalho, principalmente no que se refere à delimitação de um “espaço de inteligibilidade histórica”, definido pelo autor como: “aquele lapso de tempo no qual uma situação determinada e bem caracterizada de fatores [...] permanece conformando um sistema de algum tipo, cujo modelo pode ser estabelecido”<sup>4</sup>.

Partindo dessa definição, minha intenção não foi o estabelecimento de uma cronologia fechada, tão somente destinada a analisar as bases de um sistema de igual rigidez. Assim como Aróstegui propõe, a intenção foi identificar outros espaços e tempos internos, outros elementos de um mesmo processo, os quais se movimentam de maneira desigual. A partir dessa ótica, pude perceber com mais clareza a implantação de uma hidrelétrica em parte do Sul de Goiás e do Triângulo Mineiro como componente de um movimento que levava a cabo uma série de grandes construções em várias partes do país, mas que, se observado de um ponto vista mais localizado, significou todo um conjunto de transformações para sujeitos com interesses e pontos de vista bastante distintos. Nesse sentido, coloquei para mim o desafio de tentar apreender a complexa relação que as partes de um sistema estabelecem entre si e com seu todo, ancorando-me também, e mais uma vez, em Thompson, quando argumenta que “[...] en una sociedade cualquiera dada no podemos entender las partes a menos que entendamos su función y su papel en su relación mutua y en su relación com el total”<sup>5</sup>.

Quanto à lida com narrativas orais, bastante utilizadas nos capítulos 2 e 3, por mais que eu tenha tentado evidenciar ao longo do texto as perspectivas teórico-metodológicas nas quais me ancoro, vale a pena trazer nesse espaço introdutório elementos talvez não suficientemente explicitados dentro da dinâmica de minha escrita. Um primeiro elemento a ser destacado diz respeito à maneira como busquei pensar as memórias que os entrevistados trouxeram à tona no momento de nossa interlocução. Assim como indicado por Ecléa Bosi em “Memória e sociedade: lembranças de velhos”, mesmo lidando com pessoas já idosas, geralmente aposentadas, mais propensas a se ocuparem ativamente com as questões de seus respectivos passados, procurei discutir suas memórias não como evocação pura do passado, mas como

---

<sup>4</sup> ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica**: teoria e método. Bauru: EDUSC, 2006. p. 351.

<sup>5</sup> THOMPSON, E. P. **Tradición, revuelta y conciencia de clase**. Barcelona: Crítica, 1979. p. 13-14.

trabalho de reconstrução desse passado à luz de questões atuais, carregadas com o peso de trajetórias constituídas por elementos individuais e sociais<sup>6</sup>.

Essa compreensão de que a memória, ao ser elaborada pelos sujeitos faz emergir um passado cuja referência é tanto individual quanto coletiva foi o que tornou possível a maneira pela qual procurei produzir e interpretar as entrevistas. Principalmente no que concerne à representatividade das mesmas. As 13 entrevistas que consegui realizar, no total – seis delas com sujeitos que chegaram à região para o trabalho na hidrelétrica, cinco com quem teve que lidar com a experiência da desapropriação e outras duas com moradores locais –, podem, ao menos do ponto de vista quantitativo, vir a ser consideradas como pouco representativas diante das milhares de pessoas envolvidas no processo em questão. Ocorre que a representatividade por mim buscada foi muito mais qualitativa que quantitativa. Desse modo, minha atenção esteve direcionada também à dimensão subjetiva da realidade histórica. Isso não significa que dados objetivos das experiências dos sujeitos foram negligenciados; sempre que possível, estes foram cotejados com evidências provenientes de fontes diversas. No entanto, como indicado por Alessandro Portelli, todo um campo de possibilidades compartilhadas<sup>7</sup> foi considerado como elemento constituinte de uma experiência histórica forjada a partir da coletividade.

Avançando por esse caminho, as reflexões de Alistair Thonson acerca dos processos de recomposição da memória alertaram-me quanto à necessidade de se estar sempre atento à relação entre reminiscências pessoais e memória coletiva. As inferências do autor a respeito de como as lembranças de veteranos australianos da Primeira Guerra Mundial haviam entrelaçado a certas lendas do país auxiliaram na percepção da relação entre as reminiscências de alguns trabalhadores com uma memória produzida por Furnas. Nesse sentido, procurei não a simples

---

<sup>6</sup> BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 37-70.

<sup>7</sup> O autor italiano desenvolve essa reflexão chamando a atenção para como uma subjetividade socialmente compartilhada constitui-se a partir de um complexo horizonte de possibilidades. Pelos esclarecimentos oferecidos, vale a pena aqui reproduzir integralmente o parágrafo que conclui o artigo no qual tal reflexão é desenvolvida: “A história oral e as memórias, pois, não nos oferecem um esquema de experiências comuns, mas sim um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias. A dificuldade para organizar estas possibilidades em esquemas compreensíveis e rigorosos indica que, a todo momento, na mente das pessoas se apresentam diferentes destinos possíveis. Qualquer sujeito percebe estas possibilidades à sua maneira, e se orienta de modo diferente em relação a elas. Mas esta miríade de diferenças individuais nada mais faz do que lembrar-nos que a sociedade não é uma rede geometricamente uniforme como nos é representada nas necessárias abstrações das ciências sociais, parecendo-se mais com um mosaico, um patchwork<sup>3</sup>, em que cada fragmento (cada pessoa) é diferente dos outros, mesmo tendo muitas coisas em comum com eles, buscando tanto a própria semelhança como a própria diferença. É uma representação do real mais difícil de gerir, porém parece-me ainda muito mais coerente, não só com o reconhecimento da subjetividade, mas também com a realidade objetiva dos fatos”. Ver mais em: PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 59-72, dez./1996. Disponível em: <[http://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_dossie/artg2-3.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg2-3.pdf)>. Acesso em: 08 out. 2010.

contestação de tal relação, mas os motivos pelos quais os trabalhadores se identificam com a autoimagem propalada pela empresa<sup>8</sup>.

Indo mais a fundo nesse campo, esforcei-me em seguir de perto as reflexões de Portelli sobre o “[...] conflito entre a racionalidade do mundo concreto e o sonho de um outro mundo possível”<sup>9</sup> que pode surgir em meio à imaginação e aos desejos dos indivíduos à medida em que se põem a elaborar suas experiências. Balizado por essa perspectiva, pude enxergar em narrativas nas quais os trabalhadores se colocam como protagonistas do que seriam feitos históricos de Furnas, uma reivindicação e um desejo por reconhecimento social.

Fundamentalmente importante, também aqui devo dizer, foi o diálogo que procurei manter com uma produção historiográfica na qual seus(uas) autores(as) em alguma medida vieram a enfrentar questões próximas às que acabei deparando ao longo da pesquisa. Seguem alguns dos trabalhos que contribuíram seja para a estruturação teórico-metodológica seja pela constatação de caminhos já trilhados e de tantos outros ainda a serem percorridos dentro do campo temático no qual a presente tese se insere.

No primeiro deles, “A Construção da Usina Hidrelétrica Barra Bonita e a Relação Homem-Natureza: vozes dissonantes, interesses contraditórios – (1940- 1970)”, uma tese de doutoramento, o autor Roberto Massei procura discutir o papel instrumental da tecnologia na construção da Usina Hidrelétrica de Barra Bonita e o impacto social, econômico, ambiental e cultural provocado pela formação do lago dessa usina, principalmente com relação à população oleiro-cerâmica. Uma das questões que primeiramente chamou minha atenção no trabalho de Massei foi sua disposição em alterar os rumos inicialmente projetados. Conforme indica em seu texto, o autor originalmente ambicionava o desenvolvimento de um estudo de Arqueologia Industrial em torno das cerâmicas vermelhas de Ourinhos, Barra Bonita e Itu. No entanto, a consulta às fontes apontou para a mudança provocada na atividade cerâmica pela construção da hidrelétrica. Essa disposição em perseguir, em última instância, aquilo que as evidências

---

<sup>8</sup> É importante ressaltar como Alistair Thomson, de maneira aproximada a Ecléa Bosi, compreende a memória orbitando a relação passado-presente, isto é, em um contínuo processo que transforma e reconstrói as experiências que relembramos, conforme os relatos públicos sobre o passado vão sendo modificados. A respeito disso, ver mais em: THOMSON, Alistair. *Recompondo a Memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. Projeto História*, São Paulo, n. 15, abr., p. 51-84, 1997.

<sup>9</sup> Portelli discute essa questão a partir da interlocução com antigos trabalhadores comunistas da Itália Central, e, em especial, com Alfredo Filipponi, operário e participante da resistência comunista durante o domínio fascista naquele país. Lidando com o testemunho oral não apenas como fonte de informação, mas como “um evento em si mesmo”, o autor pôde identificar nas imprecisões, invenções, devaneios na narrativa de Filipponi, desejos de um reconhecimento pessoal dentro do partido comunista do qual fizera parte “[...] Filipponi sentiu nunca ter sido suficientemente reconhecido [...]”. Assim, ele colocou a si mesmo, em imaginação, no centro da história do partido”. Ver: PORTELLI, Alessandro. *Sonhos Ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 41-58, dez. 1993.

apontam é um procedimento que, como já discutido nesse espaço introdutório, precisei colocar em movimento para conseguir dar andamento ao trabalho.

Outra questão que trouxe indicações importantes foi a maneira como se situou a construção da UHE Barra Bonita dentro do ideário desenvolvimentista. Por meio da imprensa local e regional, e situando a UHE como um projeto que também previa o uso múltiplo do Rio Tietê, tentou-se justificar a construção como único caminho capaz de tirar aquela região do atraso, redirecionando-a para a modernização e para o progresso que, supostamente, representaria uma série de melhorias na qualidade de vida de toda a população.

Por fim, o contato com a tese de Roberto Massei reforçou a necessidade de, na minha pesquisa, investir no acesso e problematização do projeto e demais documentações oficiais que agiram na viabilização do empreendimento hidrelétrico desenvolvido por FURNAS em Itumbiara buscando também a percepção dos impactos que este veio a causar na vida das populações situadas em suas proximidades.

De maneira similar ao que já fora citado na tese de Roberto Massei, no artigo “Projetos de Desenvolvimento no Médio Vale do São Francisco e o Caso da Criação da Hidrelétrica de Três Marias: perspectivas de investigação histórica”, Dilma Andrade de Paula e Leandro José Nunes buscam enfocar a construção da Hidrelétrica de Três Marias, objetivando perceber como a região do Alto São Francisco, em Minas Gerais, bem como outras regiões e populações passaram a ser alvos de um processo de incorporação a um projeto desenvolvimentista nacional e suas contradições. Por esse viés, chamou-me a atenção o interesse dos autores em:

[...] tratar dos debates e combates travados em torno das questões-chave do desenvolvimento naquele período por meio da história da hidrelétrica de Três Marias, articulando o espaço regional mineiro aos projetos nacionais mais amplos. Articulando, também campo e cidade por meio de projetos de infraestrutura, buscando perceber, ainda, no desenvolvimento do capitalismo no Brasil, como o campo e suas populações vão sendo subordinados à lógica industrial, urbana e financeira.<sup>10</sup>

Para além da convergência entre a proposta acima e o que Massei efetivamente conseguiu operar em sua tese acerca da atuação de um projeto desenvolvimentista como, pretensamente, única maneira de se romper com o “atraso” de muitas regiões, há que se destacar a maneira diversa pela qual a questão é encaminhada: no trabalho de Massei, o enfoque é muito mais voltado às consequências do projeto – ao atingir e afetar o modo de vida de todo um

---

<sup>10</sup> PAULA, Dilma Andrade de; NUNES, Leandro José. Projetos de Desenvolvimento no Médio Vale São Francisco e o Caso da Criação da Hidrelétrica de Três Marias: perspectiva de investigação histórica. **Revista Caminhos da História**, Montes Claros, v. 18, n. 2, p. 161-185, 2013. p. 167.

contingente populacional –, enquanto que na proposta de Paula e Nunes encontra-se muito mais a perspectiva de se compreender como a agenda desenvolvimentista fora construída, disputada e contraposta, no social, por diversos atores. Devo dizer que as indicações de um e de outro trouxeram contribuições importantes para o modo como organizei meu trabalho. Isso porque, apesar das especificidades trazidas pelas regiões e períodos em que foram implantados, para serem efetivados, os projetos de Três Marias, Barra Bonita e Itumbiara valeram-se de expedientes semelhantes, conforme busquei evidenciar ao longo do primeiro capítulo.

Por fim, a tese de doutoramento “A Construção da Hidrelétrica Candonga e a Desconstrução de Modos de Vida: Memórias e histórias de trabalhadores em Nova Soberbo/MG” – na qual a autora Gisélia Maria Campos Ribeiro discute as evidências de um processo de desconstrução de modos de viver de vários moradores do distrito rural de São Sebastião do Soberbo, submerso pela construção da Hidrelétrica Candonga – mostrou-se importante no sentido de que veio alertar-me quanto ao perigo de produzir romantizações e generalizações relativas à atuação social de diversos sujeitos. Nesse sentido, a autora argumenta:

A denominação – “trabalhadores de Nova Soberbo e regiões vizinhas” –, utilizada na escrita da tese para se referir aos sujeitos dessa pesquisa, conquanto seja uma definição genérica, inclui trabalhadores com posições sociais distintas. A investigação dessa diferenciação tornou-se imprescindível porque é em função dela que podemos compreender as diferentes significações atribuídas à barragem. Os trabalhadores de Nova Soberbo e regiões vizinhas elaboram, diferentemente, suas necessidades, atribuem distintos e conflitantes significados ao processo vivido. Dessa forma, quando observamos a posição social de cada trabalhador, temos parâmetros para ampliar o entendimento do próprio conflito. Além do abismo evidenciado entre a lógica da empresa e do trabalhador, há que se investigar o fosso e as diferenças de posições existentes entre os próprios trabalhadores.<sup>11</sup>

As indicações trazidas pela autora contribuíram significativamente para a compreensão das contradições em torno da construção da UHE Itumbiara. Assim como em sua pesquisa Ribeiro veio a perceber os sujeitos se relacionando, interpretando e negociando de diversas maneiras com o empreendimento Candonga, pude perceber que no empreendimento hidrelétrico comandado por Furnas em Itumbiara, a uniformidade é algo que também não se faz presente. Por esse viés, acredito ser pertinente quando a autora coloca que ao analisarmos a atuação dos sujeitos diante de projetos hegemônicos não devemos classificar suas práticas como

---

<sup>11</sup> RIBEIRO, Gisélia Maria Campos. **A Construção da Hidrelétrica Candonga e a Desconstrução de Modos de Vida: Memórias e histórias de trabalhadores em Nova Soberbo/MG**. 2013. 272 f. Tese (Doutorado em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2013. p. 181.

“[...] capitalistas ou anticapitalistas, em comunitárias ou individualistas, mas entender essas práticas em sua contradição, buscando perceber no processo, aquilo que elas têm de conflituosas”<sup>12</sup>.

Levando-se em consideração o que, em linhas gerais, procurei expor até aqui como importante para a estruturação teórico-metodológica da tese, passo agora para a indicação, também de forma genérica, da maneira como procurei organizar minha argumentação ao longo dos capítulos.

No capítulo 1, a intenção foi situar a construção da Hidrelétrica de Itumbiara enquanto materialização – em uma região de fronteira entre o Sul Goiano e o Triângulo Mineiro – do avanço das relações capitalistas de produção, tendo o Estado brasileiro como agente principal. Na explicitação desse caminho, procurei apontar a perspectiva desenvolvimentista como o principal ideário utilizado como chancela para que o Estado assumisse a implementação de projetos de grande envergadura, como é o caso do empreendimento hidrelétrico em questão. Nesse sentido, percebi a necessidade de operar uma fuga da temporalidade privilegiada na pesquisa – anos 1970 em diante –, o que me levou à compreensão da década de 1930 como momento de importante inflexão político-econômica que viria, por exemplo, possibilitar o robustecimento de uma perspectiva de desenvolvimentismo industrial, com forte reverberação nas políticas de Estado para o setor elétrico; questão, aliás, à qual destinei maior atenção quanto ao papel assumido por Furnas. Na parte final do capítulo, ocupei-me da problematização do projeto de Itumbiara, identificando, no período analisado, que sua implantação ocorreu ligada ao papel destinado à região investigada, dentro de uma nova divisão inter-regional/internacional do trabalho. Problematizei, também as contradições de um discurso que almejava a legitimação do projeto por meio da oposição “progresso-desenvolvimento x atraso-pobreza”.

No segundo capítulo, a pretensão foi problematizar as expectativas e interesses que a presença de Furnas acabou despertando com sua chegada na região de Itumbiara. Nesse sentido, foi possível identificar como certa noção de progresso foi largamente utilizada pela imprensa local, endossando a implantação da hidrelétrica como algo que possibilitaria a chegada do desenvolvimento em sua área de influência. Encarando a imprensa como agente ativa do processo e não apenas uma mera difusora de notícias, esta pôde revelar-se em suas tentativas de intervenção na realidade social, articulando também agendas de interesses dos grupos locais. Na sequência, a interlocução mantida com alguns trabalhadores “barrageiros” veio a contribuir

---

<sup>12</sup> RIBEIRO, Gisélia Maria Campos. **A Construção da Hidrelétrica Candonga e a Desconstrução de Modos de Vida: Memórias e histórias de trabalhadores em Nova Soberbo/MG**. 2013. 272 f. Tese (Doutorado em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2013. p. 185.

para a compreensão de outros sentidos atribuídos ao processo em questão. Pela análise de suas trajetórias, tornou-se possível pensar certos elementos que vão compondo o horizonte de expectativas de trabalhadores que se põem a acompanhar empreendimentos dessa natureza. Diante disso, procurou-se discutir não só a maneira como lidam com essas expectativas, mas também com os limites impostos pelas condições reais de trabalho. Como decorrência dessa discussão, o fechamento do capítulo concentrou-se na análise das formas pelas quais a chegada desses trabalhadores foi interpretada na região, mais especificamente em Itumbiara-GO e Araporã-MG.

Por fim, o terceiro e último capítulo ocupa-se das transformações socioeconômicas ocorridas na região a partir do final dos anos 1970, tendo em vista os impactos gerados pela hidrelétrica. Começando com a questão das estradas e pontes inundadas – a respeito das quais Furnas defende terem sido relocadas dentro de um padrão muito superior ao anterior –, o que se verificou foram fortes indícios de negligência por parte de Furnas ao não repor, por exemplo, algumas pontes essenciais para o reestabelecimento das condições de mobilidade de algumas cidades. Em seguida, tratou-se um pouco das desapropriações, com foco principal nos moradores de Porto Barreiro-MG. Com a submersão dessa vila, a maior parte das famílias foram relocadas para próximo de Amanhece, distrito de Araguari-MG, sendo as restantes indenizadas em dinheiro. Também nesse caso, ao contrário das promessas de melhorias sinalizadas por Furnas, o que acabou ocorrendo foi a desestruturação de modos de viver, com a maioria das famílias não se adaptando à nova localidade. O aumento das enchentes no município de Itumbiara é a questão discutida na sequência. Ao contrário do que se verifica no segundo capítulo, aqui a imprensa aparece acusando Furnas de causar pânico e prejuízos aos itumbiarense e não como portadora do progresso. Por fim, a discussão se encaminha para a questão da emancipação de Araporã-MG, sempre tratada por Furnas como mais um sinal do desenvolvimento trazido para a região. Dentro da tendência verificada em todo o capítulo, o que se tentou demonstrar foi que, com a emancipação de Araporã, às outras cidades atingidas pela hidrelétrica restaria a frustração de suas expectativas de progresso, já que a riqueza proporcionada à primeira acabaria não chegando às demais.



## CAPÍTULO I

### USINA HIDRELÉTRICA DE ITUMBIARA: DO “CAMINHO DA CACHOEIRA” À TRILHA DESENVOLVIMENTISTA

Este capítulo tem por finalidade discutir o avanço de relações capitalistas de produção, levado a efeito pelo Estado<sup>13</sup> brasileiro, pensando sua materialização por meio da construção da Hidrelétrica de Itumbiara, erguida na divisa entre os Estados de Goiás e Minas Gerais, na década de 1970. O capítulo procura evidenciar como, na região de Itumbiara, à semelhança de outras partes do Brasil, a efetivação de obra com grande impacto socioambiental (os 778 km<sup>2</sup> de área alagada dão uma noção desse impacto) se deu por meio da justificativa de superação do atraso a que tais regiões estariam submetidas.

A incursão por períodos anteriores à construção da hidrelétrica trouxe evidências de que justificativas dessa ordem, embora frequentemente envolvidas por uma suposta neutralidade técnica, são espectros de escolhas políticas tomadas a partir de um momento de inflexão político-econômica no país, década de 1930, em que o desenvolvimentismo industrial surgiria como a solução para os problemas gerados pelo subdesenvolvimento nacional. Por esse viés, o itinerário argumentativo principal procurou situar, minimante, a relação de uma ideologia desenvolvimentista com a constituição do setor elétrico no Brasil, bem como o seu papel na viabilização do processo de incorporação de novas regiões em certa divisão inter-regional do trabalho e, portanto, à dinâmica econômica dominante no país.

#### 1.1 Progresso, desenvolvimento e ideologia desenvolvimentista: algumas considerações (1930-1980)

Muito se tem discutido acerca de uma ideologia desenvolvimentista a atuar na legitimação de transformações processadas em determinados âmbitos da sociedade brasileira,

---

<sup>13</sup>A compreensão de Estado aqui trazida ao texto é tributária da concepção de Antônio Gramsci, refere-se à sua dimensão ampliada, ou seja, não apenas restrita às agências que operam a administração pública, mas também abarcando os aparelhos privados de hegemonia, os organismos que compõem a sociedade civil. Partindo-se desse princípio, o Estado deixa de ser pensado como um organismo meramente técnico, ressurgindo então como relação social. A esse respeito, conferir a análise realizada por MENDONÇA, Sonia Regina de. Capítulo 1 – “Estado e sociedade”. In: MATTOS, Marcelo Badaró (Org.). **História: pensar & fazer**. Rio de Janeiro: Laboratório de Dimensões da História, 1998. p. 13-32.

com destaque para as esferas política e econômica, desde a década de 1930. No entanto, uma melhor compreensão de tal ideologia talvez deva ser iniciada com a análise do par conceitual desenvolvimento-subdesenvolvimento. Por esse viés, Wolfgang Sachs atribui o fortalecimento da ideia de desenvolvimento ao discurso do presidente estadunidense Harry S. Truman, proferido em 20 de janeiro de 1949. Este seria o momento em que, pela primeira vez, o Hemisfério Sul receberia a referência de “área subdesenvolvida”, o que, por conseguinte, estabeleceria os estadunidenses como modelo de desenvolvimento; “[...] na visão de Truman, não haveria nenhuma dúvida de que os Estados Unidos, e, com ele, os outros países industrializados - estavam no cimo de evolução social”<sup>14</sup>.

Evidentemente, o nascimento do termo não se dá por ocasião do pronunciamento de Truman, mas, como defende Gustavo Esteva em aprofundamento ao que, linhas acima, pôde-se apontar a partir de Sachs, o discurso do então presidente da maior potência econômica que emergira no contexto da “guerra mundial de 31 anos”<sup>15</sup> ofereceria todo um programa específico de “desenvolvimento” a ser seguido pelos “países atrasados” em todo o planeta. Dessa maneira, muito da complexidade de um termo que há séculos vinha se configurando em diversas áreas do conhecimento, às vezes com sentidos bastantes distintos, ficaria reduzida aos interesses da acumulação capitalista sob a hegemonia estadunidense<sup>16</sup>.

Como bem demarca Raymond Williams, esse sentido unívoco ao qual todos começam perseguir, tomando como base as colocações de Truman, pode ser observado mais claramente no final do século XIX, quando o termo “desenvolvimento” passa a ser atrelado diretamente aos processos ligados à indústria e ao comércio, sendo sua utilização cada vez mais comum no decorrer do século XX. Assim como Sachs e Esteva, Williams considera que a partir do estabelecimento do par desenvolvimento-subdesenvolvimento “Questões econômicas e políticas muito difíceis e polêmicas foram encobertas pela aparente simplicidade dos termos”<sup>17</sup>. Sob essa mesma ótica, os três autores parecem concordar acerca dos efeitos perniciosos lançados pela perspectiva de “[...] economias e sociedades destinadas a atravessar ‘etapas de

---

<sup>14</sup> SACHS, Wolfgang. Introdução. In: SACHS, Wolfgang (Ed.). **Dicionário do Desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 11-17. p. 12.

<sup>15</sup> Em referência à perspectiva defendida por Eric Hobsbawm, na qual as Primeira e Segunda Guerra Mundiais são encaradas como um único conflito ocorrido entre 1914 e 1945, observando um intervalo entre 1918 e 1939. Para um acompanhamento mais detalhado dessa perspectiva, ver: HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos**: o breve século XX (1914-1991). 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 30ª. reimpressão de 2005, p. 29-60.

<sup>16</sup> ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang (Ed.). **Dicionário do Desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 59-83.

<sup>17</sup> WILLIAMS, Raymond. Palavras-Chave: um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 134.

*desenvolvimento*’ previsíveis, de acordo com um modelo conhecido”<sup>18</sup>. Tal lógica não teria outro resultado senão o da ocidentalização do mundo, da supressão de outros modos de viver e/ou a expulsão de interesses distintos daqueles estipulados por um mercado sob estrito controle do grande capital internacional.

Com efeito, o êxito logrado no manejo da noção de desenvolvimento, de modo que esta surgisse como o caminho da salvação para todos os povos, só seria possível graças às sementes lançadas por outra noção absolutamente fundamental para o sucesso do sistema capitalista: o Progresso. Na obra “Dicionário de Política” organizada por Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino, progresso aparece definido inicialmente como uma ideia na qual:

[...] o curso das coisas, especialmente da civilização, conta desde o início com um gradual crescimento do bem-estar ou da felicidade, com uma melhora do indivíduo e da humanidade, constituindo um movimento em direção a um objetivo desejável. A ideia de um universo em perpétuo fluxo não basta, pois, para formar a ideia de Progresso; é necessária também uma finalidade, um objetivo último do movimento. É na concretização deste objetivo na história que se acha a medida do Progresso. É por isso que se fala de “fé no Progresso”.<sup>19</sup>

Note-se que, de maneira assemelhada ao que se demonstrara a respeito da noção de desenvolvimento, a ideia de progresso mais comumente aceita tem se revestido de caráter salvacionista. Haveria, portanto, um único caminho a ser trilhado pela humanidade rumo à felicidade e bem-estar cada vez maiores, sendo os países industrializados a consubstanciação do verdadeiro progresso. O fato de os autores começarem a abordagem por este viés não significa que os mesmos o desenvolvam laudatória e/ou acriticamente. Assim como o faz Jacques Le Goff, na obra “História e Memória”<sup>20</sup>, procuram reconstituir as polêmicas e disputas em torno da noção de progresso no contexto de diversos períodos históricos, fixando no renascentismo do século XVI o momento da inflexão que assentaria o sentido a partir do qual iniciam a discussão.

Em “Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista”, Immanuel Wallerstein identifica como a noção de progresso passa a ser amplamente associada ao mundo moderno, tentando justificar a transição do feudalismo para o capitalismo. Por meio deste artil, eliminar-se-iam as

---

<sup>18</sup> Ibid., p. 134.

<sup>19</sup> BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. 3. ed. Brasília DF: Editora Universidade de Brasília: Linha Gráfica Editora, 1991. Volume 2. p. 1009-1010.

<sup>20</sup> Ver o capítulo “Progresso/Reação”, no qual o autor procura acompanhar o desenvolvimento da noção de progresso, assim como daquela que seria a sua oposição, ou seja, a reação. Cf.: LE GOFF, Jacques. História e Memória. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003. p. 235-281.

oposições à mercantilização de tudo – impulso por meio do qual o desenvolvimento histórico do capitalismo tem vorazmente avançado –, urdindo também um processo de ocultamento dos aspectos negativos do capitalismo com o princípio de que os benefícios superariam os prejuízos<sup>21</sup>.

Conquanto se permaneça em um campo de análise, em alguma medida, próximo aos dos autores mencionados nos parágrafos anteriores, é, talvez, em Josep Fontana que se pode encontrar um enfrentamento mais contundente da relação entre progresso e desenvolvimento, bem como a usurpação de suas complexidades semânticas em favor da ideologia capitalista. Em sua obra “A História dos Homens”, o autor defende situar-se na Grã-Bretanha do século XVII, o lapso de tempo e espaço no qual ter-se-á início “[...] uma visão da história orientada por uma concepção global do progresso”<sup>22</sup>. É a partir desse viés que, no século XVIII, David Hume fundaria uma história baseada em fases supostamente ligadas ao desenvolvimento econômico, este, por sua vez, constituindo-se como o motor do progresso. Profundamente influenciado por Hume, Adam Smith desenvolveria sua teoria dos quatro estágios – a caça, a pecuária, a agricultura e o comércio –, concebendo o curso da história como uma caminhada ascendente da barbárie em direção ao capitalismo. Nessa perspectiva, a noção de progresso atuaria como uma espécie de chancela para o amplo desenvolvimento das forças capitalistas “[...] com a promessa explícita de um futuro de prosperidade para todos”<sup>23</sup>.

Embora outras concepções de história tenham sido formuladas no período, Fontana argumenta que seria Smith, em “A riqueza das nações”, quem lançaria as bases do pensamento socioeconômico o qual viria a se tornar dominante desde então. Além de proclamar “o fim da história”, na medida em que consagrava a economia como a força geradora de mudanças sociais, Fontana avalia que a ideia de história ligada ao pensamento de Smith:

[...] desqualificava qualquer forma alternativa de organização como retrógrada ou inviável (utópica). Ao eliminar, por outro lado, a política como elemento ativo de transformação, apresentando-a como uma simples consequência da evolução social determinada pelo grau de desenvolvimento econômico [...] e alicerçar a esperança em uma espécie de mecanismo de progresso invencível que acabaria melhorando a condição humana, fossem quais fossem as circunstâncias pontuais produzidas, envenenou as fontes do radicalismo revolucionário.<sup>24</sup>

<sup>21</sup> Ver mais detalhes em WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001. p. 83-94.

<sup>22</sup> FONTANA, Josep. **A História dos Homens**. Bauru, SP: EDUSC, 2004. p. 143.

<sup>23</sup> Ibid., p. 159.

<sup>24</sup> Ibid., p. 170.

O caminho analítico empreendido por Fontana permite perceber a base na qual o presidente estadunidense Harry S. Truman buscou legitimar sua agenda de “desenvolvimento” para o mundo. Àquela altura, já em transição para a segunda metade do século XX e com o espectro do comunismo a assombrar o mundo capitalista, uma noção específica de progresso – que traz o capitalismo como último degrau a ser atingido numa espécie de escala evolutiva das sociedades – assumia a função não de apenas consolidar os Estados Unidos da América enquanto símbolo de uma “humanidade que deu certo”, mas de anular qualquer movimento de crítica e/ou proposição de alternativas ao modelo dominante. Como defendido por Fontana no excerto acima, mesmo os que conseguiram obter algum sucesso na sustentação de um posicionamento crítico ao sistema capitalista movimentaram-se no interior de uma gramática prescrita pelo grande capital internacional, isto é, a partir das noções unívocas de progresso e desenvolvimento cuja trajetória procurei demonstrar nas páginas anteriores. No que diz respeito ao Brasil, a ideologia desenvolvimentista pode ser vista em grande medida como revérbero de tais noções, contendo, evidentemente, suas especificidades.

## 1.2 Etapas do desenvolvimentismo brasileiro (1930-1980)

Dentro da obra “Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo (1930-1964)”, Ricardo Bielschowsky, acaba por classificar o desenvolvimentismo como:

[...] a ideologia de transformação da sociedade brasileira definida pelo projeto econômico que se compõe dos seguintes pontos fundamentais:

- a) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro;
- b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através das forças espontâneas de mercado; por isso, é necessário que o Estado a planeje;
- c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; e
- d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros, e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente.<sup>25</sup>

---

<sup>25</sup> BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo (1930-1964)**. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 7.

A partir da sintetização que Bielschowsky propõe acima, constata-se elementos presentes, de uma ou outra maneira, em variadas vertentes do desenvolvimentismo, sendo, talvez, o principal deles, a premissa de superação do atraso e pobreza da sociedade brasileira por meio da industrialização planejada. Contudo, seu excessivo esquematismo não permite que se avance na compreensão de pontos controversos como o da atuação ou não do Estado em tal empreitada, ou mesmo nas polêmicas em torno do que seria um nível adequado de participação estatal no caminho da industrialização. Nesse sentido, a fim de se evitar esvaziar o termo da complexidade que o caracteriza, não é de todo impertinente acompanhar mais detidamente a análise de Bielschowsky a partir de seu conceito-chave de “ciclo ideológico do desenvolvimentismo” que visa “explicar o significado histórico do pensamento econômico brasileiro em suas ligações com o movimento da própria história brasileira”<sup>26</sup>.

Conforme proposição do autor, tal ciclo ideológico estaria ancorado em três principais correntes de pensamento, sendo uma associada ao setor privado, a partir dos chamados “desenvolvimentistas do setor privado”, e outras duas ao setor público, com os desenvolvimentistas “nacionalistas” e também os “não nacionalistas”.

O aparecimento da primeira vertente – desenvolvimentistas do setor privado – estaria ligado aos efeitos da Crise de 1929 e aos eventos que se seguiram no Brasil, no decorrer da década de 1930, à medida que se abriram novas perspectivas para grupos de empresários industriais quanto ao novo papel da indústria na economia nacional. Para Bielschowsky, a participação de uma elite empresarial em vários organismos governamentais, conforme a lógica corporativista do Estado Novo, teria possibilitado o cruzamento ideológico entre a visão de mundo dessa elite e os conceitos desenvolvimentistas. A partir de então, toda uma defesa de um projeto de industrialização planejada e o resguardo dos interesses empresariais do setor passariam a ser difundidos por entidades classistas, como no caso da CNI (Confederação Nacional da Indústria) que, ainda sob a batuta de Roberto Simonsen, cria em 1946 importantes núcleos de reflexão desenvolvimentista, a saber: o Conselho Econômico e o Departamento Econômico.

A vertente conhecida como desenvolvimentista “não nacionalista” surge no início dos anos 1950 em torno da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU) e do BNDE, durante o Segundo Governo Vargas. Contrária à criação de empresas estatais, essa vertente acreditava que o Estado não deveria atuar em espaços nos quais a iniciativa privada “seria mais eficiente”. Nos projetos em que o capital privado nacional não mostrasse capacidade de atuação, seriam

---

<sup>26</sup> BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo (1930-1964)**. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 8.

preferíveis as inversões estrangeiras ao envolvimento estatal. Ricardo Bielschowsky identifica Roberto Campos como o economista de maior destaque dessa corrente de pensamento, uma vez que este foi o principal formulador e também executor do Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek, atuando como Secretário Geral e Presidente do BNDE, entre 1956 e 1959. Para Campos, uma fórmula ideal de atuação do Estado seria aquela na qual “pontos de estrangulamento” fossem atacados de modo a se produzirem “pontos de germinação” a serem aproveitados pela iniciativa privada. Em conformidade com o que se praticou no Plano de Metas, Campos defendia a atração de capital estrangeiro sempre que possível, até mesmo em áreas como energia e mineração.

A exemplo dos desenvolvimentistas do “setor privado”, os desenvolvimentistas “nacionalistas” surgem ainda nos anos 1930, no contexto da centralização de poder em Getúlio e da criação de organismos de planejamento tais como o Conselho Nacional de Petróleo e o Conselho Nacional de Águas e Energia. Estes, por sua vez, possibilitariam a ascensão de um corpo técnico civil e militar que passa a se envolver com a questão do desenvolvimento industrial no Brasil. Contrariamente ao que propunham “privatistas” e “não-nacionalistas” – os primeiros defendendo a condução do processo pelo setor privado e os segundos admitindo a atuação do Estado apenas em última instância – os nacionalistas apoiavam a intervenção estatal na implantação de um capitalismo industrial moderno, planejado de forma integrada e com investimentos públicos diretos em setores considerados básicos. Sob essa ótica, a presença de capital estrangeiro somente seria tolerada em investimentos que não significassem o controle sobre áreas consideradas estratégicas, a saber: energia, química básica, siderurgia, petróleo e mineração em geral.

Na avaliação de Bielschowsky, Celso Furtado seria o principal expoente do desenvolvimentismo “nacionalista”. Sob sua liderança, o instrumental analítico da Cepal (Comissão Econômica para a América-Latina) se veria adaptado às especificidades da realidade brasileira, tornando-se a principal base de argumentação em favor da proeminência do Estado na tarefa de induzir o desenvolvimento, valendo-se do planejamento econômico e do investimento estratégico. Ancorada na visão estruturalista cepalina, “Formação Econômica do Brasil”, principal obra de Furtado, surgiria como base histórica de defesa do desenvolvimentismo, demonstrando o caminho diverso dos países subdesenvolvidos em relação aos desenvolvidos, o que exigiria formulações teórico-metodológicas igualmente peculiares.

Feitas essas considerações, é preciso minimamente identificar a maneira como o projeto desenvolvimentista foi sendo estruturado em diferentes contextos históricos. Valendo-se ainda

da ideia de ciclo ideológico proposta por Ricardo Bielschowsky, pode-se constatar que tal estruturação dar-se-ia nas seguintes fases: “a) 1930-44: origem do desenvolvimentismo; b) 1945-55: amadurecimento do desenvolvimentismo; e c) 1956-64: auge e crise do desenvolvimentismo (respectivamente, os períodos 1956-60 e 1961-64)”<sup>27</sup>.

Em relação à própria industrialização, até o advento da década de 1930 apenas marginalmente poder-se-ia falar em uma ideologia industrialista no Brasil, embora já se constatassem ataques ao liberalismo e associações entre indústria, “progresso” e “prosperidade”. Com a “Revolução de 1930”, ainda que não se possa caracterizá-la como propriamente industrialista, abrir-se-ia caminho para outros atores que não as oligarquias tradicionais. Seguindo argumentação de Octavio Ianni, Bielschowsky avalia que, no máximo, o movimento de 1930 abriria condições para o desenvolvimento de um Estado burguês no país<sup>28</sup>.

Em um ponto de vista semelhante, Sonia Regina de Mendonça avalia o movimento que resultaria no golpe de 1930<sup>29</sup> como fundamental para a modificação do papel do Estado com relação à política econômica, passando este a priorizar o polo urbano industrial como eixo dinâmico da economia em detrimento do modelo agroexportador baseado no café. Por mais que interesses de diversos grupos sociais estivessem em disputa, tratar-se-ia de um momento de afirmação da burguesia dentro do Estado, que lançava mão de um discurso atribuindo ao desenvolvimento industrial a saída para a fragilidade e o atraso da economia nacional. Assim, os elementos ideológicos fundamentais para o desenvolvimentismo (como por exemplo a compreensão da necessidade de um setor industrial integrado, visando a produção de bens de capital e insumos para a produção de bens finais) seriam gestados entre os anos 1930 e o final da Segunda Guerra Mundial, por meio de uma precária conscientização “[...] da problemática da industrialização por parte de uma nova elite técnica, civil e militar, que então se instalava nas instituições de orientação e controle implantadas pelo Estado centralizador pós-1930”<sup>30</sup>.

Em que pese a transição democrática, iniciada em 1945, ter inaugurado um clima favorável ao liberalismo, Bielschowsky considera ser este o contexto no qual o

---

<sup>27</sup> BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo (1930-1964)**. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 247-248.

<sup>28</sup> Ibid., p. 249.

<sup>29</sup> Apoio-me na posição de Mendonça quando esta avalia a movimentação que desencadeou uma primeira ruptura no avanço da acumulação capitalista no país, como um golpe de Estado e não uma revolução, exatamente. Para um acesso mais detalhado ao debate historiográfico relativo ao tema e à maneira como a autora explicita sua posição, recomendo a leitura do primeiro capítulo de seu livro “Estado e economia no Brasil”. Cf.: MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

<sup>30</sup> BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo (1930-1964)**. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 250.



desenvolvimentismo iniciou sua fase de amadurecimento. Isso porque os esforços empreendidos para resistir aos opositores do Governo Vargas – com seus ataques aos mecanismos intervencionistas do Estado Novo –, teria levado esta corrente de pensamento a um refinamento de sua base argumentativa. Tal maturação passaria a um contexto mais favorável entre 1948 e 1952, na medida em que foram sendo frustradas as esperanças de que os mecanismos do comércio exterior recuperassem uma normalidade, e com uma crise cambial forçando um retorno ao intervencionismo estatal. Em certa medida, as decepções com o que se identificou como passividade do liberalismo do Governo Dutra conduziria a um avanço da ideologia desenvolvimentista, o qual, no início do novo Governo Vargas, materializar-se-ia em maciças importações de bens de capital e na criação da CMBEU e do BNDE.

No interregno de 1953-1955, uma forte crise política – à qual se atribui, inclusive, a motivação para o suicídio de Getúlio em agosto de 1954 –, levaria a um ressurgimento do liberalismo, com este pondo-se a atacar o intervencionismo e o suposto caráter “inflacionário” das políticas econômicas do Governo Vargas. Neste contexto ainda considerado pelo autor como de amadurecimento do desenvolvimentismo, as referidas críticas seriam prontamente respondidas por meio de um instrumental analítico já mais robusto, ficando o debate circunscrito ao grau de intensidade da intervenção estatal e não à validade do prosseguimento da industrialização no país.

O apogeu desenvolvimentista teria se dado durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960). Em um contexto político relativamente estável – bem diferente do anterior, no qual a posse de Juscelino quase fora impedida – e com forte crescimento econômico, o Governo JK colocaria em ação o Plano de Metas: instrumento de planificação mais significativo da história brasileira. Além da incorporação do Plano de Metas de modo oficial aos discursos de governo, outros elementos demonstrariam o auge do desenvolvimentismo durante o período em tela, a exemplo da maneira pela qual o problema do desenvolvimento econômico foi sobreposto às ideias de estabilização monetária e de equilíbrio no balanço de pagamentos, bem como o modo como se evitou a implantação de políticas anti-inflacionárias e contracionistas, aprofundando-se a industrialização por meio do planejamento e investimentos estatais no que tange à importação de bens de capital e dotação infraestrutural.

Para Bielschowsky, além do quadro de profunda instabilidade política e econômica que se instalara no interregno de 1961 a 1964, teria contribuído para uma crise ideológica do desenvolvimentismo a própria consolidação da industrialização como caminho irreversível a ser trilhado pelo país. Ao contrário do que ocorrera em momentos anteriores, a questão do desenvolvimento passaria a se subordinar ao debate sobre inflação, balanço de pagamentos e a

“reformas de base” – como no caso da reforma agrária –, partindo-se da compreensão de que o avanço na industrialização, por si só não resolveria o desemprego e a pobreza. Era preciso, portanto, que se reformasse institucionalmente o país de maneira que a renda fosse melhor distribuída, não apenas pela justeza da questão, mas para que a economia pudesse recuperar sua capacidade de crescimento.

A instalação dessa grave crise e, conseqüentemente, o fim do longo ciclo ideológico desenvolvimentista discutido até aqui, não significaria, porém, o desaparecimento do desenvolvimentismo enquanto *modus operandi* presente nos governos subsequentes. Em artigo mais recentemente publicado, Ricardo Bielschowsky, faz a ressalva de que:

[...] quando se diz, por exemplo, que a crise do pensamento econômico desenvolvimentista [...] ocorreu no princípio dos anos 1960, nada se está dizendo sobre o Estado desenvolvimentista brasileiro, cujo fortalecimento posterior ao golpe militar de 1964 é um fato inquestionável.<sup>31</sup>

Corroborando a indicação supramencionada, a qual continua a insistir numa significativa presença do Estado como promotor direto da industrialização brasileira, mesmo após o que se apontou como esgotamento de um ciclo ideológico desenvolvimentista, Sonia Regina de Mendonça, avalia que, no pós-64, verificou-se:

[...] uma ampliação do setor produtivo estatal. Para dar o saldo qualitativo necessário à manutenção do ritmo da acumulação eram necessários, ainda, elevados investimentos em ramos industriais estratégicos (como a siderurgia, química básica e energia). Pelo seu vulto e longo período de maturação, essas inversões não se tornavam atraentes ao capital privado, tornando-se “tarefa” do Estado.<sup>32</sup>

Uma rápida observação do primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND 1972-1974) já é o bastante para se constatar a validade do que Mendonça está a indicar. Pode-se verificar claramente o que constituiria o “modelo brasileiro de desenvolvimento”, ou seja, “[...] o modo brasileiro de organizar o Estado e moldar as instituições para, no período de uma geração, **transformar o Brasil em nação desenvolvida**”.<sup>33</sup> É possível observar também, em meio a um conjunto de realizações, que a “própria Nação teria se incumbido como tarefa básica”

<sup>31</sup> BIELSCHOWSKY, Ricardo. Ideologia e Desenvolvimento no Brasil, 1930-1964. In: PÁDUA, José Augusto (Org.). **Desenvolvimento, justiça e meio ambiente**. São Paulo: Editora Peirópolis; Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2012. Livro eletrônico, não paginado (posição 251 no Kindle).

<sup>32</sup> MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e economia no Brasil**: opções de desenvolvimento. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985. p. 82.

<sup>33</sup> BRASIL. I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) – 1972-1974. Dezembro de 1971. p. 14. Disponível em: <<http://bibspi.planejamento.gov.br/handle/identem/322>>. Acesso em: 01 mai. 2016.

a efetivação de grandes investimentos em setores de infraestrutura e indústria básica, com valores que ultrapassariam um bilhão de dólares, estando presente neste rol um conjunto de usinas hidrelétricas, cada uma com capacidade acima de 500.000 kW.

### 1.3 O “desenvolvimentismo hidrelétrico” brasileiro

Sendo considerada parte integrante do conjunto de atividades estratégicas para o avanço industrial do país, os projetos hidrelétricos vão receber atenção especial dentro das políticas desenvolvimentistas. Diversos trabalhos, ao investigarem o desenvolvimento do setor em épocas e espaços variados, irão identificar traços daquilo que seria um “desenvolvimentismo hidrelétrico”<sup>34</sup> brasileiro. Ambicionando a apresentação de abrangente história da produção de energia elétrica no país, a obra “Panorama do setor de energia elétrica no Brasil”, lançada em 1988, com revisão e ampliação em 2006, consegue mapear certo lastro desenvolvimentista na constituição deste ramo da produção nacional, em momentos distintos.

Nessa linha argumentativa, a obra aponta que após as três primeiras décadas do século XX terem observado um agudo processo de desnacionalização da produção elétrica, com empresas estrangeiras assumindo o controle do setor em resposta ao que seria a incapacidade do capital nacional no suprimento de uma demanda energética cada vez maior, o Estado passaria a lançar mão de dispositivos legais de maneira a conduzir o comando da produção elétrica para as mãos do setor público. Assim, a Carta de 1934 estabeleceu “[...] novos princípios de intervenção do Estado em atividades de fundamental importância para o interesse nacional, como a exploração das minas e quedas d’água”.<sup>35</sup>

O Código de Águas, promulgado pelo Decreto nº 26.234, em 10 de julho de 1934, e que levou a assinatura de Vargas, representou o instrumento legal mais básico no que concerne à tentativa de controle estatal no setor de águas e energia elétrica. Nesse sentido, o Código trazia “[...] a distinção entre a propriedade do solo e a propriedade das quedas d’água e outras fontes

---

<sup>34</sup> Gilval Mosca Froelich, em seus estudos sobre a constituição da hidrelétrica de Ilha Solteira, no Estado de São Paulo, reporta-se à grande importância dada ao setor elétrico durante o governo Vargas, cabendo, inclusive, considerar o surgimento de um desenvolvimentismo hidrelétrico que se consolidaria anos depois no governo de Juscelino Kubitschek. Ver mais em: FROELICH, Gilval Mosca. **Ilha Solteira: uma história de riqueza e poder** (1952-1992). São Paulo: Educ, 2001. p. 40.

<sup>35</sup> BRASIL. Panorama do setor de energia elétrica no Brasil = Panorama of electric power sector in Brazil. Coordenação Paulo Brandi de Barros Cachapuz. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2006. p. 105.

de energia hidráulica para efeito de exploração ou aproveitamento industrial”<sup>36</sup>. O regime de autorizações e concessões instituído com a desvinculação entre propriedade e fontes de energia hidráulica a que a lei se refere, bem como todas as restrições à ação das concessionárias estrangeiras<sup>37</sup> que deveriam entrar em vigor a partir de então, colocariam as gigantes Light e Amforp em rota de colisão com as perspectivas de atuação do Estado, naquele momento levadas a cabo pelo governo de Getúlio Vargas.

Mesmo que o poder dessas gigantes internacionais e o quadro de desabastecimento agravado nos anos subsequentes tivessem inviabilizado a aplicação do Código de Águas, embates no que se refere à adoção de modelos opostos de desenvolvimento econômico seguiram ocorrendo. Quanto ao conteúdo desses debates, especificamente no campo da energia elétrica podem ser destacadas duas posições: a primeira, interessada na preservação do controle do setor nas mãos de empresas privadas (os chamados privatistas), firmava posição na crítica aos dispositivos do Código de Águas o qual, segundo eles, impôs um mecanismo tarifário que desestimulava os investimentos das empresas do setor (praticamente monopolizado por Light e Amforp), sendo considerado responsável pela crise no abastecimento energético. A outra posição, de convicção fortemente nacionalista e defensora dos dispositivos trazidos pelo Código de Águas, atribuíu:

[...] às empresas estrangeiras a responsabilidade pela não expansão das fontes geradoras e condenavam o próprio sistema de concessões. Propunham uma intervenção firme do Estado no setor, mediante a construção de grandes usinas hidrelétricas e até mesmo a encampação das concessionárias estrangeiras. O alvo principal dos ataques dessa corrente era a Light, acusada de desfrutar de privilégios monopolistas e de não levar em consideração as necessidades dos consumidores, prestando serviços de baixa qualidade<sup>38</sup>.

---

<sup>36</sup> Ibid., p. 109.

<sup>37</sup> Com exceção das empresas já em operação no país e, portanto, com direitos adquiridos, o Código proibiu que empresas estrangeiras se tornassem concessionárias, determinando que apenas aquelas constituídas no Brasil teriam autorização para atuar no setor de energia elétrica. Em consonância com uma perspectiva nacionalista, o Código determinou a “nacionalização progressiva das quedas d’água julgadas básicas ou essenciais à defesa econômica ou militar do país”, o que significou também a estipulação de um limite de tempo para as concessões, sendo que, no prazo máximo de 50 anos, os aproveitamentos deveriam ser revertidos ao Estado. Outra questão que desagradou bastante às concessionárias estrangeiras foi a questão do “custo histórico” que, em resumo, determinava a fixação de tarifas que levariam em conta o investimento original das instalações das empresas e não os custos de reprodução. Apesar de todo desgaste criado em torno da questão, em momento algum, o princípio do custo histórico viria a ser utilizado como parâmetro para o reajuste das tarifas. Para uma análise mais detalhada acerca dos sentidos de diversos códigos e regulamentos editados pelo Estado brasileiro na primeira metade do século XX, com implicações específicas para o setor de energia elétrica, ver tese de Maria Letícia Correa: CORRÊA, Maria Letícia. **O Setor de Energia Elétrica e a Constituição do Estado no Brasil: o Conselho Nacional de Águas e Energia, 1939-1954**. 2003. 326 f. Tese (Doutorado em História). UFF, Niterói, 2003. p. 99-112.

<sup>38</sup> BRASIL. **Panorama do setor de energia elétrica no Brasil**/Panorama of electric power sector in Brazil. Coordenação Paulo Brandi de Barros Cachapuz. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2006. p. 155.

As concepções até aqui expressas consubstanciaram-se, ao longo dos anos 1940 e 1950, em diversos espaços da sociedade civil e do Estado. Contrariamente a uma participação estatal mais direta nas atividades do setor de energia elétrica, pode-se destacar o Instituto de Engenharia<sup>39</sup> “que serviu de canal de expressão para o grupo de economistas liberais que, há anos, vinha combatendo o suposto processo de estatização do setor”<sup>40</sup>. As missões internacionais Cooke, Abbink e CMBEU, com seus diagnósticos acerca dos rumos do desenvolvimento econômico brasileiro, também acabaram endossando perspectivas privatistas dentro do debate – embora, obviamente, suas posições possam ser matizadas.

No que concerne a uma política desenvolvimentista nacional com expressiva e direta atuação do Estado no setor energético, merece destaque a atuação da Assessoria Econômica do Gabinete Civil da Presidência da República. A Assessoria fora constituída em 1951, sob o comando de dois personagens importantes do pensamento nacionalista brasileiro: Rômulo de Almeida e Jesus Soares Pereira, e teve como resultado a apresentação de projetos importantes, a saber: o Plano do Carvão Nacional, o projeto de criação da Petrobras, o Fundo Federal de Eletrificação (FFE), o Plano Nacional de Eletrificação e o projeto de criação da Eletrobrás<sup>41</sup>.

Ainda que tenha havido resistências, uma política de “desenvolvimentismo hidrelétrico” ganhou corpo, principalmente nos dois governos de Getúlio Vargas e no governo de Juscelino Kubitschek – embora a componente nacionalista não tenha sido muito expressiva com JK que, desde quando foi governador de Minas Gerais, já tinha demonstrado bastante receptividade à entrada de capitais estrangeiros no país. Por esse viés, a criação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), em 1945, e da Central Elétrica de Furnas, em 1957, representaram importantes sinais do desenvolvimentismo no setor elétrico brasileiro, materializando-se as

---

<sup>39</sup> Pedro Henrique Pedreira Campos, em sua tese de doutoramento, aborda o Instituto de Engenharia de São Paulo como “[...] um importante organizador das ideias e concepções de mundo dos empresários paulistas da engenharia, e dos empreiteiros em particular, atuando junto ao poder público na defesa dessas frações da classe dominante”. Dentro do que o autor analisa, a própria fundação desse aparelho privado de hegemonia carrega a marca da defesa de interesses de classe, tendo seu surgimento em 1917 movido pela contestação à vitória de técnicos estrangeiros referente à concorrência para uma obra de transformação no Vale do Anhangabaú. Detectando um forte relacionamento com a *Light* desde que o IE fora criado, Campos ressalta como este, “[...] se definiu por uma posição contrária à do chamado projeto nacionalista e acabou fazendo campanha contra a Eletrobrás e o Plano Nacional de Energia Elétrica (PNE)”. Ver mais em: CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **A Ditadura dos Empreiteiros**: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985. 2012. 584 f. Tese (Doutorado História), UFF, Niterói, 2012. p. 166-172.

<sup>40</sup> FROELICH, Gilval Mosca. **Ilha Solteira**: uma história de riqueza e poder (1952-1992). São Paulo: Educ, 2001. p. 47.

<sup>41</sup> Mais detalhes em: BRASIL. **Panorama do setor de energia elétrica no Brasil**/Panorama of electric power sector in Brazil. Coordenação Paulo Brandi de Barros Cachapuz. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2006. p. 163-182.

tendências de construção de grandes usinas – possibilitadas pela atuação direta do Estado – e da crescente desvinculação entre geração e distribuição de energia elétrica, reforçadas no início da década de 1960 com a aprovação da Eletrobras.

Como já mencionado no item anterior, a política econômica implementada pela ditadura militar no pós-64 daria prosseguimento a diversas práticas desenvolvimentistas, inclusive concernentes ao campo hidrelétrico, estando previsto no I PND uma série de hidrelétricas com capacidade de geração de, pelo menos, meio milhão de Kw. Nessa mesma linha, mas já sob vigência da crise do chamado “milagre brasileiro”<sup>42</sup>, o II PND (1975-1979) continuaria a projetar vultosos investimentos no setor hidrelétrico, assim como evidenciado na passagem que se segue.

III – Execução de Programa Ampliado de Energia Elétrica, no valor de aproximadamente Cr\$ 200 bilhões, capaz de realizar, no período, um aumento de 60% na capacidade instalada de geração, além das correspondentes expansões nos sistemas de transmissão e distribuição.

Esse programa inclui, além de Itaipu, e outros importantes aproveitamentos hidroelétricos (**Itumbiara**, São Simão, Paulo Afonso IV, Xingó, Salto Santiago e outras de menor porte) a segunda e possivelmente a terceira central nuclear, além da instalação de centrais termoelétricas de complementação<sup>43</sup>.

Para Dionísio Dias Carneiro, as medidas firmadas dentro do II PND teriam a intenção de estabelecer toda uma política de longo prazo, com vistas à manutenção das altas taxas de crescimento alcançadas no período do “milagre”. Basicamente, o que se pretendia era enfrentar

---

<sup>42</sup> A expressão “milagre brasileiro” diz respeito a um período da ditadura militar (1968-1973), no qual a economia brasileira alcançou uma média global de crescimento da ordem de 11,2%, bem acima dos 7% verificados no restante do mundo. Esse crescimento tão expressivo seria alavancado, principalmente, pelas indústrias de transformação (13,3%) e construção (15%), além dos serviços industriais de utilidade pública, especialmente o de geração de energia elétrica (12,1%). A crise deste “milagre” viria com o rebaixamento dos termos de troca do Brasil – que é, grosso modo, a relação entre os preços de exportação e importação –, gravemente atingidos pelo forte aumento nos preços do petróleo, em 1973. Além de terem se mostrado frágeis, porque excessivamente dependentes de financiamento internacional – encarecido com a crise do petróleo –, as políticas implementadas pelos governos ditatoriais seriam, em parte, responsáveis pelo aumento da concentração de renda nas mãos dos 1% e 5% mais ricos, na comparação entre anos 1960 e 1970. Em contraposição, os 50% mais pobres enfrentariam uma significativa queda de participação na renda, no mesmo período. Para Luiz Aranha Corrêa do Lago, embora o avanço de tal desigualdade não possa ser atribuído apenas ao período do “milagre brasileiro”, este deve ser colocado em xeque uma vez que os trabalhadores, em sua imensa maioria, não participaram dos frutos do crescimento econômico. Indo mais além, Sonia Regina de Mendonça argumenta que os trabalhadores foram extremamente sacrificados em nome deste “milagre”, na medida em que a política salarial governamental impedia aumentos reais dos salários de modo a se garantir a alta lucratividade daqueles que faziam parte do consórcio de poder da ditadura, isto é, os grandes empresários. A argumentação dos autores aqui citados poderá ser acompanhada com mais detalhes em: (i) LAGO, L. A. C. *A Retomada do Crescimento e as Distorções do “Milagre”: 1967-1973*. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). **A Ordem do Progresso**: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990. p. 233-294. (ii) MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e economia no Brasil**: opções de desenvolvimento. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. 91-111.

<sup>43</sup> BRASIL. II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979). p. 65. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/anexo/ANL6151-74.PDF](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/anexo/ANL6151-74.PDF)> Acesso em: 30 abr. 2016

a conjuntura econômica desfavorável, lançando-se mão do já não tão novo expediente de substituir importações e incentivar exportações, dando prioridade, por exemplo, ao setor de bens de capital. Sendo assim, o investimento em grandes obras tal qual o indicado no excerto anterior, teria o intento de elevar em mais de 50% a capacidade de geração de energia hidrelétrica “[...] buscando-se viabilizar a expansão da produção e da exportação de bens com elevado conteúdo energético que pudessem ser produzidos no país com base em hidroeletricidade, a exemplo do alumínio”<sup>44</sup>.

Investimentos como os indicados acima conseguiriam manter em 6,8% a média anual de crescimento da economia, embora seja preciso questionar o preço pago por este “desenvolvimento”. Na avaliação de Carneiro, a manutenção de tal crescimento dar-se-ia à custa de um expressivo aumento do endividamento externo. Entre 1975 e 1979 a dívida externa brasileira viria a aumentar em 20 bilhões de dólares, com os juros anuais saltando de US\$ 500 milhões, em 1974, para US\$ 4,2 bilhões, em 1979. Contradições como essas avançariam por toda a década seguinte mergulhando o país em estado de profunda crise econômica. Ainda que tenham papel fundamental na composição deste cenário, empresas públicas como Furnas parecem conseguir grassar por décadas e décadas a imagem de que seus projetos, especialmente os hidrelétricos, são diretamente responsáveis por conduzir o país pelos caminhos do “progresso, desenvolvimento e prosperidade”. A construção desta imagem, bem como suas profundas contradições serão analisadas no próximo item, e, em grande medida, no decorrer de toda a presente tese.

#### **1.4 “Desenvolvimentismo hidrelétrico”: um pouco sobre Furnas**

Existe uma gama considerável de estudos acerca do desenvolvimento de Furnas, em razão de se tratar de uma das maiores empresas do setor elétrico brasileiro constituída sob o controle majoritário do Estado. Um deles, o já citado “Panorama do setor de energia elétrica no Brasil”, reserva significativo espaço dentro do que a obra concebera como uma “abrangente história da produção de energia elétrica no país”. Por esse viés, a referida produção traz a Central Elétrica de Furnas S.A. (Furnas), como a segunda intervenção estatal no setor, instituída

---

<sup>44</sup> CARNEIRO, Dionísio Dias. Crise e Esperança: 1974-1980. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org). **A Ordem do Progresso**: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990. p. 310.

para atender a região mais industrializada do país: o Sudeste.<sup>45</sup> Constituída como sociedade de economia mista – na iminência de uma grave crise de abastecimento –, contando com a participação acionária do BNDE, da Cemig, do Departamento de Águas e Energia Elétrica de São Paulo (DAE-SP), da São Paulo Light e da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL), subsidiária da Amforp, Furnas ganha o cenário nacional, a partir de 1957, como aquela que poderia manter o ritmo de crescimento da indústria brasileira em níveis adequados, uma vez que o potencial do empreendimento fora calculado em cerca de 1.200.000 kw.

Inicialmente pensada apenas para a consecução do aproveitamento do *canyon* de Furnas, no rio Grande, pouco antes da divisa entre Minas Gerais e São Paulo, a Central Elétrica de Furnas S.A. acabaria sendo transformada em subsidiária da Eletrobrás no mesmo ano de criação da companhia *holding* estatal, 1962, “[...] responsabilizando-se [também] pela geração e transmissão de energia elétrica no Sudeste e em parte do Centro-Oeste”<sup>46</sup>. Tanto é que, em junho de 1971, sua denominação seria alterada para Furnas Centrais Elétricas S.A.. Nesse sentido, procurando prosseguir com o aproveitamento do potencial hidrelétrico do rio Grande, no ano de 1964, veio a construção da usina de Estreito (Luiz Carlos Barreto de Carvalho), na divisa dos municípios de Rafáina (SP) e Sacramento (MG), chegando, em 1972, a uma capacidade final de 1.050 MW. Outro aproveitamento de Furnas no rio Grande foi o da usina de Porto Colômbia, entre os municípios de Planura (MG) e Guaíra (SP), em 1970. Porto Colômbia teve sua inauguração em 1973, alcançando no ano seguinte a potência final de 320 MW. Ainda no rio Grande, procedeu-se, em 1971, à construção de uma grande usina, a de Maribondo, que, localizada entre a cidade paulista de Icém e a mineira de Fronteira, atingiria o ápice de sua capacidade instalada (1.440 MW) em janeiro de 1977.

Com a compra da hidrelétrica de Peixoto (Mascarenhas de Moraes) junto à Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL), Furnas somaria mais 476 MW ao seu parque gerador, alcançando 4.500 MW de potência instalada apenas em suas usinas do rio Grande. Dentro da análise empreendida pelo “Panorama do setor de energia elétrica no Brasil”, a decisão de se

---

<sup>45</sup> A Chesf teria sido o primeiro sinal de desenvolvimentismo no setor elétrico em nível nacional e, ao contrário de Furnas, fora instituída para suprir o Nordeste brasileiro de economia bem menos pujante que o Sudeste, o que acabou gerando polêmicas no período em tela. Criada no final do primeiro governo Vargas com o objetivo de explorar a capacidade energética da cachoeira de Paulo Afonso, localizada entre Alagoas e Bahia, no rio São Francisco, teria inaugurado a tendência de construção de grandes hidrelétricas, trazendo o Estado como agente principal na condução das obras. A visita em 1944 do ministro da agricultura, Apolônio Salles, ao Tennessee Valley Authority (TVA), nos Estados Unidos teria sido fundamental para a estruturação do projeto que possibilitou a criação da Chesf, uma vez que o TVA representava a primeira iniciativa estatal no que tange a um planejamento regional, em território estadunidense. Ver mais em: BRASIL. **Panorama do setor de energia elétrica no Brasil**/Panorama of electric power sector in Brazil. Coordenação Paulo Brandi de Barros Cachapuz. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2006.

<sup>46</sup> Ibid., p. 205.



construir a hidrelétrica de Furnas, em 1957 teria sido fundamental para a regularização da vazão do rio, o que, por sua vez, teria possibilitado os aproveitamentos hidrelétricos subsequentes. Em sua incursão pelo ramo hidrelétrico, Furnas ainda se encarregaria, em 1974, do maior aproveitamento do rio Paranaíba, erguendo a usina de Itumbiara, na divisa entre os Estados de Minas Gerais e de Goiás (a respeito da qual uma discussão será aprofundada mais adiante no capítulo, assim como em toda tese) e, no final da década de 1980, assumiria ainda outros dois empreendimentos em Goiás: Serra da Mesa e Corumbá I. Cabe ressaltar também o enveredamento da empresa por outras matrizes, como no caso das usinas termelétricas e das usinas nucleares<sup>47</sup>, além do seu protagonismo em relação ao planejamento e execução de um sistema interligado de transmissão, inclusive no que diz respeito ao do sistema de Itaipu.

O que até o momento se pôde evidenciar acerca de Furnas, cumpre, minimamente, o objetivo de se oferecer ao leitor uma visão mais panorâmica sobre o papel desempenhado pela estatal no desenvolvimento do setor elétrico no país, objetivo este aventado ao longo da obra “Panorama do setor de energia elétrica no Brasil”, aqui tomada como fonte/referência. Contudo, a estratégia de narrativa adotada – o termo “panorama” pode sugerir afastamento, isenção – não consegue escapar ao efeito de propagação acrítica do que seria um “necessário” salto desenvolvimentista a que o país estaria experimentando, assim como a contribuição de Furnas para tanto.

Tal expediente se assemelha em alguma medida àquele assumido nas publicações produzidas pela própria empresa, nas quais não é incomum a consideração da presença de Furnas como garantia da continuidade do processo de industrialização no país. Em edição especial de 50 anos da estatal, a Revista FURNAS procura relacionar a criação da empresa ao Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek que teria promovido altos investimentos em diversos segmentos econômicos, o que acabaria gerando uma demanda maior de energia em que a intervenção do Estado se faria necessária. Dessa forma:

[...] O acelerado crescimento, grande parte concentrado na região Centro/ Sul, indicava a necessidade de obras que adicionassem pelo menos 1.000 MW de energia. Este número representava, na época, quase um terço da capacidade total instalada do Brasil. É neste contexto que a Usina de Furnas (MG) surgiu como alternativa estratégica para fazer frente a forte industrialização.<sup>48</sup>

---

<sup>47</sup>Mais detalhes sobre a participação de Furnas na constituição do parque de energia nuclear brasileiro em: BRASIL. Panorama do setor de energia elétrica no Brasil = Panorama of electric power sector in Brazil. Coordenação Paulo Brandi de Barros Cachapuz. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2006. p. 360-361.

<sup>48</sup> Revista FURNAS, Ano XXXIII, n. 337. Rio de Janeiro: Furnas, fev. 2007. p. 7.

É possível se levantar questionamentos em relação ao peso assumido por Furnas em meio a esta perspectiva de desenvolvimento em que o Estado arca com a maior parte dos investimentos de modo a se viabilizar o crescimento industrial no país? A questão posta nesses termos não parece ser o caminho reflexivo mais razoável, tamanha a representatividade do parque gerador que a empresa viera a construir desde a sua criação. Por esse viés, a publicação parece agir dentro do esperado, defendendo os interesses daqueles que detém o comando da estatal, legitimando sua atuação por meio da exibição da grandiosidade de sua estrutura produtiva, assim como, situando sua fundação e desenvolvimento junto ao que seriam os principais acontecimentos, tanto em escala nacional quanto mundial, assim como se faz flagrante nas imagens que se seguem:

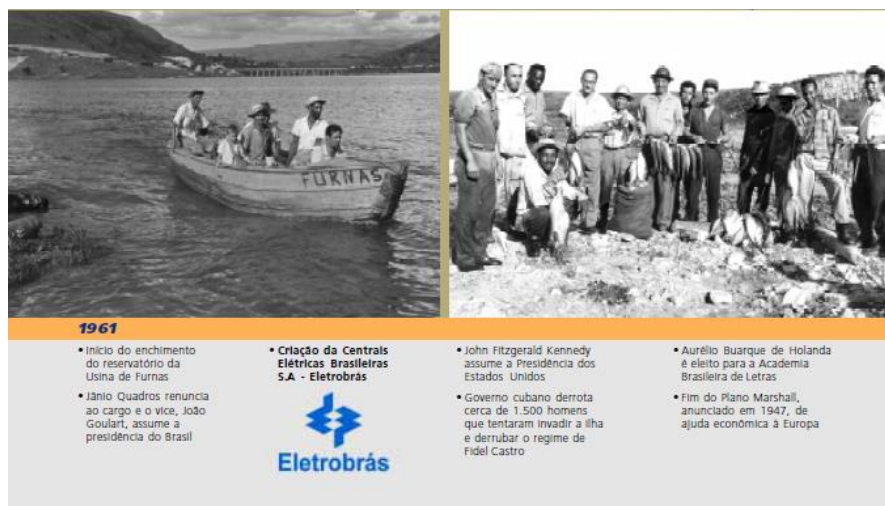
Foto 1 – Vista panorâmica do município de São José da Barra (MG)



Fonte: Revista FURNAS, Ano XXXIII, n. 337. Rio de Janeiro: Furnas, fev. 2007. p. 6.

Nota: Acima da “linha do Tempo”. O município seria atingido pelas águas do reservatório da Usina de Furnas.

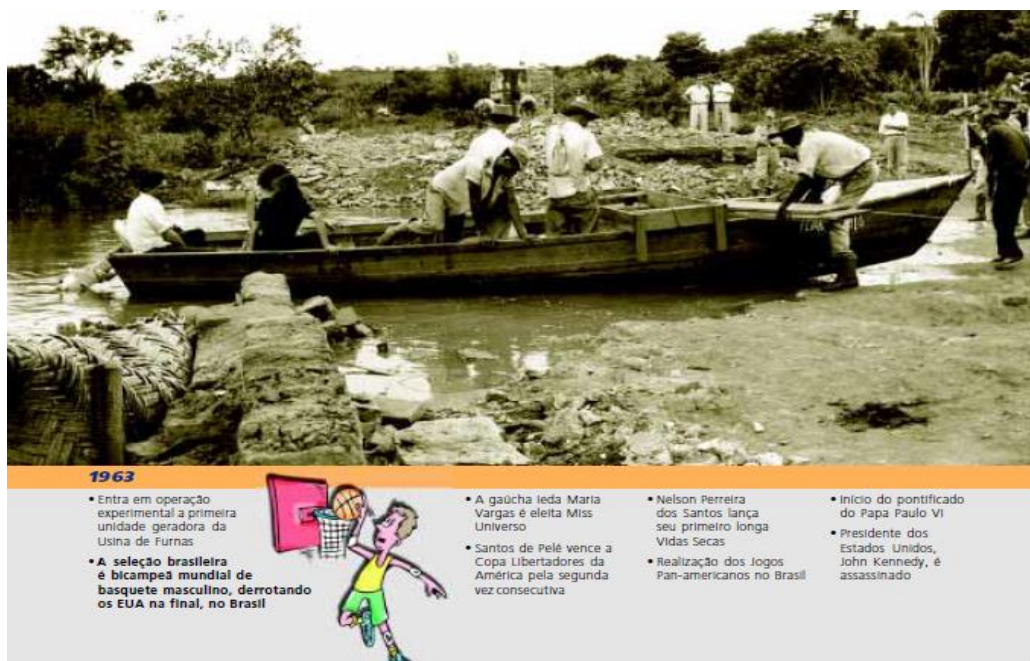
Foto 2 – Pescaria nas imediações da barragem de Furnas



Fonte: Revista FURNAS, Ano XXXIII, n. 337. Rio de Janeiro: Furnas, fev. 2007. p. 9.

Nota: Acima da “linha do tempo”: (a) à esquerda, bote transportando moradores; (b) à direita imagem do presidente de Furnas, John Cotrim (o quarto em pé da esq. p/ a dir.) e trabalhadores pescando na jusante da barragem de Furnas (MG).

Foto 3 – Enchimento do reservatório da Usina de Furnas



Fonte: Revista FURNAS, Ano XXXIII, nº 337. Rio de Janeiro: Furnas, fev. 2007. p. 11.

Nota: Acima da “linha do tempo”. Remoção da população durante o enchimento do reservatório da Usina de Furnas.

Tanto na composição das principais matérias como no rodapé das páginas da publicação, em que é possível perceber uma “linha do tempo”, os feitos realizados por Furnas são posicionados ao lado de conquistas espaciais da URSS, da vitória da Seleção Brasileira de Futebol nos mundiais da Suécia e do Chile, dentre outros acontecimentos das mais variadas

estirpes. Falas de trabalhadores também são evocadas: “Estávamos construindo uma obra que iria mudar o Brasil”<sup>49</sup>, na urdidura de um movimento supostamente representativo da atmosfera de entusiasmo a que a maioria dos envolvidos estaria experimentando.

Capturadas dentro dessa perspectiva desenvolvimentista e inseridas nas páginas da edição comemorativa da Revista FURNAS, as imagens do município mineiro de São José da Barra em nada reagem à iminente inundação pelas águas represadas, tampouco os trabalhadores ou moradores lamentam, protestam ou reivindicam algo em meio às transformações pelas quais seus modos de vida foram submetidos<sup>50</sup>. Ao contrário, silenciosamente abrem alas para a chegada do progresso e todas as promessas de melhorias trazidas em seu bojo. Mesmo compreendendo que a publicação, ao conferir ares de harmonia ao processo em questão, age na tentativa de legitimação de interesses específicos endossados pelo Estado, cumpre aqui questionar outros sentidos nos elementos presentes e/ou silenciados em tais publicações, e que contribuem, ainda que timidamente, para a percepção de contradições/inconsistências por trás do discurso desenvolvimentista presente em obras de grande porte, como é o caso de muitas das que compõem o parque gerador de Furnas.

Em recente estudo acerca da relação entre a Central Elétrica de Furnas e o desenvolvimentismo no Brasil, Dilma Andrade de Paula e Maria Letícia Corrêa conseguem produzir análise mais elaborada acerca das tramas sociais que agiram na consubstanciação de decisão política em favor da construção da grande hidrelétrica de Furnas, sem cair em mera reprodução linear e acrítica da origem e desenvolvimento da estatal em questão.

Munidas de um arcabouço teórico-metodológico, principalmente gramsciano, as autoras procuraram acompanhar o movimento histórico de alguns atores sociais – engenheiros como Lucas Lopes e John Cotrim, por exemplo – que conseguiram constituir amplas redes, transitando entre o setor público e o privado e negociando interesses até então conflitantes de modo a serem acomodados dentro de um discurso reverberado internacionalmente, mas que, em âmbito nacional, assumiria algumas especificidades. Nesse sentido, Paula e Corrêa consideram que:

O discurso desenvolvimentista, associado às práticas gerenciais instituídas para a construção de novas hidrelétricas e outras grandes obras, garantiu, à época da construção de Furnas, que fossem superadas disputas regionais que

---

<sup>49</sup> Revista FURNAS, Ano XXXIII, n. 337. Rio de Janeiro: Furnas, fev. 2007. p. 11.

<sup>50</sup> A construção da usina de Furnas impactou 32 municípios mineiros, afetando diretamente 35.000 pessoas e deixando submersa uma área de 1400 km<sup>2</sup>. Ver: PAULA, Dilma Andrade de; CORRÊA, Maria Letícia. A Central elétrica de Furnas e o desenvolvimento no Brasil (1952-1965). *América Latina en la historia económica*, México, año 21, n. 2, p. 145-167, mayo-agosto, 2014.

pudessem entravar as obras e obscureceu problemas sociais e ambientais decorrentes de tão vastos empreendimentos, adiando-se, também, até o início de da década de 1960, no governo de João Goulart (1961-1964), a constituição da *holding* federal Eletrobrás, idealizada no segundo governo de Vargas. O desenvolvimento industrial vinha acompanhado da necessária apropriação e mercantilização de recursos naturais e sociais, amplamente justificada pelo argumento dos “interesses gerais” do país, supostamente rumo a patamares das grandes nações desenvolvidas.<sup>51</sup>

O discurso desenvolvimentista, que em alguma medida obteve sucesso na acomodação de certos interesses na esfera estatal, não elimina do conjunto da sociedade todos os conflitos gerados em virtude dos impactos socioambientais tão comuns em obras de grande magnitude, como no caso das hidrelétricas. Como apontado pelas autoras, há muito mais um processo de ocultação em meio à propagação de que os problemas causados são em prol do progresso do país.

Tendo suas obras iniciadas no mesmo ano que Furnas, em 1957, e também situada no Estado de Minas Gerais, a Hidrelétrica de Três Marias é outro exemplo de projeto de grande envergadura no qual o Estado teve larga participação, seja no planejamento seja na execução propriamente dita. Valendo-se dos estudos de Dilma Andrade de Paula e Leandro José Nunes acerca de projetos de desenvolvimento no Médio Vale do São Francisco é possível perceber como a construção da hidrelétrica de Três Marias, de 1957-1961, no Alto São Francisco, agiu no sentido da incorporação de novas regiões e suas populações ao projeto desenvolvimentista nacional e suas contradições.

Na observação de projetos como os de Furnas e Três Marias, assim como tantos outros, não é incomum identificar dentre os elementos usados como justificativa para o empenho do Estado na execução de obras de tamanho impacto socioambiental, a perspectiva de estar rompendo com o “atraso” próprio das regiões em que as hidrelétricas deveriam ser implantadas. Tal perspectiva caminhava em consonância com um discurso desenvolvimentista que se alastrava internacionalmente, apregoando a necessidade de os países periféricos lançarem mão de medidas industrializantes a fim de romperem com sua situação de subdesenvolvimento. É importante frisar que em nenhum dos estudos trazidos anteriormente os autores buscaram a determinação simplista de um receituário de desenvolvimento externo por sobre as medidas tomadas em âmbito nacional e/ou regional. De modo outro, pode-se verificar uma preocupação em pensar a anterioridade de projetos nacionais e regionais que, a bem da verdade, ainda não

---

<sup>51</sup> PAULA, Dilma Andrade de; CORRÊA, Maria Leticia. A Central elétrica de Furnas e o desenvolvimento no Brasil (1952-1965). *América Latina en la historia económica*, México, año 21, n. 2, p. 145-167, mayo-agosto, 2014. p. 163.

eram caracteristicamente desenvolvimentistas, mas que já se amparavam naquilo que seria a necessidade de rompimento com um suposto “atraso econômico”.

No caso de Três Marias, a perspectiva alardeada por ocasião da elaboração do projeto era a de se poder montar uma estrutura tal que permitisse o uso múltiplo do rio, possibilitando além da geração de energia, a navegação mercante, o transporte de passageiros e a irrigação de lavouras espalhadas pela região. Com suas obras iniciadas também em 1957, a hidrelétrica de Barra Bonita, em São Paulo, de forma semelhante, previa o uso múltiplo do Rio Tietê.

A UHE Barra Bonita foi a primeira a ser construída de um conjunto de quatro. Ela deu início à execução do projeto que previa o uso múltiplo do rio Tietê. De acordo com a versão oficial, quando o projeto fosse concluído, o rio poderia ser utilizado para a produção de energia, a navegação, a irrigação de áreas agrícolas adjacentes, para o lazer e até para o turismo. Aproveitando-se sua navegabilidade, alegavam os defensores do projeto, melhorar-se-ia o escoamento da produção. O objetivo era chegar à cidade de São Paulo e ao porto de Santos, o que diminuiria o custo do transporte. Estudos de viabilidade econômica foram feitos no trecho a montante de Barra Bonita, mas não executados.<sup>52</sup>

A construção de barragens com finalidades que ultrapassam a obtenção de energia elétrica tem inspiração em projetos realizados em muitos países, principalmente na experiência do Tennessee Valley Authority (TVA), nos Estados Unidos, cuja influência pode ser mais claramente verificada em Três Marias e Barra Bonita, de acordo com os estudos aqui citados. A não concretização da propalada múltipla finalidade, apesar das preliminares projeções, leva à consideração de que sua indicação viria nem tanto como possibilidade concreta e sim como mais um argumento em direção ao robustecimento da ideia de que o progresso estaria chegando com a geração de energia e, também, com uma série de outras atividades que dinamizariam a economia das regiões “acolhedoras” dos empreendimentos hidrelétricos.

Em todas estas obras, nos laudos técnicos diversos que vieram a ser realizados a fim de analisar a viabilidade dos empreendimentos e, conseqüentemente, fundamentar os projetos finais, é possível perceber a presença constante da já mencionada ideia de “atraso” inerente a determinadas regiões. Destarte, não raro, encontra-se a avaliação de que estas seriam carentes no quesito oferta de energia elétrica, mas também possuiriam meios de transporte, comunicação, equipamentos industriais, estrutura produtiva agropecuária totalmente obsoletos e ineficientes. Muitos destes elementos que estão ligados de alguma maneira às ideias

---

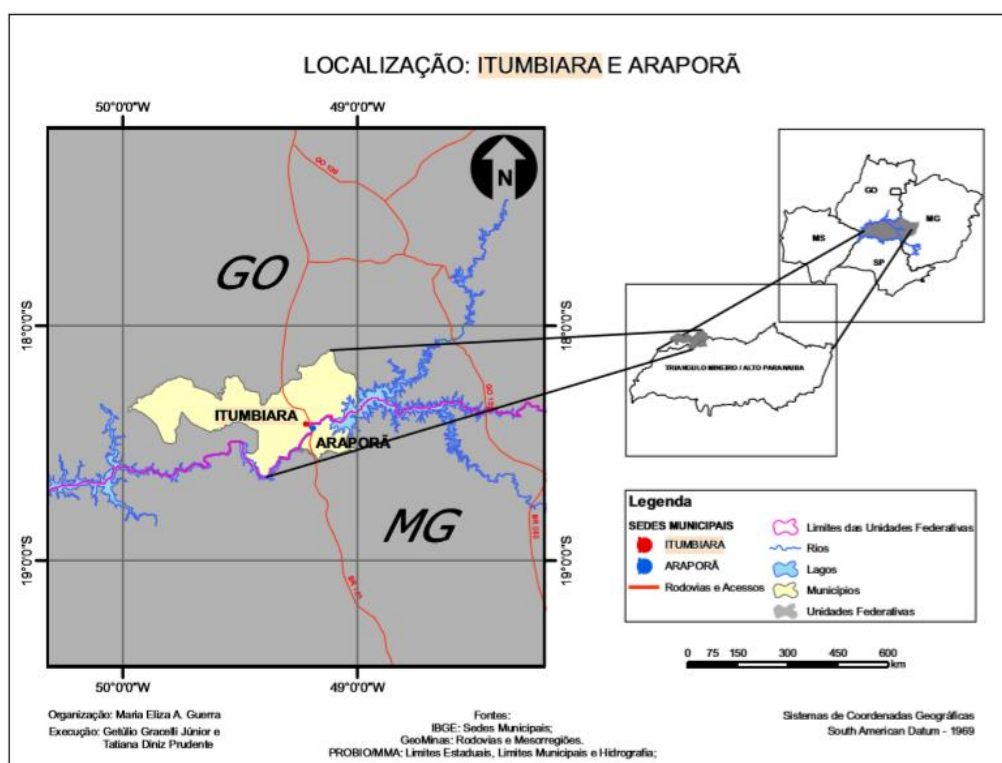
<sup>52</sup> MASSEI, Roberto. **A Construção da Usina Hidrelétrica Barra Bonita e a Relação Homem-Natureza**: vozes dissonantes, interesses contraditórios (1940-1970). 2007. 309 f. Tese (Doutorado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo-SP, 2007. p. 45.

desenvolvimentistas até então vigentes no país virão à tona, mostrando sua face mais claramente, quando diversos documentos relativos à construção da hidrelétrica de Itumbiara forem submetidos a uma análise mais alongada, no decorrer do presente estudo.

### 1.5 De Furnas a Itumbiara: encontrando o “caminho da cachoeira”

Conforme indicado na figura 4 abaixo, a Usina Hidrelétrica de Itumbiara encontra-se situada em uma região de divisa entre o Sul de Goiás e o Triângulo Mineiro. Com as obras civis iniciadas em novembro de 1974, a usina foi então concebida com o objetivo de gerar “[...] dois milhões e cem mil quilowatts para as Regiões Sudeste e Centro-Oeste e Brasília, onde se concentra mais da metade da população brasileira e são consumidos 76% de toda a produção elétrica do país”.<sup>53</sup>

Figura 4 – Municípios de Itumbiara e Araporã e a presença do grande reservatório de Furnas



Fonte: Guerra (2008)<sup>54</sup>.

<sup>53</sup> ITUMBIARA: Usina Hidrelétrica Itumbiara. Furnas. Rio de Janeiro, 1983. Não paginado.

<sup>54</sup> GUERRA, Maria Eliza Alves. **Vilas operadoras de Furnas nas bacias dos rios Grande e Paranaíba**: da concepção à atualidade. 2008. 534 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Uberlândia, 2008. p. 351.

Presentes em várias publicações de Furnas, passagens como a anterior parecem ter a função não apenas de divulgar tecnicamente os objetivos do empreendimento, mas de evidenciar a justeza de algo grandioso e que iria transformar toda uma região. Por ocasião do vigésimo quinto aniversário de inauguração da hidrelétrica, esses e outros elementos vêm à tona novamente em reportagem da revista Furnas.

#### **Itumbiara gera energia e renda**

Inaugurada há 25 anos, a maior hidrelétrica de FURNAS destinou, ano passado, mais de R\$ 21,5 milhões para os municípios banhados por seu reservatório. Ao ser indicada pelo Ministério de Minas e Energia para construir a Hidrelétrica de Itumbiara (USIT.O) FURNAS inicia, em meados da década de 70, um movimento estratégico de expansão de mercado para além das tradicionais fronteiras da região Sudeste. Localizada na subbacia do rio Paranaíba, na divisa dos estados de Minas Gerais e Goiás, a usina, com capacidade instalada de 2.082 MW, a maior de FURNAS, foi projetada para atender as necessidades crescentes de carga do Distrito Federal. Inaugurada há 25 anos, ela detém o título de menor custo de construção do país, cerca de US\$ 370,00 o kW. A formação do reservatório influenciou positivamente a industrialização, ampliando, ainda, o potencial das atividades turísticas e de lazer naquela microrregião, além de servir como uma fonte constante de receita garantida para os 14 municípios banhados pelo lago.<sup>55</sup>

Tomando como base a provocação de Paula e Corrêa acerca do obscurecimento de questões socioambientais em meio à propagação de discursos de cunho desenvolvimentista, quais outras questões poderiam ser pensadas a partir do estabelecimento de narrativas como estas? Quais outros elementos podem não estar visíveis ao se colocar tal hidrelétrica como fator de fundamental importância para o desenvolvimento de uma região, com influências positivas na industrialização, nas atividades turísticas e de lazer, além de servir aos municípios como fonte permanente de receitas? Certamente, o movimento analítico capaz de lançar alguma luz sobre esses questionamentos não deve ter outro fundamento que não o processo histórico. Desse modo, a indicação de Furnas para a construção de “Itumbiara” e o movimento estratégico de expansão do mercado da empresa indicados na reportagem supracitada representam parte significativa desse processo.

A mencionada expansão do mercado de Furnas “para além das fronteiras tradicionais do Sudeste” não pode ser reduzida a uma estratégia meramente mercadológica. De outro modo, seguindo a trilha indicada por Mendonça linhas atrás, há toda uma série de disputas políticas travadas entre parcelas das elites nacionais que vão culminar em determinadas formatações

---

<sup>55</sup> Revista FURNAS, Ano XXXIII, n. 336. Rio de Janeiro: Furnas, jan. 2005. p. 6.



assumidas pelo Estado brasileiro, nas quais as alterações das fronteiras políticas e econômicas desempenharão papel preponderante. A “escolha” de Furnas pela região de Itumbiara, entre o Sul de Goiás e o Triângulo Mineiro, para a implementação de seu maior projeto deu-se em meio à influência destas alterações nas fronteiras políticas e econômicas que, por sua vez, estão relacionadas com o avanço das relações capitalistas de produção.

Barsanufu Gomides Borges, na obra “Estado e economia no Brasil Central: o poder dos grandes produtores rurais” contribui, em grande medida, para a compreensão acerca da estruturação do Estado brasileiro a partir de 1930 e suas repercussões no que tange à adoção de uma política de alargamento dos espaços produtivos. Recuperando amplo debate historiográfico concernente ao tema, o autor considera a chamada “Revolução de 30”<sup>56</sup> como momento fundamental para os rumos assumidos pelo país nas esferas política, econômica e social. A Crise do Estado oligárquico teria oferecido condições para centralização política estabelecendo bases para profunda intervenção estatal. O caráter cada vez mais autoritário assumido pelo governo Vargas, não significaria, no entanto, o predomínio absoluto de um indivíduo ou grupo social no âmbito das políticas instituídas pelo Estado.

De outro modo, uma amalgama de forças políticas teria assumido o compromisso de alterar os rumos da economia do país, elegendo como campo privilegiado o setor urbano-industrial capitaneado pelo Sudeste. Um robusto processo de industrialização voltado para a realização interna do valor seria a saída para a vulnerabilidade do papel primário-exportador desempenhado pelo Brasil na divisão internacional do trabalho; naquele momento, ainda mais fragilizado pela crise internacional iniciada em 1929, que solapava os preços agrícolas, especialmente no caso do café. Prosseguindo com essa perspectiva de análise, Borges avalia que:

Calcada historicamente em uma estrutura agrária tradicional, a economia brasileira, para se transformar, exigia do novo regime uma política sistemática e agressiva de conquista de novos espaços econômicos na fronteira. A classe dirigente via na ocupação das áreas pioneiras um fator decisivo na criação de uma nova ordem econômica e social no país. A política expansionista do Governo Vargas foi apresentada pelos seus ideólogos como alternativa capaz de acelerar o desenvolvimento da nação. Assim, a fronteira adquiriu um forte conteúdo ideológico expresso na chamada *Marcha para o Oeste*.<sup>57</sup>

---

<sup>56</sup> Como expresso anteriormente, tendo a concordar com a avaliação de Sonia Regina de Mendonça como sendo tal movimento um golpe de Estado.

<sup>57</sup> BORGES, Barsanufu Gomides. **Estado e economia no Brasil Central: o poder dos grandes produtores rurais**. Goiânia: Ed. da UCG, 2009. p. 30.

Indicada como solução para os problemas da nação, a fronteira começa a figurar nos discursos oficiais de Vargas como espaço em que as condições socioeconômicas capazes de conduzir o país ao desenvolvimento estariam presentes. Nas palavras do ditador, em Cuiabá, no ano de 1941, seu governo estaria promovendo “[...] a estruturação dos núcleos básicos do nosso crescimento, não apenas ao longo da faixa marítima, mas abrangendo a totalidade do país”<sup>58</sup>. No fundo desse incentivo a uma “Marcha para o Oeste” como forma de ocupar os espaços “vazios” e colocar o país como um todo nos trilhos do progresso residia a destinação do Centro-Oeste brasileiro como o espaço a ser preenchido por grandes contingentes de imigrantes de todo o país que deveriam se ocupar da produção de alimentos, a preços baixos, de modo a sustentar o crescimento industrial do Sudeste. A incorporação desse espaço produtivo era, assim, imprescindível para a nova lógica de acumulação capitalista voltada para o desenvolvimento de um mercado interno, a qual o Estado vinha definindo como seu objetivo mais premente.

Apesar de toda propaganda, Borges avalia que não houve ações expressivas por parte do Governo Vargas que pudessem viabilizar a expansão político-econômica para o Centro-Oeste. A pecuária extensiva teria sido o setor mais beneficiado, inclusive iniciando um processo de racionalização da produção em algumas áreas, ainda nos anos 1940. De resto, naquela época os incentivos estatais teriam se resumido na implantação de algumas estradas, no apoio à construção de Goiânia, na criação da Fundação Brasil Central (FBC) e de colônias agrícolas, como no caso da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG). Todas essas iniciativas foram pouco efetivas no que diz respeito à instituição de uma grande “marcha para o Oeste”, embora, pode-se admitir, tenham lançado bases para a futura expansão na região.

Na obra “Goiás nos quadros da economia nacional: 1930-1960”, analisando mais especificamente as transformações históricas da sociedade goiana no contexto da expansão capitalista no Brasil após 1930, Borges considera a construção de Brasília, nos anos 1950, juntamente com sua rede de estradas de rodagem, a ação mais contundente para o avanço da fronteira agrícola no Centro-Oeste. A transferência da capital nacional para o meio do cerrado goiano, assim como toda a infraestrutura que se mobilizou em torno dela, teriam contribuído para uma modificação substancial da geografia política e econômica do país, dando largos passos em direção à ocupação econômica do território brasileiro, no sentido do que se iniciara a partir de 1930.

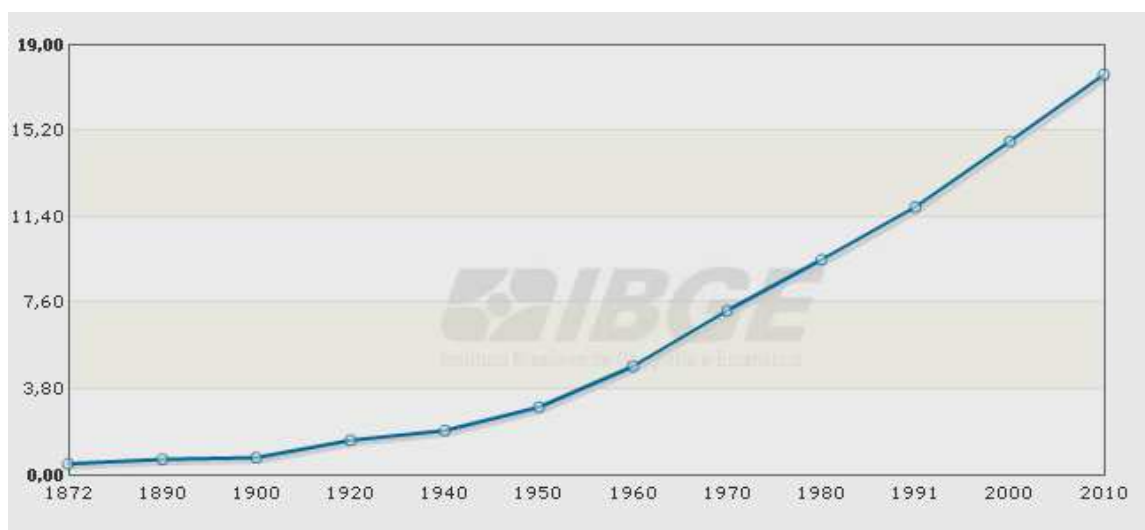
---

<sup>58</sup> Getúlio Vargas em discurso proferido em Cuiabá, em 1941. In: *Ibid.*, p. 31.

Os dados do IBGE expressos no gráfico abaixo, figura 5, oferecem alguns sinais acerca da efetividade das medidas estatais quanto à ocupação do Estado de Goiás. A partir dos anos 1940 fica bastante evidente a elevação da curva de densidade demográfica nessa unidade da federação, com ascendência bem mais agressiva em meados da década de 1950, justamente o período da construção de Brasília. A movimentação gerada pelo erguimento da capital teve grande impacto no direcionamento dos fluxos migratórios que já vinham se acentuando desde os tempos do primeiro Governo Vargas. As estimativas referentes ao intervalo 1940-1960 revelam um crescimento anual da população de Goiás significativamente acima da média nacional, com taxas de 4,9% e 3,2%, respectivamente.

Todo esse processo de avanço das relações capitalistas – não poderia ser diferente – acabou gerando uma série de demandas dentro das regiões incorporadas à nova dinâmica de acumulação. No caso de Goiás, o aumento populacional, em boa parte advindo de sua inclusão como fronteira agrícola, gerou a necessidade de maior disponibilidade de energia elétrica para a região. O avanço da urbanização, a construção de Brasília e, antes, a construção de Goiânia, assim como o crescimento de muitas outras cidades, tornava urgente o aumento do parque gerador. Essa questão foi claramente evidenciada já na redação do projeto de lei nº 4.277, referente ao Plano Nacional de Eletrificação (PNE) enviado ao Congresso Nacional em abril 1954<sup>59</sup>.

Figura 5 – Densidade demográfica em Goiás, no período 1872-2010



<sup>59</sup> Mais informações em: BRASIL. **Panorama do setor de energia elétrica no Brasil**/Panorama of electric power sector in Brazil. Coordenação Paulo Brandi de Barros Cachapuz. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2006. p. 168-171.

Fonte: IBGE (2018).<sup>60</sup>

Na Memória Justificativa do referido plano, apresentada a Vargas pela Assessoria Econômica do Gabinete Civil da Presidência da República, era preciso investir na expansão do parque de geração elétrica, contemplando-se três grandes sistemas desde o extremo sul ao nordeste oriental do país. Além da estruturação desses grandes sistemas, o plano também fazia referência ao aproveitamento hidrelétrico de Cachoeira Dourada-GO, no rio Paranaíba, que deveria atender ao Sul de Goiás e o Triângulo Mineiro.

Tendo sua construção iniciada ainda em 1954, a hidrelétrica de Cachoeira Dourada, logo seria encarada pelo governo goiano como solução para a crise de abastecimento que vinha se agravando cada vez mais, ameaçando o desenvolvimento econômico do Estado. Com a criação das Centrais Elétricas de Goiás S.A. (Celg), em 1955, as obras da hidrelétrica passariam ao controle da concessionária estadual, a qual redimensionaria sua capacidade para 400.000 kW. Inaugurada as duas primeiras unidades geradoras em 1959, Cachoeira Dourada logo receberia a incumbência de suprir a demanda energética da recém construída capital do país. Entretanto, poucos anos depois começariam a surgir os primeiros sinais de que outras medidas seriam necessárias para sanar as necessidades tanto de Brasília quanto do Estado. A convocação de reuniões pelo então ministro das Minas e Energia, Mauro Thibau, denotam indícios nesse sentido. Convocada para o dia 12 de janeiro de 1965 com a finalidade específica de se discutir o “problema de suprimento de energia a Brasília”, uma dessas reuniões contaria com a presença de Octávio Marcondes Ferraz, presidente da Eletrobrás, de representantes da Celg, Cemig e do Departamento de Força e Luz da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (DFL-Novacap). Abaixo, seguem-se trechos da ata da referida reunião que podem ser mais elucidativos quanto à interpretação do problema por parte dos atores da época.

Reportando-se à reunião de 26. 6. 64, o senhor Marcondes Ferraz lembrou que tinha ficado praticamente assentada a constituição de uma subsidiária da Eletrobrás para assumir a responsabilidade do fornecimento de energia a Brasília, depois de prévios entendimentos entre a prefeitura e a Novacap. O senhor Paulo Mello, representante da Novacap, objetou que a lei nº 4545, de 10 de dezembro de 1964, da reforma administrativa do Distrito Federal, publicada no Diário Oficial de 14 de dezembro de 1964, autoriza a criação de empresa para administrar os serviços de energia elétrica da capital, desde que a maioria das ações seja da prefeitura de Brasília. Havendo, pois, colisão entre as duas idéias – a da entrega à Eletrobrás e a da constituição de uma empresa

---

<sup>60</sup> IBGE. Densidade Demográfica. 2018. Disponível em: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=10&op=0&vcodigo=POP117&t=densidade-demografica>. Acesso em: 20 nov. 2010.

autônoma pertencente ao Distrito Federal – ficou de comum acordo que o problema fosse transferido para uma próxima reunião, depois de ouvidos os Srs. Ministro e Prefeito do Distrito Federal. No entanto, diante de informações prestadas pelos representantes do D.F.L. [Departamento de Força e Luz] segundo os quais a situação de fornecimento de energia elétrica atravessa fase crítica – com desligamento alternado de circuitos durante vinte e quatro horas – discutiu-se, a seguir, uma solução provisória que possibilitasse à imediata utilização da suplementação proporcionada pela interligação de Peixotos-Cachoeira Dourada.<sup>61</sup>

Embora tenha ocupado boa parte da reunião, conforme o que foi registrado na ata, a questão do suprimento de energia a Brasília não se resumia a uma contenda burocrática e/ou legal, não bastando apenas ser definido a quem seria entregue a administração dos serviços de energia elétrica da capital. Havia também o problema de insuficiência do parque gerador da região em suprir a crescente demanda referente ao Estado de Goiás e Brasília, pela qual a usina de Cachoeira Dourada vinha sendo a principal responsável. Uma correspondência enviada ao Ministério das Minas e Energia, em 13 de julho de 1964, indica sérias dificuldades enfrentadas pela Celg quanto à continuidade do processo de expansão da capacidade geradora de sua maior hidrelétrica. Diante dos problemas, a carta solicita auxílio por parte do ministro daquela pasta quanto ao financiamento da segunda etapa de Cachoeira Dourada, sob pena de as obras serem abandonadas pelo consórcio responsável por falta de pagamento.

Outra correspondência encaminhada ao mesmo ministério por parte do presidente da Eletrobrás, Octávio Marcondes Ferraz, em 29 de julho de 1964, ajuda a compreender a agudeza do problema pelo qual vinha passando a Celg e, por extensão, o abastecimento do Distrito Federal.

Senhor Ministro:

Tendo em vista as recomendações expressas de V. Exa. no sentido de cumprir determinação do Excelentíssimo Senhor presidente da República, a Eletrobrás, em face da situação de emergência criada para o abastecimento de energia elétrica de Brasília, com a paralisação das obras de construção da usina de Cachoeira Dourada, resolveu, cooperando com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, que vinha financiando as ditas obras, deferir às Centrais Elétricas de Goiás S.A. – Celg, empréstimo de Cr\$ 12.000.000.000,00 (doze bilhões de cruzeiros), a ser entregue em parcelas, durante 3 (três) exercícios, sendo Cr\$ 3.000.000.000,00 em 1964, Cr\$ 4.500.000.000,00 em 1965 e 4.500.000.000,00 em 1966.<sup>62</sup>

<sup>61</sup> “Reunião convocada pelo senhor ministro das Minas e Energia, Dr. Mauro Thibau, para discussão do problema de suprimento de energia a Brasília”. 12 de janeiro de 1965. Fichamento da ata da reunião no dia 22 de janeiro de 2016, nos arquivos do Centro da Memória da Eletricidade no Brasil.

<sup>62</sup> Carta enviada ao gabinete do ministro das Minas e Energia pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás, no dia 29 de julho de 1964. Fichamento da carta realizado no dia 21 de janeiro de 2016, nos arquivos do Centro da Memória da Eletricidade no Brasil.

A paralisação das obras em Cachoeira Dourada – como, de fato, a correspondência da Celg alertou que ocorreria – e a agilidade com que se movimentaram os agentes do alto escalão do executivo federal para a resolução do problema denotam o quão dependente em relação à concessionária estadual encontrava-se, àquela altura, o fornecimento de energia a Brasília. Contudo, mesmo com a descentralização de recursos em favor da ampliação da capacidade geradora em Cachoeira Dourada, a solução para a demanda de energia cada vez maior na região seria construída em outros termos, conforme indicado na reportagem a seguir.

### **Brasília garante sua energia**

Brasília (Sucursal) – Pelo acordo que será assinado amanhã entre o governo do Distrito Federal e as Centrais Elétricas de Furnas, Brasília não terá problema energético até 1985. Para tanto serão investidos NCr\$ 252 milhões na construção de grandes linhas de transmissão e subestações. Ainda amanhã, o presidente da república deverá assinar decreto estabelecendo concessão para as Centrais Elétricas de Furnas iniciarem a construção da hidrelétrica de Itumbiara, no rio Paranaíba, com capacidade final de 1 milhão e 400 mil quilowatts [...] A assinatura do acordo diz respeito ao estudo feito pela Eletrobrás, que levanta todas as possíveis fontes de abastecimento do Distrito Federal, analisando-as do ponto-de-vista estratégico e econômico. Uma das soluções levantadas pela Eletrobrás refere-se a Itumbiara. A Eletrobrás conclui pela conveniência de ser também efetuada uma interligação sólida entre Cachoeira Dourada, Itumbiara e as usinas do Rio Grande, que permitirá intercâmbio amplo de energia entre a Celg e Furnas. Coube a Furnas a responsabilidade de suprimento a curto e longo prazo da carga do Distrito Federal, suprimento esse que será progressivamente aumentado à proporção em que a capacidade de Cachoeira Dourada for sendo absorvida pelo mercado da área de concessão da Celg em Goiás. A perda progressiva do mercado de Brasília não afetará a situação financeira da Celg porque se processará gradativamente, à proporção que sua capacidade geradora for sendo absorvida.<sup>63</sup>

Conforme asseverado pela reportagem, decreto presidencial nº 66.272, outorgando a Furnas concessão de aproveitamento hidrelétrico na região de Itumbiara, seria assinado em 26 de fevereiro de 1970. A construção de hidrelétrica com tamanha envergadura assumiria, de fato, naquele momento, força de solução mais perene para a crise de abastecimento de energia no Distrito Federal. Mas não apenas isto. Levando-se em consideração todas as questões expostas até aqui, a circunscrição de um projeto como o de Itumbiara ao atendimento das necessidades energéticas de Brasília, parece bastante insuficiente.

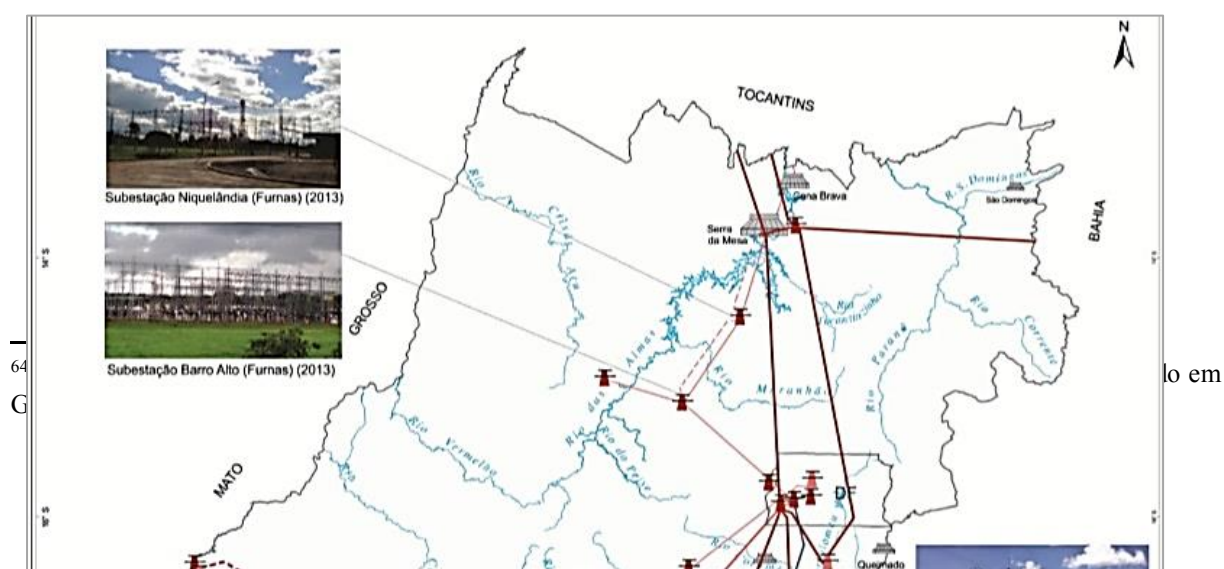
---

<sup>63</sup> Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 1970. Ano LXXIX. n. 273. p. 04. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015\\_09&pasta=ano197&pesq=Itumbiara](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_09&pasta=ano197&pesq=Itumbiara)>. Acesso em: 09 ago. 2015.

Furnas, que assumira gradativamente a responsabilidade de suprir as necessidades de energia elétrica de partes importantes do Sudeste, Centro-Oeste e Brasília, projeta seu maior empreendimento hidrelétrico para além das “tradicionais fronteiras do Sudeste”, tentando bem mais que uma simples expansão de negócios. Era preciso garantir a manutenção do brilho da nova capital nacional, mas, principalmente, o avanço das relações capitalistas para outras partes do território brasileiro. Para o prosseguimento desse ponto de vista, parece essencial que se compreenda o papel que Furnas – e, mais especificamente a UHE Itumbiara – viriam a ocupar dentro de um projeto de modernização que estava em curso no país, estando este também relacionado à interligação entre usinas, citada na reportagem. Ao enfrentar as contradições dentro dos variados processos de modernização, tentando também por em movimento a dimensão territorial dos mesmos, a tese de doutoramento de Dênis Castilho, “Modernização Territorial e Redes Técnicas em Goiás”, contribui significativamente para tal objetivo.

Analisando o processo de constituição dos sistemas de transmissão e distribuição elétricos relativos às demandas internas de Goiás, o autor chega à conclusão de que é impossível compreendê-lo sem considerar as redes de energia e as demandas de consumo nacionais. A partir do mapa que se segue – embora se trate de representação cartográfica a demonstrar mais claramente as principais hidrelétricas, subestações e redes de transmissão e distribuição do território goiano – é possível perceber na bacia do Rio Paranaíba, divisa entre Goiás e Minas Gerais, uma série de aproveitamentos hidrelétricos: Emborcação, Itumbiara, Cachoeira Dourada e São Simão. Seguindo a argumentação de Castilho, a localização de tais aproveitamentos na região em questão diz respeito não apenas às necessidades de consumo de Minas Gerais e Goiás, mas também a uma demanda nacional cada vez maior – perspectiva esta que o autor procura sustentar a partir do suposto de que a bacia do Paranaíba pertence à chamada “Região Concentrada”, maior consumidora de energia elétrica do país<sup>64</sup>.

Figura 6 – Rede de transmissão e subtransmissão de energia elétrica em Goiás, em 2012 (modificado)



Fonte: Castilho (2014)<sup>65</sup>.

Em continuidade à argumentação anterior, faz-se necessário apontar como a UHE Itumbiara (cujas centralidade para a presente tese justifica que sua posição no mapa seja destacada pela linha amarela que a circunda) tem funcionado como um enclave não apenas produtivo, mas também como importante ponto de integração no interior do Sistema Interligado Nacional (SIN). Nesse sentido, cumpre trazer aqui apontamentos de Castilho de modo a que esclareçam a dinâmica das linhas de transmissão que passam pela referida hidrelétrica:

[a primeira linha de transmissão] corta o Sudoeste Goiano interligando a UHE Itumbiara, passando pela subestação de Rio Verde até alcançar a subestação de Ribeirinho, no Mato Grosso, seguindo até Cuiabá e à UHE Jauru, cortando esse estado de leste a oeste. A partir da UHE Itumbiara, essa linha também está interligada a UHEs mineiras e ao Sistema de Interligação do Sudeste/Sul do Brasil. [Este sistema de transmissão também] [...] interliga as UHEs Itumbiara e Emborcação, no Sul Goiano, à Brasília por duas linhas. Também há linhas com 500 kV de tensão interligando a UHE Itumbiara à UHE São Simão, e esta ao Sistema de Interligação do Sudeste/Sul do Brasil.<sup>66</sup>

Note-se que a narrativa construída por Castilho atua, a um só tempo, complementando e extrapolando os limites da representação cartográfica, também de sua autoria, disposta na

---

<sup>65</sup> Ibid., p. 149.

<sup>66</sup> CASTILHO, Dênis. **Modernização territorial e redes técnicas em Goiás**. 2014. 221 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais. p. 148-149.



página anterior. Tal contradição se faz apenas de modo aparente, na medida em que ao mapear a distribuição das redes de transmissão e distribuição em Goiás, demonstrando também suas relações com o SIN, o autor contribui para que se compreenda a expansão das relações capitalistas em meio a um processo de modernização territorial que avança de maneira desigual e que se apoia fortemente na estruturação de redes de energia elétrica. Com relação a Goiás, ainda conforme indicações do autor, “[...] as principais redes de transmissão revelam arranjos que atendem o Sistema Interligado Nacional, as regiões metropolitanas de Goiânia e Brasília e os setores econômicos ligados aos complexos carnes, grãos e minérios”<sup>67</sup>. De maneira mais diretamente ligada à conjuntura que estabeleceu as bases para o surgimento destes complexos mencionados por Castilho, Barsanufu Gomides Borges considera que:

A necessidade crônica de divisas externas e a expansão do capitalismo obrigaram os governos militares a adotar uma nova política agrícola para o país. Assim, ocorreu uma reorganização capitalista no campo que deu início ao desenvolvimento de um novo padrão agrário, que redefiniria o papel desse setor na divisão inter-regional e internacional do trabalho. Em Goiás, as culturas de exportação, como a da soja, algodão e milho, ocupariam posição de destaque na nova formação agrária do Estado.<sup>68</sup>

Essa reorganização capitalista no campo à qual Borges se refere, com vistas à obtenção de divisas externas para o enfrentamento da crise do chamado “milagre brasileiro”, não poderia ocorrer nos moldes extensivos das políticas agrícolas até então adotadas pelo Estado. O avanço da fronteira agrícola não se mostrava mais viável para o atendimento das necessidades de produção exigidas pela nova conjuntura. O aumento da produção precisaria ocorrer mediante injeção direta de capital na agricultura, lançando-se mão de técnicas produtivas modernas.

Na tese de doutoramento “Estado e Agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira, 1960-1980”, Wenceslau Gonçalves Neto considera que essa nova ótica de acumulação de capital na agricultura, na qual as exigências de investimento em capital constante (máquinas agrícolas, insumos etc.) dar-se-iam em escalas bem mais elevadas, também acarretaria por parte do setor agrário a exigência de maiores níveis de lucratividade<sup>69</sup>.

---

<sup>67</sup> Ibid., p. 187.

<sup>68</sup> BORGES, Barsanufu Gomides. **Goiás nos quadros da economia nacional: 1930-1960**. Goiânia: Ed. da UFG, 2000. p. 107.

<sup>69</sup> GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e Agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira**. 1991. 368 f. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991. p. 143.

É na iminência de um acirramento do conflito de interesses entre os setores urbano-industrial e o setor agrário que o Estado viria a entrar em cena como árbitro, procurando atender os interesses do capital presente no campo. Gonçalves Neto salienta que o aprofundamento do processo de acumulação na agricultura não significaria a saída da mesma de uma posição de subordinação. Essa modernização e realização do capital no interior do setor agrário viria a ocorrer em consonância com os interesses do setor urbano-industrial, na medida em que seria desenvolvido todo um parque industrial voltado para o fornecimento de maquinários, insumos, adubos, sementes, defensivos, assim como para a transformação da produção agrícola. Nesse sentido, o autor considera a atuação estatal como sendo a de um agente do capital em geral, mas também de formulador de políticas específicas para o “agro”: sem mexer no quinhão da indústria, o governo adotaria o crédito subsidiado como principal medida de apoio à agricultura, transferindo recursos do conjunto da sociedade para promover a acumulação no campo<sup>70</sup>.

No que tange a esse crédito rural subsidiado, a constatação é de que a maioria dos recursos fora destinado aos grandes produtores, que alcançaram 53% dos fundos, demonstrando claramente o caráter discriminatório do processo de modernização da agricultura brasileira. Valendo-se do estudo de Luís Carlos Guedes pinto, Gonçalves Neto procura dar sustentação ao argumento de que uma modernização conservadora é o que, efetivamente, perpetrou-se no seio da agricultura brasileira em razão das medidas adotadas para o setor, especialmente na segunda metade dos anos 1970. Tal questão se evidenciaria na medida em que 1% dos maiores contratos, que açambarcaram 40% do crédito agrícola, disporia de quase metade da propriedade da terra do país, indicando “[...] o quanto a política agrícola é [tem sido] condicionada pela estrutura agrária e esclarece o sentido da modernização conservadora: alterar a base técnica sem alterar a estrutura agrária”<sup>71</sup>. Esse privilegiamento na distribuição do crédito também seria patente em relação a alguns produtos, notadamente os destinados ao mercado externo e os que substituíam importações (café, soja, cana e trigo). Por fim, a questão regional mostrar-se-ia elemento determinante para a distribuição do crédito, ficando as regiões Sul e Sudeste com a maioria dos recursos, seguidas pelo Centro-Oeste com uma participação regular nos financiamentos<sup>72</sup>.

Na esteira das colocações de Gonçalves Neto acima, entre 1974 e 1975, diversos programas de apoio a atividades agropecuárias foram lançados. Voltado mais especificamente para o Centro-Oeste e o Oeste de Minas Gerais, O POLOCENTRO (Programa de

---

<sup>70</sup> Ibid., p. 144.

<sup>71</sup> GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e Agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira**. 1991. 368 f. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991. p. 244.

<sup>72</sup> Ibid., p. 246.

Desenvolvimento do Cerrado) operaria com recursos na ordem de US\$ 1,8 bilhões, com o fito de promover atividades de infraestrutura, pesquisa agropecuária e financiamento rural. Em harmonia com o que se discutiu até aqui, Gilberto José de Faria Queiroz avalia que programas como o POLOCENTRO estruturaram-se como um modelo de desenvolvimento regional e agrícola bastante parcial e/ou seletivo. Sob esse ponto de vista, o autor argumenta que o processo de modernização da agricultura em Goiás:

Concentrou-se em alguns produtos selecionados de exportação em detrimento de culturas domésticas voltadas para o mercado interno; encontrou nos maiores produtores o mercado de crédito substancial, dedicando parques volumes financeiros para os pequenos produtores e, em termos espaciais o movimento esteve concentrado regionalmente no centro-sul, área mais próxima de São Paulo [...].<sup>73</sup>

Na mesma linha dos autores anteriores, porém concentrando-se mais detidamente na modernização da agricultura nas áreas de cerrado do Sul Goiano, a tese de doutoramento de Claudecir Gonçalves, discute como determinadas políticas públicas atuaram seletivamente no que diz respeito à introdução e fortalecimento da soja na região em tela. Por esse viés, programas como o PLADESCO (Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro-Oeste) destinariam cerca de US\$ 11,6 milhões para regiões como Itumbiara e Rio Verde, no intuito de que estas desenvolvessem o cultivo da soja, assim como outros artigos de exportação. Gonçalves destaca ainda como o referido processo faz parte da reestruturação da divisão inter-regional do trabalho, na qual regiões como Goiás passam a operar dentro dos chamados complexos agroindustriais (CAIs)<sup>74</sup>, tendo sua produção agrícola capturada por um circuito produtivo subordinado à indústria.

Todo o conjunto de questões levantadas ao longo deste item contribui significativamente para que se aquilate o papel desempenhado por Furnas e, de modo mais específico, pela UHE Itumbiara, diante da crise econômica que atingiu o país, no contexto do esgotamento do chamado “milagre brasileiro”. No caso da UHE Itumbiara, o que se procurou demonstrar é

---

<sup>73</sup> QUEIROZ, Gilberto José de Faria. **Modernização Agrícola e Transformações Socioespaciais em Goiás: Desigualdades e concentração no desenvolvimento regional no período 1930 a 2007**. 2010. 276 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010. p. 69-70.

<sup>74</sup> Embora não rejeite a validade de se definir formalmente o Complexo Agroindustrial em termos de “um conjunto formado pela sucessão de atividades vinculadas à produção e transformação de produtos agropecuários e florestais”, Gonçalves defende a necessidade de se observar tal fenômeno em perspectiva mais ampliada, de modo que se possa perceber a dinâmica no qual se insere, qual seja a do capital industrial e financeiro que opera em escalas que vão do regional ao internacional. Ver mais em: GONÇALES, Claudecir. **As políticas públicas, a modernização dos cerrados e o complexo soja no Sul Goiano: 1970-2005**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008. p. 82-91.

como a mesma acabaria assumindo posição estratégica na garantia de uma interligação do sistema elétrico do Sudeste para o Centro-Oeste, o que, como demonstrado, evoluiria posteriormente para um sistema nacional. Interligação esta que, aos poucos, aliviaria a Celg da responsabilidade para com o sustento do Distrito Federal, de modo a garantir que sua capacidade geradora estivesse, primordialmente, voltada para a demanda de energia elétrica cada vez mais intensa enfrentada por Goiás, dentro de uma nova divisão inter-regional do trabalho na qual regiões como o Sul Goiano, por exemplo, deveriam ser integrados, seguindo uma lógica de modernização da agricultura que privilegiaria produtos de exportação como a soja.

### **1.6 Hidrelétrica de Itumbiara: entre projeções e contradições**

Em decorrência do caminho que se trilhou ao longo do item anterior surge, neste momento, a necessidade que se proceda à abordagem de um conjunto de questões suplementares por meio das quais seja possível compreender de maneira mais aprofundada as projeções e contradições em torno da UHE Itumbiara. Tal empreendimento requer, forçosamente, uma remissão aos anos iniciais da década de 1960, momento em que Furnas é transformada em subsidiária da recém-criada Eletrobrás, passando a ter responsabilidade quanto à geração e transmissão de energia elétrica ao Sudeste e Centro-Oeste. Diante da premência cada vez maior de se constituir sistemas interligados, Furnas teria se incumbido da reunião das principais concessionárias do Sudeste para elaboração de um estudo de suprimento para a região. Os estudos realizados pelo grupo teriam servido então de base para a política de atuação do Ministério das Minas e Energia.

O aprofundamento dos estudos encabeçados por Furnas viriam, em 1961, quando o Banco Mundial, tendo recebido da Cemig solicitação de financiamento para realização de levantamento dos recursos hidroenergéticos de Minas Gerais, sugere a ampliação para toda a região Sudeste, concedendo, para tanto, financiamento de 2,5 milhões de dólares. Foram escolhidas três empresas de engenharia para a execução dos estudos – duas canadenses (*Montreal Engineering Company* e *G. E. Crippen and Associates*) e uma estadunidense (*Gibbs and Hill*) que formaram o consórcio Canambra, cujo nome refere-se à nacionalidade dos envolvidos: Canadá, EUA (América) e Brasil. Na ocasião:

Os estudos conduzidos pela Canambra, em estreita colaboração com técnicos brasileiros das empresas de energia elétrica, representaram o maior e mais

completo planejamento elétrico integrado até então realizado no mundo ocidental. A extensão da área total investigada, as centenas de locais pesquisados e a profundidade das análises técnico-econômicas permitem situar os relatórios da Canambra como um marco decisivo na história do setor. Os estudos contribuíram para a formação de centenas de técnicos brasileiros que posteriormente integrariam os órgãos de planejamento das principais concessionárias estatais e firmas projetistas privadas.<sup>75</sup>

Por meio dos estudos da Canambra<sup>76</sup> – que, a bem da verdade, esteve assessorada por um “Comitê Coordenador de Estudos Energéticos da Região Centro-Sul (Sudeste)”, criado pelo Ministério das Minas e Energia e do qual Furnas fazia parte –, chegou-se à bacia do rio Paranaíba, visualizando-se, nela, locais com potencial para a estruturação de aproveitamentos hidrelétricos – dentre eles, Itumbiara. Segundo consta do volume I do “Projeto de Aproveitamento Hidrelétrico de Itumbiara”, datado de janeiro de 1974, Furnas, iniciara, em 1969, estudos comparativos que endossariam o que a Canambra havia projetado, ou seja, 496,0 m de cota de represamento e 1.021 MW de potência de geração.

De posse dos dados referentes não só a Itumbiara, mas também de outros aproveitamentos (Emborcação, Tupaciguara e Anhanguera), Furnas emite, em janeiro de 1970, relatório de “Pedido de Concessão de Trechos de Rio – Rio Paranaíba, Rio Araguari e Rio Corumbá”, para instrução de requerimento junto ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE). A aprovação do estudo de viabilidade técnico-econômico-financeiro relativo a Itumbiara se daria em fevereiro do mesmo ano e, segundo o decreto presidencial nº 66.262, o aproveitamento estaria circunscrito à “[...] cota máxima de represamento fixada no despacho de aprovação dos estudos apresentados”<sup>77</sup>, ou seja, 496,0 m. Cumpre ressaltar que essa cota seria alterada para 520,0 m, o que, segundo Furnas, teria tornado o projeto economicamente mais eficiente, com significativo rebaixamento do custo do quilowatt instalado.

Como evidenciado em passagens anteriores, a supracitada alteração da cota de represamento teria possibilitado a ampliação da envergadura de Itumbiara, alçando a hidrelétrica ao posto de maior do sistema Furnas e uma das maiores do país. De outro modo, para além da exaltada grandiosidade obtida mediante a alteração das especificações outrora

---

<sup>75</sup> BRASIL. Panorama do setor de energia elétrica no Brasil = Panorama of electric power sector in Brazil. Coordenação Paulo Brandi de Barros Cachapuz. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2006. p. 289.

<sup>76</sup> Decretos n. 53.958 e 60.262, promulgados em junho de 1964 e em fevereiro de 1967.

<sup>77</sup> BRASIL. Decreto n. 66.272, de 26 de Fevereiro de 1970, publicado no diário oficial da União em 27 de fevereiro de 1970. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=488911&id=14315143&idBinario=15705236&mime=application/rtf>>. Acesso em: 09 nov. 2016.

projetadas, cabe também um aprofundamento em relação aos demais efeitos resultantes de tal modificação. Nesse sentido, prosseguir com o exame da documentação disponível parece ser o caminho mais adequado para a consecução desse objetivo.

O documento “Usina Hidrelétrica de Itumbiara - estudo, formação e enchimento do reservatório: efeitos no meio ambiente”, fora apresentado em maio de 1980, um mês antes de ter entrado em funcionamento comercial sua primeira unidade geradora, com a seguinte finalidade:

[...] desenvolver cada vez mais a sensibilidade para os problemas ligados ao meio ambiente, e, tendo como objetivo principal, maximizar os benefícios que a construção de uma usina hidrelétrica trará à comunidade não só sob o ponto de vista de fornecimento de energia elétrica, mas todas aquelas oriundas de formação de um lago, tais como atividades pesqueiras, lazer, recreação, irrigação, etc. Além disso, procura-se minimizar os efeitos negativos com estudos adequados no que concerne ao meio ambiente físico, biológico e sócio-econômico.<sup>78</sup>

Em um período em que ainda não eram exigidos estudos de impacto ambiental para liberação de empreendimentos hidrelétricos<sup>79</sup>, Furnas, arvora-se em Itumbiara começar projeto pioneiro rumo à sensibilização “para os problemas ligados ao meio ambiente”, alegando buscar equilíbrio entre as necessidades de progresso para o país e o bem estar da natureza e das populações imediatamente próximas às atividades da usina.

Nesse documento, há indicação de diversos estudos ambientais preliminares produzidos por meio de convênio entre Furnas e instituições como o *The Cary Arboretum of the New York Botanical Garden* e o “Museu de História Natural da Universidade Federal de Minas Gerais”,

---

<sup>78</sup> MELLO, J. A. B; BRITO, L. E.R.S; COHEN, J. H. A. O. V. **Usina Hidrelétrica de Itumbiara** - estudo, formação e enchimento do reservatório: efeitos no meio ambiente. Rio de Janeiro: Furnas, 1980. Apresentação/Sem página indicada.

<sup>79</sup> O Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), viria a ser instituído em agosto de 1981, sendo que os Estudos ou Relatórios de Impacto sobre o Meio Ambiente (RIMA) só seriam mais claramente exigidos por meio da resolução 001 expedida pelo órgão em 1986. A regulamentação relativa a processo de licenciamento ambiental viria só em setembro de 1987, exigindo, no âmbito do setor elétrico: Licença Prévia (LP), relativa à execução do projeto básico, a Licença de Instalação (LI), requisito mínimo para o início das obras, e a Licença de Operação (LO), liberando o enchimento do reservatório, no caso dos projetos hidrelétricos. A Eletrobrás, por sua vez, criaria o Departamento de Meio Ambiente (Dema), em agosto de 1987, vinculado à Diretoria de Planejamento e Engenharia. No contexto da redemocratização, momento de crescentes questionamentos quanto aos impactos socioambientais, o Dema passaria a orientar a participação da Eletrobrás no Conama. Antes disso, houve também a criação do Comitê Consultivo do Meio Ambiente (CCMA) da Eletrobrás, em dezembro de 1986, e do Comitê Coordenador de Atividades de Meio Ambiente do Setor Elétrico (Comase), em abril de 1988. Por fim, importa também ressaltar que, o Plano Nacional de Energia Elétrica 1987-2010, teria sido o primeiro a “considerar de forma ampla e integrada, os impactos sociais e ambientais inerentes à implantação de usinas e linhas de transmissão”. Ver mais detalhes em: Panorama do setor de energia elétrica no Brasil = Panorama of electric power sector in Brazil / Coordenação Paulo Brandi de Barros Cachapuz. – Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2006.pp. 283-307.

que teriam possibilitado inventariar os artrópodos existentes na área, o estudo planctônico, da ictiofauna e outros aspectos de cunho biológico; além de um mapeamento do meio ambiente físico e de aspectos climáticos, “[...] buscando minimizar o impacto ecológico que se cria com as diversas modificações introduzidas no ambiente, com a construção de uma represa de tal porte”.<sup>80</sup>

Publicada no jornal *Tribuna de Minas* no dia 9 de dezembro de 1975 (portanto, bem no início da construção de Itumbiara), a reportagem que se segue, procura dar vazão ao que seria o pioneirismo de Furnas no que se refere ao desenvolvimento de pesquisas voltadas para a minimização dos impactos ambientais muito comuns em obras de aproveitamento hidrelétrico.

Redes de espera, tarrafas, arrasto, covos, anzóis e processos químicos – entre outros recursos – estão sendo utilizados pela Universidade Federal de Minas Gerais nos estudos ecológicos que realiza, a pedido de FURNAS, no rio Paranaíba, onde a Companhia já começou a construir a que será a maior usina do seu sistema: a Hidrelétrica de Itumbiara, na divisa de Minas Gerais e Goiás, com 2.100.000 KW. Os estudos – iniciados em março do ano passado – incluem consultas às coleções de plantas do futuro reservatório e reconhecimento aéreo, terrestre e aquático da região. Para isso, a UFMG estabeleceu 15 estações que servem como pontos-base para as coletas de material e dados biológico, assim como físicos e químicos no que se refere à água. Os grupos encarregados dos trabalhos já realizaram 18 viagens a Itumbiara, o ponto base, dali partindo para numerosas outras localidades, para trabalhar em outras regiões mais afastadas, dado a grande extensão da área a ser coberta pelo futuro reservatório. Nessas viagens, só a coleta de material zoológico atingiu a um total de 10.295 exemplares, dos quais 7.296 determinados, fichados e catalogados [...] “Dentro da conjuntura nacional, a atitude tomada por FURNAS com relação ao presente projeto de estudos ecológicos reveste-se de caráter pioneiro, pois até o momento se tem olhado o aspecto da implantação das usinas com o intuito da geração de energia elétrica, desprezando-se o potencial biológico existente nas coleções de águas utilizadas. Tal conduta, em nossa opinião, é da maior importância para a economia e cultura brasileira, além da preocupação com o equilíbrio natural”.<sup>81</sup>

Considerando o período de construção da obra, década de 1970, de fato fica difícil contestar o caráter pioneiro do trabalho realizado, em termos de avaliação dos impactos ambientais. No entanto, alguns questionamentos podem ser feitos em relação à intensidade da preocupação de Furnas e demais empreendedores quanto aos impactos socioambientais

---

<sup>80</sup> MELLO, J. A. B; BRITO, L. E.R.S; COHEN, J. H. A. O. V. **Usina Hidrelétrica de Itumbiara** - estudo, formação e enchimento do reservatório: efeitos no meio ambiente. Rio de Janeiro: Furnas, 1980. Apresentação/Sem página indicada. p. 7

<sup>81</sup> *Tribuna de Minas*, Uberlândia, ano IX, n. 1328, 09 dez. 1975. Não paginado.

derivados do erguimento da barragem. Por esse viés, o estudo que se segue, relativo à formação do reservatório de Itumbiara, oferece elementos importantes para a discussão.

[...] 4. Inicialmente, verificou-se que o Rio Corumbá, entre o reservatório de Itumbiara na cota 496,0m projetada pela Canambra, e o local de Aproveitamento de Fêcho da Onça, existem 18m de queda inaproveitada na extensão de 6km; 5. Passou-se, então, a investigar a possibilidade de implantar o reservatório de Itumbiara na cota 514,0 m. Este reservatório coincidiria o seu nível com o canal de fuga de Fêcho da Onça, portanto, sendo eliminado no Rio Paranaíba o pequeno aproveitamento de Anhanguera. Restaria, aí, por isso, inaproveitáveis 6 metros de queda, o que poderia ser evitado com o deslocamento para jusante do Aproveitamento de Emborcação. Pelo mesmo fato, no Rio Araguari, o Aproveitamento de Tupaciguara seria deslocado para montante, perdendo 18 metros de queda; 6. Conduzindo os estudos na mesma ordem de ideias e procurando manter a barragem de Emborcação na sua posição, como indicado pela Canambra, o reservatório de Itumbiara poderia ser implantado na cota máxima de represamento de 520,0 m; 7. O projeto de Itumbiara, na cota 520,0 m, acarretaria as seguintes modificações no esquema geral dos aproveitamentos referidos; 7.1. Eliminação total do reservatório de Anhanguera; 7.2. Permanência do Aproveitamento de Emborcação no local recomendado pela Canambra; 7.3. Deslocamento para montante ou permanência no mesmo local do Aproveitamento de Fêcho da Onça, visto que o afogamento do canal de fuga deste, varia de 0 a 6,0 m à medida que os níveis do reservatório de Itumbiara variassem de 514,0 m a 520 metros. Apesar de existir locais adequados para o deslocamento de Fêcho da Onça para montante, acredita-se que por ocasião do estudo de viabilidade dessa obra, dever-se-ia investigar a conveniência deste deslocamento, pois julga-se que deixa-lo no mesmo local representaria um ganho de 6 m de queda para o Aproveitamento de Fêcho da Onça no período crítico do sistema; 7.4. Deslocamento do Aproveitamento de Tupaciguara para montante, com redução de 24 m de queda; 8. Em resumo, apenas o Aproveitamento de Tupaciguara é que seria em parte sacrificado com a redução de 24 m de sua queda, não obstante os ganhos para o sistema em consequência da criação do grande reservatório de Itumbiara, representando aumento da potência firme, resultante do aumento de queda e da vazão regularizada.<sup>82</sup>

Não obstante o linguajar predominantemente tecnicista – dificuldade extra para os que não estão familiarizados com o campo de discussão –, a passagem citada, parte constitutiva do “pedido de revisão da cota máxima de represamento de 496,0 para 520,0 m referente ao aproveitamento hidrelétrico de Itumbiara”, traz a exata noção quanto à prioridade absoluta que esteve a todo o momento orientando as projeções deste aproveitamento hidrelétrico: a máxima geração de energia possível para o “progresso da região e do país”.

---

<sup>82</sup> Aproveitamento hidrelétrico de Itumbiara, pedido de revisão da cota máxima de represamento de 496,0 para 520,0m. p. 1-3. Projeto técnico disponível na Biblioteca Eletrobras (Rio de Janeiro). Pesquisa realizada no dia 12 nov. 2015.



Note-se que todo o caminho percorrido pela narrativa elaborada por Furnas procura colocar em evidência os ganhos que seriam gerados ao se aumentar o nível de represamento de Itumbiara em 24 metros além do que havia estipulado anteriormente a *Canambra Engineering Consultants Ltd.* Haveria eliminação de um reservatório, o reservatório de Anhanguera, e redução do potencial de geração em um aproveitamento previsto para Região de Tupaciguara. Tudo, perfeitamente justificável diante dos benefícios que a estruturação de um represamento significativamente maior, em Itumbiara, poderia trazer. Tais benefícios são sempre indicados na direção de um aproveitamento hidrelétrico mais eficiente em todo o sistema a ser desenvolvido na bacia do Rio Paraná. Além da geração de aproximadamente um milhão de quilowatts a mais em Itumbiara (o dobro do previsto pela Canambra), haveria uma regularização na potência geradora de todas as hidrelétricas situadas tanto acima quanto abaixo de Itumbiara.

Outro elemento bastante utilizado como justificativa para o aumento da cota de represamento a ser empregada na hidrelétrica de Itumbiara diz respeito ao custo:

Figura 7 – Quadro com resumo da Análise Econômica das alternativas de construção de Itumbiara

QUADRO 3.5				
SISTEMA PARANÁ – DESENVOLVIMENTO TOTAL				
ANÁLISE ECONÔMICA DAS ALTERNATIVAS DE CONSTRUÇÃO DE ITUMBIARA				
<u>RESUMO</u>				
ALTERNATIVA	Ia	Ib	II	III
Nível Máximo de Itumbiara (m)	496	496	514	520
Energia Média de Referência (GWh/ ano)	5.829	7.845	8.240	9.380
Custo de Geração (milhões US\$/ ano)	26,12	39,38	39,19	46,55
Energia Média de Substituição (GWh/ ano)	3.551	1.535	1.140	-
Custo de Geração (milhões US\$/ ano)	24,86	10,75	7,98	-
Custo Total de Geração (milhões US\$ ano)	50,98	50,13	47,17	46,55
Custo Médio de Geração (mills/ kwh)	5,43	5,34	5,02	4,96

Fonte: Projeto técnico disponível na Biblioteca Eletrobras (Rio de Janeiro). Pesquisa realizada no dia 12 nov. 2015.

O quadro apresentando na figura 7 acima apenas resume uma longa análise relativa aos custos de produção que poderiam ser obtidos de acordo com alguns cenários representados

pelas alternativas Ia, Ib, II e III. É importante observar nos cenários projetados nas alternativas Ia e Ib a indicação do mesmo nível de represamento (496 metros) porém com a opção Ib a projetar outras duas usinas, Tupaciguara e Anhanguera, dentro da mesma linha proposta pela Canambra. Já nas alternativas II e III seguem-se as indicações de um represamento maior em Itumbiara (514 e 520 metros, respectivamente), eliminando os projetos de Tupaciguara e Anhanguera.

Furnas expõe sua proposta de maneira que a ampliação da cota de represamento seja considerada como tecnicamente inequívoca. Dessa maneira, estando os dados demonstrando a superioridade das alternativas II e III, com aumento significativo na geração de energia e com a diminuição considerável dos custos, não restaria dúvidas quanto à estruturação de um projeto de maior envergadura em Itumbiara em detrimento de uma proposta de represamento mais modesta com a complementação de outras duas usinas menores.

Em sua tese de doutoramento, já mencionada aqui, Roberto Massei faz apontamentos quanto à opção recorrente no Brasil, de se construir grandes usinas hidrelétrica, as quais geram impactos socioambientais irreparáveis, invariavelmente, declinando a alternativa de se construir várias pequenas usinas de custo financeiro mais elevado, porém com geração de impactos socioambientais bem menores. Nesse sentido, o autor avalia que dentro das condutas adotadas, buscou-se sempre a transposição de “[...] qualquer obstáculo que, eventualmente, atrapalhasse o desenvolvimento do país”<sup>83</sup>.

Mesmo estando a referida proposta de aumento da cota de represamento respaldada pelos elementos técnicos apresentados, há que se ter clareza que sua adoção envolve principalmente a opção político-ideológica de colocar em primeiro plano um progresso que supostamente o país deveria alcançar, mesmo que para isso a inundação de uma vasta área tivesse que ser levada a cabo – como de fato iria acontecer –, aumentando potencialmente os prejuízos socioambientais.

Revela-se, nesse sentido, uma forte contradição: o trabalho ambiental pioneiro que Furnas teria realizado por ocasião do erguimento de sua maior hidrelétrica, configurar-se-ia, então, como consequência da tentativa de se explorar ao máximo possível os recursos naturais a fim de se obter maior produção energética e, por que não dizer, maior lucratividade. Por esse viés, o que poderia ser nobre engajamento de Furnas em relação à necessidade de proteção ambiental quando da efetivação de um de seus principais projetos, acaba ressoando como

---

<sup>83</sup> MASSEI, Roberto. **A Construção da Usina Hidrelétrica Barra Bonita e a Relação Homem-Natureza: vozes dissonantes, interesses contraditórios (1940-1970)**. 2007. 309 f. Tese (Doutorado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo-SP, 2007. p. 148-149.

questão menor diante da urgência de se produzir a energia necessária para a colocação do Brasil no “caminho do desenvolvimento”.

Tendo novamente como base o documento “Usina Hidrelétrica de Itumbiara - estudo, formação e enchimento do reservatório: efeitos no meio ambiente”, é possível ter acesso a outros elementos que podem corroborar a perspectiva de “mal menor”, da qual Furnas procura se valer. Nessa linha, o documento coloca em discussão dados relativos à inundação gerada pela construção da usina como absolutamente irrelevantes diante das benesses a serem alcançadas.

Isso fica claro na medida em que abordagens como a que se seguem no quadro apresentado na figura 8 abaixo procuram destacar a existência de 41 municípios situados na área de influência de Itumbiara, porém com apenas 12 sendo parcialmente atingidos pelas águas do reservatório, totalizando 740 km<sup>2</sup> de área inundada – o que, no final das contas, representaria 3,7 por cento da área total dos municípios.

Figura 8 – Quadro apresentando área inundada dos Municípios da região atingida

Municípios	Área total (km <sup>2</sup> )	Área Inundada (km <sup>2</sup> )	Proporção da Área inundada (por cento)
-----	-----	-----	-----
Água Limpa - GO	494	31	6,3
Anhangüera - GO	44	17	38,6
Buriti Alegre - GO	1008	74	7,3
Caldas Novas - GO	1791	4	0,2
Corumbaíba - GO	1954	187	9,6
Cumari - GO	577	8	1,4
Itumbiara - GO	3793	43	1,1
Marzagão - GO	214	11	5,1
Nova Aurora - GO	321	6	1,9
Araguari - MG	2774	117	4,2
Tupaciguara - MG	1995	234	11,7
Uberlândia - MG	4040	8	0,2
-----	-----	-----	-----
Região Atingida	19006	740	3,7

Fonte: Mello et al (1980)<sup>84</sup>.

Note-se que no quadro apresentado há municípios com porção substancial de seu território acometida pelas águas represadas. É o caso de Corumbaíba, com 9,6%; Tupaciguara,

<sup>84</sup> MELLO, J. A. B; BRITO, L. E.R.S; COHEN, J. H. A. O. V. **Usina Hidrelétrica de Itumbiara** - estudo, formação e enchimento do reservatório: efeitos no meio ambiente. Rio de Janeiro: Furnas, 1980. Apresentação/Sem página indicada. p. 19.

com 11%; e Anhanguera, com 38%. Entretanto, quando tais especificidades se veem submetidas à análise que privilegia somente um conjunto estatístico frio, tem-se como resultado uma situação sem muita proximidade com a realidade das perdas que a formação de um grande reservatório hidrelétrico impõe às sociedades e ecossistemas presentes em seu raio de alcance. Dentro disso, merece destaque o fato de que, na composição desse itinerário argumentativo, Furnas, reiteradamente, refira-se ao que seria um pequeno número de relocações urbanas que precisaram ser feitas antes do fechamento das comportas de Itumbiara, em outubro de 1979. Novamente a minimização dos impactos causados pela formação do lago é promovida, na medida em que se procura evidenciar a quantidade de pessoas que precisaram abandonar suas casas (aproximadamente 3.700), diante de uma população de 310.000 pessoas, em toda a região atingida.

Exemplo mais recorrente, a vila de Porto Barreiro, é sempre destacada como “o único núcleo populacional inundado”, o que não teria impedido a adoção de todos os procedimentos necessários para a minimização dos prejuízos às famílias vitimadas. Diante de todos os estudos socioeconômicos realizados, detectou-se que das 53 famílias, 33 pretendiam permanecer na região. Transferi-las para um novo bairro na cidade de Araguari foi uma alternativa cogitada, sendo uma área da cidade adquirida com esse propósito. Porém, ter-se-ia chegado à conclusão de que uma população acostumada a viver no campo, próxima ao rio, repentinamente ser deslocada para cidades vizinhas poderia provocar sérios problemas de adaptação e marginalização. Com isso, procedeu-se a uma solução considerada mais adequada à conservação do ambiente vivenciado pelas famílias em Porto Barreiro, escolhendo-se uma nova área de 125 ha, distando 11,5 km de Araguari e 0,8 km de Amanhece. Abaixo, seguem imagens da referida vila antes e depois de sua transferência para a nova localidade.

Figura 9 – Residência da vila original de Porto Barreiro



Fonte: Mello et al (1980).<sup>85</sup>

Nota: Cf. Anexo 24 do documento.

Figura 10 – Residência da vila original de Porto Barreiro



Fonte: Mello et al (1980).<sup>86</sup>

Nota: Cf. Anexo 24 do documento.

Figura 11 – Residências da vila de “Novo Porto Barreiro”

---

<sup>85</sup> MELLO, J. A. B; BRITO, L. E.R.S; COHEN, J. H. A. O. V. Usina Hidrelétrica de Itumbiara - estudo, formação e enchimento do reservatório: efeitos no meio ambiente. Rio de Janeiro: Furnas, 1980. Apresentação/Sem página indicada.

<sup>86</sup> MELLO, J. A. B; BRITO, L. E.R.S; COHEN, J. H. A. O. V. Usina Hidrelétrica de Itumbiara - estudo, formação e enchimento do reservatório: efeitos no meio ambiente. Rio de Janeiro: Furnas, 1980. Apresentação/Sem página indicada.



Fonte: Mello et al (1980).<sup>87</sup>

Nota: Cf. Anexo 24 do documento.

Anexadas ao documento em discussão, as imagens acima parecem atuar como provas materiais de uma grande preocupação de Furnas em trazer melhorias para as famílias atingidas. As condições oferecidas teriam sido pensadas dentro de diretrizes básicas, a saber:

- destinação a cada uma das 33 famílias a relocar, de uma área de cerrado de 3 a 4 hectares, para exploração agrícola;
- construção de uma casa com 3 quartos de modo a evitar-se a promiscuidade familiar e com todos os requisitos de salubridade e higiene, em padrão modesto, mas capaz de assegurar moradia confortável, em termos rurais, a seus ocupantes;
- construção de cisterna e fossa, com os cuidados técnicos que evitem a poluição da água e do terreno em torno da casa;
- Instalação de serviços de água, luz e esgoto, dentro das residências;
- cuidados especiais de construção para evitar a proliferação do “barbeiro”, veículo do “Tripanosoma Cruzi”, responsável pelo mal de Chagas;
- entrega da área de cerca de 4 ha com a primeira plantação (culturas econômicas existentes na região).<sup>88</sup>

A demonstração do “antes e depois” trazida por meio das imagens – em associação com o que seria a superioridade técnica, sanitária, econômica e até mesmo “moral” da nova localidade oferecida às famílias – obedece a um movimento que reivindica uma lógica de progresso que não poderia ser negada. Age-se, nesse sentido, novamente para dar legitimidade ao empreendimento que viria trazer desenvolvimento a uma região profundamente atrasada. Por essa lógica, a “pequenez” de uma população vivendo em região isolada, com seus casebres

<sup>87</sup> Ibid.

<sup>88</sup> MELLO, J. A. B.; BRITO, L. E. R. S.; COHEN, J. H. A. O. V. Usina Hidrelétrica de Itumbiara - estudo, formação e enchimento do reservatório: efeitos no meio ambiente. Rio de Janeiro. Furnas, 1980. p. 29.

desconfortáveis, insalubres e sem qualquer condição de higiene e privacidade e que, portanto, deixaria seus habitantes entregues a toda sorte de moléstias, não poderia constituir entrave para o desenvolvimento vindouro.

A perspectiva de região alheia à “marcha do progresso”, assim como a capacidade de modificação deste quadro por parte de Furnas, fica mais evidente no caso de Porto Barreiro. Contudo, ao longo de todo o documento em questão, diversos aspectos socioeconômicos dentro da área de atuação da usina são avaliados como obsoletos. Itumbiara aparece como única cidade da região com alguma expressividade no que concerne à produção industrial e, ainda assim, com 91 por cento de sua indústria voltada para o beneficiamento de produtos agropecuários. Mesmo as atividades agropecuárias, às quais a região estaria mais afeita, são avaliadas como ineficientes: agricultura com baixa produtividade, à semelhança da pecuária por sua prática extensiva, na maioria dos casos.

Quanto à atividade pesqueira, esta não estaria sendo desenvolvida comercialmente na região a ser inundada e, ainda que uma boa variedade de peixes tivesse sido constatada, sua quantidade não seria significativa. O documento ainda afirma que mesmo a pesca de subsistência não seria muito expressiva por conta da “condição típica da região, que é de agricultura e pecuária, não tendo as populações locais o hábito da inclusão do pescado em sua dieta alimentar”<sup>89</sup>. Seguindo essa linha, com a pretensão de avaliar os possíveis resultados e consequências inerentes à construção da usina, formação do reservatório e sua operação comercial, o último item do documento deixa transparecer mais aspectos que reforçam a ideia de necessidade de transformação de toda a região de influência de Itumbiara.

A presença da barragem, a geração de energia e a formação do reservatório têm significativa influência no que concerne aos efeitos sobre a industrialização, pelas maiores facilidades para fixação de novas atividades e incremento nas já existentes, refletindo-se na abertura de novas fontes de mão-de-obra para a população local e para elementos posteriores. A existência do lago aumenta o potencial de lazer na área, contribuindo para dinamizar as correntes turísticas e valorizar as terras da região atingida. A irrigação ainda pouco utilizada, poderá ser incrementada pela abertura de frentes de trabalhos agrícolas. Tal prática ao lado dos efeitos positivos na produção de maiores quantidades de alimentos, trará, de outra parte, inconvenientes no tocante a possibilidade de aumento de erosão pelo pouco conhecimento e utilização das técnicas agrícolas, a evaporação, a sedimentação, a salinização de terrenos mal drenados, a eutrofização pelo incremento do uso de fertilizantes químicos com prejuízo à fauna aquática, pelo emprego descontrolado de defensivos. A regularização do fluxo do rio garantirá uma vazão constante, pela

---

<sup>89</sup> MELLO, J. A. B; BRITO, L. E.R.S; COHEN, J. H. A. O. V. **Usina Hidrelétrica de Itumbiara** - estudo, formação e enchimento do reservatório: efeitos no meio ambiente. Rio de Janeiro: Furnas, 1980. Apresentação/Sem página indicada.



possibilidade de absorção das grandes precipitações e pelo fornecimento de água nos meses de estiagem. Os efeitos desta regularização se farão sentir nos itens relativos a controle de erosão, aquisição de terras, agricultura e pecuária, navegação e controle de inundações. A pesca, o esporte aquático e o aproveitamento do lago para ampliação de áreas de lazer, possibilitará o aparecimento de maior número de empregos, interesse turístico, navegação e desenvolvimento de novas comunidades, com a consequente valorização e formação de novos centros de produção agropecuária. A formação de um grande lago interior, malgrado as condições negativas no rio então existente, propiciará o aparecimento de atividades pesqueiras desde que sejam desenvolvidos programas de peixamento e estudos da fauna íctica existente.<sup>90</sup>

Expediente bastante comum em outros documentos e publicações de Furnas, há aqui também forte intenção de se comprovar a pertinência e importância do empreendimento para Itumbiara e região. Isto é feito ressaltando sua capacidade de alterar o que seria a ineficiência e o arcaísmo das atividades produtivas a que se fez referência ao longo da página anterior. Logo de início, procura-se estabelecer uma associação tanto quanto mecânica entre a hidrelétrica e industrialização. Embora não se fale de garantias, mas de “significativa influência” de um elemento sobre o outro, fica evidente a intenção de se legitimar o empreendimento, mesmo que apenas pela mobilização de expectativas em torno da vinda de indústrias. Tal lógica também pode ser percebida quando se procura associar a formação do lago e a regularização do fluxo do rio ao incremento do turismo e atividades pesqueiras. Mais uma vez aventam-se possibilidades que justificariam os transtornos surgidos no bojo do empreendimento.

Chama a atenção não apenas o contraste entre a larga exposição do que seriam as vantagens iniciadas com o projeto em face da geração de pequena quantidade de inconvenientes, mas também quanto ao caráter e responsabilidade para com os mesmos. Tal questão salta aos olhos quando se desconsidera ou se minimiza o impacto da inundação de terras férteis alegando-se o aumento da oferta de água ou mesmo na maneira como se alega a possibilidade de maior produção de alimentos – só ameaçada pela erosão, salinização etc., fruto de “pouco conhecimento e utilização das técnicas agrícolas”. A responsabilidade pelos problemas estaria então a encargo da precariedade estrutural e da ignorância dos habitantes atingidos. Faz-se necessário, portanto, identificar em meio a essa aparente simples exposição de benefícios trazidos uma narrativa estruturada em forte oposição progresso-atraso, na qual Furnas representaria a guinada de uma região pouco industrializada, com a produtividade agropecuária prejudicada pela mecanização inexistente e/ou incipiente.

---

<sup>90</sup> Ibid., p 31.



Finalizando o documento, passa-se à enumeração das contribuições que efetivamente já poderiam ser observadas: uma melhor comunicação entre cidades, vilas e fazendas por meio do estabelecimento de um sistema viário “[...] de muito melhor padrão do que o existente anteriormente”<sup>91</sup>; a pesca, supostamente pouco representativa até então, já estaria integrando significativamente as atividades de subsistência da população ribeirinha; as plantações de cana estariam se expandindo em decorrência da “[...] existência de água em abundância pela criação do reservatório de Itumbiara”<sup>92</sup>; além do surgimento do que se classificou como “melhor padrão sanitário-higiênico”, não só com a construção de novas residências para as famílias deslocadas da submersa vila de Porto Barreiro, mas também pela alta qualidade da vila residencial erguida em Itumbiara, então destinada aos operadores administrativos e técnicos de Furnas.

Todos os pontos acima elencados seriam, então, resultados de um empreendimento não apenas voltado para a geração de energia em resposta a interesses nacionais. Como já mencionado em relação aos projetos de Três Marias, no rio São Francisco, e Barra Bonita, no Tietê, esse projeto de Furnas também traz a reivindicação de resguardo de interesses locais e regionais. A grande geração de empregos seria um dos principais legados de um projeto de uso múltiplo do rio Paranaíba que, assim, ultrapassaria o princípio básico de prover energeticamente a região e o país. As diversas atividades previstas (geração de energia, navegação, irrigação, pesca e turismo) estariam contribuindo para dar dinamicidade a uma região até então estática, alheia ao progresso vivenciado em outras partes do país e no mundo.

---

<sup>91</sup> MELLO, J. A. B; BRITO, L. E.R.S; COHEN, J. H. A. O. V. **Usina Hidrelétrica de Itumbiara** - estudo, formação e enchimento do reservatório: efeitos no meio ambiente. Rio de Janeiro: Furnas, 1980. Apresentação/Sem página indicada. p. 31.

<sup>92</sup> Ibid., p. 32.

## **CAPÍTULO II**

### **“É O PROGRESSO QUE VEM CHEGANDO!”: EXPECTATIVAS E INTERESSES EM TORNO DA HIDRELÉTRICA**

O presente capítulo pretende discutir as expectativas e interesses gerados em torno da chegada de Furnas e seu maior empreendimento hidrelétrico à região de Itumbiara na fronteira entre o Sul Goiano e o Triângulo Mineiro. Em um primeiro momento, busca-se analisar a atuação da imprensa não apenas quanto à repercussão da implantação da hidrelétrica, mas como legitimadora/justificadora, uma vez ter esta muitas vezes chancelado o empreendimento estatal como vetor de progresso para a região. No momento seguinte, ainda tendo como fonte a imprensa, realiza-se a discussão de como diversos interesses foram mobilizados em virtude da presença da hidrelétrica. Diante das contradições vindas no bojo do empreendimento em questão, a disputa de tais interesses deu-se, também, contraditoriamente. Por fim, a análise recai sobre as experiências de trabalhadores que se deslocaram em direção às obras de Itumbiara, assim como de moradores que já habitavam a região quando de sua implantação, buscando a compreensão dos sentidos que estes produziram em torno do trabalho em Furnas, bem como de outros momentos que vêm compondo suas trajetórias.

## 2.1 O papel da imprensa na chegada de Furnas

Sendo parte das comemorações dos 30 anos da Usina Hidrelétrica de Itumbiara, a reportagem “Itumbiara completa 30 anos”, publicada pela revista FURNAS, dá continuidade ao tom redentor que atribuíra ao surgimento da Central Elétrica de Furnas, conforme se indicou no capítulo anterior, em relação à edição comemorativa do quinquagésimo aniversário da estatal.

Por esse viés, segue-se propagando como o empreendimento, desde o período de sua construção, notabilizar-se-ia por uma série de inovações tecnológicas e por possibilitar o desenvolvimento tanto de municípios circunvizinhos quanto de toda a nação, não somente por se tratar de uma das maiores hidrelétricas do país, mas por se ter alcançado o que seriam, para a época, “[...] índices inéditos de nacionalização neste tipo de obra, com a participação de 97% de firmas brasileiras e de 90% em relação ao fornecimento dos principais equipamentos”<sup>93</sup>. Sob essa mesma ótica, outras conquistas em âmbito nacional teriam sido: a contribuição no que concerne ao aprimoramento do motor à álcool, já que muitos veículos movidos por essa tecnologia teriam sido testados durante a construção da usina; o alcance de um alto padrão de excelência na tecnologia de concreto (sendo o Laboratório de Concreto de Itumbiara requisitado para outras grandes obras como Itaipu e Tucuruí); além da quebra do recorde mundial de compactação de argila em um único dia, conseguido em 21 de maio de 1979. O trecho que se segue permite uma visualização mais clara em termos do que seriam grandes transformações locais e/ou regionais, reivindicadas enquanto benesses proporcionadas pelo empreendimento.

Para quem acompanhou de perto o impacto da presença da Eletrobras Furnas na região, como Edson Pereira da Costa, 57 anos, supervisor da Divisão de Administração Goiás (DAGG.O) e desde 1975 trabalhando em Itumbiara, existe “o antes e o depois” da usina. Ele lembra que a Empresa relocou estradas, desenvolveu sistemas elétricos de transmissão e telefonia, introduzindo um novo padrão de residências com a construção de casas para 33 famílias que residiam numa pequena comunidade que ficou submersa. Mas o impacto mais visível, de acordo com o historiador e diretor do Museu do Centenário Major Militão Pereira de Almeida, Sidney Pereira de Almeida Neto, foi a chegada de cerca de 6 mil trabalhadores que transformaram a vida da cidade, movimentaram o comércio local, geraram empregos e qualificaram mão de obra. “A construção da Vila de Furnas trouxe modernidade e outro padrão para as construções, com suas ruas largas e sinalizadas. As pessoas iam até lá só para ver”, conta Almeida. Para alojar seu pessoal, a Empresa

<sup>93</sup> Revista FURNAS, Ano XXXVI, n. 374, abr. 2010. Disponível em: <[http://www.furnas.com.br/arqtrab/ddppg/revistaonline/linhadireta/RF374\\_itumb.pdf](http://www.furnas.com.br/arqtrab/ddppg/revistaonline/linhadireta/RF374_itumb.pdf)>. Acesso em: 27 jul. 2013.

construiu vilas em Araporã, que recebeu 600 casas, ambulatório médico, escola e clube social; e em Itumbiara, onde foram erguidas 192 residências. A chegada da Eletrobras Furnas a Araporã também deflagrou o processo de emancipação política do então distrito de Tupaciguara (MG), distante 70 km.<sup>94</sup>

Embora no capítulo anterior se tenha discutido, em alguma medida, elementos que contradizem a perspectiva elogiosa do “antes e depois” presente no trecho supracitado, nos limites do capítulo atual faz-se necessária uma análise mais aprofundada dessas contradições, assim como a problematização de elementos enfatizados na reportagem, quais sejam: a chegada de milhares de trabalhadores; a construção de vilas operárias sob um padrão que viria conferir ares de modernidade para a região; além da deflagração do processo de emancipação política de Araporã-MG, no qual a presença de Furnas teria exercido papel fundamental.

É importante acompanhar de perto as especificidades que compõem as fontes privilegiadas na análise do processo histórico em questão – os sujeitos que as constituem: trabalhadores e grupos políticos, por exemplo, carregam visões e alimentam interesses distintos. Entretanto, é fundamental que antes se aponte a permanência de uma perspectiva desenvolvimentista, da hidrelétrica como portadora dos fundamentos do progresso que trariam a salvação para toda uma região. Já se discutiu no primeiro capítulo a presença de uma perspectiva desenvolvimentista a justificar/legitimar a elaboração do projeto e da construção da UHE Itumbiara, assim como de outras usinas pelo país, em períodos anteriores. A persistência de tal perspectiva não deve ser vista como simples ressonância de velhas estratégias, mas como esforço em legitimar-se continuamente perante um processo que significou transformações bem mais duras do que o que se quis revelar no quadro composto até então.

Nos materiais produzidos por Furnas (projetos, estudos e relatórios técnicos, além de notícias veiculadas por sua revista) já se pôde notar a intenção de se propagar a perspectiva de superação do atraso da região alcançada pela usina. É preciso discutir o quanto a imprensa local e regional exercera papel primordial nesse sentido, seja valendo-se da presença da hidrelétrica ou não.

#### **Navegabilidade até o Triângulo Mineiro**

O Ministério dos Transportes está dinamizando sempre mais o sistema de vias navegáveis do país.

O Ministro Mário Andreazza vem de receber os estudos enviados pelo Diretor Geral do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis. Ditos estudos informam que a bacia do Rio Paraná, ora objeto de grande obras (sic) de aproveitamento hidrelétrico, apresentará sensíveis melhoramentos nas

---

<sup>94</sup> Ibid.

condições de navegabilidade, por força mesmo da consequente regularização dos rios, obras que se seguem as (sic) de aproveitamento hidrelétrico.

Adiantou que a navegação será estendida para montante até o Triângulo Mineiro, com a execução de eclusas nas grandes barragens de Jupia e Ilha Solteira, já em fase final de construção.

Assim como o Estado de S. Paulo vem implementando, desde 1967, um plano de aproveitamento múltiplo do rio Tietê com a finalidade de transformá-lo em uma via navegável de grande gabarito para embarcações com capacidade de até mil e quinhentas toneladas, o Governo de Minas e os representantes mineiros na Câmara e Congresso Federal devem aproveitar a oportunidade desses estudos em poder do Ministro dos Transportes para pleitearem mais benefício para Minas Gerais.

A navegabilidade da bacia do Paraná, até o Triângulo Mineiro, aproveitando os dois grandes rios formadores, o Grande e o Paranaíba, que poderão dar base para embarcações de capacidade bem superior as (sic) do Tietê, servirá não somente para incrementar o desenvolvimento dessa região do ponto de vista turístico, mas ainda contribuirá para outro aspecto econômico no escoamento de riquezas da região e das regiões marginais dos Estados de S. Paulo, Goiás e Mato Grosso. Eis um estudo do alto interesse de Minas pelo qual o Governo Mineiro e seus altos Representantes deveriam bater-se a fim de que se transforme em Projeto e logo em realização inicial ainda com o dinâmico Ministro Mario Andreazza, à frente da Pasta dos Transportes em nosso País.

Pensemos nós, uberlandenses, como seria interessante tomar um vapor aqui perto, em Itumbiara, e descer o Paranaíba, o Paraná, até o Rio da Plata, conhecendo pontos de atração do nosso País, do Paraguai, da Argentina e do Uruguai. De Montevideu ou de Buenos Aires tomar um cruzeiro marítimo pela costa brasileira até a foz do S. Francisco onde novamente voltariamos de vapor até Pirapora ou outro porto mais acima se a dinâmica da navegabilidade atingir em mais extensão (sic) esta artéria fluvial. Com os rumos que nosso País vai tomando, lançando sempre novos tentáculos de progresso, já podemos pensar desta forma como numa realidade futura e não muito longínqua, uma realidade ainda deste século vinte.<sup>95</sup>

Laura Antunes Maciel aponta para a necessidade de se buscar perceber a imprensa como “prática social constituinte da realidade social”<sup>96</sup>, deixando-se de encarar a pesquisa em seus arquivos como busca de informações e, assim, passando a ter a noção de que se está lidando com a produção de sujeitos sociais que não refletem a realidade social, mas intervêm nela, visando firmar interesses de maneira dominante. O procedimento defendido por Maciel mostra-se importante ao escolher lidar com produções da imprensa, como é o caso do excerto reproduzido logo acima. Vale notar que embora o periódico uberlandense pretenda “noticiar” suposto projeto inter-regional de transporte de cargas e passageiros por meio de vias fluviais, a maneira como a reportagem é conduzida acaba por extrapolar a mera difusão de informações.

<sup>95</sup> Tribuna de Minas, Uberlândia, ano VIII, n. 976, 2ª feira, 10 de julho de 1973. Não paginado.

<sup>96</sup> MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880/1920. In: FENELON, Déa R. et. al (Orgs.). **Muitas Memórias**, Outras Histórias. São Paulo: Olho d'Água, 2005, p. 14-40. p. 15.

De outro modo, a alta deferência no tratamento com o Ministério dos Transportes e para com o titular da pasta, insinua o jogo de interesses que envolve a questão: a manutenção de uma aura de progresso por sobre o governo civil-militar, “a revolução que produzira um milagre econômico no país”, assim como também para a cidade de Uberlândia. A defesa dos interesses de Minas Gerais ou até mesmo do país, talvez reivindicada com a ideia de um projeto que dinamizaria a estrutura de transportes, cruza-se com os deste município que crescera de maneira acentuada, funcionando também como entreposto comercial para o fluxo de mercadorias na fronteira oeste do país.

Tratando-se de um jornal local, a tendência é que seus dirigentes defendam os interesses da cidade que, ao fim e ao cabo, acabam, tornando-se os seus próprios, de certa forma. Nada de novo a se constatar. Nem se precisaria muita atenção dentro do que aponta Maciel quanto ao procedimento com a imprensa enquanto fonte para o historiador. No caso em tela, a análise precisa ultrapassar o que está sendo dito, enveredando-se também pelo não-dito.

Questões como uso múltiplo dos rios são postas como procedimentos importantes e necessários para alavancar o crescimento econômico de regiões tidas como atrasadas. Nesse sentido, quando no periódico é mencionada a possibilidade de o uberlandense tomar uma embarcação a vapor a poucos quilômetros de sua residência, saindo a conhecer outras partes do país e do exterior, o que se pretende também é o lançamento de uma espécie de autorização por parte da cidade tida como modelo de progresso na região para que, em Itumbiara, possa ser construída uma hidrelétrica de grande porte.

Perceber a imprensa como prática social ativa é compreendê-la como agente que interfere na sociedade, autorizando e/ou desautorizando modos de interpretar e atuar na realidade social. Em 1973, ano no qual a reportagem em questão seria publicada, tinha início, de fato, as primeiras movimentações relativas às obras civis da hidrelétrica. Ao mencionar “os rumos que nosso País vai tomando, lançando sempre novos tentáculos de progresso”, há, portanto, uma associação do aproveitamento hidrelétrico conduzido por Furnas em Itumbiara com este “*Kraken*” – aproveitando para questionar a metáfora da qual se vale o jornal – que estaria conduzindo o país ao desenvolvimento.

Em edição anterior, do mesmo ano de 1973, o Tribuna de Minas já começaria a ensaiar o movimento desenhado acima.

#### **Itumbiara vê o progresso**

A terceira cidade de Goiás, Itumbiara, vem experimentando nos últimos tempos, um progresso assustador, do qual faz parte o grande aumento de sua

população com a chegada de mais ou menos 30 mil pessoas naquela cidade goiana.

Tudo isso é devido à construção, naquelas paragens, de uma usina vinculada ao sistema Furnas. A construção desta usina provocou uma grande afluência de mão-de-obra para aquela cidade que, em apenas um ano, aumentou assustadoramente a população daquele município.

Porém, grande parte desta mão-de-obra que se encontra em Itumbiara, ainda não pôde ser observada nem pela usina, nem pelo município. Caso a administração municipal venha a empreender um esforço para o aproveitamento destes trabalhadores, o progresso daquela urbe terá ainda um maior desenvolvimento, tendo condições para diversos melhoramentos no cenário econômico nacional.

Quando, em uma determinada cidade, não existe mão-de-obra ociosa, conclui-se que todos estão sendo aproveitados e se o procedimento é este, vem a ser motivado por indústria, pecuária ou agropecuária, além de outras atividades concernentes ao setor econômico. E tudo isso quer dizer progresso, tema principal dos princípios da Revolução, quando todos estados e municípios devem se unir para o engrandecimento da nação, procurando cada qual o seu maior progresso.<sup>97</sup>

A afirmação por parte do periódico de que Itumbiara, naquele momento, vinha “experimentando um progresso assustador”, associando tal questão à chegada de Furnas, explicita o seu alinhamento com a perspectiva de rompimento do atraso por meio da execução de grandes projetos estatais, o que acaba endossando a ideia de um “desenvolvimentismo hidrelétrico”.

Chama a atenção, porém, a grande ênfase do jornal à chegada de milhares de trabalhadores. Qual o interesse do periódico uberlandense em apontar a necessidade de o poder público de Itumbiara aproveitar adequadamente a força de trabalho disponível em seu território naquele momento? Parece antecipar algumas das preocupações que, adiante, poderão ser identificadas em série de reportagens publicadas pelo Jornal de Itumbiara. No caso do Tribuna de Minas, o receio parece ser de que o destino de boa parte desses trabalhadores não aproveitados no município goiano (portanto, desempregados) possa vir a ser a maior cidade das proximidades, ou seja: Uberlândia.

Alguns anos adiante, já próximo à inauguração da obra, é possível identificar uma produção de sentidos semelhante levada a cabo pela imprensa de Itumbiara. Em sua edição de 17 de janeiro de 1979, o Jornal de Itumbiara reproduz em suas páginas a reportagem intitulada “Angra e Itumbiara: duas comparações e dois preços”, originalmente publicada em “O Estado de São Paulo”. A linha seguida pela notícia, como sugerido em seu próprio título, consiste na comparação entre as obras das usinas nucleares de Angra I e II e a UHE Itumbiara, ambas sob

---

<sup>97</sup> Tribuna de Minas, Uberlândia, ano VII, n. 952, 5ª feira, 10 de maio de 1973. Não paginado.

a responsabilidade de Furnas. Tendo como base os investimentos da estatal no ano de 1978, a reportagem encaminha sua narrativa de modo a se evidenciar a enorme diferença de investimentos entre um empreendimento e outro. Bem mais dispendiosas, as usinas nucleares teriam absorvido 72 % do total de investimentos na área de geração, cerca de 5,8 bilhões de Cruzeiros, enquanto que Itumbiara teria ficado com apenas 20 % – ou 1,9 bilhão.

Em termos de custo-benefício, as usinas de Angra também não estariam se mostrando tão viáveis quanto Itumbiara, podendo as primeiras alcançar 3 mil dólares o quilowatt instalado, enquanto a segunda estaria sendo construída com um dos menores custos já registrados, algo em torno de 400 dólares o quilowatt instalado. Além disso, os atrasos em Angra I e II estariam ocorrendo de maneira bastante constante, ao passo que a conclusão da UHE Itumbiara dar-se-ia dentro dos prazos estabelecidos. Encaminhando-se para o final, a reportagem avalia que:

[...] Itumbiara (que terá sozinha a potência somada de Angras I e II) foi construída sem assistência técnica externa, com base essencialmente na experiência nacional. O contraste é marcante, principalmente por estarmos diante de obras construídas por uma mesma empresa de alto padrão técnico. E, exatamente por isso, pode-se anular o coeficiente de deficiência administrativa que eventualmente seria levantado se fossem empresas diversas. Não: estamos diante de uma única empresa – Furnas – com a mesma diretoria, a mesma equipe técnica – construindo dois tipos de usinas, obtendo, em uma, problemas crescentes e dispêndio cada vez maior. O simples fato de Angra ser um tipo diferente de obra em relação a Itumbiara não chega a pesar muito, pois a empresa brasileira está entregue essencialmente a parte civil, uma vez que as instalações dos equipamentos nucleares caberão à Westinghouse ou à KWU. No fundo, a verdade aí está nos números de Furnas: o custo das usinas nucleares é incontestavelmente muito mais elevado, assim como mais elevado será o preço da energia gerada e da sua manutenção. Sem contar o fato de que quando já não soubermos o que fazer com Angra, desativada e radioativa, dentro de 25 anos, Itumbiara ainda estará produzindo energia a preços que não sobem com a inflação, pois a água é seu combustível...  
“Atualidade Econômica”.<sup>98</sup>

Considerando esse texto, vale questionar: qual seria o motivo para o Jornal de Itumbiara reproduzir em uma de suas edições notícia formulada por outro periódico, tão distante do empreendimento de Furnas, localizado em terras goianas e mineiras? A intenção não parece ser a de entrar no mérito de qual fonte de energia é a mais segura e eficaz, assim como fora feito pelo jornal paulista. De outro prisma, parece evidente que o intento do periódico itumbiarenses está no apontamento de Itumbiara como a cidade “escolhida” para a implantação de empreendimento de grande importância para o país. Vale considerar que ao transcrever tal reportagem o Jornal de Itumbiara não apenas repercute suposto progresso que estaria chegando

<sup>98</sup> Jornal de Itumbiara, Itumbiara, ano V, n. 161, 17 de janeiro de 1979. p. 2. Transcrito de O Estado de São Paulo.



à região, na esteira de uma eficiência técnica e econômica alcançada por Furnas na construção de hidrelétricas, mas também acaba por endossar uma série de posicionamentos lançados no social pelo periódico paulista. O principal deles assenta-se no fato de que, ao defender a utilização de usinas hidrelétricas, apontando para o que seria a eficiência e o menor custo da usina de Itumbiara em detrimento dos empreendimentos nucleares (no caso, Angra I e II), “O Estado de São Paulo” contribui para a ocultação de todos os impactos e transformações, assim como disputas e interesses que podem vir à tona em obras dessa natureza.

Cumprir destacar ainda como os dados evocados para reforçar a superioridade de “Itumbiara” em relação a “Angra” (o baixo custo do quilowatt e o cumprimento rigoroso dos prazos de entrega; o alto índice de nacionalização dos processos de construção; além do expressivo potencial de geração final, 2.100.000 quilowatts) configuram expediente semelhante ao utilizado por Furnas para justificar e legitimar seu empreendimento, e que, para além das intenções específicas da imprensa que os evoca, um dos efeitos alcançados acaba sendo justamente a produção de novos sentidos que justificam e legitimam a hidrelétrica erguida pela referida estatal na divisa entre o Sul Goiano e o Triângulo Mineiro.

## 2.2 Imprensa e interesses locais

Em outubro de 2009 Itumbiara completou cem anos de emancipação política. Em meio às muitas homenagens de instituições públicas e privadas e à comemoração levada a cabo pela prefeitura municipal era possível perceber a constituição de narrativas cuja intencionalidade ligava-se à estruturação de uma imagem de cidade que seguia inevitavelmente pela “trilha do progresso”. Os inúmeros materiais de divulgação do centenário festivo buscavam transfigurar o sentido indígena de Itumbiara enquanto “caminho da cachoeira” para uma Itumbiara moderna, “caminho para o futuro”.<sup>99</sup>

Colocar-se como “cidade moderna e progressista” não tem sido expediente utilizado com exclusividade por Itumbiara<sup>100</sup>. Muitos municípios o fazem com o objetivo, muitas vezes,

<sup>99</sup> Para mais detalhes, ver primeiro capítulo de MARINHO, Yanglely Adriano. “**É uma História dos Pobres...**”: trajetórias de trabalhadores negros na cidade de Itumbiara - GO (1980-2010). 2011. 134 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

<sup>100</sup> Para uma problematização da questão em relação à cidade de Uberlândia, ver: (i) FREITAS, Sheille Soares de. **Por Falar em Culturas...**: Histórias que marcam a cidade. 2009. 290 f. Tese (Doutorado em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009. (ii) FERNANDES, Orlanda Rodrigues. **Uberlândia Impressa**: a década de 1960 nas páginas de jornal. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

de atrair investimentos que possam robustecer sua economia e, conseqüentemente, alavancar carreiras de líderes políticos locais.

Não é aqui intenção lastrear como e quando tal imagem começara a ser reivindicada por parte de Itumbiara. Contudo, algumas décadas distante do movimento comemorativo do centenário, a constituição de alguns destes símbolos já pode ser notada com bastante clareza.

### **PROGRESSO**

Com 71 anos de emancipação política, Itumbiara é hoje uma das cidades mais importantes do Estado. Anualmente os cofres estaduais levam daqui somas fantásticas com a arrecadação de impostos, sendo que atualmente é Itumbiara a cidade que mais arrecada em todo o Estado de Goiás. Baseado nessa colaboração generosa, o Estado resolveu colaborar com o Município, para que este tivesse condição de atrair indústria, para o aproveitamento da matéria prima abundante. Foi criado por força de Lei Estadual, o Distrito Agro-Industrial de Itumbiara, que apesar de ainda não estar implantado definitivamente, não deixa de ser uma realidade, uma vez que duas indústrias ali já estão construindo seus prédios e deverão funcionar brevemente. Além da criação desse Distrito Industrial, o que colaborou muito para um desenvolvimento acelerado da cidade, foi a escolha deste Município, por parte de FURNAS, para a construção de uma hidroelétrica, considerada uma das maiores do país. A cidade hoje conta com futuro garantido no cenário goiano, já que graças ao labor do seu povo, a tendência é sempre um progresso mais marcante. A administração Municipal de 74 para cá, muito colaborou para que a cidade se humanize, tornando-se mais afetiva aos seus filhos. Com 71 anos de emancipação política, Itumbiara é ainda uma menina-moça, com toda uma vida pela frente.<sup>101</sup>

Em edição comemorativa dos 71 anos de emancipação política de Itumbiara, o periódico procura dar destaque ao que seriam as principais conquistas da cidade até o ano de 1980 e, principalmente, dentro das últimas gestões do executivo municipal. Os elementos enfatizados que, por suas “características progressistas”, estariam contribuindo para um “desenvolvimento acelerado da cidade”, são o Distrito Agroindustrial e a Usina Hidrelétrica de Itumbiara.

No caminho percorrido até aqui, já se direcionou algum esforço no sentido de analisar a implantação do referido empreendimento de Furnas, ficando evidente que o ideal de progresso foi largamente utilizado para legitimar/justificar sua chegada como sinônimo de eliminação da situação de atraso que acometia a região. Embora questões a esse respeito ainda possam ser analisadas, a implantação do Distrito Agroindustrial de Itumbiara merece ser discutida com algum detalhe nesse momento, de modo a propiciar uma ampliação da análise.

Todas as nações do mundo, hoje, já industrializadas, tiveram no passado, transições que abalaram suas economias, pois passaram de um Estado agrícola

---

<sup>101</sup>Jornal de Itumbiara, Itumbiara, ano VI, n. 216, 12 de outubro de 1980. p. 20.

para uma revolução industrial. Muitos desses países tinham uma sólida estrutura que permitiu a mudança sem causar maiores impactos, mas outros sofreram tanto, principalmente com reflexos nas mudanças de ordem política e social. O Japão de após guerra, foi obrigado a industrializar-se, como uma imposição americana, para indenizar os prejuízos de guerra, o que foi benéfico, porque o Japão tinha sólida estrutura agrícola. Em Goiás, o Estado é puramente agrícola e para o nosso maior desenvolvimento é realmente necessário apelar pela industrialização. Primeiro, que se retém as nossas matérias primas que hoje são absorvidas pelos centros industriais de São Paulo. Segundo, porque cria maiores condições de emprego, captando nossa mão de obra. Terceiro, além do crescimento per capita, temos que procurar absorver a energia que hoje é gerada pelo nosso Estado, pois não sendo utilizada por aqui, forçosamente terá que ir para outros centros consumidores.<sup>102</sup>

Do mesmo modo que a cidade é pensada como destinada ao progresso, a industrialização é vista como requisito indispensável para trilhar esse caminho. Torna-se impossível não associar essa narrativa à presença de uma perspectiva desenvolvimentista, cuja síntese fora apresentada por meio do trabalho de Bielschowsky nas linhas iniciais da presente tese. Por esse viés, entende-se que a premissa de superação do atraso e pobreza da sociedade brasileira por meio da industrialização vem sendo defendida desde, pelo menos, os anos 1930. Nada incomum, portanto, que em 1977 o editorial de um jornal local reforce tal perspectiva, na esperança de se produzir melhorias para a região da qual faz parte.

É preciso, no entanto, perseguir os ecos desse desenvolvimentismo na tentativa de se perceber as formas específicas pelas quais os mesmos reverberaram na região e no período em questão. Como já expresso por Borges anteriormente, o contínuo avanço do capitalismo desencadeou o processo conhecido como “Marcha para o oeste” que, a partir de meados de 1960, significou a reorganização da política agrícola e do papel de regiões como o Oeste de Minas e Sul de Goiás. Por essa redefinição, o aumento da tecnificação da produção agrícola, necessária à ampliação da produção de gêneros agrícolas destinados ao mercado externo, tornou-se um alvo a ser atingido.

No bojo dessa modernização da produção esteve também o incentivo à organização de agroindústrias cujo já citado POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento do Cerrado) fora grande estimulador. Especificamente no Estado de Goiás, desenvolveram-se programas de incentivo ao desenvolvimento industrial a exemplo da lei estadual 7.776, de novembro de 1973. Esta, por sua vez, constituiu a “Campanha de Distritos Industriais de Goiás - Goiás Industrial”, responsável pela criação e administração dos Distritos Industriais do Estado. É nesse contexto

---

<sup>102</sup> Ibid., p. 20.

que inúmeras manifestações em favor da implantação de um distrito industrial em Itumbiara começam a povoar as páginas da imprensa local.

### **Distrito Industrial**

A criação do Distrito Industrial de Itumbiara ainda está merecendo estudos do secretário da Indústria e Comércio, apesar de já ter sido criado. Mas nos parece que a intenção do Governo é de realmente instalá-lo, numa área de fácil acesso, com estrutura num prazo curto. Para Itumbiara, esse Distrito é realmente o grito da independência econômica, pois aqui poderão se instalar indústrias de pequeno e médio portes, principalmente indústrias de transformação, a exemplo das que aqui já funcionam. Hoje são transformados em vários sub-produtos o milho, a soja, o arroz que manufaturados, são enviados aos grandes centros deixando por aqui altos valores de ICM. Outra tese importante da criação do Distrito Industrial é sem dúvida a retenção da mão-de-obra especializada, que hoje é utilizada na Usina de Furnas. Mecânicos, soldadores, carpinteiros, eletricitas, armadores serão sem dúvida a base do material humano, necessário à edificação das indústrias. O que realmente é importante, é que quando não contarmos com a edificação da barragem, a cidade não terá solução de continuidade, ficando sem sua estrutura econômica, sem abalos e pronta para uma nova etapa de sua existência ou seja a industrialização.<sup>103</sup>

### **PREFEITURA INICIA DISTRITO INDUSTRIAL**

Aos poucos a área adquirida no setor oeste da cidade vai tomando um aspecto diferente. Ali será localizado o nosso Distrito Agro Industrial, sendo que algumas indústrias já procuram construir os prédios que abrigarão suas unidades, para a rápida entrada em funcionamento. Um distrito industrial para Itumbiara, é um velho sonho de nossas autoridades e da população em geral. Muito tem se falado, contatos e mais contatos foram mantidos em todos os níveis visando a vida (sic) imediata de indústrias para a cidade, o único meio capaz de salvar Itumbiara de uma grave crise social, que começava a aparecer com o término da construção da hidrelétrica de FURNAS. Depois de muita insistência e da farta matéria prima que daqui é exportada para os grandes centros industriais, o Governo do Estado resolveu atender as reivindicações que já se arrastavam por vários anos, encomendando um estudo para se conhecer a viabilidade de se implantar um Distrito no município de Itumbiara [...]<sup>104</sup>

### **GOIÁS INDUSTRIAL VAI APRESSAR DAI**

Representantes do Goiás industrial estiveram visitando o prefeito Radivair Miranda Machado, quando apresentaram o projeto de loteamento dos Distritos Industrial e ainda falaram com o chefe da Municipalidade, sobre o trevo de entrada que deverá ser construído na Avenida Santos Dumont.

Aproveitando a presença dos representantes do Goiás industrial, o prefeito pediu o aceleração dos estudos, com o fito de liberar o mais rápido possível, todo o projeto do Distrito Itumbiarense. O prefeito Radivair Miranda

<sup>103</sup> Jornal da Cidade, Itumbiara, ano IV, n. 119, 30 de novembro de 1977. p. 2.

<sup>104</sup> Jornal de Itumbiara, Itumbiara, ano VI, n. 209 18 de julho de 1980. p. 7.

Machado, no contato com o pessoal do Goiásindustrial, fez um relato da urgente necessidade da implantação definitiva deste Distrito, para o aproveitamento da mão de obra farta e também da matéria-prima existente com abundância. Problemas sociais que chegaram depois do término da construção da hidroelétrica de Itumbiara e, que não eram do conhecimento da área estadual, foram relatados pelo prefeito, deixando os engenheiros deveras preocupados com a situação. [...] <sup>105</sup>

Essas últimas três passagens, cujos títulos e conteúdos trazem a construção do distrito industrial de Itumbiara como temáticas principais, são uma pequena amostra das muitas ocasiões em que o jornal abordou o assunto, seja em editoriais, reportagens de capa ou nas pequenas notas que compõem as colunas e seções selecionadas para o trato de assuntos políticos e atualidades das cidades da região e de todo o país. Pode-se dizer que o periódico empreende verdadeira campanha em prol da instalação definitiva de um distrito industrial na cidade, conclamando o governo do Estado de Goiás para que entre com a contribuição necessária. Para a consecução desse objetivo, lança mão de diversas estratégias: indicando o empenho do Estado na constituição do DAIA (Distrito Agroindustrial de Anápolis) e cobrando o mesmo para Itumbiara, como fica claro na primeira das três passagens supracitadas (uma nota editorial de 1977, quando o periódico ainda levava o nome de Jornal da Cidade); indicando como necessária a retribuição do Governo de Goiás pela generosa arrecadação estadual junto à cidade que seria uma das maiores do Estado, com farta matéria prima a ser industrializada dentro das próprias fronteiras do município, gerando ainda mais receita para ambos os governos; associando a instalação da Hidrelétrica de Itumbiara como um fator que teria tornado ainda mais urgente a criação do DAII (Distrito Agroindustrial de Itumbiara).

É nesse último elemento, ou seja, nessa tentativa de promover uma imbricação entre Distrito Industrial e Hidrelétrica de Itumbiara que reside uma das significações mais complexas – porque por vezes contraditória – atribuída por setores da sociedade itumbiarenses acerca da chegada do empreendimento de Furnas em parte de seu território.

Já se pôde notar a atuação do Jornal de Itumbiara no sentido de associar um suposto grande desenvolvimento alcançado por Itumbiara à chegada do empreendimento hidrelétrico de Furnas. Desenvolvimento este que deveria ser mantido e, principalmente, potencializado por meio da criação de um distrito industrial para o município. De outro modo, pode-se perceber também, dentro das mesmas passagens citadas anteriormente, bem como em muitas outras entre 1977 e 1980, a colocação desse distrito industrial como sendo a única salvação possível em relação aos problemas sociais e econômicos que viriam a ser provocados em virtude do fim das

---

<sup>105</sup> Jornal de Itumbiara, Itumbiara, ano VI, n. 215, 25 de setembro de 1980. p. 1.

obras na hidrelétrica. Ainda nessa mesma perspectiva, mas agora direcionando a questão aos representantes de Itumbiara na assembleia legislativa de Goiás, Ataíde Rodrigues Borges e Waterloo Araújo, o periódico traz a público uma carta contendo preocupações de um suposto cidadão itumbiarenses.

Classificando-se como única e exclusivamente eleitor, avesso a tudo que se relacione com a política, o anônimo cidadão afirma se dirigir aos deputados visando tão somente o progresso da cidade e o bem-estar dos moradores, diante de um grave problema que se avizinhava: o fim das obras da UHE Itumbiara. Dessa maneira, o empenho dos deputados se fazia imprescindível, de modo a evitar a grande onda de desemprego vindoura (15 mil desempregados, segundo seus cálculos), e daí “[...] todas as consequências funestas desta realidade: saques, roubos, assaltos à mão armada, homicídios...”<sup>106</sup>. Encaminhando-se para o final, a carta faz as seguintes proposições:

Como resolver ou pelo menos amenizar este problema?

a) começando já, agora, a implantação do Distrito Industrial, mas oferecendo atrativos especiais para as empresas se instalem a fim de se evitar que a área fique abandonada, não cumprindo assim seu objetivo.

b) Sensibilizar as empresas já instaladas em nosso município, para expandirem horizontal e verticalmente, isto é, aumentar suas produções mas também criar frentes novas de trabalho, pois verificamos que empresas aqui instaladas, pela capacidade e poderio econômico que possuem, poderiam investir muito mais em Itumbiara.

c) Através de uma campanha total e unida (com o concurso da Associação Comercial e Industrial, Sindicato Rural, Cooperativas, Imprensa falada e escrita e Clubes de Serviços), motivar, mostrar e ajudar os grandes agricultores do município (pois eles também são responsáveis), sobre a conveniência e a necessidade de aplicarem aqui mesmo seus recursos: Existem como sabemos, inúmeras indústrias ligadas à agricultura (agro-indústrias): poderíamos ter mais duas empresas como a CAGIGO, uma voltada mais para o arroz e outra mais para o milho, por exemplo;

Sento (sic) Itumbiara centro de grande produção de cana, poderia se criar uma indústria de papéis e seus derivados, a partir do bagaço da cana; idem, idem, idem para uma fábrica de tecidos, em vista da grande produção de algodão desta região; idem, idem, idem para a fabricação de alimentos vegetais, a partir da soja.

Bem, existem muitas outras opções. Basta um pouco de boa vontade para se unirem os capitais e os objetivos, em prol de uma melhoria para uma parcela da população e por extensão a toda a cidade e a todos os seus habitantes. No fim todos sairão ganhando...

Agora, se isto não for conseguido, o único caminho a seguir, é V. Sas. conseguir que se instale em Itumbiara, um Quartel de Polícia, pois será muito necessário...

Esperando que V. Sas. compreendam a razão desta minha carta, feita exclusivamente com a intenção de procurar ajudar, aproveito a oportunidade para desejar a V. Sas., um (sic) feliz e profícua legislatura.

<sup>106</sup> Jornal de Itumbiara, Itumbiara, ano V, n. 163, 31 de janeiro de 1979. p. 2.

Atenciosamente  
D. J. O.<sup>107</sup>

Parece evidente que a “carta aberta” tenta cumprir o papel de “alertar” de forma mais veemente quanto a uma iminente tragédia que estaria prestes a acometer a cidade. Conforme o que se evidenciou anteriormente, já, há algum tempo, o jornal vinha abordando a questão. Assim, conceder espaço para a fala de um “cidadão comum”, mesmo que este permaneça incógnito, parece muito mais uma maneira de envolver a questão em uma espécie de manto de legitimidade do que um intento de por em discussão fatos reconhecidamente problemáticos para toda a sociedade.

Sem entrar no mérito de a autoria da carta pertencer de fato a um morador itumbiarense, livre de qualquer ligação com arregimentações político-partidárias e/ou com o próprio jornal ou de a preocupação demonstrada representar um temor verdadeiramente disseminado em meio à população, o que aqui mais importa é a percepção de um movimento que, a despeito do que se vinha apontando em outros momentos, atua no rebaixamento da hidrelétrica de Itumbiara à posição de vilã. Isto, pelo menos no que diz respeito ao desemprego causado principalmente dentro de uma parcela de pessoas “sem uma qualificação profissional mais valorizada”, as quais, ao serem atraídas para as obras de construção e deixadas sem ocupação em seu término, poderiam começar a cometer toda sorte de atentados contra o “progresso” em curso no município<sup>108</sup>.

Esse caminho em que a hidrelétrica vem a ocupar – ora o papel de símbolo do progresso, ora aquela que inaugura novos problemas para a cidade – não constitui contradição ocasional. Em várias edições dentro do período aqui analisado, algo bastante marcante nas páginas do Jornal de Itumbiara são as críticas disparadas em direção ao governo estadual, no que se refere a uma falta de atenção maior com relação a obras para o município, principalmente no âmbito da industrialização.<sup>109</sup> Partindo desse entendimento, é possível perceber um exagero proposital

<sup>107</sup> Jornal de Itumbiara, Itumbiara, ano V, n. 163, 31 de janeiro de 1979. p. 2.

<sup>108</sup> Esta questão poderia ser mais desenvolvida tomando-se como base a perspectiva na qual o Estado procura gerir a vida social a partir da mobilização de uma série de emoções, sendo o medo a principal delas. Sob esse ponto de vista, o *Leviatã* de Thomas Hobbes é a obra mais frequentemente evocada, na tentativa de se compreender como o medo tem sido utilizado para oferecer contornos de legitimidade à existência do Estado, o qual, por sua vez, também vai valer-se de diversos expedientes ligados à criação e/ou gerenciamento do medo enquanto dispositivo de controle social. Para um maior aprofundamento na temática recomendo as análises realizadas por: (i) GINZBURG, Carlo. **Medo, reverência, terror**: quatro ensaios de iconografia política. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 13-32. (ii) SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos**: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. 2ª ed. rev. Belo Horizonte: Autêntica, 2ª reimpressão de 2016, p. 11-31.

<sup>109</sup> O acesso à documentação disponível no Arquivo Nacional, unidade de Brasília, foi importante na identificação de um “levantamento de dados relativos à imprensa escrita do Estado de Goiás” produzido pelo Serviço Nacional de Informação (SNI), em 1981. No levantamento em questão, o Jornal de Itumbiara figura como periódico que adota linha de contestação ao governo do Estado de Goiás e apoio ao PMDB, partido então à frente da prefeitura

quanto aos impactos negativos relacionados ao encerramento das obras de composição da barragem, no intuito de exercer maior pressão para que o Estado dirija suas atenções à viabilização do distrito industrial de Itumbiara. O entendimento desses posicionamentos como intencionalmente contraditórios apenas reforça a noção de que mesmo em grandes projetos encabeçados pelo Estado há que se ter atenção para as interpretações desenvolvidas dentro das regiões em que os mesmos são instalados.

No caso do empreendimento hidrelétrico de Furnas – materialização em Itumbiara e região de projeções dos governos civis-militares no que concerne à ampliação da produção energética no país, dentro da lógica desenvolvimentista que vem sendo discutida –, as análises em torno de sua representatividade vão ganhar, como evidenciado acima, mais densidade do que aquelas que, em geral, agem na atribuição de um sentido de progresso e desenvolvimento para a região onde projetos similares se instalam.

Nas próximas reportagens veiculadas pelo jornal O Independente no ano de 1978, em Tupaciguara-MG, é possível identificar postura similar à adotada pelo Jornal de Itumbiara em relação à presença na região da Hidrelétrica pertencente à Furnas.

#### **Chegaremos mais rápido a Brasília e Goiânia**

É do nosso conhecimento, através do Prefeito Municipal, sr. Fauze Abdulmassih, de que em Abril de 1979 será iniciado por FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S/A, o asfaltamento da BR-452, trecho Araporã-Tupaciguara. A alta direção de FURNAS já aprovou para o próximo exercício a verba destinada a tal empreendimento, como uma das muitas merecidas recompensas de nosso município, pela inundação que haverá de mais de dez por cento (10%) das melhores terras de Tupaciguara, através das águas da represa da Hidroelétrica de Itumbiara.

#### **SERÁ NOSSA REDENÇÃO**

Com o início do asfaltamento, poderemos antever a realização de mais um dos sonhos de nossa gente tupaciguarense.

As grandes obras em benefício de Tupaciguara têm sido conseguidas a custo de muito sacrifício, e no decorrer de suas histórias, recebem o título de verdadeiras novelas (Ponte João Pinheiro, Faculdade de Veterinária) que se caracterizam como inconsequentes, pois demoram a terminar e, às vezes, terminam sem estarem concluídas. Acontece, porém, que essa inconseqüência chega, às vezes, às raias do incomensurável e então a nossa gente se vê compelida, se não a protestar (que não adianta nada) ao menos a registrar.

Mas agora com FURNAS a nos ajudar, teremos a BR-452 concluída, porque, não temos mais dúvidas, pois o Estado de Minas garantiu completar o asfalto restante do trecho Araporã-Tupaciguara, a ser iniciado por FURNAS.

Haverá com este asfalto maior incentivo à produção agro-pecuária; maior movimentação no comércio local tanto dos munícipes da zona rural, quanto pelos cidadãos de outras cidades, que passando por Tupaciguara, aqui

---

de Itumbiara, o que oferece indícios de que havia algum nível de atrito entre o município e o governo estadual naquele momento.



deixarão um pouco de suas economias, o que muito favorecerá ao desenvolvimento da Terra da Mãe de Deus.

### **TUPACIGUARA SERÁ MAIS CONHECIDA**

Sua ótima posição geográfica, a boa condição climática, suas terras todas exploráveis poderão ser alguns dos subsídios que convencerão os grandes investidores a aqui fazerem suas aplicações de capital. As indústrias que aqui se instalarem terão, nas regiões do Planalto Central e Mato Grosso, grandes mercados consumidores.<sup>110</sup>

Embora não seja possível notar uma crítica mais ácida, como já discutido em relação ao Jornal de Itumbiara, O Independente procura operar também na contradição, falando de progresso e prejuízos, a um só tempo, ao considerar os efeitos gerados pelo empreendimento hidrelétrico “pela inundação de mais de dez por cento das melhores terras de Tupaciguara”. De fato, Tupaciguara sofreria bastante os impactos gerados pela formação do reservatório de Itumbiara. Conforme estudo apresentado por Furnas acerca da formação e enchimento do reservatório, 234 quilômetros quadrados (o equivalente a 11,7 por cento da área total do município) foram inundados quando do fechamento das comportas.

A obtenção de compensações passa a ser algo marcante nas referências de O Independente em relação à presença de Furnas, sendo que o asfaltamento da rodovia BR-452 até seu entroncamento com a BR-153, na fronteira de Minas com Goiás, aparece como uma das principais recompensas, chegando a tratá-la como a realização de um sonho do povo de Tupaciguara – sua “redenção” – uma vez que possibilita acesso mais rápido a importantes centros urbanos como Goiânia e Brasília. Assim, a rodovia surge como caminho para o progresso e a hidrelétrica como agente de sua pavimentação.

Em reportagem de 08 de abril de 1973, o periódico uberlandense Tribuna de Minas, já aventava um possível acordo entre os Departamentos de Estradas de Rodagem nacional e do Estado de Minas Gerais, o que resultaria, dentro de pouco tempo, em “[...] uma estrada de muito interesse na região, [...] [com] consideráveis evoluções no Triângulo, zona de grande produção agrícola e de envolvida pecuária”<sup>111</sup>. Nota-se, portanto, tratar-se de tema cujo interesse não se circunscrevia apenas a Tupaciguara. Uberlândia e outras partes do Triângulo Mineiro também estavam a promover articulações políticas que pudessem resultar na extensão da rodovia até seu encontro com a BR-153, na fronteira com Goiás.

Por esse ponto de vista, é importante ter atenção à maneira como, em Tupaciguara, a presença da hidrelétrica vai produzir outras possibilidades. Com a aproximação da inauguração

<sup>110</sup> O Independente: Tupaciguara acima de tudo, Tupaciguara, ano I, n. 12, 31 de agosto de 1978. p. 1.

<sup>111</sup> Tribuna de Minas, Uberlândia, ano VII, n. 939, 08 de abril de 1973. Não paginado.

da usina e a confirmação da dimensão dos impactos em seu território, há toda uma movimentação das lideranças políticas locais no que diz respeito à situação da rodovia. Isso pode ser verificado em reunião da câmara municipal, cuja ata fora publicada na edição de 21 de maio de 1979 de O Independente, indicando a formação de comissão de vereadores para tratar do assunto junto ao governador do Estado quando de sua vinda à cidade.<sup>112</sup> Ainda na segunda metade do ano de 1978 o tema voltaria a ser tratado nas páginas do jornal – seja para apontar avanços no andamento das negociações junto a Furnas, seja para protestar em relação ao retrocesso do que já havia sido dado como certo e que, por descaso do governo do Estado, parecia não passar de mais uma inconsequente promessa.

Outra reportagem dentro do mesmo ano em questão discorreria acerca de outros interesses político-econômicos, embora ainda valendo-se da ideia de compensações pelos prejuízos causados.

#### **RENDA PERMANENTE PARA MUNICÍPIOS INUNDADOS**

O deputado Juarez Batista envia à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 4.506 de altíssimo interesse para Tupaciguara.

Dispõe sobre a reserva de uma parte do Fundo Federal de Eletrificação para remunerar permanentemente os municípios que perdem áreas territoriais com a construção de barragens hidroelétricas.

Tupaciguara que terá grande parte de terras, justamente as que davam mais rendas e empregos por serem as mais férteis, cobertas pelo reservatório da hidroelétrica de Itumbiara, estará perfeitamente enquadrada e teria uma RENDA PERMANENTE, PROPORCIONAL, ao volume de terras tomadas, ou melhor, desapropriadas.

[...]

Confiando no bom senso que tem norteado os atos dos governos pós revolução é que acreditamos na aprovação do projeto, pois seria um ato de justiça para estes municípios que geram riquezas mas ficam nas distribuições das mesmas.<sup>113</sup>

No documento discutido no capítulo anterior, “Usina Hidrelétrica de Itumbiara - estudo, formação e enchimento do reservatório: efeitos no meio ambiente”, pode-se perceber a preocupação por parte de Furnas em destacar a baixa produtividade das terras a serem inundadas – sem a alegação de infertilidade das mesmas, mas procurando tratar a questão como fruto de um desconhecimento dos agricultores e pecuaristas da região quanto às modernas técnicas de produção. Evidentemente, a preocupação é quanto ao destaque de elementos que desvalorizem

<sup>112</sup> Cf.: TUPACIGUARA. Ata de reunião da Câmara Municipal de Tupaciguara, 21 de maio de 1979. In: O Independente, Tupaciguara, 16 ago. 1979.

<sup>113</sup> O Independente: Tupaciguara acima de tudo, Tupaciguara, ano I, n. 8, 29 de junho de 1978. p. 1.

a região, justificando o rebaixamento dos valores a serem pagos nos processos de desapropriação<sup>114</sup>.

Em sentido oposto, pode-se perceber nas páginas do periódico tupaciguarense a busca pela valorização das terras a serem inundadas “justamente as que davam mais rendas e empregos por serem as mais férteis”, o que tornaria legítimo o referido projeto de lei 4.506<sup>115</sup>, voltado para a regulamentação de renda permanente para municípios inundados por aproveitamentos hidrelétricos e, portanto, “de altíssimo interesse para Tupaciguara”.

Importa aqui perceber os diversos sentidos em disputa, evitando-se o tratamento da questão como mero jogo de interesses. Como já colocado linhas acima, a chegada do empreendimento de Furnas à região, apesar da aura desenvolvimentista que o circunda, é contraditória e, em razão disto, os diversos sujeitos (trabalhadores, moradores, grupos políticos etc.) vão se movimentar contraditoriamente. Por esse ponto de vista, Furnas é aquela que vai ocasionar perdas com o alagamento das “melhores terras de Tupaciguara” ao mesmo tempo em que significará a possibilidade da obtenção de “RENDA PERMANENTE, PROPORCIONAL, ao volume de terras tomadas, ou melhor, desapropriadas”. É aquela que poderá ocasionar muitos prejuízos ao mesmo tempo em que trará a “redenção”, asphaltando a BR-452, aproximando Tupaciguara de centros consumidores no Planalto Central e Mato Grosso, possibilitando a vinda de indústrias.

De volta às páginas do Jornal de Itumbiara, mais elementos para se mensurar a quantidade de interesses mobilizados a partir da chegada de Furnas à região podem ser verificados. Na edição de 29 de março de 1979, o periódico itumbiarensense traz o que seria a movimentação de um vereador em prol da emancipação política do distrito de Araporã, algo que acabaria encontrando bastante resistência por parte de Tupaciguara.

No trabalho de emancipação de Araporã, Valdir Inácio tem contado com a ajuda de vários deputados estaduais e federais por Minas Gerais, sendo que várias reuniões com estes parlamentares foram realizadas ultimamente, em

---

<sup>114</sup> Roberto Massei também identifica expediente semelhante quando da construção da Hidrelétrica de Barra Bonita. Para o autor, a avaliação da qualidade das terras valera-se de uma argumentação “tecnicamente enviesada” com vistas a conseguir o rebaixamento dos valores a serem pagos como indenização aos proprietários e justificar/legitimar o empreendimento. Ver: MASSEI, Roberto. **A Construção da Usina Hidrelétrica Barra Bonita e a Relação Homem-Natureza: vozes dissonantes, interesses contraditórios (1940-1970)**. 2007. 309 f. Tese (Doutorado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo-SP, 2007. p. 69-90.

<sup>115</sup> Ao que tudo indica, a compensação financeira reivindicada por meio desse projeto de lei só seria mesmo garantida pela Constituição de 1988 e regulamentada pela lei 7990 de 1989. Desde então, o termo Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica (CFURH) vem sendo usado oficialmente para se referir às taxas devidas pelas terras tomadas pelos reservatórios e pela utilização da água dos rios.

Araporã e Belo Horizonte, para a montagem do esquema, antes da entrada do processo na Assembleia Legislativa [...] O prefeito de Tupaciguara e uma grande parte da Câmara de vereadores, são contra a emancipação de Araporã, já que se isso acontecer, aquele Município perderá suas principais fontes de renda, o que fatalmente criaria vários problemas para a administração municipal.<sup>116</sup>

Embora pareça ausente do quadro apresentado pela reportagem, a chegada de Furnas à região tem papel decisivo dentro do que está sendo disputado. Isso porque a hidrelétrica que a empresa vinha erguendo localizava-se principalmente em território de Araporã e não em Itumbiara. Não é a toa que os representantes políticos de Tupaciguara dificultariam ao máximo a questão, retardando o processo emancipatório por mais de dez anos. É bem provável que em 1979, portanto já bem próximo à inauguração da hidrelétrica, já se tivesse a dimensão de que a perda de Araporã significaria perder também a participação nos lucros relativos à geração de energia da maior usina do sistema Furnas. Dimensão esta que, obviamente, estava igualmente posta para o lado araporense, caso lograssem êxito no que diz respeito à emancipação do distrito.

As evidências apontadas até aqui, permitem a sustentação da ideia de que a implantação da Hidrelétrica de Itumbiara trouxe possibilidades que foram interpretadas, apropriadas e disputadas de diferentes maneiras por diversos sujeitos. Em Tupaciguara, o empreendimento fora recebido como aquele que traria sua redenção, ao contribuir com a ligação mais rápida a Brasília e a outros centros, além das possibilidades de aumento significativo da renda – como no caso do projeto de lei mencionado anteriormente –, ao passo que também significaria uma série de prejuízos concernentes à inundação de boa parte do município, além de posteriormente contribuir para a emancipação política de Araporã, o que acarretaria mais perdas, tanto no tocante a renda quanto a território. Em Itumbiara, cidade que emprestaria seu nome à usina, a busca por associar-se às perspectivas de progresso aventadas por Furnas seriam fortes, sendo ela “cidade destinada ao progresso”, “a escolhida” para receber uma das maiores hidrelétricas do país, ao passo que também poderia ser a mais prejudicada com o desemprego ocasionado pelo fim das obras e o desaquecimento de sua economia. Deve-se, portanto, ressaltar mais uma vez que a presença de Furnas ensejou que grupos políticos locais pudessem disputar e/ou negociar espaços e projetos, jogando sempre com as contradições vindas no bojo de um empreendimento de tamanha envergadura.

---

<sup>116</sup> Jornal de Itumbiara, Itumbiara, ano V, n. 169, 29 de março de 1979. p. 7.

### 2.3 Hidrelétrica de Itumbiara: o que dizem os trabalhadores

Ao longo do caminho trilhado até aqui se pôde depreender como a construção da Hidrelétrica de Itumbiara, a maior do sistema Furnas, esteve ligada ao avanço de relações capitalistas, uma vez que veio contribuir com a infraestrutura necessária para que Goiás ocupasse novo papel dentro da divisão inter-regional/internacional do trabalho, passando a produzir artigos específicos destinados à formação de divisas nas atividades de exportação do país. Além disso, pôde-se aquilatar, por meio das fontes analisadas (projetos e relatórios institucionais, mídia impressa), o papel de certa ideologia desenvolvimentista na justificação/legitimação do referido empreendimento estatal, como verdadeiro redentor e espécie de vetor de progresso para a região.

A problematização de muitas reportagens produzidas pela imprensa de Itumbiara e região possibilitou a percepção da maneira como interesses locais foram mobilizados, principalmente por dirigentes políticos, em meio às contradições desenvolvidas no processo histórico ora analisado. Embora já se tenha um quadro bastante complexo, contabilizando-se apenas os elementos até aqui levantados, outros personagens estiveram atuando: os diversos trabalhadores que chegaram à região de Itumbiara, por ocasião da construção da hidrelétrica. A produção de entrevistas junto a alguns destes, com a abordagem de uma série de aspectos que compuseram suas trajetórias, trouxe a possibilidade de perceber a maneira como a estrutura capitalista em marcha lhes impusera limites e pressões, assim como também lhes ofertara alguns itinerários por onde seguir. Por esse viés, são elucidativas as proposições de E. P. Thompson quanto à análise da experiência para a compreensão do processo histórico.

Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo [experiência humana] – não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, “relativamente autônomas”) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada.<sup>117</sup>

Trazer o relato de trabalhadores, seguindo o procedimento indicado acima, não se trata simplesmente de buscar a validação ou o que poderia ser o questionamento quanto ao alcance

---

<sup>117</sup> THOMPSON, E. P. O termo ausente: experiência. In: \_\_\_\_\_. **A Miséria da Teoria**: ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 180-201. p. 182.

de uma estrutura – no caso em tela, o avanço de relações capitalistas em parte do Sul Goiano e do Triângulo Mineiro –, atendo-se a aspectos de sua experiência que guardam relação direta ou extrapolam os limites do empreendimento hidrelétrico de Furnas. O ponto-chave no diálogo com estes trabalhadores diz respeito a como, na elaboração de suas experiências, é possível perceber elementos que contribuem para a compreensão do processo como um todo. Buscando inspiração no mesmo procedimento, seria preciso:

[...] passar dos circuitos do capital para o *capitalismo*; de um modo de produção altamente conceptualizado e abstrato, dentro do qual o determinismo surge como absoluto, para as determinações históricas como o exercício de pressões, como uma lógica do processo dentro de um processo maior.<sup>118</sup>

Lidando com determinações históricas como o exercício de pressões e não como determinismo, é possível perceber como muitos sujeitos interpretam sua trajetória de trabalho na hidrelétrica, carregando muito da perspectiva difundida por Furnas por meio de seus canais de comunicação institucional. É importante considerar que há sempre uma articulação entre representações oficiais e memórias privadas dentro da memória social sobre o passado, como bem analisa Heloisa Helena Pacheco Cardoso, em texto intitulado “Memórias e Imagens: (re)pensando os significados do Memorial JK”. Nesse sentido, a autora considera que “[...] elementos de um – representações oficiais – podem ser encontrados em outro – memórias privadas –, muitas vezes ressignificados no conjunto daquilo que vai readquirindo sentido para as pessoas”.<sup>119</sup> Essa consideração vai ao encontro das reflexões de Alessandro Portelli quando este avalia que:

[...] muitos informantes leem livros e jornais, ouvem rádio e TV, escutam sermões e discursos políticos e guardam diários, cartas, recortes e álbuns de fotografias. A fala e a escrita, por muitos séculos, não existiram separadamente: se muitas fontes escritas são baseadas na oralidade, a oralidade moderna, por si, está saturada de escrita.<sup>120</sup>

As indicações dos autores acima são significativas para se refletir sobre as narrativas que se seguem, na medida em que chamam a atenção para a maneira como experiências são

---

<sup>118</sup> Ibid., p. 181.

<sup>119</sup> CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco. Memórias e Imagens: (re)pensando os significados do Memorial JK. In: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHPURY, Yara Aun (Orgs.). **Outras Histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Ed. Olho D'Água, 2006, p. 177-193. p. 179.

<sup>120</sup> PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. In: **Projeto História**, São Paulo, n. 14, fev., 1997, p. 25-39. p. 33.

elaboradas, também, a partir de memórias hegemônicas com as quais se lida, conforme vão sendo lançados boletins “informativos”, publicações na imprensa local e nacional, além de comemorações, que, no caso de Furnas, foram sendo organizadas ao longo das últimas décadas.

Sem dúvida, as narrativas também assumem grande valor ao revelar “eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos”<sup>121</sup>. Entretanto, o trabalho com narrativas orais apresenta não apenas suporte para a avaliação de eventos. Alistair Thomson argumenta, oportunamente, que as histórias lembradas, embora carreguem aspectos importantes do passado, não podem ser encaradas como representações exatas do mesmo. Assim, “Ao narrarmos uma história, identificamos o que pensamos que éramos no passado, quem pensamos que somos no presente e o que gostaríamos de ser”<sup>122</sup>. Em argumentação semelhante, Portelli faz referência à importância das narrativas orais para além da averiguação de aspectos materiais próprios a muitos eventos. Seu peso maior estaria, de outro modo, relacionado aos aspectos psicológicos que emergem quando os sujeitos elaboram suas experiências, deixando, assim, entrever não apenas “[...] o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez”<sup>123</sup>.

É preciso esmiuçar os significados, possibilidades, enfim, todo um campo subjetivo mencionado por Alessandro Portelli, que vai sendo aberto à medida que os sujeitos relembram e avaliam suas trajetórias, não só em termos do que lhes acontecera, mas também do que lhes era possível acontecer, pelas condições comuns em que estavam vivendo e que, a depender da trajetória, cada um irá atribuir significados os mais diversos. É na tentativa de se colocar em movimento as perspectivas postas acima que faz sentido, nesse momento, dar centralidade às trajetórias de trabalhadores que se deslocaram em direção às obras da Hidrelétrica de Itumbiara, à época de sua construção, década de 1970.

### 2.3.1 Os trabalhadores e suas trajetórias

Trabalhadores como o senhor Marcelo Camargo<sup>124</sup>, que contava com 73 anos de idade no momento da entrevista, em 2013, trazem o tempo do trabalho em hidrelétricas como parte substancialmente importante de suas trajetórias. Natural de Nazareno-MG, local em que – faz

---

<sup>121</sup> Ibid., p. 31.

<sup>122</sup> THOMSON, Alistair. *Recompondo a Memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. Projeto História*, São Paulo, n. 15, abr., p. 51-84, 1997, p. 57.

<sup>123</sup> PORTELLI, op. cit., p. 31.

<sup>124</sup> A identidade dos entrevistados e entrevistadas foi protegida por meio da adoção de pseudônimos.

questão de enfatizar – teria começado a primeira barragem do Estado de Minas Gerais. O senhor Marcelo viria a participar da construção de várias hidrelétricas antes de sua chegada a Itumbiara: “[...] cê vê, primeiro Itutinga, Camargo, Cachoeira Dourada, que é essa aqui, [...] Aí Furnas, Marimbondo... Furnas, Planura, Marimbondo e aqui pro coisa... Itumbiara”<sup>125</sup>.

Em Nazareno, antes de trabalhar na prefeitura da cidade, afirma o entrevistado, “mexia com roça”, principalmente capinando e plantando milho. No quintal de casa existia, quase sempre algum porco ou galinha que servia ao consumo doméstico. Em conjunto com seus familiares, procurava trabalhar para os proprietários da região, percebendo como remuneração produtos com os quais fosse possível complementar a alimentação.

É... eu pegava, na época, eu pegava um terreno lá pra prantar à meia. O dono do terreno me dava o terreno arado e eu prantava com a... que as despesa era por mim, quando era no fim da coieita nós dividia o mantimento. [...] As coisas era mais (risos) mais sacrificante. Nós chegava na venda... doce lá era... era 200 réis, nós num tinha os 200 réis pra comprar um doce (risos). [...] Toicim era... toicim era 1200 o quilo... Cê vê nessa época... era a época do... do cruzeiro, na época do merréis... A vida é sacrifício cara... [...] Nós levantava cedo não tinha café com pão pra comer não, tomava o café era puro.<sup>126</sup>

Eram muitas as dificuldades enfrentadas por ele e seus familiares para a obtenção de condições mínimas de sobrevivência. Mesmo estabelecendo parceria com proprietários rurais, conseguindo trabalhar na terra e produzir alimentos, não havia o suficiente para o “café com pão” pela manhã. Improvisavam até mesmo o açúcar que adoçava este café, tomado sem qualquer acompanhamento, ou mesmo a broa que levavam para o consumo durante a lida na roça: usava-se o caldo da cana cultivada no quintal para este fim – “[...] nosso quintal lá era cheio de cana, chegava essa hora assim... nós tava moendo cana pra [...] poder fazer o café”<sup>127</sup>.

Tomando como base este breve exposto, fica razoavelmente evidente os motivos pelos quais o entrevistado atribui grande valor ao período em que trabalhou na construção de hidrelétricas. Sua participação em obras que viriam a constituir o sistema Furnas representa um momento de suspensão de muitas das dificuldades presentes nos anos iniciais de sua trajetória. Tendo cursado até o segundo ano primário, senhor Marcelo enfatiza o processo de escolarização como uma destas dificuldades que ele e sua família tiveram que enfrentar “[...] nessa época, lá estudo não tinha... pro cê tirar o quarto ano era muito sacrifício, porque nós que tinha que, tinha

<sup>125</sup> CAMARGO, Marcelo. **Marcelo Camargo**: entrevista [out. 2013]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara, 2013. Gravação em mp3. Entrevista concedida para a pesquisa de doutorado.

<sup>126</sup> Ibid.

<sup>127</sup> CAMARGO, Marcelo. **Marcelo Camargo**: entrevista [out. 2013]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara, 2013. Gravação em mp3. Entrevista concedida para a pesquisa de doutorado.



que trabalhar pra comer”<sup>128</sup>. Nesse sentido, pode-se perceber como Furnas surge como aquela que viabilizará a saída de uma realidade em que no horizonte de expectativas não estava a seu alcance uma formação profissional, para outra na qual, pôde, logo de início, ser registrado como ajudante de eletricista, recebendo remuneração de acordo com as horas trabalhadas. Os “95 por hora” que passaria a receber trouxe, já de início, a possibilidade, por exemplo, de comprar o doce que, outrora, a falta de 200 réis não o permitia.

Como já apontado, o senhor Marcelo participaria da construção de vários empreendimentos hidrelétricos até o início da década de 1980, quando deixou o trabalho na UHE Itumbiara. Nesse intervalo, teria deixado de ser ajudante para atuar como eletricista e, posteriormente, como montador. Tais mudanças viriam acompanhadas de aumentos em sua remuneração “[...] Na época quando eu saí daqui, eu tirava 3000 por dia, 3500 por mês. Porque nós trabalhava era por hora, né? [...] Era um dinheirão!”<sup>129</sup>. Esses rendimentos mais generosos vieram a possibilitar não apenas a melhoria de sua vida, mas o envio de ajuda a uma de suas irmãs que, no início dos anos 1970, vivenciou dificuldades quanto ao sustento dos filhos.

A situação atual do entrevistado não parece refletir os tempos de fartura vivenciados nas construções de barragens. Mesmo com a carteira de trabalho “cheia”, contando com 73 anos de idade à época da entrevista, a aposentadoria não teria chegado para o senhor Marcelo, sendo a perda de sua documentação um dos motivos alegados para a não obtenção do direito. Desde sua saída ainda dentro do período de obras civis da UHE Itumbiara, vem sobrevivendo de pequenos bicos. Chegou a trabalhar informalmente como vigilante de propriedades rurais, mas o fato de não receber por muitos desses serviços o fez desanimar, passando desde então a trabalhar vendendo bilhetes de loteria, enquanto caminha pela cidade de Araporã.

Há, de fato, um contraste expressivo na narrativa elaborada pelo senhor Marcelo no que diz respeito aos momentos de sua vida. O trabalho em hidrelétricas – a empresa Furnas como destaque – surge como ápice, tendo em vista as dificuldades que vivenciara em Nazareno e que têm vivenciado atualmente. Nesse sentido, há um lamento recorrente em sua fala, qual seja o fato de ter enfrentado a perseguição de um encarregado responsável pelo seu setor de trabalho e, por isso, ter sido obrigado a sair das obras em Itumbiara “[...] o 36 [alcunha do encarregado] é que me tirou daqui, ó... Se não eu tava... tinha aposentado aqui”<sup>130</sup>. Seu lamento parece maior à medida que, na elaboração de sua experiência, o trabalho em Furnas aparece como importante

---

<sup>128</sup> Ibid.

<sup>129</sup> Ibid.

<sup>130</sup> CAMARGO, Marcelo. **Marcelo Camargo**: entrevista out. 2013]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara, 2013. Gravação em mp3. Entrevista concedida para a pesquisa de doutorado.

para a constituição da empresa. Apesar da alegada perseguição por parte de um encarregado, aquele teria sido um período em que adquirira o respeito de pessoas tidas como importantes em Furnas e na sociedade: “[...] com a chefia, com os que mandava, toda vida eles foi legal comigo. Doutor Luís Otávio, Doutor Zarone, esses outros engenheiro que trabalhei com eles, eles tudo... eles tudo foi legal comigo”<sup>131</sup>.

Essa última questão alinha-se à proposição de Portelli acerca de como, muitas vezes, os relatos podem fazer referência não “[...] à forma pela qual a história se desenrolou, mas como ela poderia ter ocorrido. Seu campo não incide na realidade, mas na possibilidade”<sup>132</sup>. Obviamente, o caso não se desenvolve nos termos de uma ucronia, assim como o discutido pelo autor italiano sobre antigos trabalhadores comunistas da cidade industrial de Terni, na Itália Central. Mesmo assim, a conjectura projetada pelo senhor Marcelo expõe uma avaliação de que o desenvolvimento de sua trajetória poderia ter sido outro. Poderia ter sido o da estabilidade gozada por aqueles que seguiram com o trabalho em hidrelétricas e que agora estão aposentados. É importante ressaltar que a questão não se restringe à manutenção do emprego ou aposentadoria. Embora não seja algo muito claro em seu relato, o momento de sua saída da UHE Itumbiara, ao que tudo indica, coincide com a separação conjugal que vivenciara e, por consequência, a interrupção da convivência com os filhos. Conforme proposição de Thomson, a situação atual do entrevistado parece impor-lhe a “necessidade de compor um passado com o qual possamos [possa] conviver”<sup>133</sup>. Daí, a existência de certa mágoa incidida não em relação a Furnas, mas em relação a situações pontuais que teriam sido perpetradas por alguns indivíduos “[...] da chefia de Furnas eu não cobro nada não que... com a chefia, com os que mandava, toda vida eles foi legal comigo. [...] Só o que atrapaçou as Furna, foi só esses encarregado que, só porque tá mandando desfazia da pessoa”<sup>134</sup>.

No relato de outro trabalhador, senhor Genivaldo Pereira, é possível perceber a elaboração de sentidos que se assemelham aos sentidos presentes no depoimento do senhor Marcelo. Contando com 81 anos de idade no momento da entrevista (ano de 2013), o senhor Genivaldo é nascido em Penedo, Estado de Alagoas. Até a adolescência viveu com seus pais, desenvolvendo atividades próprias da agricultura familiar “Nós mexia com roça. Prantava... prantava, roçava mato com foice, machado, derrubava, depois metia fogo, prantava feijão,

---

<sup>131</sup> Ibid.

<sup>132</sup> PORTELLI, Alessandro. Sonhos Ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 41-58, dez. 1993. p. 50.

<sup>133</sup> THOMSON, Alistair. Recompondo a Memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. In: **Projeto História**. São Paulo, n.15, p. 51-84, abr. 1997, p. 57.

<sup>134</sup> CAMARGO, Marcelo. **Marcelo Camargo**: entrevista [out. 2013]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara, 2013. Gravação em mp3. Entrevista concedida para a pesquisa de doutorado.

prantava milho, prantava fava, prantava batata, arroz”<sup>135</sup>. Dentro do que se recorda, essa pequena propriedade no interior, da qual o sustento de sua família era retirado, teria origem em terras que o governo destinava a quem “tinha parte com índio”. Ainda que não recorrendo a elaborações sofisticadas, o entrevistado parece apontar a questão enquanto legitimação para com aqueles que ocupam e trabalham a terra mesmo sem a posse do capital.

A situação do senhor Genivaldo passaria por profundas transformações logo após sofrer acusações por parte de um vizinho e de ter sua palavra posta em dúvida por seu progenitor: “Eu tomei um coro muito danado do meu pai sem eu merecer. Eu era da muita da confiança do meu pai, mas meu pai acreditou mais no vizinho dele do que em mim, aí eu saí de casa”<sup>136</sup>. Com o corpo castigado pelo açoite e o espírito ferido pela injustiça, seus parcos 13 anos de idade não o impediriam de fugir de casa e percorrer grandes distâncias até chegar na casa de uma irmã, no município alagoano de Batalha: “eu andava o dia inteirinho na areia quente com uma chinelinha de dois dedo, esquentava tanto que largava o couro do... do pé, em baixo, andando [...] pra ir pra casa da minha irmã”<sup>137</sup>. Da casa de sua irmã, seguiria para a região de Paulo Afonso, onde sobreviveria de pequenos bicos até conhecer um encarregado de transportes da CHESF, que o ajudou na regularização de sua documentação e obtenção de um emprego como ajudante de oficina.

Dessa maneira, a experiência do senhor Genivaldo no trabalho em hidrelétricas começaria em Paulo Afonso, no início dos anos 1950. Nessa obra, em pouco tempo passaria a atuar como motorista, passando depois a atividades ligadas à soldagem de estruturas e equipamentos. Excluindo-se o tempo em que trabalhara na perfuração de um túnel no Rio de Janeiro, sua trajetória profissional, após Paulo Afonso, seria toda em hidrelétricas ligadas ao sistema Furnas, sendo a UHE Itumbiara a última obra em que viria a trabalhar

Agora a história daqui, é a última obra que eu, que eu trabalhei foi essa, eu não quis mais... avançar mais não. A gente tem que chegar num grau que cê alcança. No grau que cê num alcança eu já peguei muito dele, grau que eu não podia pegar eu peguei, porque eu tinha vantagem, eu tinha vontade de chegar no fim da história, mas a leitura não dava, mas o engenheiro persistia porque eu era muito direito, muito legal, me prestava confiança de mais [...].<sup>138</sup>

---

<sup>135</sup> PEREIRA, Genivaldo. **Genivaldo Pereira**: entrevista [out. 2013]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara, 2013. Gravação em mp3. Entrevista concedida para a pesquisa de doutorado.

<sup>136</sup> Ibid.

<sup>137</sup> Ibid.

<sup>138</sup> PEREIRA, Genivaldo. **Genivaldo Pereira**: entrevista [out. 2013]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara, 2013. Gravação em mp3. Entrevista concedida para a pesquisa de doutorado.

Depois das várias dificuldades citadas anteriormente, o senhor Genivaldo chegaria em Itumbiara como encarregado de montagem, condição da qual sente bastante orgulhoso, principalmente em se tratando de alguém cuja “leitura não dava”, ou seja, cuja formação escolar não oferecia maiores possibilidades de avanço. Ainda que o entrevistado procure deixar claro sua satisfação pelo que alcançara na vida, a falta de escolarização não deixa de figurar como um limite importante em sua trajetória. Uma barreira que sempre o diferenciaria ante aqueles que tiveram maior oportunidade, mas que, procura enfatizar, nunca o intimidaram: “Muita dificuldade eu tive. E já ensinei engenheiro. Vinha engenheiro do Rio de Janeiro passar em teste, em Furnas, comigo”<sup>139</sup>.

Mesmo devendo ser tratadas com devida distinção as dificuldades enfrentadas pelos senhores Genivaldo e Marcelo, faz-se necessária a colocação de que estas contribuíram sobremaneira para os significados que o trabalho em hidrelétricas assumiriam em suas trajetórias. Assim como ocorreu ao senhor Marcelo, trabalhar na construção de hidrelétricas representou para o senhor Genivaldo a oportunidade de aprender uma profissão e por fim aos problemas que acometiam sua sobrevivência – ou, pelo menos, a uma parte deles. No caso do senhor Genivaldo, tal representatividade parece ser potencializada, uma vez que conseguira seguir trabalhando até alcançar a aposentadoria em Furnas, ao término das obras de Itumbiara. Essa condição proporcionou a ele a aquisição de algumas propriedades, das quais dispõe parte para locação, parte para moradia de familiares e à sua própria.

O fato de o senhor Genivaldo ter deixado as obras de Furnas, em Itumbiara, já na condição de aposentado, vem lhe proporcionando uma subsistência mais confortável, que lhe permite, inclusive, ajudar alguns familiares. Isso não se dá em relação ao senhor Marcelo. Nesse sentido, é compreensível que o sentimento de importância em relação à constituição de Furnas seja cultivado mais efusivamente por parte do primeiro. Enquanto o senhor Marcelo reporta-se a um tempo em que se sentia importante, respeitado dentro da empresa – algo em algum momento perdido –, o senhor Genivaldo procura expressar-se no tom de quem venceu. Alguém que, mesmo com apenas o terceiro ano primário, conseguira galgar posição de destaque, de modo que engenheiros eram enviados para passar pelo seu crivo e materiais fundamentais para o andamento da obra e de grande valor financeiro lhe eram confiados: “Um engenheiro, um mais falado do... do Brasil, pode dizer, era doutor Olavo Pinheiro e fazia requisição pra mim. Sem meu visto não saia nada [...]”<sup>140</sup>.

---

<sup>139</sup> Ibid.

<sup>140</sup> PEREIRA, Genivaldo. **Genivaldo Pereira**: entrevista [out. 2013]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara, 2013. Gravação em mp3. Entrevista concedida para a pesquisa de doutorado.

O senhor Divino Martins é outro trabalhador com trajetória profissional bastante marcada pela atuação em hidrelétricas do sistema Furnas. Nascido no dia 06 de junho de 1942, em Passos-MG, viveu com os pais até 1964, momento no qual contrai matrimônio e ingressa na UHE Furnas, entre os municípios mineiros de São José da Barra e São João Batista do Glória. Vindo de uma família de autônomos, passaria a adolescência e o início da vida adulta ajudando o pai que, sendo proprietário de um caminhão, transportava cana para usinas de açúcar e álcool e, ao final da safra, seguia realizando pequenos fretes pela região. Nos intervalos desta atividade, auxiliando na manutenção que o pai mesmo procedia em seu instrumento de trabalho, o senhor Divino aprenderia o ofício que viria a exercer em grande parte de sua vida: “Meu pai mexia com caminhão e eu sempre... meu pai era mecânico, meu pai que fazia o serviço de mecânica. E fazendo aquilo eu passei a gostar de mecânica”<sup>141</sup>.

Como já dito, a atuação do entrevistado em Furnas inicia-se em meados dos anos 1960. Entretanto, sua vinculação não se daria de modo ininterrupto. Alternando entre o trabalho autônomo e o vinculado a hidrelétricas, entre 1964 e 1974, passaria também pelas usinas de Estreito e Porto Colômbia, no Rio Grande, sendo que, nesse espaço de tempo, trabalharia também no DER: “[...] entre Furnas e Estreito, eu trabalhei no DER também, Departamento de Estradas de Rodagem, manutenção também. Mecânica, fazia parte sempre mecânica”<sup>142</sup>. Da cidade mineira de Planura, na qual fixou residência por conta da construção da UHE Porto Colômbia, partiria rumo às obras da UHE Itumbiara. O entrevistado guarda com exatidão, inclusive, o dia de sua chegada: 27 de setembro de 1974. Assim como nas obras anteriores, em Itumbiara, o vínculo empregatício do senhor Divino não se daria diretamente com Furnas, mas com empresas terceirizadas como a Mendes Júnior e a “CBE” – situação alterada após o término da construção, por meio de sua efetivação no quadro definitivo da estatal.

No que diz respeito à função que exercera em toda sua trajetória em Furnas – e mais especificamente na UHE Itumbiara, na qual seguiu trabalhando até aposentar-se no ano 2000 –, vale a pena ater-se ao trecho que se segue, visto que, em alguma medida, o entrevistado elabora elementos que se assemelham aos trazidos pelos sujeitos anteriores.

Quando eu vim pra Itumbiara, [...] o que é que era a nossa finalidade? Era construir mais uma usina do sistema de Furnas, no município de Itumbiara [Goiás] e Minas Gerais, Araporã na época, que seria Tupaciguara – Araporã era distrito na época, não era cidade. [...] O que é que nós fazia? no meu caso,

<sup>141</sup> MARTINS, Divino. **Divino Martins**: entrevista [jun. 2014]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara, 2013. Gravação em mp3. Entrevista concedida para a pesquisa de doutorado.

<sup>142</sup> MARTINS, Divino. **Divino Martins**: entrevista [jun. 2014]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara, 2013. Gravação em mp3. Entrevista concedida para a pesquisa de doutorado.

a minha função era uma contribuição para que aquela usina fosse construída, que era a mecânica, hoje, a parte da mecânica, que dava o apoio a todos os carros que prestava serviço na construção da usina, [...] porque dependia muito... a construção da usina dependia muito de uma oficina mecânica, que era o apoio que a gente tinha que dar.<sup>143</sup>

Importante ressaltar, o relato do senhor Divino não carrega a perspectiva de quem teve um início de trajetória marcado pela pobreza ou qualquer outro tipo de obstáculo. Mesmo assim, o excerto supracitado evidencia que, a exemplo dos outros trabalhadores, o entrevistado se coloca como alguém cuja atuação fora de suma importância para o sucesso de Furnas. Alguém com um conhecimento técnico indispensável para o andamento satisfatório da obra. Nesse viés, como o entrevistado não constrói sua perspectiva pela via da superação de dificuldades, a reivindicação da importância de sua atuação se dá na medida em que procura dar centralidade ao ofício a que tem se dedicado desde a juventude, apreendido ainda no seio familiar, e que seria posto a serviço do desenvolvimento do país: “[...] muita gente reclamou, como eu falei [...], mas ela [UHE Itumbiara] levaria, levaria não, como tá levando até hoje, benefícios a outras regiões que na época necessitava de energia, [...] inclusive Brasília mesmo tava sofrendo [...]”<sup>144</sup>.

Essa perspectiva de que a construção de hidrelétricas é algo benéfico – tanto para as cidades, que as recebem, quanto para o país – apresenta-se como um dos pontos em comum, surgidos com maior ou menor intensidade, em todas as entrevistas realizadas. O senhor Sílvio Garcia diz: “Depois da usina, como vem com sistema de *royalties*, [...] todo mundo se beneficia com a geração. Então é um bem que vem para aquela cidade, né”<sup>145</sup>. Outro entrevistado, o senhor João Carneiro aponta: “Furnas abastece o centro do Brasil. [...] São Paulo, a capital federal, Brasília, e as cidades pequenas todas. [...] hoje em dia a pessoa não vive sem energia elétrica. E Furnas, [...] fez esse bem”<sup>146</sup>. Ambos trabalhadores têm longas trajetórias em Furnas, e também trazem tal perspectiva de modo bastante marcante em seus relatos.

O senhor Sílvio, dentre os sujeitos aqui trazidos, é o trabalhador com mais anos de vida dedicados à construção de empreendimentos hidrelétricos – tendo também participado da montagem de uma termelétrica: Santa Cruz, no Rio de Janeiro<sup>147</sup>. Natural de Paulo Afonso-BA,

---

<sup>143</sup> *ibid*

<sup>144</sup> *Ibid*.

<sup>145</sup> GARCIA, Sílvio. **Sílvio Garcia**: entrevista [set. 2014]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara, 2013. Gravação em mp3. Entrevista concedida para a pesquisa de doutorado.

<sup>146</sup> CARNEIRO, João. **João Carneiro**: entrevista [set. 2014]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara, 2013. Gravação em mp3. Entrevista concedida para a pesquisa de doutorado.

<sup>147</sup> Em 1965, a termelétrica de Santa Cruz teve sua montagem repassada à responsabilidade de Furnas, após a CHEVAP (Companhia Hidrelétrica do Vale do Paraíba) ser extinta e seu patrimônio encampado pela Eletrobras.

deixaria o município baiano aos 15 anos, após o pai conseguir emprego na UHE Três Marias, passando então a morar em Minas Gerais. Em território mineiro, teria início sua trajetória no trabalho em hidrelétricas aos 18 anos, quando ingressou na “MWR”, empreiteira contratada pela Cemig para construir UHE Três Marias. Atuando primeiramente na mecânica e depois na montagem, o senhor Sílvio seguiria para as obras de Cachoeira Dourada, em Goiás, lá permanecendo por aproximadamente sete anos.

A trajetória do entrevistado em Furnas vem desde 1966, com sua participação na construção da usina de Estreito, de onde, na sequência, rumaria em direção às UHEs Porto Colômbia e Marimbondo. Sua chegada na UHE Itumbiara dar-se-ia em 1972, atuando, inicialmente, na relocação da Ponte Afonso Penna: “Eu vim pra aqui em [19]72... foi para modificar aquela ponte Afonso Penna que tava... desativada. Eu tive que desmontar ela, recuperar ela e montar ela naquele local”<sup>148</sup>. Essa questão será melhor desenvolvida no capítulo seguinte.

O trabalho nessa hidrelétrica se estenderia por aproximadamente oito anos. Ao contrário do verificado quanto aos demais entrevistados, Itumbiara não seria o ponto final do senhor Sílvio. Já integrado ao quadro definitivo da estatal, passaria a dividir seu tempo entre o trabalho em Minaçu-GO e a convivência com a família, uma vez que sua esposa e filhos permaneceram em Araporã-MG. A aposentadoria em Furnas viria em 1992, após 14 anos em Minaçu, trabalhando nas obras da UHE Serra da Mesa. Mesmo estando aposentado e fora do quadro de funcionários efetivos, o entrevistado seguiria vinculado ao quadro terceirizado da empresa, atuando também nas hidrelétricas de Manso, no Mato Grosso, e de Batalha, divisa entre Goiás e Minas Gerais.

A longa trajetória do senhor Sílvio em Furnas acabou por deixar-lhe marcas bastante perenes. Tanto que mantinha-se a contabilizar seu tempo de empresa, levando em conta desde o seu primeiro vínculo como terceirizado até o momento da realização da entrevista (2014), já sem nenhum vínculo formal de trabalho: “[...] eu trabalhei, [...] 48 anos. [19]66, trabalhei no quadro móvel [...] Depois passei para o quadro efetivo, [...] aposentei por Furnas. Passei para o quadro terceirizado [...] E continuei”<sup>149</sup>. É importante que aqui se ressalte o quanto essa questão deixa entrever o grau de identificação do entrevistado com a estatal, pela maneira por meio da

---

Ver: FURNAS. **Memória**: trinta anos de energia e desenvolvimento (1957-1987). Rio de Janeiro: Editora Furnas, 1987.

<sup>148</sup> GARCIA, Sílvio. **Sílvio Garcia**: Entrevista [set. 2014]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara, 2013. Gravação em mp3. Entrevista concedida para a pesquisa de doutorado.

<sup>149</sup> GARCIA, Sílvio. **Sílvio Garcia**: entrevista [set. 2014]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara, 2013. Gravação em mp3. Entrevista concedida para a pesquisa de doutorado.

qual procura manter-se estimulado, assemelhando-se ao músico que, em compasso de espera, aguarda o momento certo de contribuir com o andamento da sinfonia: “[...] minha vida sempre foi nessa correria, né, graças a Deus [...] Espero voltar de novo. Estou só dando um tempo”<sup>150</sup>. Em continuidade à análise, o trecho que se segue permite a visualização de elementos constituintes e também instituintes desta identificação.

[...] quando eu entrei em Furnas, eu entrei como montador. Eu não formei em engenharia, não tinha tempo. Não tinha tempo, não tinha faculdade onde a gente trabalhava. [...] E eu profissionalmente, tenho muito o que falar de Furnas porque ela me... que eu criei meus filhos tudo nela, né. E graças a Deus, toda vida trataram bem. Profissionalmente e pessoalmente, né. Subi nela... de montador passei pra supervisor de montagem. De serviços gerais e tudo. Tenho uma boa convivência com eles. A hora que eles tiver obra e se eu quiser, que eles me ligam e me chamam, né. Então profissionalmente eu subi muito bem, graças a Deus, né.<sup>151</sup>

Assim como discutido em relação ao senhor Genivaldo, o entrevistado em questão procura colocar-se em posição de quem venceu. Alguém que, por meio de trabalho e esforço, conseguiu reconhecimento, tornando-se elemento importante para o desenvolvimento da empresa. Note-se que no que concerne à educação, o relato do senhor Sílvio novamente guarda alguma semelhança com o do senhor Genivaldo: ambos procuram ressaltar os limites impostos pela falta de oportunidades em relação a uma formação mais avançada. No entanto, mesmo assim teriam conseguido ocupar posições de respeito, e, em determinados momentos, superaram indivíduos com formação profissional superior: “[...] tem muito engenheiro que saiu da faculdade e veio trabalhar com nós. Ele em vez de me dar ordem, ele me acompanhava pra aprender o sistema de trabalho [...] Então passou muito engenheiro pela minha mão, no modo de dizer”.<sup>152</sup>

Enquanto o senhor Sílvio se coloca como um dos primeiros a chegar em Itumbiara, antes mesmo do início das obras civis da barragem (“A minha equipe era sempre a equipe que fazia a linha de frente [...] Depois, quando a turma chegava, já tinha alojamento, estrada, pegava tudo pronto”<sup>153</sup>), o próximo entrevistado, senhor João Carneiro, parece figurar entre os últimos. Com formação técnica de nível médio em eletrotécnica e eletrônica, chegaria em Itumbiara no ano de 1979 – com as obras praticamente concluídas, portanto – para a montagem e os testes das

---

<sup>150</sup> Ibid.

<sup>151</sup> Ibid.

<sup>152</sup> GARCIA, Sílvio. **Sílvio Garcia**: entrevista [set. 2014]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara, 2013. Gravação em mp3. Entrevista concedida para a pesquisa de doutorado.

<sup>153</sup> Ibid.



primeiras máquinas responsáveis pela geração de energia. Atualmente aposentado e vivendo em Araporã, sua trajetória em Furnas tem início após cinco anos de atuação na Chesf, mais precisamente na UHE Paulo Afonso-BA, e após ser convidado a vir para Minas Gerais trabalhar na UHE Furnas, empreendimento no qual atuaria por 16 anos.

Em que pese sua trajetória destoar consideravelmente em relação aos demais entrevistados, pelo nível técnico mais avançado – o que possibilitou sua entrada em Furnas já como funcionário efetivo – e com todas as vantagens decorrentes desse nível (“Em dois lugares que eu trabalhei, morei em casa de Furnas. Inclusive, em casa mobiliada”<sup>154</sup>), o senhor João Carneiro procura indicar o que classifica como “nível social baixo” de sua origem. Indagado sobre esta, acaba por discorrer, sem muito detalhamento, acerca de sua infância, em Princesa Isabel-PB. No período de sua permanência no seio familiar, buscava uma conciliação entre seu processo de escolarização e as atividades ligadas à lavoura e comércio que exercia junto ao pai. No intuito de prosseguir com os estudos, seguiria para Recife-PE, onde se formaria em uma escola técnica estadual de nível médio.

Confrontando novamente a maneira pela qual os demais trabalhadores e o entrevistado em questão constroem seus relatos, fica bastante evidente o quanto este último ancora-se bem menos em outros aspectos de sua trajetória do que o faz em relação a sua experiência em Furnas. Sua narrativa é, em grande parte, marcada pela tentativa de demonstrar o que seria a natureza técnica de sua atuação. Mais uma vez o conhecimento mais aprofundado proporcionado tanto pela formação mais avançada quanto pela experiência de mais de 30 anos no setor parece pesar significativamente em suas elaborações. Há outros elementos, entretanto. Elementos estes que o excerto a seguir pode ajudar a compreender.

[...] é porque eu sou aposentado... e eu ajudei a empresa e ajudei esse Brazilzão crescer, né. Na realidade, tem uns 35 anos que eu trabalhei, né. Então a gente ajudou, né. Então, hoje... a gente usufrui, né, do... o usufruto. Agora, mais... não funciona a mesma coisa. É... se eu precisar de alguma coisa, na medida do possível, né. Empréstimos... empréstimo com juros mais baixos. Na Caixa Econômica. Pelo Banco do Brasil. Então tem essas facilidades. Agora, quem trabalhou na empreiteira, aí já é outro negócio. Não tem as facilidades de quem trabalhou em FURNAS mesmo, que nem é o meu caso.<sup>155</sup>

Tendo em vista os relatos anteriores, aqui já não causa surpresa alguma o fato de o senhor João Carneiro se colocar na posição de quem contribuiu com o crescimento da estatal e

---

<sup>154</sup> Ibid.

<sup>155</sup> CARNEIRO, João. **João Carneiro**: entrevista [set. 2014]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara, 2013. Gravação em mp3. Entrevista concedida para a pesquisa de doutorado.

do país, sendo respeitado e reconhecido, inclusive em termos materiais. De outro modo, o que se deve mais atentar aqui diz respeito a certa imagem que foi sendo forjada principalmente a partir da segunda metade do século XX, momento de construção das principais hidrelétricas brasileiras. Uma imagem que de alguma maneira conseguiria fixar determinada visão acerca de uma suposta categoria de trabalhadores: os chamados “barrageiros”. Nesse sentido, as menções que o entrevistado faz a desigualdades nas relações de trabalho – defasagem de direitos de trabalhadores terceirizados em relação a funcionários efetivos de Furnas – impõe que se discuta a questão com um pouco mais de profundidade, por sugerir a existência de importantes distinções no interior de um universo de trabalhadores que, certamente, possui suas peculiaridades.

### 2.3.2 Trabalhadores “barrageiros”: identificações e condições de trabalho dos que “ficharam na porta de fora”

Daniele Almeida Duarte, autora de recente estudo intitulado “(Des)encontros trabalho-família: narrativas de familiares de trabalhadores migrantes do setor de produção de energia elétrica”, procura discutir como as hidrelétricas, sob a égide da racionalidade do capital, seriam responsáveis não apenas por impactar social e ambientalmente as regiões onde são erigidas, mas também muitos dos trabalhadores que acompanharam/acompanham tais empreendimentos. Por essa perspectiva, a autora acaba colocando em evidência uma “[...] condição de mobilidade reincidente do barrageiro, imersa em contratempos e em um constante adaptar-se a um novo lugar e sua cultura”<sup>156</sup>. De fato, essa mobilidade reincidente, as constantes adaptações e readaptações, podem ser constatadas, em maior ou menor grau, nas trajetórias de todos os trabalhadores até aqui trazidos à discussão.

Sobre sua vinda para as obras da UHE Itumbiara, o senhor Sílvio, por exemplo, aponta que “Quando chegou, até nós que viemos de fora, a turma ficou muito “ah, porque não sei se vai dar certo”. Porque “o lugar é longe”. Achava que.... mas todo mundo se deu”<sup>157</sup>. Essa preocupação e incerteza indicadas pelo entrevistado nem sempre são consideradas dentro do que comumente se imagina ser o *modus operandi* dos “barrageiros”. Em Ilha Solteira, por

<sup>156</sup> DUARTE, Daniele Almeida. **(Des)encontro trabalho-família: narrativas de familiares de trabalhadores migrantes do setor de produção de energia elétrica**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 163. Online.

<sup>157</sup> GARCIA, Sílvio. **Sílvio Garcia**: entrevista [set. 2014]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara, 2013. Gravação em mp3. Entrevista concedida para a pesquisa de doutorado.

exemplo, Froelich pôde identificar uma imagem preconceituosa e mesmo injusta em relação a esses trabalhadores, por lhes imputar a responsabilidade pelos problemas surgidos com o fim das obras “Diz que barragem quando acaba deixa duas coisas: porta vazia e mãe solteira [...] o barrageiro tradicional nasce barrageiro e morre barrageiro [...] vive de barragem em barragem. Ele não leva a família, ele vai atrás do dinheiro e faz filhos aqui e lá”<sup>158</sup>.

No decorrer das últimas páginas se pôde ter acesso a trajetórias de sujeitos cujas experiências foram/são fortemente marcadas pelo trabalho em hidrelétricas, mas que, de modo algum, pode-se dizer que “nasceram barrageiros” – como se tal atividade lhes pudesse ser supostamente inerente –, ou que não buscaram estabelecer nenhuma relação com os lugares por onde passaram. Em sua maioria, é verdade, acabaram por percorrer muitas obras em diversas partes do país, mas em muitas delas, também é certo, permaneceram por vários anos, inclusive sendo acompanhados por cônjuge e filhos. Nessa mesma perspectiva, a dissertação de Odirlei Manarin, “Peões da Barragem: memórias e relações de trabalho dos operários da construção da hidrelétrica de Itaipu - 1975 a 1991”, discute narrativas que indicam o longo período de trabalho em Itaipu, às vezes mais de 10 anos, como aqueles considerados os mais felizes por muitos trabalhadores justamente por poderem permanecer junto a seus familiares, pela sensação de relativa estabilidade<sup>159</sup>.

Em outra dissertação com temática semelhante, Georgeana Barbosa de França procura discutir essa mobilidade que marca o “barrageiro”, que o faz ser considerado especialista nesses empreendimentos por já ter participado de outros e em distintas localidades, também acaba por trazer em seu bojo estigmas que, em geral, de modo pejorativo, o consideram como “sem raiz”, “forasteiro”, “sem família”. Tendo como espaço de investigação o município paranaense de Candói, a autora acaba percebendo como entre a “população nativa”, todos os trabalhadores que chegam para as obras das hidrelétricas de Santa Clara e de Fundão são identificados como “barrageiros”, embora possa haver distinções entre braçais e especializados. Entretanto, prossegue França, no interior desse universo de trabalhadores, pode-se perceber divisões: perante a mídia, como que reivindicando autoridade sobre alguma questão, um engenheiro ou administrador pode, estrategicamente, acionar uma identificação com o termo “barrageiro”. Já “[...] em outras ocasiões, como em relação a outros trabalhadores deste tipo de obra, a

<sup>158</sup> Armando Trentim foi vereador e presidente da Câmara Municipal de Pereira Barreto, em 1992. Entrevista concedida ao autor, em julho de 1992. Ver: FROELICH, Gilval Mosca. **Ilha Solteira**: uma história de riqueza e poder (1952-1992). São Paulo: Educ, 2001. p. 222.

<sup>159</sup> Ver MANARIN, Odirlei. **Peões da Barragem**: memórias e relações de trabalho dos operários da construção da hidrelétrica de Itaipu – 1975 a 1991. 2008. 147 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus Marechal Cândido Rondon, 2008. A questão é expressa de modo especial no capítulo 3.

identificação de um engenheiro com a categoria possa [pode] vir a ser menos usual [...]”<sup>160</sup>. É fundamentalmente importante que aqui se perceba o modo como França e os dois outros autores acima mencionados procuram ultrapassar a maneira genérica pela qual o termo muitas vezes é tratado, passando a encará-lo enquanto categoria relacional, tendo em vista os diferentes significados que assume a depender das dinâmicas no interior das quais os grupos interagem.

Esses significados diversos, como visto em todos os relatos e, mais claramente, com o depoimento do senhor João Carneiro, não raro ganham materialidade nesse universo de trabalhadores enquanto desigualdades as quais, muitas vezes, pretendem-se justificáveis pelo vínculo empregatício e/ou pelo nível de especialização do trabalhador. Na tentativa de avançar mais na questão, vale a pena reproduzir aqui mais um trecho do relato do senhor Genivaldo.

Não sei se já ouviu falar esse doutor Meireles aqui [...] Ele trabalhou aqui, nós trabalhamos vinte e seis anos juntos. “Nós só vamos sair dessa obra aqui – o doutor Meireles [falando] –, quando nós sair... Você fichou na porta de fora, eu fichei na porta de dentro, mas nós vamos sair juntos que eu vi... eu vi que cê é um homem de capacidade. Cê é um homem honesto, cê é um homem direito, então, nós vamos sair daqui juntos. Nós não têm diferença, porque eu sou engenheiro, nós fichou junto, eu fichei na porta de dentro, cê fichou na porta de fora, mas nós vamos sair tudo pela porta da frente aqui de Furnas, aqui, da seção pessoal com as nossas indenização e vamos passar pro INPS pra aposentar.”<sup>161</sup>

Ainda que a busca pelo protagonismo do processo assuma grande força na maneira pela qual o senhor Genivaldo elabora sua experiência – e isso fica claro no modo como tenta aproximar sua trajetória à de um “doutor engenheiro” de Furnas –, este evidencia uma importante distinção, vigorando no interior do que seria o universo dos “barrageiros”: os que “ficharam na porta de dentro” e os que “ficharam na porta de fora”. Não se trata, por óbvio, de uma situação que ocorre exclusivamente no ramo de construção e operação de empreendimentos hidrelétricos. Diversos outros setores vem operando já há bastante tempo baseados na precarização cada vez mais acentuada das relações de trabalho. Mesmo assim, esse “fichar na porta de dentro ou de fora” resulta em implicações bastante específicas para aqueles que passaram grande parte da vida acompanhando a construção de barragens pelo país. Uma dessas implicações diz respeito aos chamados “acampamentos barrageiros”, cuja estruturação,

<sup>160</sup> FRANÇA, Georgeana Barbosa de. **Barragens e Barrageiros**: um estudo sobre os processos de construção de identidades coletivas em uma área de empreendimentos hidrelétricos. 2007. 180 f. Dissertação (mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2007. p. 59.

<sup>161</sup> PEREIRA, Genivaldo. **Genivaldo Pereira**: entrevista [out. 2013]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara, 2013. Gravação em mp3. Entrevista concedida para a pesquisa de doutorado.

ao contrário do que a expressão sugere, pode assumir variações que vão desde galpões provisórios a conjuntos residenciais dotados de todos os equipamentos urbanos necessários ao funcionamento de um bairro e/ou cidade. No caso da UHE Ilha Solteira, Froelich destaca que:

[...] foi construída uma “cidade” hierarquizada constituída [...] [por] seis diferentes níveis de categorias profissionais, assim identificadas: braçais (1), semi-braçais (2), auxiliares (3), técnicos de nível médio (4), chefes e gerentes (5) e profissionais de nível universitário (6) [...] paradoxalmente, as casas menores, com dois cômodos, foram atribuídas aos trabalhadores menos especializados, cujas famílias eram maiores; e as moradias mais espaçosas, com quatro dormitórios, aos gerentes e profissionais de nível universitário, que muitas vezes moravam sozinhos.<sup>162</sup>

Como se não bastasse o tratamento assimétrico indicado acima, destinando moradias sem levar em consideração as reais necessidades das famílias e sim níveis socioprofissionais, o autor apresenta depoimentos apontando para uma espécie de segmentação estamental que se procurou estabelecer no núcleo urbano criado para o atendimento das obras de Ilha Solteira: “[...] havia uma diferença social. O clube era diferente. Havia três clubes [...] Separados. Por exemplo, se eu tinha uma amiga do nível 3 ou 4 ela não poderia entrar no clube de nível 5 e 6, ela era barrada”<sup>163</sup>. Operar por meio de uma lógica de conformação rígida entre tipos de moradia, espaços de sociabilidade e níveis socioprofissionais não pode ser tomado como experiência solitária implementada pela CESP em Ilha Solteira. Conforme demonstra a tese de Maria Eliza Alves Guerra sobre as vilas operadoras de Furnas, a estatal colocaria em movimento uma lógica bastante parecida, a começar por sua primeira experiência de constituição de habitações e espaços de sociabilidade para seus funcionários, a partir de 1958, em São José da Barra-MG. Entrevistando ex-funcionários, a autora também identifica a instituição de práticas de segregação dentro da vila que Furnas construíra no município.

[...] a discriminação entre funcionários da área administrativa e da área de operação da usina acentuou-se em um período específico, a partir de meados da década de 1970, mais em função de quem gerenciava. Até aquela época podia-se circular livremente pela vila. Existiam dois clubes que podiam ser frequentados por trabalhadores de qualquer área. A partir daquela data, houve,

<sup>162</sup> FROELICH, Gilval Mosca. **Ilha Solteira**: uma história de riqueza e poder (1952-1992). São Paulo: Educ, 2001. 141.

<sup>163</sup> Depoimento de Elza Mazuko Shimiku Gomes da Costa ao Projeto Memória Cesp, em 02 set. 1987. In: FROELICH, Gilval Mosca. **Ilha Solteira**: uma história de riqueza e poder (1952-1992). São Paulo: Educ, 2001. p. 143.

a separação de locais de entretenimento e lazer para os grupos específicos, despertando para a segregação espacial.<sup>164</sup>

Essa lógica segregacionista seria mantida em experiências posteriores, embora podendo ser operacionalizada em formatos diversos. É o que viria a ocorrer em 1974, com a UHE Itumbiara, ocasião em que houve a construção de duas vilas: uma em Araporã-MG, destinada aos operários, e outra em Itumbiara-GO, destinada aos administrativos e operadores. Esse modelo já havia sido implantado em 1971, por ocasião da construção da UHE Marimbondo, com a vila dos operários sendo erguida no município mineiro de Fronteira e a dos administrativos e operadores na cidade paulista de Icém. Embora Furnas justifique como questão de ordem estratégica situar a vila dos operários em Araporã, alegando que assim se evitaria o desgaste físico e econômico dos mesmos, já que permaneceriam mais próximos ao canteiro de obras<sup>165</sup>, há que se questionar o porquê de a mesma lógica não ter sido seguida para os administrativos e operadores.

Nesse sentido, as avaliações que os senhores João Carneiro (“[...] motorista, o pessoal da limpeza, certo? Moravam nas casas de Araporã [...] Pessoal de nível social mais elevado ficou tudo morando na vila de Furnas em Itumbiara”<sup>166</sup>), Sílvio (“[...] pro engenheiro responsável, ela [Furnas] tem que fazer uma casa melhor. Porque senão ele não vem. Lógico, né”<sup>167</sup>) e Divino (“Porque era por classificação, a pessoa entrava, tinha um nível, tal, ele tinha direito a casa, a Furnas dava casa pra ele morar”<sup>168</sup>) desenvolvem acerca do tema parecem bem mais condizentes com as práticas discriminatórias e segregacionistas implementadas por Furnas e outras instituições do setor, dentro do período em questão. Por esse ponto de vista, o fato de a UHE Itumbiara ter sido erigida entre Minas e Goiás não deixou mesmo de ser uma questão estratégica para a empresa: continuar segregando os espaços de sociabilidade de seus funcionários, ao mesmo tempo em que tal lógica se manteria ofuscada pela separação das vilas, inclusive por meio da divisa entre os dois Estados da federação.

Retomando a metáfora cunhada pelo senhor Genivaldo para aqueles trabalhadores que “ficharam na porta de fora” – condição aqui entendida como sendo a de operários, geralmente

<sup>164</sup> GUERRA, Maria Eliza Alves. **Vilas operadoras de Furnas nas bacias dos rios Grande e Paranaíba**: da concepção à atualidade. 2008. 534 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Uberlândia, 2008. p. 211.

<sup>165</sup> Idem. p. 433.

<sup>166</sup> CARNEIRO, João. **João Carneiro**: entrevista [set. 2014]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara, 2013. Gravação em mp3. Entrevista concedida para a pesquisa de doutorado.

<sup>167</sup> GARCIA, Sílvio. **Sílvio Garcia**: entrevista [set. 2014]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara, 2013. Gravação em mp3. Entrevista concedida para a pesquisa de doutorado.

<sup>168</sup> MARTINS, Divino. **Divino Martins**: entrevista [jun. 2014]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara, 2013. Gravação em mp3. Entrevista concedida para a pesquisa de doutorado.

terceirizados, que atuam diretamente no canteiro de obras – o risco de envolvimento em algum tipo de acidente é outra questão a figurar constantemente em seus horizontes. No caso do senhor Genivaldo, ao se lembrar do começo de suas atividades em barragens, logo vem a imagem de Paulo Afonso, década de 1950, como sendo a obra mais perigosa que já trabalhara: “[...] já passei por hora da morte muitas as vezes. Era muito difícil, passar um dia pra não ir cinquenta, sessenta caixão pra dentro do cemitério de lá [...]. O lugar que mais deu viúva no meio do mundo foi a obra de Paulo Afonso”<sup>169</sup>. A quantidade expressiva de mortes que, segundo o entrevistado, ocorriam cotidianamente em Paulo Afonso, parece fazer com que sua avaliação se encaminhe para uma mitigação dos acontecimentos em Itumbiara. Mesmo tendo presenciado acidentes fatais também nesta última obra (“Não, aqui aconteceu [...] quebrou um cabo e... veio descendo com concreto e pegou a turma de baixo: morreu tudo...”<sup>170</sup>), não se preocupa em dar muitos detalhes como o fizera em relação a Paulo Afonso, alegando terem sido “tudo acidentinho pouco”. Tal postura não deve ser entendida como insensibilidade, uma vez que o entrevistado estivera submetido às mesmas situações de perigo das centenas de trabalhadores que perderam a vida em hidrelétricas. Há que se levar em consideração que na elaboração do senhor Genivaldo, assim como de outros trabalhadores, o vivido em Itumbiara compõe uma experiência mais alargada e, portanto, a lembrança de outras tantas obras estão constantemente sendo chamadas a conferir-lhe sentidos.

A avaliação de que em Itumbiara os acidentes não foram tão comuns quanto em outros lugares também é endossada pelos senhores Sílvio e Divino. Este último, atribui à falta de experiência o maior número de acidentes no passado: “[...] na época [...] que foi os pioneiros de Furnas, realmente, lá houve muito acidente, porque eles ainda, ainda tava, quer dizer, aquela loucura, aquela coisa: tinha que fazer, tinha que fazer”<sup>171</sup>. Isso, o senhor Sílvio procura confirmar, creditando o que seria o nível baixo de ocorrências em Itumbiara à maior disponibilidade de trabalhadores com experiência no setor “Foi pouco! [o número de acidentes] [...] porque na época que foi feito isso aqui... tinha terminado já umas duas, três obras. Então já tinha mais funcionário disponível no campo do trabalho”<sup>172</sup>. Ainda que sempre lançando mão de diversas ressalvas, os trabalhadores em questão não deixam de mencionar como os acidentes, ainda que menos recorrentes, também estiveram presentes em Itumbiara.

<sup>169</sup> PEREIRA, Genivaldo. **Genivaldo Pereira**: entrevista [out. 2013]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara, 2013. Gravação em mp3. Entrevista concedida para a pesquisa de doutorado.

<sup>170</sup> Ibid.

<sup>171</sup> MARTINS, Divino. **Divino Martins**: entrevista [jun. 2014]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara, 2013. Gravação em mp3. Entrevista concedida para a pesquisa de doutorado.

<sup>172</sup> GARCIA, Sílvio: entrevista [set. 2014]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara, 2013. Gravação em mp3. Entrevista concedida para a pesquisa de doutorado.

Mas, assim, é igual eu te falo. Um acidente que acontece, não tem como evitar, né... mas tem uns que... digamos... é... de montagem de forma, que morreu dois... porque o funcionário confia nele. Esse das formas já não confiou nele. Da forma, foi problema da máquina. A máquina não aguentou o peso e soltou a forma com eles dentro. Em cima dela. Aí caiu lá embaixo. Mas e o outro foi... os que eu lembro mesmo foi... que foi assim mais complicado foi esse e o que deitou atrás de uma carregadeira. E o cara não viu. Funcionou e passou por cima [...] Foi os únicos [...] Os outros foi tudo proveniente de um descuido, de uma coisa. De uma elétrica, de uma corrente elétrica... então, assim, o cara cai de um lugar sem ter... sem cinto de segurança. Descuido dele, e tal. Mas realmente que a pessoa... recomenda demais que tenha a segurança do trabalho, e recomenda: passou de dois metros a pessoa tem que por o cinto. Mas tem funcionário que não põe. Nada. Se você andar aí você vai ver. O cara é teimoso.<sup>173</sup>

De fato, elementos apontados pelos entrevistados, tais como o avanço tecnológico e a experiência adquirida após a conclusão de outras hidrelétricas de grande porte, devem ter contribuído para que em Itumbiara menos operários tivessem a vida ceifada em acidentes de trabalho. Entretanto, a relativização à qual o entrevistado submete a questão dos acidentes em Itumbiara parece guardar relação não apenas com o que seria “o trágico passado do setor”. Note-se que o senhor Sílvio, ao levantar os motivos pelos quais os acidentes vieram a acontecer, “a falha humana, a displicência, a irresponsabilidade dos trabalhadores”, ocupam maior espaço dentro de suas conjecturas. Os demais motivos acabam recebendo contornos de fatalidade, o que contribui para que nunca se aponte incisivamente alguma responsabilidade por parte da empresa; como se ela estivesse sempre isenta por estar buscando cumprir as normas de segurança.

Em sentido oposto ao que vem sendo colocado pelos entrevistados, Pedro Henrique Pedreira Campos, em sua tese de doutoramento sobre as empresas brasileiras de construção pesada no período da ditadura militar brasileira (1964-1985), analisa o quanto os trabalhadores em geral e, principalmente, os empregados no setor da construção pesada foram prejudicados pelas políticas públicas lançadas ao longo das décadas de 1960 e 1970, enfrentando a contenção de salários, o fim da estabilidade nas empresas privadas, a instituição de poupanças compulsórias, o fim do direito de greve e a política de repressão sindical. Completando esse quadro de grandes perdas estaria também o aumento expressivo do número de acidentes de trabalho no período.<sup>174</sup>

---

<sup>173</sup> Ibid.

<sup>174</sup> Na continuidade de sua análise, o autor traz dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) nos quais o Brasil aparece como campeão em acidentes de trabalho. Segundo a entidade, em 1972, dos 77 milhões de trabalhadores brasileiros, 1,47 milhão se acidentaram. Tais índices continuariam altos durante toda a década, sendo que no ano



Esses milhares e milhares de casos de acidentes que acometiam os operários da construção, muitas vezes de forma fatal, não eram tratados com o mesmo alarde pela imprensa quando atingiam pessoas fora dos canteiros de obras. Nesse ponto, Campos analisa o que seria um processo de culpabilização dos próprios operários pelos acidentes. Em conformidade com isso, as Comunicações de Acidentes de Trabalho (CAT) na maioria das vezes registram como motivo para o acidente do funcionário os chamados “atos inseguros”. Quase sempre, a negligência, desatenção, imprudência dos operários era o que, alegava-se, desencadeava os acidentes.

Além desse processo de culpabilização do operário, o autor aponta para a displicência com os equipamentos de segurança por parte do empregador, o que acabava sendo um bom negócio: as multas relativas a estes não eram altas e a fiscalização não agia de forma sistemática. Nesse sentido, a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) em 1966 determinou a instituição de um fundo de assistência, mantido compulsoriamente pelos próprios trabalhadores, de modo que os funcionários afastados por mais de 15 dias não onerariam o patrão. O que contribuiu muito para que os empregadores buscassem lucro sem se preocupar com a segurança dos operários.

Diante dos altos índices de acidentes, a partir de 1976, o governo ditatorial utilizaria recursos públicos para subsidiar o financiamento de equipamentos para as empresas, mais uma vez livrando os empresários do setor de arcar com as obrigações concernentes ao provimento de segurança aos trabalhadores.<sup>175</sup>

Não é intenção aqui produzir negação da possibilidade de que Furnas tenha implantado em Itumbiara programa pioneiro de prevenção de acidentes<sup>176</sup>. Aliás, o autor apresentado anteriormente fala da possibilidade de que algumas empresas possam ter percebido a questão da segurança no trabalho de maneira diferenciada, buscando, a partir de então, dar mais proteção ao trabalhador. Na verdade, chama-se a atenção para o quanto as falas dos

---

de 1980, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) registrou 8.892 óbitos relacionados ao trabalho no Brasil, contra 4.440 nos Estados Unidos, país com população economicamente ativa duas vezes maior que a brasileira. Trazendo dados publicados pela revista “O Empreiteiro”, Campos deixa claro como o setor da construção liderava tais índices, podendo o número de acidentes anuais variarem entre 1,3 e 1,9 milhão de casos, entre 1971 e 1976. As principais causas de acidentes, conforme dados da mesma revista, seriam as quedas, além daqueles envolvendo maquinário, desabamentos, explosivos, entre outros. Ver mais em: CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **A Ditadura dos Empreiteiros**: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985. 2012. 584 f. Tese (Doutorado História), UFF, Niterói, 2012. p. 436-447.

<sup>175</sup> Ver mais em: CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *A Ditadura dos Empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985*. Tese de doutoramento em história. Niterói: UFF, 2012. 584p. p. 436-447.

<sup>176</sup> Em 24 de janeiro de 1973, a CIPA (Comissões Internas de Prevenção de Acidentes) começaria a ser implantada na empresa. Ver: FURNAS. **Memória**: trinta anos de energia e desenvolvimento (1957-1987). Rio de Janeiro: Editora Furnas, 1987. p. 68.

entrevistados evidenciam que, mesmo em um canteiro de obras mais seguro, a questão dos acidentes permanecia como possibilidade real a pressionar o cotidiano dos operários. Ainda, vale atentar para a maneira como se construiu, em torno dos acidentes, toda uma ideologia que passou a operar na construção da imagem do operário como alguém desleixado, portanto responsável pelo ambiente de insegurança das obras. Sem dúvida, a tendência de se relativizar os acidentes em Itumbiara traz muito dessa culpabilização dos operários. Contudo, outros aspectos também devem ser considerados.

Já se discutiu até aqui a representatividade assumida por Furnas nas trajetórias dos sujeitos em questão, de maneira que estes passam a reivindicar o que seria seus lugares de importância dentro do processo de constituição da estatal. Por esse viés, toda a imagem difundida por Furnas como portadora do progresso e desenvolvimento acaba reverberando na maneira como os entrevistados constroem suas memórias, não sendo incomum encontrar em suas falas afirmações como: “Araporã não existia, né. Foi nós que fundou isso aqui, né. Essa área aqui foi Furnas que fundou [...]”<sup>177</sup>; “Inclusive, quem melhorou Itumbiara e Araporã foi Furnas. Furnas é que melhorou Itumbiara e Araporã”<sup>178</sup>; “[...] se a Furnas não fizesse o acampamento aqui [em Araporã], aqui não era cidade”<sup>179</sup>; “[...] essa usina aqui de Furnas era só três turbinas, agora tá em doze. Melhorou a produção, melhorou a, melhorou a situação do Brasil.”<sup>180</sup>. Com isso não se quer insinuar que a participação destes trabalhadores no processo histórico esteja resumida a uma espécie de mimetização acrítica de memórias oficiais de Furnas. Em outro sentido, essa maneira pela qual buscam elaborar suas experiências remete à proposição de Alessandro Portelli:

Se o passado serve para justificar o presente, uma vida de luta deve ser vista como um sucesso para dar sentido de autoestima e identidade pessoal. Na realidade, a necessidade de reivindicar determinada ação para si mesmo, em defesa da própria dignidade e da presença histórica, está sempre na raiz de uma versão “consensual” da história: dizendo que a história estava “certa”, advogamos, para nós mesmos, um feito.<sup>181</sup>

<sup>177</sup> GARCIA, Sílvio: entrevista [set. 2014]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara, 2013. Gravação em mp3. Entrevista concedida para a pesquisa de doutorado.

<sup>178</sup> CARNEIRO, João: entrevista [set. 2014]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara, 2013. Gravação em mp3. Entrevista concedida para a pesquisa de doutorado.

<sup>179</sup> CAMARGO, Marcelo. **Marcelo Camargo**: entrevista [out. 2013]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara, 2013. Gravação em mp3. Entrevista concedida para a pesquisa de doutorado.

<sup>180</sup> PEREIRA, Genivaldo. **Genivaldo Pereira**: entrevista [out. 2013]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara, 2013. Gravação em mp3. Entrevista concedida para a pesquisa de doutorado.

<sup>181</sup> PORTELLI, Alessandro. Sonhos Ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. In: **Projeto História**, São Paulo, n.10, dez. 1993. p. 55.

Tal qual sugerido pelo autor italiano, quando os trabalhadores aqui trazidos buscam situar suas trajetórias de modo a que pareçam o mais próximo possível a Furnas<sup>182</sup>, não significa que estejam abrindo mão de suas memórias em nome daquelas produzidas e propagadas pela empresa. Inversamente, o que fazem em muitos momentos é reivindicar um protagonismo em relação a determinados feitos, dos quais a empresa vem sistematicamente arvorando-se como grande realizadora. Sob esse prisma, a versão “consensual” da história a que Portelli faz referência serve tanto ao protagonismo quanto à limitação dos horizontes dos trabalhadores, por buscar ancoragem na ideologia burguesa de progresso, que, como demonstrado no primeiro capítulo, tem avançado de modo hegemônico desde o século XIX, pregando o desenvolvimento econômico capitalista como o único caminho no qual todos poderiam/podem prosperar.

## 2.4 Moradores locais e a chegada dos trabalhadores

Conforme evidenciado no item anterior, os sentidos constituídos por diversos trabalhadores, ao desenvolverem narrativas ancoradas na elaboração de suas experiências, revelam como, para muitos, o trabalho em hidrelétricas veio a se apresentar, ao longo de várias décadas, como oportunidade de estruturar a vida em outras regiões. Dessa maneira, seguir o

---

<sup>182</sup> Apesar das características particulares que marcam suas trajetórias, fica evidente que os trabalhadores entrevistados, ao elaborarem suas experiências, produzem sentidos bastante similares em relação ao trabalho na UHE Itumbiara. Contudo, faz-se necessário considerar que empreendimentos desta envergadura acabam atraindo grande quantidade de pessoas que, possuindo trajetórias e aspectos culturais os mais diversos irão produzir sentidos um pouco distantes dos até aqui discutidos. É o caso de dona Leonara da Silva. Esta senhora, hoje com 84 anos de idade, vivia com o marido e os 5 filhos em Ataleia-MG, próximo a Teófilo Otoni, no Vale do Mucuri, onde a agricultura era a base para a obtenção do sustento da família. Isto não sem muitas dificuldades, pois, conforme relata a entrevistada, as atividades agrícolas que mantinham no interior do círculo familiar eram insuficientes para garantir a sobrevivência. Assim, a realização de tarefas como a lavagem de roupa e outras atividades domésticas para famílias da região, assim como o estabelecimento de parcerias com proprietários rurais de maior capacidade econômica, surgiam como solução dos problemas. A saída de sua região de origem em direção às obras da UHE Itumbiara, a exemplo de outros sujeitos, surge como possibilidade de estruturar a vida com menos dificuldades em outro lugar. Contudo, a maneira como dona Leonara virá a se estabelecer na região em questão irá se diferir bastante da dos demais trabalhadores. Para além do trabalho na barragem, a vinda de um dos filhos e o desejo de manter a família unida constituíram fatores importantes em sua decisão de tentar a organização da vida longe de seu local de origem. Também, o trabalho na nova região não se restringiu às atividades da hidrelétrica. Isto porque não havia emprego para todos da família e, mesmo aqueles que se empregaram, não possuíam qualificação e/ou experiência que resultasse em remunerações suficientes à subsistência de todos. No caso de dona Leonara, os conhecimentos adquiridos ao longo de toda a vida, possibilitaram encontrar alternativas para as dificuldades surgidas, fazendo “serviço de roça”, lavando roupa para terceiros, ao mesmo tempo em que o marido trabalhava como meeiro, produzindo diversos alimentos nas terras de um fazendeiro da região. A trajetória de dona Leonara se mostra interessante como contraponto às demais. Ao demonstrar que outras alternativas precisaram ser encontradas diante da impossibilidade de sobrevivência com base apenas na hidrelétrica, esta age então na reafirmação da imprevisibilidade do processo histórico.

rastro de empreiteiras do ramo da construção pesada – à medida que estas levantavam acampamento com o fito de construir nova barragem em localidade distinta da que se encontravam – surgiria como opção mais clara no sentido da percepção de determinada renda que garantiria uma subsistência menos dificultosa.

O trabalho em Furnas aparece então atravessado pelas perspectivas de progresso e desenvolvimento aventadas como “milagre” e/ou como “redenção” de áreas do país consideradas atrasadas, sendo que os trabalhadores, em muitos momentos, veem-se como protagonistas neste processo. Em suas narrativas é perceptível a colocação de Furnas como símbolo de transformações grandiosas, mas é igualmente evidente o movimento que realizam no sentido de se posicionarem enquanto partícipes do crescimento da estatal e, portanto, produtores do “progresso” por esta proporcionado.

Já se discutiu, na parte inicial deste capítulo, reportagem da Revista Furnas na qual um morador local, identificado como historiador e diretor do museu de Itumbiara, é chamado a dar sua visão acerca da implantação da hidrelétrica na região, apontando como impacto principal “[...] a chegada de cerca de 6 mil trabalhadores que transformaram a vida da cidade, movimentaram o comércio local, geraram empregos e qualificaram mão de obra”<sup>183</sup>. Discutiu-se também como, nas páginas do Jornal de Itumbiara, a presença desses trabalhadores foi sendo tratada, a um só tempo como garantia de continuidade do progresso, mas também como catástrofe socioeconômica anunciada, caso não se procedesse ao aproveitamento de sua mão de obra, a partir da promoção da indústria local. A constatação de tal ambiguidade traz aqui a imposição de que se aprofunde um pouco mais no modo como alguns moradores interpretaram a presença destes trabalhadores à época de sua chegada.

Antes, porém, faz-se necessária a retomada de uma importante distinção já mencionada no item anterior. Por opção de Furnas, a estrutura habitacional construída com o fito de acomodar parte dos trabalhadores da hidrelétrica ficaria dividida em duas vilas: uma em Araporã e outra em Itumbiara. A primeira, projetada para abrigar até 7.320 habitantes (entre operários e seus familiares), receberia 1.464 residências geminadas (732 blocos). Já a segunda, contaria com 192 casas, sendo que a estimativa era de que pudesse abrigar por volta de 768 pessoas (operadores de nível técnico e superior, bem como seus familiares)<sup>184</sup>. Esses dados são

---

<sup>183</sup> SPENCER, Behula. Itumbiara: construção foi um marco da engenharia nacional. **Revista FURNAS**, Itumbiara, ano XXXVI, n. 374. abr. 2010. Disponível em: <[http://www.furnas.com.br/arqtrab/ddppg/revistaonline/linhadireta/RF374\\_itumb.pdf](http://www.furnas.com.br/arqtrab/ddppg/revistaonline/linhadireta/RF374_itumb.pdf)>. Acesso em: 27 jul. 2013.

<sup>184</sup> De acordo com dados oficiais de Furnas. Ver: GUERRA, Maria Eliza Alves. **Vilas operadoras de Furnas nas bacias dos rios Grande e Paranaíba**: da concepção à atualidade. 2008. 534 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Uberlândia, 2008. p. 355 e 377.

relevantes na medida em que evidenciam que a chegada destes milhares de trabalhadores provocaria impactos mais perceptíveis para o cotidiano araporense, por este ser, à época, um pequeno distrito de Tupaciguara, que teria seu número de habitantes potencialmente aumentado com a construção da vila. No caso de Itumbiara, o aumento populacional viria em menor grau, já que, àquela altura, início dos anos 1970, tratava-se de uma cidade com uma população de 64.162 habitantes, segundo os dados do IBGE.

Mesmo que, em termos demográficos, os impactos não tenham sido tão intensos como em Araporã, o fato de Furnas ter, em Itumbiara, alocado seus funcionários administrativos e operadores de nível médio e superior também traria certas implicações ao município goiano. Isso fica bem claro, por meio da narrativa do senhor Hélio Miranda, natural de Orlândia, cidade paulista, hoje integrante da recém-instituída Região Metropolitana de Ribeirão Preto. Após concluir sua formação em odontologia no município de Uberaba-MG, estabeleceu-se em Itumbiara, onde, além da atuação como odontólogo, exerceu mandato como vereador nos anos 1960, tendo também atuado na edição de jornais de circulação local entre as décadas de 1970 e 1980. As perspectivas de progresso e desenvolvimento que vêm sendo discutidas ao longo desta tese parecem ter tido muita influência em seu processo de escolha: “[...] queria uma cidade que fosse, que estivesse em desenvolvimento, que tivesse condições de crescer... e que eu acompanhasse o desenvolvimento da cidade”<sup>185</sup>. Nesse sentido, o entrevistado sinaliza como sendo fundamentalmente importante a construção de uma hidrelétrica em Cachoeira Dourada-GO, na época ainda um distrito pertencente à cidade de Itumbiara.

[...] eu escolhi Itumbiara por indicação de amigos e vim pra cá. Nessa época, em 1955, sessenta... cinquenta e cinco, o... houve uma transformação, porque era uma cidade pequena, uma cidade de oito, dez mil habitantes, e houve uma modificação muito grande no setor elétrico, que foi no governo do Mauro Borges [...] as antigas belezas de Cachoeira Dourada foram sacrificadas em benefício de uma usina de quatrocentos mil quilowatts, quatrocentos quilowatts, na época era muito importante, mas que transformou o Estado e transformou também a nossa região [...] Quando foi da construção da Usina de Cachoeira Dourada, eu me lembro perfeitamente – que eu era dentista nessa época e trabalhava muito pra isso lá –, a quantidade de engenheiros, mecânicos que vinha da França, da Tchecoslováquia, até da Rússia, que veio pra montar os geradores, né?, foi muito grande e com a Usina de Itumbiara aconteceu a mesma coisa [...] houve um impacto também no desenvolvimento da cidade. Porque... as pessoas era de gabarito maior, poder aquisitivo maior, pessoas de alto nível que precisava de quê: de atendimento médico, de hospitais melhores, precisava de dentistas melhores, tudo... na formação... farmácia, tudo foi modificado dentro de Itumbiara. Bares, restaurantes, até boates

---

<sup>185</sup> MIRANDA, Helio. **Hélio Miranda**: entrevista [jun. 2015]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara, 2013. Gravação em mp3. Entrevista concedida para a pesquisa de doutorado.

surgiram na época, entendeu?, clubes... isso foi uma transformação muito grande.<sup>186</sup>

É certo que o *status* de vetor do progresso que o senhor Hélio confere a Furnas está fortemente ancorado em uma perspectiva desenvolvimentista, largamente difundida por décadas no Brasil e em outras partes do mundo. Entretanto, assim como já discutido em relação a determinados trabalhadores, o endosso que tal perspectiva parece encontrar dentro de narrativas como a do entrevistado deve ser pensado também a partir de sua trajetória. A implantação de aproximadamente duzentas casas em Itumbiara na conhecida “Vila de Furnas” respondeu diretamente aos anseios que apresentava quando de sua chegada ao município. Os encarregados, engenheiros e todo corpo técnico especializado aos quais a vila se destinou, constituiriam as “pessoas de gabarito maior” que necessitariam de “melhores atendimentos”, pessoas às quais o senhor Hélio certamente viria a receber como clientela em seu consultório odontológico. A visão plenamente positiva generalizada pelo entrevistado e projetada para todo um contingente de trabalhadores advindos no bojo da hidrelétrica parece ser balizada em razão do surgimento de espaços disponibilizados aos funcionários do alto escalão de Furnas – clubes, bares, restaurantes –, espaços dos quais – é razoável supor – ele poderia participar por compartilhar das mesmas condições socioeconômicas.

Em Araporã, onde se estabeleceu a maior parte dos trabalhadores com atuação direta no canteiro de obras da barragem, é possível constatar um pouco mais de resistência por parte dos antigos moradores do distrito. O senhor João Carneiro, embora tenha morado na vila de Itumbiara – que, como já se viu, era destinada aos administrativos e operadores –, relata a existência de insatisfações em Araporã atribuídas ao súbito aumento populacional: “Na época da montagem eles reclamavam um pouco porque vinha muita gente de tudo quanto era lugar... às vezes gente que roubava”<sup>187</sup>. No relato de outro trabalhador, o senhor Sílvio (este, residente na vila de Araporã durante as obras da barragem), estão presentes outros elementos que podem alimentar a discussão.

Geralmente a gente tinha... porque era de Araporã Velho [núcleo original do distrito]. Tinha a família do Jamil, né, que é o povo que morava aqui. Os Tizzo (...) A gente tinha muito contato com esse povo. Eles tinham um tipo, assim, como uma rivalidadezinha só entre os jovens. Os adultos, não... de quem morava aqui e quem morava lá. Por motivo da infraestrutura da casas, e tal. Como as casas aqui era nova, era bonita, bem instalada, com água, luz e tudo.

---

<sup>186</sup> Ibid.

<sup>187</sup> CARNEIRO, João. **João Carneiro**: entrevista [set. 2014]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara, 2013. Gravação em mp3. Entrevista concedida para a pesquisa de doutorado.

Lá era mais difícil tudo: água... luz tinha. As ruas lá era mais complicada. Então eles tinha aquela rivalidadezinha, nunca uma coisa de desfazer um do outro. Só na brincadeira mesmo [...] Quando tinha festa aqui, no fim da festa eles queriam disputar um com o outro, mas logo logo acostumou. Acostumou porque... eu ainda brincava muito com... com o irmão do Jamil [antigo morador] [...] Ele, é... “você vieram estragar a nossa cidade”. Estragar?... nós viemos é aumentar ela. Porque ela era pequena. Mas era só no modo de brincadeira, né, no sistema de convivência era muito bem. A convivência não tinha atrito entre nós não.<sup>188</sup>

Por mais que o entrevistado procure sempre enfatizar a boa convivência estabelecida entre os que chegavam para o trabalho na barragem e os que já se encontravam no lugar, deixa entrever alguns sinais de resistência e/ou incômodo dos últimos em relação aos primeiros. Uma primeira indicação neste sentido é o fato de que a construção da vila dos operários, denominada por Furnas como “Loteamento Nova Araporã”<sup>189</sup>, consequentemente faria recair sobre o núcleo original do distrito o *status* de “Araporã Velho”, o que, do ponto de vista dos que lá viviam, poderia ser encarado como algo não muito lisonjeiro. Nisto residiria, talvez, a fonte da “rivalidadezinha” que iria se criar, na qual estaria clara a existência dos “de lá”, “os que vieram estragar nossa cidade”, e os “de cá”, que consideravam, pelo contrário, que a cidade estaria aumentando, melhorando.

Além disso, o senhor Sílvia faz referência a questões que objetivamente poderiam causar nos antigos moradores a avaliação de que existiria um privilegiamento dos recém-chegados, por poderem estes usufruir de condições de moradia e lazer infraestruturalmente superiores: “as casas aqui era nova, era bonita, bem instalada, com água, luz e tudo”. Há também indícios de insatisfação relacionada não à presença dos trabalhadores em si, mas quanto ao local em que foram instalados. Em seu livro “Araporã - Terra da Esperança”, Maria Honório de Castro faz referência a Antônio Rabelo, antigo morador da cidade, que teve terras desapropriadas em razão da construção da vila: “Construíram casas para a moradia dos operários da manutenção em terras pertencentes a Toniquinho [...] pagando um preço irrisório e injusto<sup>190</sup>, não deu nem para a aquisição de outras terras mais perto da cidade [...]”<sup>191</sup>. De acordo com a autora, Antônio Rabelo ficaria ainda mais prejudicado por ter que comprar uma pequena gleba em Goiás, estando isso ligado, segundo lhe consta, ao agravamento do estado de

<sup>188</sup> GARCIA, Sílvia. **Sílvia Garcia**: entrevista [set. 2014]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara, 2013. Gravação em mp3. Entrevista concedida para a pesquisa de doutorado.

<sup>189</sup> De acordo com a planta original da vila. Ver anexo 26. Cf.: GUERRA, Maria Eliza Alves. **Vilas operadoras de Furnas nas bacias dos rios Grande e Paranaíba**: da concepção à atualidade. 2008. 534 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Uberlândia, 2008.

<sup>190</sup> O capítulo seguinte tratará, brevemente, de uma controvérsia acerca de tal questão.

<sup>191</sup> CASTRO, Maria Honório de. **Araporã - Terra da Esperança**. Uberlândia: sem editora, 1996. p. 90.

saúde do morador em questão: “Foi justamente nesta ocasião que o seu estado de saúde se agravara mais ainda, ocorreram mais despesas ao deslocar-se para mais longe como também o dispêndio físico fora enorme”<sup>192</sup>.

Estas evidências, mesmo indicando que a presença dos trabalhadores de Furnas pode não ter sido vista com bons olhos por aqueles que já habitavam o então distrito de Araporã, não significa, em absoluto, que outros sentidos não possam ter sido elaborados. Na obra “Nascer do sol: Araporã, um século de história”, Brasilaves Borges apresenta depoimentos que indiciam uma visão harmoniosa sobre a questão. Em um deles, dona Sérgia Gomes Gregório destaca o quanto aqueles que viviam do comércio local apreciaram a chegada dos operários: “Foi um movimento muito grande que teve muita renda, as pessoas de comércio ganhavam muito dinheiro [...]. Eu tocava uma pensão aqui em 74/75 e ainda chorei porque fechei a pensão em 75, justo quando eles chegaram”<sup>193</sup>. Por essa mesma ótica, Borges dá destaque ao senhor Juvenil Lopes Martins, apontando que teria sido “[...] ele o mais próspero comerciante da cidade entre os anos 1970/90, principalmente por ter vivenciado o período de grande movimentação de pessoas durante a construção da hidrelétrica de Furnas (1974/80)”<sup>194</sup>.

Por fim o autor apresenta aquilo que entende ser o elemento mais significativo da questão: a participação dos referidos trabalhadores na formação da cultura local “[...] os barrageiros, trabalhadores temporários, que viveram no lugar até o fim da obra [...] Muitos deles e seus descendentes aqui se fixaram e criaram famílias, que aqui permaneceram”<sup>195</sup>. Essa perspectiva harmoniosa trazida por Borges não deixa de ser um ponto de vista possível. Contudo, como ficará mais evidente no capítulo seguinte, essa participação responde a certos interesses políticos no interior dos quais a construção de uma visão heroica da emancipação política de Araporã apresenta-se como principal objetivo.

As questões que, ao longo do presente capítulo, puderam ser analisadas – seja a partir das produções da imprensa local seja por meio da interlocução com diversos sujeitos – apontam para uma multiplicidade de expectativas e interesses cujas maneiras contraditórias como se apresentaram em alguns momentos correspondem à maneira como se estruturaram projetos similares ao da UHE Itumbiara, igualmente eivados de contradições. Com isso, não se quer dizer que uma igualdade de condições esteve posta dentro da correlação de forças na qual os

---

<sup>192</sup> Idem. p. 90.

<sup>193</sup> Depoimento de dona Sérgia Gomes Gregório. In: BORGES, Brasilaves. **Nascer do Sol: Araporã, um século de história**. Itumbiara: Alfa Gráfica Editora, 2014. p. 131.

<sup>194</sup> Depoimento de dona Sérgia Gomes Gregório. In: BORGES, Brasilaves. **Nascer do Sol: Araporã, um século de história**. Itumbiara: Alfa Gráfica Editora, 2014. p. 131. p. 99.

<sup>195</sup> Idem. p. 236.



atores se movimentaram. Tampouco o empreendimento hidrelétrico em questão moldou suas ações, em última instância. De outro modo, há sim o reconhecimento dos limites impostos pelo processo ora analisado, assim como o reconhecimento da forma a partir da qual determinados sujeitos, de acordo com suas possibilidades e posições específicas, tentaram articular seus interesses; ou mesmo, conforme a proposição de Eder Sader, pretenderam “pegar o progresso pelo lado certo”<sup>196</sup>.

### **CAPÍTULO III**

#### **UHE ITUMBIARA: DAS MUDANÇAS EFETIVADAS ÀS EXPECTATIVAS FRUSTRADAS**

Caso necessária uma recuperação dos elementos discutidos até aqui, fartas seriam as evidências de um processo no qual determinada perspectiva de progresso e/ou desenvolvimento estivera presente como aquilo que poderia justificar/legitimar uma série de alterações socioambientais dentro da região ora estudada. A edificação da UHE Itumbiara surgiria como clara materialização de tal perspectiva, de maneira a se permitir o avançar das relações capitalistas de produção por sobre fronteiras, até então (década de 1970) reservadas à produção agropecuária como suporte alimentício ao sudeste industrializado. No bojo da colossalidade deste empreendimento, erigido sob a batuta do Estado ditatorial brasileiro, viria todo um conjunto de melhoramentos infraestruturais cujas contribuições far-se-iam decisivas, tanto na produção da energia necessária para o crescimento do país quanto na superação de suposto atraso e ineficiência da estrutura socioeconômica regional. Nesse capítulo, o último a ser desenvolvido no espaço da presente tese, pretende-se discutir como grande parte dessas

---

<sup>196</sup> Ver mais em: SADER, Eder. **Quando Novos Personagens Entraram em Cena**: experiências e lutas dos trabalhadores na Grande São Paulo – 1970-1980. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001. p. 63-70.

promessas de progresso e desenvolvimento acabaram, na verdade, ocasionando prejuízos econômicos, sociais e culturais à região.

### 3.1 Cadê a ponte que estava aqui?

Desde quando tem início as primeiras movimentações relativas à obra da hidrelétrica no início dos anos 1970 até os dias atuais são muitas as publicações da imprensa local, regional ou nacional, bem como as publicações diretamente vinculadas a Furnas, que exaltam os benefícios advindos com a implantação da UHE Itumbiara. No entanto, basta uma rápida visita à página eletrônica do Ministério Público Federal em Minas Gerais para se ter acesso a evidências que colocam em xeque os discursos laudatórios rendidos ao empreendimento. Em nota do dia 23 de outubro de 2013, publicada por sua Assessoria de Comunicação Social, o MPF aparece responsabilizando a União, os Estados de Goiás e Minas Gerais, assim como Furnas e o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) por uma situação de isolamento imposta às cidades de Tupaciguara-MG, Corumbáiba-GO e Buriti Alegre-GO. Isso, porque a submersão de duas pontes após a construção da UHE Itumbiara estariam dificultando a ligação entre partes do Sul Goiano e do Triângulo Mineiro, obrigando os motoristas a, dentre outros transtornos, terem que realizar percursos de até 160 km para acessar as referidas cidades.

Para o MPF, a responsabilidade de Furnas se faz evidente pela inadequação do dispositivo implantado pela empresa como solução para o problema das pontes: um sistema de balsas que nunca teria funcionado efetivamente, estando estas “há anos abandonadas, apodrecidas pelo tempo fora do leito do rio”<sup>197</sup>. Quanto à União, aos Estados e ao Ibama, estes seriam responsáveis por terem aceito de Furnas aquela que teria sido “a solução mais barata encontrada pela empresa para tentar amenizar a situação”<sup>198</sup>. Nesse sentido, a nota traz a seguinte avaliação do procurador da República, Cléber Eustáquio Neves: “o mais lamentável, no entanto, é que nem o Ibama, nem os respectivos entes estatais, lembraram de cobrar da empresa Furnas, durante a fase do licenciamento ambiental, a construção de novas pontes no lugar das que desapareceriam”<sup>199</sup>. A responsabilidade seria ainda

---

<sup>197</sup> MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL EM MINAS GERAIS. **Ação em Uberlândia pede a construção de duas pontes na divisa de Minas e Goiás**. 2013. Disponível em: <[http://www.prmg.mpf.mp.br/uberlandia/noticias/@@noticia\\_prm\\_view?noticia=/internet/imprensa/noticias/meio-ambiente/acao-em-uberlandia-pede-a-construcao-de-duas-pontes-na-divisa-de-minas-e-goias](http://www.prmg.mpf.mp.br/uberlandia/noticias/@@noticia_prm_view?noticia=/internet/imprensa/noticias/meio-ambiente/acao-em-uberlandia-pede-a-construcao-de-duas-pontes-na-divisa-de-minas-e-goias)>. Acesso em 16 jun. 2015.

<sup>198</sup> Ibid.

<sup>199</sup> Ibid.

mais grave no caso de Minas Gerais, uma vez que placas seguiriam indicando a existência dessas mesmas pontes, há mais de 30 anos já submersas. A nota do MPF faz importantes considerações em sua parte final, as quais podem ser melhor acompanhadas no trecho que se segue.

O MPF também alega que a construção da Usina Hidrelétrica de Itumbiara, da forma como foi feita, além de causar o isolamento da população de Buriti Alegre, Tupaciguara e Corumbáiba, impediu o desenvolvimento econômico e social da região, causando, assim, tanto o dano material, quanto o dano social e moral coletivo.

“É fácil perceber que os réus são diretamente responsáveis pelo rebaixamento do nível de vida da população dos municípios afetados pela formação do Lago das Brisas. Isso porque aceitaram uma obrigação pífia de se disponibilizar duas pequenas balsas, que, na prática, nunca funcionaram e hoje se encontram abandonadas no meio do mato, corroídas pela ferrugem”, afirma o procurador. As consequências do descaso dos réus, segundo o MPF, ainda se fazem presentes, gerando permanente mal estar à população, pois até o transporte de crianças para escolas entre os municípios é feito em pequenos barcos, colocando em risco sua integridade física.

Além da condenação por dano moral coletivo e da apresentação de projeto de construção das novas pontes, com as respectivas dotações orçamentárias, a ação pede que a Justiça também obrigue os réus a fazer funcionar, no Lago das Brisas, formado pelos rios Paranaíba e Corumbá, quatro balsas novas, que permitam o transporte de veículos pequenos e de cargas tipo Bitrem, Rodotrem e Treminhão, observado o tamanho mínimo de 20 metros de largura e 40 metros de comprimento cada uma. Elas deverão funcionar durante 24 horas, sem interrupção.

Foi pedido também que a Justiça determine ao IBAMA abster-se de conceder nova licença de operação à empresa Furnas enquanto ela não firmar o compromisso de participar da construção das duas pontes, bem como da pavimentação asfáltica das rodovias estaduais que fazem a interligação entre as cidades de Tupaciguara/MG, Corumbáiba/GO e Buriti Alegre/GO.

(ACP nº 12513-18.2013.4.01.3803)

Assessoria de Comunicação Social

Ministério Público Federal em Minas Gerais<sup>200</sup>

A impetração de Ação Civil Pública contra os Estados de Minas Gerais e Goiás, assim como também contra Furnas e o IBAMA, acaba por desvelar elementos que se contrapõem à ideia do “antes e depois” da UHE Itumbiara, largamente indicada nas publicações de Furnas. Longe de dar vazão às perspectivas de desenvolvimento e progresso quase sempre associadas ao empreendimento hidrelétrico, sinaliza largos prejuízos econômicos, sociais e ambientais que teriam sido causados desde o enchimento do reservatório da barragem.

Redirecionando a análise para o documento “Usina Hidrelétrica de Itumbiara – estudo, formação e enchimento do reservatório: efeitos no meio ambiente”, passa-se a ter maior

---

<sup>200</sup> Ibid.

dimensão da gravidade dos questionamentos levantados pelo Ministério Público Federal. Mantendo-se o foco naquilo que representa o ponto central da denúncia, percebe-se também como esse elemento – construção de pontes e estradas – recebera bastante destaque por parte de Furnas como uma contribuição objetiva dentro da região de influência do reservatório, posto que, mesmo antes de se iniciarem as operações da usina, as melhorias relativas a esse quesito já seriam observáveis.

Expediente já discutido em relação à construção de novas residências para os habitantes de Porto Barreiro, as imagens presentes no anexo 2 do documento em questão seriam as provas materiais de uma “[...] melhoria substancial do sistema viário [permitindo] melhor comunicação entre as fazendas, vilas e os centros urbanos, com alternativa rápida, pela travessia do lago através de balsas, ou mais longa, por pontes”<sup>201</sup>. A julgar por imagens e informações contidas nos mais diversos tipos de documentos produzidos pela estatal desde o início do projeto, assim como nos anos que se seguiram após sua conclusão, tem-se a impressão de que tudo fora planejado de maneira adequada e responsável: estradas foram relocadas, pontes construídas e balsas disponibilizadas de modo a evitar o isolamento dos municípios acometidos pelo represamento das águas. Em sentido oposto, a ação movida pelo MPF parece amplificar insatisfações de quem se viu prejudicado pela situação de isolamento advinda da não construção de pontes e acessos substitutivos e/ou do não funcionamento do sistema de balsas paliativamente implementado desde então.

Esta situação de isolamento também é discutida por Jovaine Esteves da Silva Júnior, por meio do trabalho monográfico que desenvolveu quando de sua graduação em História, no ano de 2008. Analisando especificamente as consequências sofridas pelo município de Tupaciguara com a construção da UHE Itumbiara, o autor realiza diversas entrevistas, sendo que na maioria delas, seus interlocutores sinalizam para a chegada de Furnas como isso fosse o início de um tempo de perdas para a região. No diálogo que estabelece com o ex-prefeito Alexandre Berquó Dias, este ressalta o quanto Tupaciguara teria ficado isolada com a submersão da ponte que antes ligava o município mineiro à goiana Corumbaíba: “FURNAS trouxe inicialmente a Tupaciguara muitos prejuízos, pois o município tinha uma relação muito forte com o Estado de Goiás na região de Corumbaíba [...] uma cidade que fazia seu comércio em Tupaciguara”<sup>202</sup>. O

---

<sup>201</sup> MELLO, J. A. B; BRITO, L. E.R.S; COHEN, J. H. A. O. V. **Usina Hidrelétrica de Itumbiara** - estudo, formação e enchimento do reservatório: efeitos no meio ambiente. Rio de Janeiro: Furnas, 1980. Apresentação/Sem página indicada. p. 31.

<sup>202</sup> Alexandre Berquó Dias é ex-prefeito de Tupaciguara (gestão 2001-2004). Cf.: SILVA JÚNIOR, Jovaine Esteves. **A formação do Lago Paranaíba e suas influências no município de Tupaciguara**. 2008. 55 f. Monografia (Graduação em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008. p. 51.

ex-prefeito aponta também como ao município teria sido prometida a construção de uma outra ponte, algo que nunca viria a ser concretizado “[...] fizeram um pedacinho de asfalto, a ponte e o resto do asfalto nunca apareceram”<sup>203</sup>. Na sequência da entrevista, o Alexandre Berquó Dias ainda avalia a falta de cobrança das autoridades do período como um elemento determinante para que Furnas não compensasse adequadamente as cidades atingidas.

De fato, a preocupação com a inutilização de pontes e estradas não seria algo a povoar as páginas da imprensa tanto quanto os alardeamentos de progresso e desenvolvimento. Os poucos indícios que podem ser aqui evidenciados resumem-se aos anos de 1974 e 1978. No primeiro deles, o periódico uberlandense *Tribuna de Minas*, em edição do dia 1º de agosto de 1974, apenas constata a inundação de uma ponte na cidade de Araguari-MG: “A ponte Quincas Mariano, recentemente inaugurada na divisa de Goiás, com a presença do então ministro dos transportes Mario Andreazza e pelo governador Rondon Pacheco, será totalmente inundada”<sup>204</sup>. Já na edição do dia seis de setembro de 1978 do *Jornal da Cidade* (reorganizado posteriormente como *Jornal de Itumbiara*), dá-se a notícia de uma comitiva itumbiareense, liderada pelo então chefe do executivo municipal, Radivair Miranda Machado, visitando o canteiro de obras da hidrelétrica, na intenção de se obter informações acerca de como se daria a geração de energia pelo empreendimento. Nesse sentido, a reportagem segue argumentando que:

Além da obra, outros problemas foram discutidos entre o prefeito e a direção de FURNAS Centrais Elétricas, sendo que o principal relacionou-se com a Estrada denominada Mata Azul, que liga Itumbiara àquela rica região. A estrada será inundada tão logo a represa seja concluída, sendo que Radivair prometeu olhar o problema com carinho.<sup>205</sup>

A julgar pela exigência do Ministério Público de que, além de Furnas, os Estados de Minas e Goiás, assim como IBAMA, DNIT e AGETOP sejam responsabilizados pelos prejuízos causados com a formação do lago, é possível inferir que os diversos agentes públicos responsáveis pela proteção de interesses coletivos possam ter agido de forma excessivamente “carinhosa”, ainda que o fechamento iminente das comportas possa ter trazido também o reconhecimento de uma situação problemática. Ao que tudo indica, tal preocupação se confirmaria pouco tempo depois, como pode ser observado ao se acompanhar a narrativa que se segue.

---

<sup>203</sup> Idem. p. 51.

<sup>204</sup> *Tribuna de Minas*, ano VIII, n. 1131, 1º de agosto de 1974. p. 1.

<sup>205</sup> *Jornal da cidade*, ano IV, 6 de setembro de 1978, n. 151. p. 3.

[...] Durante uma reunião entre a CEMIG e proprietários de terras, promovido sob a tutela do Sindicato Rural de ARAGUARI/MG, vários fazendeiros se mostraram temerosos pela negociação de suas terras, tendo em vista “A INFELIZ EXPERIÊNCIA PROPORCIONADA POR FURNAS”. De fato, Furnas não se constituiu numa experiência alvissareira. Veja-se, por exemplo, que por ocasião de um encontro realizado em GOIÂNIA/GO, em 18 jan 80, seus diretores: Dr. JOÃO BANDEIRA DE MELO e Dr. SÉRGIO SALDANHA DA GAMA, “não definiram quase nada que possa compensar os prejuízos causados aos municípios pelas inundações da Usina Itumbiara”. Por sua vez, membros do Governo goiano chegaram a ameaçar o acionamento da Justiça, caso Furnas não providenciasse a imediata reparação dos danos causados com as inundações. Também uma representação de ARAGUARI/MG, na ocasião, hipotecou total solidariedade à tese, se identificando com a idéia de recorrer à Justiça, caso as reivindicações no que concernia a Minas Gerais não fossem atendidas. De fato, em 06 mai 80, debalde os esforços empreendidos, o Presidente da Associação Comercial de ARAGUARI/MG – OSWALDO DOS SANTOS MONTEIRO – enviou ao Governador do Estado, um ofício contendo as reivindicações para que aquela cidade tivesse uma “indenização justa”, relatando a enumeração dos prejuízos causados pelas inundações, passando, pois, o problema para a alçada governamental.<sup>206</sup>

Pinçada junto ao Arquivo Nacional, a passagem acima é parte constituinte de documentação produzida pela Polícia Militar de Minas Gerais e remetida ao Serviço Nacional de Informação (SNI), entre 1980 e 1981, no objetivo de “acompanhar” as atividades da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em Minas Gerais, estas avaliadas como “altamente doutrinárias”. “Doutrinação” que, no que concerne às regiões de Araguari e Tupaciguara, atingidas por inundações provocadas pelas hidrelétricas de Itumbiara e Emborcação, atuaria no sentido de que os proprietários não concordassem com o valor das indenizações pagas por Furnas e Cemig.

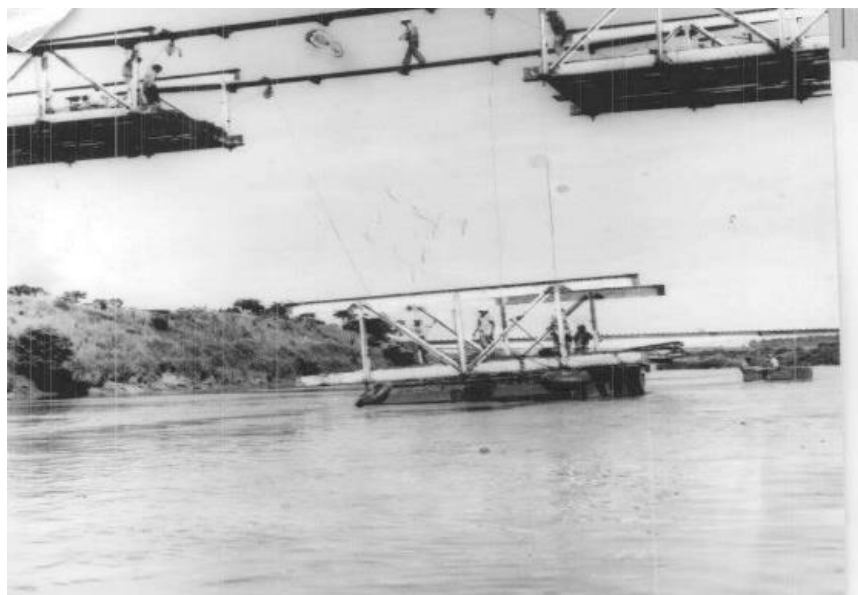
Embora o documento produzido pela Polícia Militar atribua responsabilidade no que diz respeito aos diversos conflitos ocorridos pela posse da terra em Minas Gerais, quase que exclusivamente à implantação de uma “doutrina de contestação e insuflação de camponeses” por parte da Comissão Pastoral da Terra, a passagem citada logo acima revela forte inconsistência a este respeito. Inconsistência claramente evidenciada ao se constatar como fazendeiros, representantes estatais e de entidades com interesses classistas diversos aos de grupos camponeses também vieram a reivindicar indenizações mais justas diante dos prejuízos causados pelas inundações.

---

<sup>206</sup> O documento está disponível no Arquivo Nacional, unidade de Brasília, produzido pela Polícia Militar de Minas Gerais e remetido ao Serviço Nacional de Informação (SNI), em 1981. Acesso em maio de 2016.

Chama a atenção essa acusação de negligência no que diz respeito ao não restabelecimento, por parte de Furnas, das condições de mobilidade das cidades atingidas pela formação do lago, diante de toda uma imagem que se constituiu desde que esta iniciou sua atuação na região. Como já discutido no segundo capítulo, mesmo antes de se iniciarem as operações de produção hidrelétrica, a estatal já era vista como aquela que salvaria o município mineiro de Tupaciguara do isolamento, iniciando a construção de uma rodovia ligando mais rapidamente a cidade a Goiás e a Brasília. Ainda nesse quesito, Furnas se consolidaria como elemento de ligação entre as regiões Sudeste e Centro-Oeste ao associar sua imagem à Ponte Afonso Penna.

Figura 12 - Processo de relocação da Ponte Affonso Penna – década de 1970



Fonte: Nogueira (2016)<sup>207</sup>

---

<sup>207</sup> Retirado de: NOGUEIRA, Rodrigo Sant'ana. **Os Impactos da Construção da Usina Hidrelétrica de Itumbiara nos Municípios de Araporã/MG e Itumbiara/GO**. 107 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional). Universidade de Taubaté, Departamento de Economia, Contabilidade e Administração, Taubaté-SP, 2016. p. 74.

Inaugurada em 1909 pelo então presidente Affonso Augusto Moreira Penna, a ponte representaria, naquele contexto histórico, significativo avanço no que diz respeito ao transporte de pessoas e mercadorias, sendo então saudada como marco na integração entre o Sudeste e o Centro-Oeste do país<sup>208</sup>. Pouco utilizada após a inauguração da ponte Ciro Gomes de Almeida, início dos anos 1960, Furnas conseguiria na década seguinte autorização para que a ponte fosse reposicionada conforme o que se quis registrar na imagem supramencionada. Ao fincá-la em frente à vila que destinou aos funcionários de nível técnico mais elevado, Furnas possibilitaria que estes acessassem mais agilmente o canteiro de obras localizado do lado mineiro da fronteira.

Mesmo que a tenha utilizado de forma a beneficiar aquele que até hoje segue sendo seu maior empreendimento hidrelétrico, a empresa conseguiria conferir à questão contornos do que seria mais uma benesse para a região: “FURNAS restaurou e relocou a Ponte Affonso Penna, que estava abandonada, devolvendo-a para a população, permitindo, com isto, interligar Itumbiara a Araporã (MG)”<sup>209</sup>. Atendo-se aos elementos que compõem a imagem abaixo é possível perceber como a intervenção de Furnas manteria viva a ideia da ponte como elemento integrador.

Figura 13 – Folder da Programação do centenário de Itumbiara.

---

<sup>208</sup> Ver discussão desenvolvida em: GUIMARÃES, Eduardo Nunes. **Formação e desenvolvimento econômico do Triângulo Mineiro**: integração nacional e consolidação regional. Uberlândia: EDUFU, 2010. p. 80-81.

<sup>209</sup> Revista FURNAS, Ano XXXI, n. 316, jan. 2005. p. 9.





Fonte: ITUMBIARA. Programação do centenário de Itumbiara. Itumbiara. 2009. Folder - capa.

Como pode ser observado no *folder* acima, a imagem que segue sendo alimentada acerca da Affonso Penna é a de um marco de integração nacional. Embora tal perspectiva tenha ganhado grande força em meio às comemorações do centenário de Itumbiara, não há que se tratar a questão como algo meramente episódico. Uma simbiose de interesses a pretendem manter como sinônimo de progresso e desenvolvimento – conquanto não exerça mais a função estratégica para a qual fora pensada na época de sua inauguração. Para os políticos locais é interessante conservá-la tanto como símbolo de um passado – no qual Itumbiara fora o “Caminho para construção de Brasília, da Marcha para o Oeste” – quanto de um presente – em que a cidade seguiria sendo um luminoso “caminho para o Futuro”. Furnas, por sua vez, beneficia-se dessa narrativa e segue nutrindo a ideia de que fora sua a intervenção que viria permitir a restauração da ponte.

Assim, dentro do conjunto de questões até aqui levantadas, pode-se perceber forte discrepância entre uma Furnas vista como integradora, rompedora de fronteiras e outra denunciada pelo MPF e por outros sujeitos como responsável pelo isolamento e consequente rebaixamento do nível de vida em cidades atingidas pelo lago da UHE Itumbiara. Seria possível considerar que os danos dos quais Furnas é acusada de provocar na região tenham sido um efeito acidental e, portanto, não previsto pela empresa? Considerando o nível de detalhamento

exigido em projetos dessa envergadura, o mais provável é que, conforme apontado pelo Ministério Público, Furnas tenha oferecido “a solução mais barata [...] para tentar amenizar a situação”. Isto é algo facilmente deduzido quando se traz à tona detalhes do projeto.

Dentro do levantamento orçamentário projetado para a execução do projeto de Itumbiara, a questão da relocação de estradas e pontes insere-se em uma das rubricas mais dispendiosas, das “desapropriações”, com custo estimado em 156,701,500 Cr\$ (cento e cinquenta e seis milhões, setecentos e um mil e quinhentos cruzeiros), estando atrás apenas dos custos estimados para “barragem de terra e entroncamento”, “tomada d’água” e “vertedouro”; e à frente, por exemplo, de “barragem de concreto” e “equipamento elétrico”<sup>210</sup>. Sob essa ótica, fica evidente que a ideia de “superação do atraso” na qual Furnas ancorava a legitimidade de sua instalação na região esvaiu-se em meio à frieza de planilhas orçamentárias, selando o destino das comunidades em questão ao priorizar o menor custo e, conseqüentemente, lucro mais elevado, em detrimento de solução mais de acordo com os interesses dos atingidos.

### 3.2 Desapropriações: alguns impactos da mudança

Discutir essa contenda da relocação de estradas e pontes implica fatalmente, em ter que enfrentar também a temática das desapropriações. Como dito linhas atrás, em se tratando de empreendimentos hidrelétricos, esta é uma questão geralmente bastante dispendiosa, tanto do ponto de vista orçamentário quanto jurídico. Analisando o processo de implantação da hidrelétrica de Barra Bonita, Roberto Massei pôde perceber como a questão das desapropriações tende a ser encarada como um primeiro “obstáculo” a ser ultrapassado em nome do “progresso do país”<sup>211</sup>. Em relação a Itumbiara, o excerto que se segue deixa claro que tal questão também esteve posta.

Técnicos das Centrais Elétricas de Furnas estão fazendo levantamento na área a ser inundada pela represa que a empresa está construindo no Rio Paranaíba, com vistas a conhecer a realidade apresentada pela região, bem como o valor exato das propriedades a serem encampadas pela Companhia com vistas a ultimar os processos de desapropriação das mesmas. O município de Araguari será um dos que será mais atingido pela grande represa. [...] A represa vai

<sup>210</sup> Desapropriações = 156.701.500; Barragem de terra e entroncamento = 397.042.632; Barragem de concreto = 133.387.656; Vvertedouro = 178.741.845; Tomada d’água = 209.121.826 e Equipamento elétrico = 96.970.070.

<sup>211</sup> Ver discussão desenvolvida pelo autor no capítulo 1, especialmente os subitens 1.3 e 1.4.

atingir milhares de terras consideradas como das mais férteis do mundo e por isto o valor das indenizações subirá a muitos milhões de cruzeiros.<sup>212</sup>

O fato de o periódico uberlandense, ainda em 1974, noticiar levantamentos sendo realizados com o fito de mensurar os custos com a área a ser atingida pelo represamento provocado pela hidrelétrica de Itumbiara já traz indicações que corroboram os apontamentos de Massei quanto às desapropriações representarem uma primeira barreira a ser ultrapassada na condução de aproveitamentos hidrelétricos. Também, a observação de elementos utilizados dentro da narrativa produzida pelo jornal permite que se avance em direção às disputas e estratégias que comumente se estabelecem em processos dessa natureza.

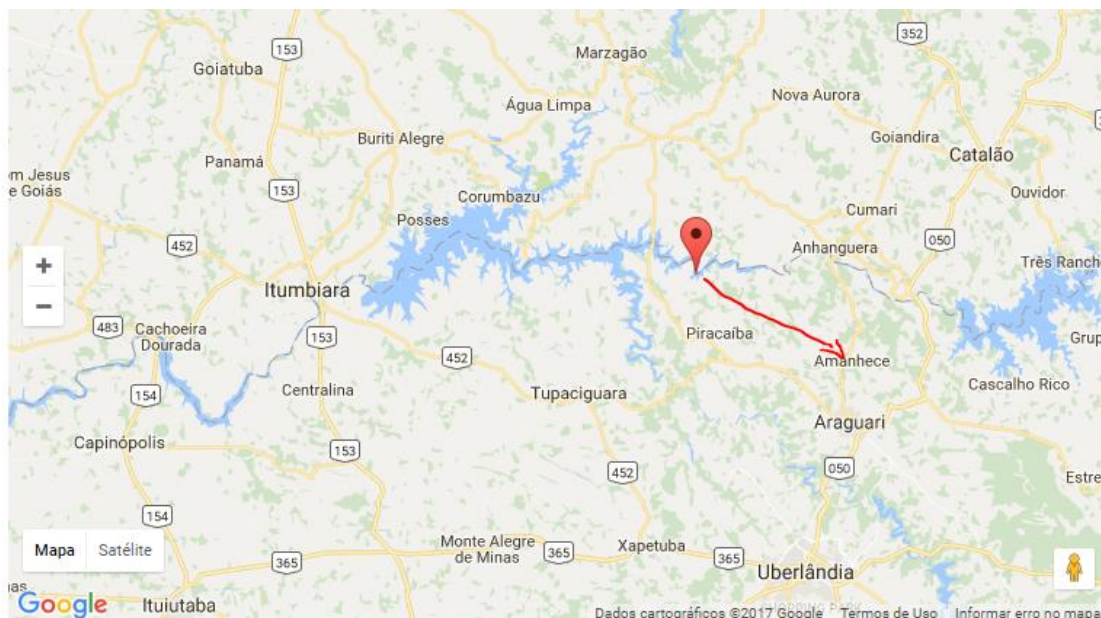
Por um lado, de modo semelhante ao que já fora discutido sobre Tupaciguara (páginas 88-89), tem-se, por parte do periódico, a tentativa de defender – ainda que tacitamente – qual seria a realidade mais adequada aos interesses do município de Araguari-MG, apontando para uma expectativa de indenizações milionárias por, supostamente, tratarem-se de terras “consideradas como das mais férteis do mundo”. Por outro, percebe-se, dentro da pretensão de Furnas em “conhecer a realidade apresentada pela região” e, assim, fixar “o valor exato das desapropriações”, papel fundamental ocupado pelo elemento técnico.

É esse elemento técnico sempre encarado como parâmetro superior, garantia de êxito na condução de qualquer tipo de procedimento, que seria utilizado para efeito de legitimidade nos processos de desapropriação. Conforme indicado no capítulo inicial, o processo de transferência da vila de Porto Barreiro é narrado por Furnas como uma verdadeira dádiva, somente possibilitada pela implantação da hidrelétrica e todo seu arcabouço de inovações tecnológicas.

Figura 14 – Mapa de Porto Barreiro, Minas Gerais, Araguari, Piracaiba

---

<sup>212</sup> Tribuna de Minas, ano VIII, n. 1131, 1º de agosto de 1974. p. 1.



Fonte: mapasamerica.dices.net. Acesso em 23 set. 2017.

O mapa acima oferece uma dimensão da distância entre o ponto original da vila e a nova localização em Amanhece, distrito de Araguari-MG, algo em torno de 60 km. Distância considerável para a reestruturação de toda uma comunidade, mas que, no entanto, aparece descrita como sem grandes sobressaltos: das 53 famílias, 33 teriam aderido à proposta de relocação, passando a acessar um padrão superior de vida. As demais, seriam satisfatoriamente indenizadas, podendo alcançar melhores progressos em seus negócios (vide páginas 66, 67 e 68).

Considerando o lugar de onde se parte a análise, ou seja, um relatório oficial da empresa, encontrar algum sinal de transtorno entre as partes envolvidas seria algo realmente inusitado. Perseguindo a complexidade do processo histórico, o que significa discutir não apenas seus consensos, mas também suas contradições e disputas, faz-se necessário trazer como fontes aqui, evidências produzidas sob outras circunstâncias. Nesse sentido, vale a pena debruçar-se por sobre as questões presentes no excerto a seguir.

A despeito de uma demanda surgida, com as medidas decorrentes da construção – pelas Furnas Centrais Elétricas – da Usina Hidrelétrica de Itumbiara/GO, após a discussão de vários aspectos, estabeleceu-se que seriam construídas novas casas para as famílias da área a ser desapropriada, o que foi feito, sendo construídas trinta e três (33) casas no distrito de Amanhece, em Araguari/MG. A medida, no entanto, não atendeu aos anseios das famílias, pois, tais moradias não foram dotadas de infra-estrutura necessária – água, luz e esgoto –, nem tampouco, se permitiu aos moradores o plantio de gêneros alimentícios para sua subsistência, sob o argumento de que a inundação

prejudicaria a colheita. Diante do impasse, foi prometida a quantia de Cr\$ 70.000,00 (setenta mil cruzeiros) a cada família, para sua manutenção, quantia esta, não destinada a ninguém, segundo os moradores, o que lhes causou inquietação e repulsa. No início do corrente ano, a situação das famílias do município de Itumbiara/GO, Corumbaíba/GO e Tupaciguara/MG, chegou a ser considerada de “Calamidade Pública”, em decorrência do fechamento das comportas, provocando o ilhamento de diversas propriedades, motivando, por isso mesmo, o acionamento da Justiça Federal, onde os proprietários buscavam uma indenização pelos danos sofridos.<sup>213</sup>

Parte constitutiva do já citado documento produzido pela Polícia Militar acerca das atividades da Comissão Pastoral da Terra, em Minas Gerais, a passagem supramencionada também faz emergir evidências de um processo de profundas mudanças sendo vivenciado de maneira não tão tranquila quanto tem sido narrado por Furnas, desde a época da implantação de seu maior empreendimento hidrelétrico na região. Dito de outro modo, o documento apresenta o que seriam as frustrações diante do que se prometeu e do que foi, efetivamente, cumprido pela empresa, a partir do momento em que se concretizou a relocação das famílias atingidas. Há, nesse sentido, imposição de limites à propalada imagem do empreendimento que chega para retirar a região de seu alheamento em relação ao progresso, reforçando-se, por outro lado, as acusações recentes do Ministério Público, uma vez que, mesmo no período de implantação da usina, já se teria processado uma busca pela responsabilização de Furnas por, supostamente, causar em algumas cidades transtornos que as teria levado à situação de calamidade pública.

É interessante reforçar que o intento aqui recai não sobre a prospecção de provas a partir das quais se possa apontar culpados e/ou inocentes, incorrendo-se, assim, no risco de produzir análises maniqueístas que simplifiquem demasiadamente a realidade histórica. Trata-se, em outro sentido, de um esforço sempre difícil pela captura do processo histórico em meio à complexidade de suas contradições. Desse ponto de vista, o diálogo com moradores da antiga vila de Porto Barreiro, traz mais elementos que permitem perceber quadros menos harmônicos e mais contraditórios.

O primeiro entrevistado, senhor Marcos Oliveira, é nascido na região de Porto Barreiro, mas a partir dos sete anos de idade passaria a viver com a avó, em Araguari. Mudança esta que justifica como necessária para se ter acesso a um processo de escolarização mais completo, alegando que “[...] tinha escola lá, mas a gente tinha que... era pouco a... a educação...

---

<sup>213</sup> Documento disponível no Arquivo Nacional, unidade de Brasília, produzido pela Polícia Militar de Minas Gerais e remetido ao Serviço Nacional de Informação (SNI), em 1981. Acesso em maio de 2016.

entendeu?, era até um certo limite”<sup>214</sup>. Desse modo, no restante da infância e em toda a adolescência, sua vida ficaria dividida entre a cidade e o ambiente rural de Porto Barreiro, localidade à qual sempre retornava no período de férias escolares, com o fito de visitar a mãe e o irmão. Com a chegada da maioridade, teria uma primeira experiência de trabalho em uma empresa de construção civil, o que lhe daria a oportunidade de “trabalhar pra fora”, exercendo atividades de almoxarifado, interessando-se, posteriormente por topografia, atividade à qual se dedica até os dias atuais.

Segundo aponta o entrevistado, quando veio a inundação, o mesmo já se encontrava trabalhando fora da região, algo que acabou se mostrando oportuno, uma vez que, ao menos financeiramente, pudera apoiar os seus a passarem por um processo que desestabilizaria todo o seu modo de viver. Tanto é que muitas famílias não resistiriam: “O pessoal daqui, que vieram de Porto Barreiro, achava que aqui era um lugar que... não se adaptavam muito bem, certo? Muitos [...] venderam suas chácaras e foram pra Araguari”<sup>215</sup>. O trecho que se segue traz mais indicações acerca de elementos que acabariam impactando as famílias removidas da vila submersa.

As características de Porto barreiro era o seguinte: não sei, a amizade, não sei se isso aí vai... é a amizade, tanto... é a amizade que tinha lá... certo? Agora... era um lugar bom, pras pessoas que... pra mim também, eu nasci naquela região, a gente gosta, certo? Agora, a questão de característica é... isso é muito pessoal né?, porque aquela vidinha lá é aquela vidinha: interior, o pessoal ali era tudo conhecido [...] lugar pequeno, realmente... tem uma boa amizade, é isso!<sup>216</sup>

O tempo de residência aparentemente reduzido que o senhor Marcos esteve presente na antiga vila já parece suficiente para que, na elaboração de sua experiência, a amizade seja elencada como elemento mais marcante de Porto Barreiro. Mesmo aparecendo de forma reticente (“não sei, a amizade, não sei se isso aí vai... é a amizade, tanto... é a amizade que tinha lá... certo?”), indicando talvez um receio de que outros possam não concordar com sua avaliação (“isso é muito pessoal, né?”), este é, sem dúvida alguma, um elemento que merece ser discutido mais profundamente.

Gisélia Maria Campos Ribeiro, discutindo a desconstrução de modos de vida de trabalhadores, a partir da construção da Hidrelétrica Candonga, na Zona da Mata Mineira,

---

<sup>214</sup> OLIVEIRA, Marcos. **Marcos Oliveira**: entrevista [jan. 2017]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara, 2017. Gravação em mp3. Entrevista concedida para a pesquisa.

<sup>215</sup> Ibid.

<sup>216</sup> Ibid.

também percebe as relações de sociabilidade como sendo um dos principais elementos a sucumbirem ante as alterações impostas pelos “imperativos de lucratividade das corporações capitalistas privadas”. Por esse viés, cruzando narrativas de trabalhadores atingidos com as imagens do antigo povoado de São Sebastião do Soberbo, hoje submerso, e de Nova Soberbo, localidade para a qual foram removidos, a autora avalia que:

[...] o que está em questão, no processo de expropriação das pessoas, é muito mais que mudança de paisagem, são transformações profundas nas relações sociais, vividas de formas diferenciadas, levando-nos a indagar sobre as expectativas e necessidades que compõem o campo de possibilidades daqueles que mora(ra)m nesses espaços.<sup>217</sup>

Guiada por essa perspectiva, qual seja a de se passar de uma aparentemente simples mudança de paisagem para compreender uma profunda transformação nas relações sociais, Ribeiro pôde acessar todo um campo de necessidades, expectativas e possibilidades compartilhadas por grande parte dos trabalhadores atingidos no processo de construção da Hidrelétrica Candonga, percebendo como as relações de amizade foram afetadas, uma vez que o processo de relocação para Nova Soberbo não levou em consideração a configuração espacial existente no “Velho Soberbo”, muito mais propícia ao estreitamento das relações de sociabilidade. No caso de Porto Barreiro, há alegação por parte de Furnas de que a relocação dos moradores se dera mais tranquilamente justamente por terem sido tomadas certas precauções como, por exemplo, a opção pela manutenção dos mesmos em um ambiente rural e, portanto, sem grandes alterações das condições de vida a que estavam acostumados.

---

<sup>217</sup> RIBEIRO, Gisélia Maria Campos. **A Construção da Hidrelétrica Candonga e a Desconstrução de Modos de Vida: Memórias e histórias de trabalhadores em Nova Soberbo/MG**. 2013. 272 f. Tese (Doutorado em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2013. p. 181.p. 62.







Também, conforme constatação que possa advir da observação do mapa acima, os loteamentos de 3,8 hectares – dimensões até superiores às encontradas na vila submersa –, entregues já com o primeiro cultivo, aliados ao que seria a superioridade técnica das novas moradias (vide discussão desenvolvida nas 66, 67 e 68), serviriam como atestado desta transição harmoniosa. Preso à narrativa e às evidências apresentadas por Furnas, de fato ficaria difícil contestar que o processo em questão tenha sido zelosamente conduzido, principalmente quando comparado a casos como o de Nova Soberbo, no qual os trabalhadores se viram abruptamente arrancados do meio rural para um ambiente urbanizado e distante do rio. Contudo, uma questão merece ser posta: qual o motivo para que das 33 famílias relocadas, a expressiva maioria ter logo se desfeito das terras, rumando em seguida para Araguari, conforme relata o senhor Marcos? Conquanto seja essa uma questão sobre a qual possa haver a incidência de diversas variáveis, o elemento da amizade levantado pelo entrevistado certamente aparece como uma das chaves para se chegar ao entendimento da questão.

**Entrevistado:** [...] hoje, é um negócio bom, mas na época, o pessoal que veio de lá que era acostumado com a casa, com as hortas, aquelas coisas toda... eles sentiram o impacto, né?, dessa mudança de lá pra cá. Por isso é que decidiram mudar pra Araguari

**Entrevistador:** E o que é que a mãe do senhor falava dessa situação toda?

**Entrevistado:** Ela falava o seguinte: que... foi ruim, né?, essa mudança. Ela era uma pessoa que conviveu mais ou menos uns... trinta anos, quarenta anos por lá, quer dizer, tem uma estrutura assim bem... formada, né? E ter essa mudança assim repentina pra cá, tá certo que vieram um pessoal conhecido pra cá, eles vieram, muitos vieram e outros não, porque uns venderam pra Furnas... preferiram receber em dinheiro do que vir pra cá, mas os que vieram pra cá era tudo conhecido, mas em função disso aí, dessa mudança toda, o pessoal saiu, ela sentiu um pouco assim, entendeu?, mas ela continuou aqui [...]

**Entrevistador:** E ela falava muito assim da... da época de lá?...

**Entrevistado:** Fala! Comentava, né? Não deixa de comentar! É uma vida assim de trinta, quarenta anos lá, quer dizer, é coisa que... foi significativa: tinha suas plantinhas, seu pé de manga plantado, então são essas coisas que a pessoa sente, né? Então é isso! O impacto mais, que era representado era isso.<sup>219</sup>

Apoiando-se naquilo que Ribeiro traz como proposta de análise, é possível compreender o que o entrevistado têm levantado até aqui como resultado de “transformações profundas nas relações sociais”. Desse modo, para além da compensação financeira, por meio de indenizações ou doação de terras, há que se considerar em processos dessa estirpe os sentidos que os sujeitos atribuem aos espaços nos quais estruturam seus modos de vida: “tinha suas plantinhas, seu pé de manga plantado, então são essas coisas que a pessoa sente, né?”. Ainda por esse ponto de

<sup>219</sup> OLIVEIRA, Marcos. **Marcos Oliveira**: entrevista [jan. 2017]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara, 2017. Gravação em mp3. Entrevista concedida para a pesquisa

vista, o cálculo meramente financeiro acerca da quantidade de hectares obtido com a mudança, parece importar menos do que a quantidade de amigos perdidos, já que “muitos vieram e outros não”, ou mesmo as dificuldades de se manter as relações de sociabilidade nos moldes anteriores, tendo em vista a configuração imposta pelo novo local.

Por mais que os elementos subjetivos sejam absolutamente fundamentais para se compreender o modo pelo o qual as pessoas se veem impactadas em processos dessa natureza, no caso em tela os elementos objetivos também aparecem com grande força. Na produção de sua dissertação de mestrado, José Geraldo Di Stefano discute como o desuso de um modelo de conhecimento tradicional foi imposto aos habitantes de Porto Barreiro pela maneira como compulsoriamente precisaram deixar sua região. Para o autor, à medida que são apartados do ambiente no qual estavam familiarizados, fora perdida toda uma gama de conhecimentos somente possibilitados por aquele meio social e tecnológico específico. Em suas palavras, com o povoado ter-se-ia perdido também “[...] a possibilidade de reprodução cultural e econômica, a possibilidade de reprodução das técnicas e dos saberes tradicionais”<sup>220</sup>. Estudando o modelo de conhecimento tanto individual quanto coletivo dos moradores de Porto Barreiro, Di Stefano pôde perceber como este foi desconsiderado por Furnas e, conseqüentemente, não reproduzido no novo ambiente para o qual foram direcionados. No excerto a seguir, ainda que resumidamente, o autor apresenta um pouco do que seriam as conseqüências do descaso em relação ao modo de vida dos que foram relocados.

[...] após a relocação, todo o sistema foi impactado e em larga medida desestruturado. Fato que gerou inúmeras dificuldades [...] Algumas intransponíveis como as condições de fertilidade do solo do Novo Porto dos Barreiros ficando a aproximadamente 70 km do lugar original [...] A capacidade de Produzir alimentos daquela terra, o arranjo de plantas e de espécies no sistema de produção, o rio, o peixe e a localização geográfica polarizadora das relações sociais locais e regionais não existiam mais. Eram, pois exigidos outros conhecimentos; adaptação da antiga ou uma outra modelo cognitivo (sic). Dona Gislene revela as diferenças dos recursos naturais, de um lugar para o outro: “o arroz dava dessa altura, cerca de 1,50 m, quando veio pra cá dava desse tamaninho [cerca de 70 cm]”. O Sr. Adélio lembra que “não tinha condição de fazer nada no novo Porto dos Barreiros, ninguém conhecia plantar uma planta com adubo”.<sup>221</sup>

---

<sup>220</sup> DI STEFANO, José Geraldo. **Modelo Tecnológico Tradicional em Porto dos Barreiros e a Hidrelétrica de Itumbiara (GO)**. 176 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável. Brasília-DF, 2004. Anexo C. p. 17.

<sup>221</sup> Idem. p. 42-43.

Além da distância considerável de uma localidade para a outra e das profundas alterações no que concerne à estruturação das relações sociais, o autor procura apontar, inclusive por meio de depoimentos, as diferenças abissais de fertilidade entre o novo Porto Barreiro e o que fora submerso. Esta fertilidade a qual Furnas não buscou reproduzir na nova localidade faria toda a diferença para os relocados. Como procura demonstrar em seu estudo, todas as famílias, em maior ou menor grau, dependiam da fertilidade do solo para sobreviver. O quintal, além da relação afetiva estabelecida com os elementos que o compunham, é apontado por Di Stefano como base da autossustentância do lugar, uma vez que “[...] era responsável por quase toda a alimentação diária dos moradores do Porto dos Barreiros, e fazendo a ligação entre a casa e as áreas maiores trabalhadas, arrendadas ou “de meia”<sup>222</sup>. O relato do próximo entrevistado, o senhor Arthur Oliveira, irmão do senhor Marcos, oferece mais subsídios para a continuidade da discussão.

[...] aí o pessoal chegou aqui achando que era uma coisa e não era, né. Não tinha condições. A pessoa... a terra lá, plantava, não jogava adubo, não jogava nada. O pessoal não sabia nem o que era calcário. Então chegou aqui, até a Furnas deixou um arroz plantado aí... Não arrumou a terra nem nada. Só arou a terra e plantou. E o arroz nem cresceu [...] a terra era fraca né. Você tinha que trabalhar na terra, você tinha que corrigir a acidez da terra. Tinha que jogar adubo e o povo não sabia disso. E a partir disso o pessoal ficou desanimado [...] Lá não usava isso aí [Porto Barreiro submerso]. A terra era cultura, eles plantavam o milho, o arroz. Não precisava de adubo. Não precisava de nada e dava, né. Tanto é que a gente vivia e era igual isso aí: cada casa tinha um quintalzinho, plantava, tinha as criação. E aí o pessoal foi começando a vender. Chegaram aqui... nesse meio aí, o pessoal do café começou a chegar pra plantar aqui na região. Os paranaenses, paulista. É aonde que deu aquela febre, o pessoal do porto vendendo, tinha semana que vendia 3 chácaras.<sup>223</sup>

Diferente do senhor Marcos, o senhor Arthur viveria bem mais tempo em Porto Barreiro, só saindo de lá aos 14 anos, também para continuar os estudos em Araguari. Isso ocorreria em 1974, portanto pouco antes da submersão que viria a acontecer em 1979. Ainda que estudando em Araguari, o entrevistado seguiu acompanhando de perto todo o processo entre a notícia da mudança e a relocação efetiva: “Eu ficava sábado e domingo lá. Não faltava um fim de semana [...] e não é porque estava na cidade não. Gostava de ir mesmo [...]”<sup>224</sup>. Após a relocação, voltaria a viver com a mãe, podendo presenciar sua desilusão, assim como das demais famílias:

<sup>222</sup> DI STEFANO, José Geraldo. **Modelo Tecnológico Tradicional em Porto dos Barreiros e a Hidrelétrica de Itumbiara (GO)**. 176 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável. Brasília-DF, 2004. Anexo C. p. 51.

<sup>223</sup> OLIVEIRA, Artur. **Artur Oliveira**: entrevista [jan. 2018]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara, 2017. Gravação em mp3. Entrevista concedida para a pesquisa.

<sup>224</sup> Ibid.

“chegou aqui achando que era uma coisa e não era, né”. O senhor Arthur reitera a avaliação de Di Stefano quanto ao “nu tecnológico” imposto aos porto-barreirenses na medida em que se deparam com a necessidade de corrigir a acidez do solo para poderem produzir. A dificuldade em lidar tanto cognitivamente quanto financeiramente com a nova situação os tornaria presas fáceis diante dos que chegavam na região munidos de mais recursos: “o pessoal do café começou a chegar pra plantar aqui na região [...] tinha semana que vendia 3 chácaras”.

Em sua dissertação de mestrado, Wenceslau Gonçalves Neto discute como Araguari se torna, nos anos 1970, uma das principais áreas de expansão do café no país, chegando a ocupar o sexto lugar entre os municípios com maior produção. Tal expansão, parte do já mencionado projeto de modernização da agricultura, dar-se-ia principalmente pela concessão de crédito agrícola subsidiado, com os médios e grandes produtores açambarcando a maior parte dos financiamentos<sup>225</sup>. Como o solo de cerrado necessitava de muito investimento, os pequenos agricultores, como no caso das famílias de Porto Barreiro, não teriam condições de arcar com os custos. Senhor Arthur aponta que, em conjunto com o irmão, até tentou plantar o café, só que em um contexto já não muito favorável: “[...] pegou a época muito ruim, né. E aí desistiu”<sup>226</sup>. De fato, como destaca Gonçalves Neto em sua dissertação, os financiamentos, que já não eram acessíveis aos pequenos produtores na década de 1980, ficariam quase impossíveis com o fim do crédito subsidiado.

O senhor Argemiro Gonçalves, também relocado quando da submersão de Porto Barreiro, constrói sua narrativa sempre destacando o quanto a mudança lhe fora favorável: “Eu fiquei agradecido de ter vindo pra ali. Não engano não”<sup>227</sup>. Mesmo assim, em muitos momentos o mesmo acaba por corroborar a visão dos demais entrevistados, principalmente naquilo que concerne à pobreza do solo para o qual foram transferidos.

[...] Deus me abençoou demais com essas mudança pra cá. Porque o dia que eu cheguei lá... eu tinha uns porco, uns capadinho, que eu nunca fiquei, né?, aqui é que eu fiquei sem porco... na vida. É... aí eu fui furar, rapaz, eu... eu já trouxe a madeira do chiqueiro, porque eu tinha um chiqueiro bão lá... as valetas pra por as lasca pra deixar os porco fechado pra não dormir marrado, né? Quando eu dei naquela areia eu falei: “ah, eu tenho que voltar daqui é amanhã!” (risos) Aquilo por baixo é um areião, rapaz do céu! Cê cavaca um tanto... hoje eu não vou dizer, mas cê cavaca um tanto assim, é pura areia pra

<sup>225</sup> Ver: NETO, Wenceslau Gonçalves. **Agricultura e Política Agrícola na Década de 70: a cafeicultura em Araguari, MG**. 143 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Campinas, Campinas, 1983. Sobre essa questão, ver especialmente o capítulo 4.

<sup>226</sup> OLIVEIRA, Artur. **Artur Oliveira**: entrevista [jan. 2018]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara, 2017. Gravação em mp3. Entrevista concedida para a pesquisa.

<sup>227</sup> GONÇALVES, Argemiro. **Argemiro Gonçalves**: entrevista [jan. 2018]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara, 2017. Gravação em mp3. Entrevista concedida para a pesquisa.

baixo... Eu fiquei doente com aquele trem, né?, de todo jeito que cê socava a cerca, a terra não... [...] cê pensa bem, aquele cerradinho dessa altura, rapaz: cerrado daquele jeito não presta não! hoje é por causa do trato que tem aquilo ali, porque ali virou curturão hoje. Mas nego já gastou dinheiro ali também, viu? Eu porque eu vi que não dava conta de fazer aquilo, né?, aí eu larguei [...] lá a terra era boa! [Porto Barreiro submerso] Lá a terra era boa... era bem curtura. Numas parte, né?, outras era um cerrado, mas um cerrado bão. Cerradão vermelho, bonito, rapaz.<sup>228</sup>

Hoje com 84 anos, apesar de ter nascido na região de Porto Barreiro, em uma fazenda conhecida como “Barra Alegre”, o senhor Argemiro só passaria a viver efetivamente no povoado a partir da adolescência. Viúvo desde muito cedo e com sete filhos pequenos para criar, afirma ter buscado outras alternativas de sobrevivência para além da agricultura de subsistência. Tratou de estabelecer parcerias com fazendeiros da região, seja para o cultivo de alimentos ou assumindo a empreita da limpeza de pastos, contratando para tanto outros trabalhadores da região.

Assim como os demais habitantes de Porto Barreiro, o senhor Argemiro também se valia de seu quintal como suporte alimentar, cultivando diversos produtos e mantendo a criação de animais – porcos, principalmente, e algumas vacas. É nesse último ponto que parece residir sua maior insatisfação. Além da má qualidade das plantas deixadas por Furnas (“Aqueles muda parece que tava até morrendo, trem que eles pegava... resto desses viveiro aí: pra mim, foi!”<sup>229</sup>), na nova localidade não conseguiria manter as criações das quais tanto gostava: “que eu nunca fiquei, né?... aqui é que eu fiquei sem porco... na vida”. E não apenas por conta da dificuldade de se estruturar chiqueiros ou qualquer tipo de cercado em terreno tão arenoso, mas em virtude da quantidade de insetos cuja origem, em sua concepção, estava na utilização de fertilizantes nas plantações de café: “Como é que cê vai por o gado no meio de um mosquito ali, ó, não existe jeito não”<sup>230</sup>.

Senhor Argemiro é um exemplo entre tantos que logo desistiram do novo Porto Barreiro organizado por Furnas. Com a venda das duas chácaras que recebera como indenização – talvez um dos principais motivos que o levam a avaliar positivamente a relocação (“[...] fiz um negócio até bão, né? duas casinha lá...”<sup>231</sup>) –, conseguiria comprar um pequeno sítio às margens do Paranaíba, bem próximo do antigo Porto Barreiro. Esta questão demonstra o quanto a imposição de tamanha distância em relação ao rio impactaria o modo de vida dos porto-barreirenses, tanto

<sup>228</sup> GONÇALVES, Argemiro. **Argemiro Gonçalves**: entrevista [jan. 2018]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara, 2017. Gravação em mp3. Entrevista concedida para a pesquisa.

<sup>229</sup> Ibid.

<sup>230</sup> Ibid.

<sup>231</sup> Ibid.

quanto as incertezas trazidas pela infertilidade da terra que lhes fora destinada. Nesse sentido, o senhor Arthur enfatiza como muitas vezes o rio era a salvação em períodos nos quais havia dificuldade com a alimentação: “[...] minha mãe falava ‘ô meu fi, vai lá no rio e busca uma mistura’ [...] eu pegava umas varinha de anzol, umas três minhoca e ia. Ah, uns 40 minuto vinha com cada mandizão [...] Quer dizer, ao mesmo tempo que era difícil, já se tornava fácil”<sup>232</sup>.

Embora as evidências tratadas até aqui deem uma boa noção de transformações não apenas materiais, mas também no âmbito das relações sociais, com profundas influências na maneira como as famílias vieram a lidar com a relocação, o diálogo com dona Elizabete Gonçalves oferece outras perspectivas para sua interpretação. Nascida e criada em Porto Barreiro, só sairia do povoado aos 17 anos por conta da inundação advinda da barragem. Destoando da avaliação dos demais entrevistados, logo em suas considerações iniciais, dona Elizabete procura demarcar o modo positivo por meio do qual enxerga a mudança para as proximidades do distrito de Amanhece.

Então... lá era a vida mais difícil. Era mais pobre. Depois que veio pra cá, porque lá não existia esse negócio de mulher... trabalhava na roça, não tinha serviço pra isso... lá as mulher trabalhava era lavando roupa pros outros, era desse tipo. E, aqui não, aqui já chegou já achou mais serviço, mais perto da cidade, lá era muito longe, lá era mais difícil. Aqui melhorou mais a vida.<sup>233</sup>

A vida mais difícil e mais pobre, conforme definição da própria entrevistada, distante de zoneamentos urbanos e com dificuldades concernentes aos tipos de trabalho disponíveis na região, seriam os elementos indicativos da superioridade alcançada após a relocação para as imediações do município de Araguari, tendo-se acesso, por exemplo, a maiores possibilidades de trabalho.

O que dona Elizabete traz como dificuldades para a manutenção da vida em Porto Barreiro, principalmente aquelas relativas ao trabalho, também são destacadas pelo senhor Marcos: “As atividades que tinham lá em Porto Barreiro era assim... o pessoal de lá trabalhava por dia [...]. Trabalhava pros fazendeiros da região como empreita [...], como à meia, meeiro, no caso, né? era isso, não tinha outra coisa sem ser isso”<sup>234</sup>. Tais considerações, além de reforçarem as contradições que envolvem o processo em questão, servem como alerta quanto aos riscos da romantização do passado, não apenas por parte dos diversos sujeitos históricos,

---

<sup>232</sup> OLIVEIRA, Artur. **Artur Oliveira**: entrevista [jan. 2018]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara, 2017. Gravação em mp3. Entrevista concedida para a pesquisa.

<sup>233</sup> GONÇALVES, Elizabete. **Elizabete Gonçalves**: entrevista [jan. 2017]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara, 2017. Gravação em mp3. Entrevista concedida para a pesquisa.

<sup>234</sup> OLIVEIRA, op. cit.

mas principalmente pelo historiador que toma a vida desses sujeitos como substrato para suas análises.

Nesse sentido, as análises de Ribeiro acerca da construção da Hidrelétrica Candonga mais uma vez trazem importantes contribuições. Ao dialogar com diversos trabalhadores expropriados pela edificação da barragem, a autora procura problematizar o tom idílico com o qual os mesmos rememoram suas vidas antes da hidrelétrica como estratégia de disputa por perspectivas de presente e de futuro<sup>235</sup>. Por essa ótica, Ribeiro pôde perceber inúmeros problemas impostos aos modos de viver de trabalhadores do hoje submerso distrito de São Sebastião do Soberbo, a partir da instalação da hidrelétrica, sem perder de vista as dificuldades que se faziam presentes antes da chegada do empreendimento.

Ainda que na elaboração de sua experiência dona Elizabete se refira ao momento da mudança como uma guinada positiva em sua vida, como a oportunidade de superar as dificuldades vivenciadas em Porto Barreiro, o aprofundamento do diálogo com a mesma, encaminhando-se para um maior detalhamento dos aspectos tanto objetivos quanto subjetivos presentes no processo, de modo diverso, findam por corroborar a perspectiva traumática e impactante evidenciada até aqui.

Dessa maneira, ao ser indagada acerca de como os moradores receberam a notícia de que precisariam deixar suas casas, esta sinaliza para uma situação trágica, uma vez que em decorrência da dramaticidade do acontecimento, até mesmo óbitos teriam ocorrido: “[...] Teve gente que enfartou. [...] um morador mais antigo que tinha lá, quando ele viu aquilo lá, ele... até morreu do coração”<sup>236</sup>. Com esta afirmação, a entrevistada expõe como esse tipo de mudança pode interferir na vida e/ou na morte de quem a ela estiver sujeito. Há também uma indicação daqueles moradores que estariam mais vulneráveis aos efeitos deletérios da mudança: os mais idosos “[...] pra eles, mais velhos, foi mais difícil, mas pra nós que era mais novo foi tudo de boa”.<sup>237</sup>

Naquilo que diz respeito aos mais jovens, como era o caso de dona Elizabete, então com 17 anos quando da inundação de Porto Barreiro, o desejo de superação das dificuldades – precariedade das opções de trabalho e isolamento em relação a centros urbanos – ajuda na compreensão do porquê de um lidar mais tranquilamente com a mudança. Quanto aos

---

<sup>235</sup> Ver: RIBEIRO, Gisélia Maria Campos. **A Construção da Hidrelétrica Candonga e a Desconstrução de Modos de Vida**: Memórias e histórias de trabalhadores em Nova Soberbo/MG. 2013. 272 f. Tese (Doutorado em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013. p. 181. p. 65-66.

<sup>236</sup> GONÇALVES, Elizabete. **Elizabete Gonçalves**: entrevista [jan. 2017]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara, 2017. Gravação em mp3. Entrevista concedida para a pesquisa.

<sup>237</sup> Ibid.

moradores mais antigos, parece razoável retomar a perspectiva da “amizade” apontada pelo senhor Marcos e que, no caso da inundação de São Sebastião do Soberbo, Ribeiro sistematiza teórica e metodologicamente enquanto “relações de sociabilidade”. Sob esse ponto de vista, a dramaticidade da questão só pode ser compreendida caso não haja a sua redução como mera alteração de endereço e, a partir do que já se discutiu anteriormente, possa-se pensar em termos de “transformações profundas nas relações sociais”.

No trecho que se segue, a entrevistada, mesmo que de maneira um tanto hesitante, continua a desvelar elementos que contradizem a perspectiva a partir da qual Furnas tenta sustentar que o processo de transferência de Porto Barreiro para Amanhece ocorrera harmoniosamente:

**Entrevistador:** Esses que não quiseram, eles chegaram aqui... chegaram a viver aqui algum tempo?...

**Entrevistada:** Não, não, não! Já veio direto pra lá e outros que veio pra cá, não gostou, vendeu e foi embora. Que, portanto, aqui tem poucos morador, aqui, que era de lá [...]

**Entrevistador:** Certo! E teve alguma indenização além da questão das casas? Não! Teve não! [...] Ou era a casa ou o dinheiro, entendeu? Aí deu... plantou arroz, na época, deu as chácaras plantadas, arroz..., tudo arrumadinho, as casas prontinha. Puxou... trouxe a mudança de todo mundo; aí também acabou.

**Entrevistador:** E tinha tudo aqui: escola, energia?...

**Entrevistada:** Aqui? Não, aqui não tem..., energia não, energia..., energia foi os morador que se organizou e colocou. Cada um pagou um pouco. Nós mudou pra cá, acho que em setenta e..., não, foi oitenta! Oitenta?... ah, não me lembro isso daí direito. Acho que é oitenta. Oitenta e nove, por aí..., setenta e nove: uma coisa assim. E... a energia veio pra cá em oitenta e... cinco.<sup>238</sup>

Semelhantemente ao que já fora colocado por outros entrevistados, dona Elizabete aponta que além das famílias que não vieram, ou seja, optaram pelo recebimento da indenização referente à perda de suas residências, pouquíssimas foram as que, efetivamente, permaneceram na localidade providenciada por Furnas. Tendo-se analisado tal rejeição a partir de suas “transformações profundas nas relações sociais”, considerando a brusca subversão das relações de amizade, assim como do modo pelo qual os moradores relacionavam com o espaço de Porto Barreiro, a influência de outros aspectos (infraestruturais, por exemplo) merecem também alguma atenção.

Ainda que, na avaliação da entrevistada, Furnas tenha entregue “tudo arrumadinho”, elementos como energia – cujo custeio da estrutura coube aos próprios moradores – e o acesso

<sup>238</sup> GONÇALVES, Elizabete. **Elizabete Gonçalves:** entrevista [jan. 2017]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara, 2017. Gravação em mp3. Entrevista concedida para a pesquisa.



à educação parecem ter deixado a desejar. Nesse sentido, não sendo a permanência em Porto Barreiro uma opção disponível, é plausível a inferência de que, no campo de possibilidades de muitas famílias, a nova estruturação da vida viesse a se dar em localidade na qual os citados elementos, já tão deficientes em Porto Barreiro estivessem mais fortemente assentados, como parece ser o caso da zona urbana de Araguari.

Ainda na época da transferência para Amanhece, já se pôde observar no âmbito do presente capítulo – por meio de documentação produzida pela Polícia Militar de Minas Gerais –, o que seria a insatisfação dos moradores no que se refere às casas construídas por Furnas, cuja infraestrutura ofertada não contaria com sistema de água, luz e esgoto. Mesmo em um momento mais recente é possível se deparar com evidências que corroboram o conteúdo dessas reclamações trazidas à tona por meio da elaboração da experiência dos entrevistados, assim como pela interpretação de documentos produzidos décadas atrás. Dessa maneira, em meio a requerimentos apresentados e aprovados na sessão da Câmara Municipal de Araguari, no dia 31 de março de 2015, encontra-se o de nº 701, solicitando à prefeitura daquela cidade o empreendimento das medidas necessária: “[...] quanto ao abastecimento de água na região do Porto Barreiro, no distrito de Amanhece, vez que a comunidade vem consumindo água de cisternas as quais se misturam com fossas vizinhas e estão expostas à contaminação”<sup>239</sup>.

Di Stefano, em seu já referido trabalho, discute como mudanças aparentemente positivas acabaram por ocasionar certos transtornos aos relocados na ausência de fornecimento de energia elétrica. No caso do abastecimento de água houve grande insatisfação quanto ao sistema de bombeamento implantado. Sem eletricidade, a água deveria ser bombeada manualmente para uma caixa interna à residência, sendo então distribuída para as torneiras. Um esforço bastante extenuante, considerando que o hábito até então consistia em retirar da cisterna apenas o necessário para as necessidades mais imediatas: “[...] para encher uma caixa daquela, você molhava de suor... Deus me livre!”<sup>240</sup>. Outra questão que poderia ser vista como avanço é o fato de que as novas residências eram todas dotadas de lajes. Entretanto, o não fornecimento de energia elétrica implicava na continuidade do uso de lampiões à base de querosene, o que acabava ocasionando desconforto por conta da fumaça que não se dissipava pelas frestas do

---

<sup>239</sup> LEVI SIQUEIRA, Levi. **Resumo dos requerimentos apresentados e aprovados na sessão do dia 31/03/2015** Disponível em: <<https://www.araguari.mg.leg.br/requerimentos/2015/marco/resumo-dos-requerimentos-apresentados-e-aprovados-na-sessao-do-dia-31-03-2015>>. Acesso em 21 out. 2017.

<sup>240</sup> Depoimento do senhor José Diná. In: DI STEFANO, José Geraldo. **Modelo Tecnológico Tradicional em Porto dos Barreiros e a Hidrelétrica de Itumbiara (GO)**. 176 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável. Brasília-DF, 2004. Anexo C. p. 139.

telhado: “Eles nunca tinham visto casa forrada, chegaram e acenderam as lamparinas. No outro dia, estavam todos com o nariz de picumã”<sup>241</sup>.

Diante do exposto, deve-se ressaltar mais uma vez a fragilidade da perspectiva defendida por Furnas de que o processo de transferência de Porto Barreiro teria se dado de maneira harmoniosa em virtude da infraestrutura superior ofertada pela empresa na nova localidade. Isto porque são fortes as evidências de que o baixo índice de permanência das famílias transferidas para Amanhece se deu também em decorrência de problemas infraestruturais. As muitas reclamações quanto à infertilidade da terra no novo Porto Barreiro permitem inferir que o critério de escolha utilizado primou menos pela minimização dos impactos às famílias relocadas do que pela economia de gastos com desapropriações: “[...] aqui era muito barato, o cerrado aqui. O dono antigamente dava pro povo, isso aqui. Pra pagar imposto. Porque a terra era ruim [...] dava de graça um pedaço para quem quisesse, para servir como imposto”<sup>242</sup>.

Outra entrevistada, dona Maria do Carmo, endossa muitos dos aspectos discutidos até aqui. Seu lugar de fala, porém, não pode ser encarado como idêntico ao dos antigos moradores de Porto Barreiro. Maria do Carmo e seus familiares não foram moradores da vila hoje submersa, tampouco participaram do processo de relocação para o distrito de Amanhece, nas proximidades de seu município sede, Araguari. De acordo com a entrevistada, uma significativa quantidade de terra fora perdida por seu pai (“[...] era grande terra, eram 116 alqueires, muita terra”<sup>243</sup>), em meio às desapropriações exigidas com a construção da barragem, sinalizando que a condição socioeconômica ocupada por sua família era a de grandes proprietários rurais. Essa condição mais abastada acaba por orientar grande parte da narrativa de dona Maria do Carmo que enumera, a todo instante, os prejuízos que Furnas teria causado à sua família e a toda região. Entretanto, em meio às elaborações da entrevistada, outros elementos são evocados e atuam na estruturação dos sentidos constituídos em sua experiência.

Quando a notícia chegou..., pra população, inclusive a minha família, né? o meu pai passou pra nós, a gente não acreditava, porque o rio era uma beleza imensurável: o Paranaíba! Nós tínhamos ele como um amigo, né?, e as nossas terras eram na divisa de Minas com Goiás. Aí, após cinco anos, as águas

<sup>241</sup> Depoimento de dona Elmira. In: DI STEFANO, José Geraldo. **Modelo Tecnológico Tradicional em Porto dos Barreiros e a Hidrelétrica de Itumbiara (GO)**. 176 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável. Brasília-DF, 2004. Anexo C. p. 139.

<sup>242</sup> OLIVEIRA, Artur. **Artur Oliveira**: entrevista [jan. 2018]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara, 2017. Gravação em mp3. Entrevista concedida para a pesquisa.

<sup>243</sup> CARMO, Maria do. **Maria do Carmo**: entrevista [jun. 2017]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara, 2017. Gravação em mp3. Entrevista concedida para a pesquisa.

chegaram e as pessoas começaram a ficar tristes com essa verdade, porque quem morava ali tinha seus quintais, né?, convivia com os animais, com os pássaros, com uma vegetação muito bonita, muito rica; uma grande produção, que nós tínhamos ali, todo mundo produzia pra sobreviver. E com a desapropriação as pessoas foram mudando, né? e não aceitava aquela situação daquelas águas chegando que ninguém acreditava. Inclusive, uns até morreram, ficaram muito tristes, né? E hoje nós sentimos em outro lugar, né? em outro lugar...<sup>244</sup>

Como pode ser observado no excerto acima, a abordagem que dona Maria do Carmo desenvolve em suas considerações iniciais está marcada pela imagem de um tempo e um espaço cujas características principais seriam a tranquilidade e a fartura. Uma natureza repleta de belezas e pronta a derramar prodigamente suas riquezas em favor da sobrevivência dos moradores seria o elemento no qual tais características estariam fundamentadas.

Ao longo de toda a entrevista, dona Maria do Carmo procura dar demonstrações de como a vinda da hidrelétrica teria posto fim a esse mundo de estabilidade: o rio Paranaíba, outrora amigo fiel, passa então a significar uma ameaça letal a todos os habitantes da região, obrigando muitos deles a seguirem em direção à zona urbana, alterando completamente seus modos de viver. Essa alteração não se daria apenas no âmbito das relações de sociabilidade, como já se discutira anteriormente. A “grande produção” referida pela entrevistada seria inviabilizada. Assim, o que antes era obtido por meio do regime familiar de trabalho – da criação de animais e produção de alimentos à confecção de tijolos para a construção de habitações – passou a ser adquirido por meio da compra no mercado, aumentando os prejuízos aos que foram desapropriados. Tendo em vista todas essas alterações, é possível constatar que o “antes e depois” aqui referido, destoa bastante daquele que, elogiosamente, Furnas procura construir.

[...] antes de Furnas chegar. [...] Era tranquilo porque nós trabalhávamos, né?, a nossa maneira, aquele povo ali apto a trabalhar e sustentar suas famílias, agora, hoje tem muita cobrança, né? Essa água vem essa água volta, ela não é estabilizada, e deu muita erosão, por exemplo, aonde um gado vai beber água, a água vem, balança, depois ela volta: ali dá uma erosão dentro do leito. Aí os animais vão beber água, vão descer, ficam muito inclinados, né?, aí é preciso de você fazer represa, muitas das vezes o meio ambiente não quer aceitar, né? e o gado precisa de beber água, é defesa aos animais..., então vêm todas essas questões.<sup>245</sup>

<sup>244</sup> CARMO, Maria do. **Maria do Carmo**: entrevista [jun. 2017]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara, 2017. Gravação em mp3. Entrevista concedida para a pesquisa.

<sup>245</sup> Ibid.

A alteração na relação estabelecida com o rio é o lamento mais recorrente dentro da narrativa elaborada pela entrevistada: primeiramente, com o fechamento das comportas, aquele que corria com tranquilidade em seu leito passa a destruir campos, plantações e tudo o mais ali existente; depois, com a alteração no regime de chuvas, a instabilidade no nível do reservatório que continua a causar estragos com o desencadeamento de processos erosivos e dificuldades no manejo do gado. Nesse último ponto, o contínuo avanço e recuo do nível represado não permitiria um adequado cercamento dos animais, uma vez que a barreira de arames necessitaria ser constantemente alongada ou recuada ao sabor da referida instabilidade do volume d'água. Dentre as alterações advindas com o barramento das águas, é preciso dar destaque também à formação de ilhas fluviais, não somente no que diz respeito a prejuízos, mas também em termos do que se pode colocar como aumento dos elementos contraditórios que passam a figurar como expectativas e limites no horizonte dos que foram desapropriados.

Nós temos uma ilha lá que fica nas nossas terras. E pra nós ir na época da seca tem que passar na fazenda do vizinho. Aí eles não deixam porque a Furnas pagou, mas então nós sentimos que a ilha é nossa. E lá nós já plantamos árvores, nós já temos uma casinha, nós fizemos cerca, sabe?, e o vizinho tá querendo ter esse direito. [...] ele coloca gado e ele não permite que nós passemos na casa deles certas épocas do ano pra chegar até lá.  
[...]  
Eu já quis que..., eu não sei se eu posso..., nós gostaríamos de ficar com ela e ter meios de nós trafegar por terra, nos meses do ano da seca.<sup>246</sup>

Por ocasião do fechamento das comportas da hidrelétrica, houve, também, a formação de ilhas fluviais, em virtude das elevações de terreno presentes em algumas regiões cujo volume das águas não conseguira submergir. Com esse mesmo volume a sofrer constantes baixas, tendo-se em vista o índice pluviométrico cada vez menor nos últimos tempos, adveio a formação de outras zonas insulares, reabrindo no horizonte dos desapropriados a expectativa do usufruto em relação a essas terras até então submersas. No caso específico de dona Maria do Carmo, tal expectativa ter-se-ia despertado em relação a uma ilha que, antes da inundação, correspondia a parte das terras pertencentes a sua família. Assim, haveria, portanto, uma confrontação da situação de desapropriação, já consolidada em termos legais, por meio de um sentimento de pertencimento – “porque a Furnas pagou, mas então nós sentimos que a ilha é nossa” –, indicando o que seria a injustiça de um processo que compulsoriamente determinou o apartamento na atualidade de algo legitimamente construído no passado.

---

<sup>246</sup> CARMO, Maria do. **Maria do Carmo**: entrevista [jun. 2017]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara, 2017. Gravação em mp3. Entrevista concedida para a pesquisa.

Atendo-se ao modo com o qual dona Maria do Carmo procura elaborar sua experiência, é possível perceber que essa tentativa de, no presente, legitimar a utilização de algo que, outrora, lhe fora injustamente arrancado, obedece ao mesmo movimento interpretativo vigente ao longo de toda a entrevista, ao se lançar mão de determinada oposição, qual seja a de uma “natureza esplendorosa e generosa” versus “um progresso voraz a consumir rapidamente tudo o que encontra pelo caminho”. Embora as questões apontadas pela entrevistada tragam preciosas colaborações no tocante à percepção de fragilidades na perspectiva harmônica do “antes e depois” defendida por Furnas, não se pode negligenciar as fortes tonalidades românticas presentes ao longo da narrativa que constrói.

Já se recorreu em linhas anteriores, no espaço deste mesmo capítulo, ao alerta feito por Gisélia Maria Campos Ribeiro quanto aos perigos da romantização do processo histórico. Por meio das inspirações que Raymond Williams oferece em seu trabalho “O Campo e a Cidade na História e na Literatura”, Ribeiro procura notar no passado tranquilo e harmonioso evocado por trabalhadores expropriados na Zona da Mata Mineira a tentativa de se empreender lutas por perspectivas de presente e de futuro. Sem dúvida alguma, o procedimento teórico-metodológico desenvolvido por Williams pode ser extremamente útil no enfrentamento das questões postas pelos sujeitos entrevistados na presente tese, assim como o fora para Ribeiro. Deve-se ressaltar, no entanto, não se ter a pretensão de seguir todo o movimento analítico empreendido por Williams, uma vez que este discute as idealizações em relação ao passado da Inglaterra, não apenas perseguindo a trilha do que seria “o velho hábito de usar o passado, os ‘bons tempos de antigamente’, como desculpa para criticar o presente”, mas procurando discutir “as sucessivas etapas da crítica fundamentada na retrospectão: a religiosa, a humanística, a política, a cultural”<sup>247</sup>.

Voltando-se a atenção para a narrativa de dona Maria do Carmo, fica bastante notória a constante evocação destes “bons tempos de antigamente” como crítica a um presente no qual o viver dar-se-ia mais onerosamente. O passado vivido antes da desapropriação posta-se como sinônimo de estabilidade em contraposição ao que seria a era de instabilidade inaugurada com a hidrelétrica. Há, nesse sentido, certa semelhança ao que Williams considera como recorrência de uma “visão bucólica em face da ameaça de perda da terra pelo pequeno agricultor”<sup>248</sup>, na Inglaterra pré-capitalista. Afastando-se de idealizações de qualquer ordem, o autor procura ir fundo na análise histórica, chegando à percepção de determinados desejos de estabilidade

---

<sup>247</sup> WILLIAMS, Raymond. **O Campo e a Cidade na História e na Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras. 1989. p. 25.

<sup>248</sup> Idem, p. 31

atuando no encobrimento das duras contradições nas quais a economia do campo, supostamente “natural” ou “ética”, estaria imersa. Por esse ponto de vista, a organização dessa economia campestre na verdade dar-se-ia dentro de um ordenamento tão brutal quanto o capitalista.<sup>249</sup>

A despeito de não se poder, em absoluto, considerar como infundadas as críticas que a entrevistada desenvolve quanto à atuação de Furnas na região – os impactos socioambientais são demasiadamente evidentes –, é preciso ter clareza de que, dada a insatisfação de dona Maria do Carmo no tocante ao resultado do processo de desapropriação das terras de sua família, a maneira como formula suas críticas guarda muito da esperança em reaver, pelo menos em parte, aquilo que considera ter-lhes sido injustamente retirado – a possibilidade de ocupação de uma das ilhas, como mencionado anteriormente, seria uma dessas reparações. Entretanto, avançando um pouco mais nas indicações de Williams, talvez a questão principal a ser enfrentada aqui seja não tanto a identificação dos interesses em disputa no presente, mas a edificação de uma imagem idílica do passado que venha a maquiar as contradições nas quais as relações socioeconômicas do campo sempre se estruturaram. Dona Maria do Carmo, ao se referir à vida mais tranquila dos “bons tempos” de antes da chegada da hidrelétrica, não parece fazer distinção entre sua condição de proprietária e a condição de agregados dos trabalhadores que, “de favor”, viviam na fazenda de seu pai e de outros proprietários da região. Parece, assim, estender a estes trabalhadores pobres a mesma condição de tranquilidade, só abalada quando da construção da barragem.

Não há elementos suficientes para se afirmar taxativamente uma extremada condição de exploração sendo vivenciada por estes trabalhadores, mas diante da indicação da própria entrevistada de que muitos destes agregados viviam “de favor” nas fazendas, constituindo a principal força de trabalho da região, torna-se relativamente seguro deduzir que a sobrevivência dos mesmos já era atravessada por instabilidades e privações ocasionadas por algum grau de exploração, antes mesmo das desapropriações<sup>250</sup>. No entanto, essa constatação de que as relações socioeconômicas já se encontravam estruturadas, provavelmente, na exploração de

---

<sup>249</sup> Idem, p. 59-74.

<sup>250</sup> Mesmo os habitantes de Porto Barreiro que não estavam submetidos à condição de agregados, não raro se viam explorados pelos fazendeiros da região, quando da negociação pelo arrendamento de uma área. Nesse caminho de análise Di Stefano avalia que “A negociação com o fazendeiro era, entretanto, muitas vezes difícil devido as suas condições e imposições de regras para disponibilizar uma área para plantar. A ajuda de custo era nenhuma e o resultado era dividido em partes iguais (“à meia”). Com raras exceções a relação, entre os camponeses [...] e os fazendeiros era de subordinação [...]”. Ver: DI STEFANO, José Geraldo. **Modelo Tecnológico Tradicional em Porto dos Barreiros e a Hidrelétrica de Itumbiara (GO)**. 176 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável. Brasília-DF, 2004. Anexo C. p. 76.

trabalhadores pobres quando da chegada de Furnas à região, não endossa a perspectiva de progresso e redenção propagada pela empresa.

No caso dos agregados citados por dona Maria do Carmo, o que se pode imaginar, com relativa segurança, é que tiveram seu modo de vida ainda mais abalado, muitos deles tendo que seguir para zonas urbanas sem nenhum tipo de assistência. Tal inferência adquire ainda mais consistência tendo-se em vista o caso de Porto Barreiro no qual muitas famílias, ao seguirem para a zona urbana, mesmo com as indenizações, acabaram não se adaptando à nova realidade – exigia-se, por exemplo, a compra de víveres antes produzidos no próprio quintal –, tendo seus recursos logo dilapidados: “[...] tem caboclo aí que não tem mais nada nem casa para morar [...] O Elias raposa tinha casa, hoje não tem nada vive perambulando. Da Maria Raposa ninguém tem nada, do Negrinho Maria, também ninguém tem nada”<sup>251</sup>.

### 3.3 E o progresso “se fez água!”

Em grande parte das análises desenvolvidas no decorrer da presente tese, pôde-se demonstrar como a Usina de Itumbiara, maior empreendimento hidrelétrico do sistema Furnas, erguida na fronteira entre o Sul Goiano e o Triângulo Mineiro, seguiu sendo alardeada, no decorrer dos anos 1970, enquanto o elemento que possibilitaria a inauguração de uma era de progresso e desenvolvimento em uma região mergulhada no atraso e rondada pela pobreza. Nas discussões que iniciam o segundo capítulo, procurou-se analisar, em específico, o papel da imprensa em meio aos interesses vindos no bojo do empreendimento em questão, ficando evidente a sua atuação como agente ativa na justificação/legitimação da perspectiva redentora na qual Furnas sempre buscara se apoiar. Em Itumbiara, a chancela a essa perspectiva deu-se de maneira mais ou menos constante – em determinados momentos de forma contraditória, conforme discussão desenvolvida no subitem 2.2 – nas páginas do periódico *Jornal de Itumbiara*, ao longo da década de 1970, sendo, no entanto, possível notar uma acentuada inflexão no tratamento dado à presença de Furnas, com a entrada em operação da primeira turbina da hidrelétrica, logo no início dos anos 1980. Desta feita, a análise da imagem abaixo pode contribuir para uma melhor compreensão acerca de tal inflexão

---

<sup>251</sup> DI STEFANO, José Geraldo. **Modelo Tecnológico Tradicional em Porto dos Barreiros e a Hidrelétrica de Itumbiara (GO)**. 176 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável. Brasília-DF, 2004. Anexo C. p. 142.

Figura 16 - Inundação na rua Benjamin Constant, esquina com a Av. Trindade, no centro de Itumbiara-GO



Fonte: Arquivo pessoal do Senhor Getulio Lima, ex-diretor do Jornal de Itumbiara.

Vista de forma isolada, a imagem em tela talvez permita tão somente constatar o transbordamento do Ribeirão Trindade, assim como a curiosidade e/ou espanto de ciclistas e viandantes ao se depararem com tal situação. A captura da cena, no entanto, pretende ir além de um relato exótico em relação ao que costumeiramente seria o cotidiano itumbiarenses. A estrutura de concreto mais à direita por muito tempo fora utilizada como o Terminal Rodoviário de Itumbiara, sendo o referido local itinerário quase que obrigatório de carros de passeio, caminhões e do transporte coletivo, inclusive o interestadual. Fotografada pelo então diretor do Jornal de Itumbiara, Getulio Lima, a imagem quer denunciar a impossibilidade de se transitar pelo centro da cidade, assim como o periódico viria a fazer em várias de suas edições publicadas nos anos finais da década de 1970 e início da de 1980, indicando sempre as margens do Ribeirão Trindade como o principal espaço invadido pelas águas.

Nessas reportagens são apontadas o que também poderia ser causa para os alagamentos: problemas na canalização do Ribeirão que corta o centro da cidade – e mesmo a falta desse tipo de intervenção em alguns pontos –, bem como o acúmulo de lixo atirado pela população nas margens e, até mesmo, no leito do Ribeirão. Ainda assim, mesmo com a consideração dos



problemas de infraestrutura e o comportamento inadequado atribuído à população itumbiareense, o periódico claramente elege aquela que seria a maior vilã da questão: Furnas.

A matéria publicada na edição de 12 de fevereiro de 1983 assevera categoricamente já em seu título: “Furnas não tem interesse em acabar com as enchentes”. Tal conclusão teria sido construída após uma comissão chefiada pelo então prefeito municipal, Waterloo Araujo, ter visitado a administração de Furnas, ocasião em que teria ficado claro o desinteresse da empresa no que se refere à situação da cidade, havendo preocupação apenas com a venda de energia e a lucratividade de seu negócio. O ofício que se segue, transcrito no corpo da mencionada matéria, revela elementos importantes acerca do que seriam outros efeitos relacionados à presença de Furnas na região.

**OFÍCIO Nº. 030/83**

**EM, 04.02.83**

Prezados Senhores,

Preocupado com a constante enchente que tem causado sérios prejuízos (sic) materiais e sociais à comunidade, solicitamos de Vs. Sas., para que possamos tranquilizar a população itumbiareense, que nos informe o seguinte:

- a)- Se essas enchentes são de caráter eventual ou se tornarão uma constante;
- b)- Se existe estudo de FURNAS, no que se refere a vazão máxima de água que não causaria problemas à cidade de Itumbiara;
- c)- Se existe meios de se evitar essas enchentes, no caso, trabalhando-se com nível de água represada um pouco abaixo do máximo ou ideal, para que pudesse, assim suportar maior índice pluviométrico, sem a necessidade de abertura maior das comportas.

Para maior esclarecimento de Vs. Sas., temos conhecimento, que, a vazão ideal que não causaria maiores problemas à comunidade seria de até 6.000m<sup>3</sup> de água por segundo, sendo que, FURNAS se encontra operando com uma vazão constante acima de 7.000m<sup>3</sup> por segundo, atingindo em determinados dias a preocupante vazão de 9.000m<sup>3</sup> por segundo.

Esperando contar com uma breve resposta de Vs. Sas., bem como, providências sérias e objetivas no sentido de solucionar este problema, que já está se tornando crônico e causando pânico à população, Subscrevemo-nos, Atenciosamente

WATERLOO ARAUJO

Prefeito Municipal<sup>252</sup>

A publicação dos questionamentos acima não apenas informa o que seria a tentativa do poder público de resolver junto à diretoria local de Furnas o problema das enchentes em Itumbiara. Antes, como apontado linhas atrás, parece representar o desejo de se fortalecer a ideia já assumida pelo periódico, qual seja, a de que a empresa, gananciosa e irresponsavelmente, estaria operando sua maquinaria sempre em força máxima, aumentando

<sup>252</sup> Jornal de Itumbiara, Itumbiara, 12 de fevereiro de 1983, ano IX, n. 273. p. 8.

consideravelmente a vazão do rio Paranaíba e, conseqüentemente causando a inundação de partes da cidade nos períodos mais chuvosos.

Alguns meses depois, por meio de outra matéria intitulada “O TEMOR DAS ENCHENTES CONTINUA”, ensaia-se um posicionamento baseado em suposta neutralidade jornalística, oferecendo a Furnas espaço para colocar sua versão acerca do tema. Esta, por sua vez, representada pelo engenheiro Armando Consenza, reforça a perspectiva positiva de uma empresa que atua no progresso da região, defendendo, inclusive, que “Não fosse o controle exercido por FURNAS no controle da vazão da água armazenada no lago artificial da usina, a situação de Itumbiara teria sido outra, com toda a cidade ficando submersa”<sup>253</sup>. Em que pese a defesa técnica levada a efeito pelo representante da empresa ter amenizado a linha acusatória desenvolvida anteriormente, o que prevalece ao longo de toda a matéria é uma atmosfera de pânico: “[...] a população parece não se conformar num todo com a idéia de viver alguns quilômetros às margens do Paranaíba, abaixo de um grande volume d’água”.<sup>254</sup>

Dialogando, novamente, com a tese desenvolvida por Roberto Massei, é possível perceber que essa inflexão na avaliação da presença de um grande projeto hidrelétrico empreendida pela imprensa itumbiarenses assemelha-se, em grande medida, ao que ocorrera em Barra Bonita, entre as décadas de 1950 e 1960. Enveredando-se pelos arquivos locais, Massei acaba por demonstrar como a imprensa de Barra Bonita, quando das notícias iniciais acerca do projeto e posterior construção da hidrelétrica, promove vigorosa defesa do empreendimento, sendo a chegada do mesmo saudada como verdadeira redenção para a cidade, como elemento de importância fundamental na promoção do progresso e industrialização da região do Vale do Tietê.

Já próximo à inauguração, o clima predominantemente eufórico do noticiário local começaria a perder espaço para uma atmosfera de tragédia, em virtude do grande número de afogamentos com o aumento do volume do rio e a formação do lago da represa. Pouco tempo depois de a usina entrar em operação, fato ocorrido em 20 de janeiro de 1963, o número elevado de barreiros alagados – de onde se obtinha a argila para a fabricação de telhas e tijolos nas cerâmicas da região –, tornar-se-ia motivo de grande preocupação por parte das autoridades locais, engendrando forte campanha dentro da imprensa em defesa do que seria uma importante atividade econômica para o Município.

---

<sup>253</sup> Jornal de Itumbiara, Itumbiara, 30 de julho de 1983. Ano X, n. 27. p. 7

<sup>254</sup> Idem. p. 7.

Dentro disso, conforme conclusão de Massei, “A redenção do município, da região, [...] aparentemente, não estava a caminho”<sup>255</sup>. Ao contrário, o agravamento de problemas socioeconômicos como o desemprego parecia se avizinhar diante do iminente fechamento de muitas cerâmicas na região.

Em Itumbiara, antes das reportagens de 1983, responsabilizando diretamente Furnas pelas enchentes, a imprensa também produziu notícias nas quais se percebe um equilíbrio precário entre a esperança de um progresso vindouro e uma realidade a acenar insistentemente para o trágico. A partir de 1977, em meio a reverências à instalação de “uma das maiores hidrelétricas do país”, o *Jornal da Cidade* alertaria sobre o risco de se aventurar nas águas do Paranaíba. Entretanto, diferentemente da imprensa de Barra Bonita, a responsabilidade pelos afogamentos cada vez mais constantes não ficaria a encargo apenas da falta de cuidado das próprias vítimas.

Ocupando a primeira página da edição de 28 de novembro de 1977, a matéria intitulada “Mais um Cadáver no Paranaíba” traz a foto do caudaloso rio, tendo abaixo a legenda “Com a construção de represas em seu leito, o Rio Paranaíba passou a ser perigoso e tem causado várias mortes”<sup>256</sup>. Nesses indícios iniciais, já estão presentes elementos suficientes para se compreender que a linha adotada pela matéria trazia como cerne não a informação de que mortes vinham ocorrendo constantemente no rio. Acompanhando-se a narrativa adotada pelo jornal, fica evidente que o indivíduo encontrado morto, apesar de ter seu nome e alcunha revelados, assim como de tratar-se, aparentemente, de pessoa conhecida em Itumbiara, figura apenas como peça introdutória para se chegar ao verdadeiro sujeito da matéria: o Rio Paranaíba, tornado mais volumoso e agressivo após a chegada de Furnas, deixando “A população de Itumbiara, de uma maneira geral, [...] receosa com vários casos de mortes [...]”<sup>257</sup>.

Menos de dois meses depois, na edição de 24 de janeiro de 1978, mais uma reportagem de primeira página. Ocupando novamente a parte superior da capa do *Jornal da Cidade*, a imagem do rio desta vez não viria acompanhada de notícias de mortes em seu leito, mas, ainda assim, seguiria sendo associada ao caos.

O Rio Paranaíba atingiu neste ano sua maior enchente. Técnicos de Furnas e da Cia. Mendes Júnior fizeram estudos e concluíram que foi récord (sic) a enchente. Quem mais sofreu [...] foram as empreiteiras da Furnas que tiveram

---

<sup>255</sup> MASSEI, Roberto. **A Construção da Usina Hidrelétrica Barra Bonita e a Relação Homem-Natureza**: vozes dissonantes, interesses contraditórios (1940-1970). 2007. 309 f. Tese (Doutorado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo-SP, 2007. p. 64

<sup>256</sup> *Jornal da Cidade*, Itumbiara, ano IV, n. 118, 28 de novembro de 1977. p. 1.

<sup>257</sup> *Ibid.*

prejuízos fantásticos, porém vários fazendeiros da região ribeirinha perderam animais, além de lavouras e pastos.<sup>258</sup>

Note-se que, na ocasião, Furnas não figura como responsável pelo ocorrido e sim como maior prejudicada pelo que seria um aumento recorde no nível do Paranaíba. De todo modo, grande parte dos moradores da avenida Beira Rio – que, de acordo com a sequência da reportagem, teriam, em pânico, abandonado suas residências –, assim como os demais atingidos pelas águas, a essa altura, provavelmente não deixariam de estabelecer ligação entre a enchente e a barragem erigida por Furnas, da mesma maneira como o próprio jornal o fizera meses atrás. As enchentes voltariam a ser notícia nos dois anos seguintes. Tendo as margens do Ribeirão Trindade como cenário principal dos alagamentos, a edição de sete de fevereiro de 1979 do Jornal de Itumbiara apresenta a situação como disseminadora de pânico entre a população e desencadeadora de sérios prejuízos para o poder público municipal, haja vista o rompimento do “[...] asfalto e o calçadão da Avenida Trindade, que margeia o Ribeirão [...], em alguns locais atingindo mais de 10 metros [...]”<sup>259</sup>.

Já no ano de 1980 o periódico traz como uma de suas matérias de capa a notícia “Vazamento na Barragem Assusta Itumbiarenses”. Apesar do alarde sugerido pelo título, a condução da matéria é marcada por um tom tranquilizador, admitindo a existência do vazamento, sem que o mesmo significasse qualquer risco de rompimento da barragem, reforçando ao final que Furnas estaria operando brevemente sua hidrelétrica, “[...] gerando energia para o progresso do país”<sup>260</sup>. Tamanha fé no progresso que Furnas poderia proporcionar ao país não se mostraria tão inabalável em âmbito local, uma vez que pouco tempo depois, o periódico voltaria a colocar a barragem como causadora de prejuízos, ao afirmar que “[...] a queda e depois o aumento brusco das águas do Rio Paranaíba, quando do fechamento do lago da hidroelétrica de FURNAS, foram os obstáculos enfrentados pela prefeitura no trabalho de urbanização da Beira-Rio”<sup>261</sup>.

Tendo em vista o caminho percorrido até aqui, seria possível endossar a linha adotada pela imprensa local quando esta atribui a Furnas responsabilidade direta pela ocorrência das enchentes em Itumbiara? Não há, de fato, elementos suficientes para se afirmar com certeza a responsabilidade de Furnas na questão – tampouco, como já dito anteriormente, tem-se aqui a pretensão de apontar culpados ou inocentes –, o que também não impõe nenhum óbice à

<sup>258</sup> Jornal da Cidade, ano IV, n. 125, Itumbiara, 24 de janeiro de 1978. p. 1.

<sup>259</sup> Jornal de Itumbiara, Itumbiara, ano V, n. 164, 7 de fevereiro de 1979. p. 1.

<sup>260</sup> Jornal de Itumbiara, Itumbiara, ano VI, n. 210, 24 de julho de 1980. p. 1.

<sup>261</sup> Jornal de Itumbiara, Itumbiara, ano VI, n. 211, 7 de agosto de 1980. p. 1.

constatação de que o grande número de enchentes noticiados após a chegada da estatal pode, no mínimo, colocar em xeque a capacidade de a mesma em exercer o prometido controle sobre o nível do Paranaíba. Decorridos dez anos da presença de Furnas no município, a instalação de certo ar de frustração ficaria bem perceptível. Assim sendo, grande parte da expectativa alimentada localmente desde o início da construção da usina, acabaria perdendo força quando de sua conclusão e muito do que se alardeara enquanto promessa de progresso e desenvolvimento para Itumbiara e região viria a “fazer água”. Água de enchente!

### 3.4 Araporã: uma dádiva de Furnas?

Ao contrário do que geralmente ocorre em processos dessa ordem, cuja submersão de povoados e até cidades inteiras costuma estar entre seus efeitos mais deletérios, Furnas, no que concerne à construção da Hidrelétrica de Itumbiara, tenta reivindicar para si o que seria o mérito de ter fornecido as condições necessárias para o surgimento de um novo município: “A chegada da Eletrobrás Furnas a Araporã também deflagrou o processo de emancipação política do então distrito de Tupaciguara (MG) [...]”<sup>262</sup>. Por esse ponto de vista, as influências da estatal no êxito emancipatório de Araporã estariam, basicamente, no aumento populacional (a vila destinada aos operários da construção da barragem foi erguida no distrito) e nos recursos financeiros que seriam revertidos à nova urbe, principalmente por meio do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).

Essa concepção de que benesses trazidas por Furnas teriam sido fundamentais para sustentação de Araporã como município tem encontrado ressonância também em outros espaços que não aqueles organizados e produzidos pela empresa. Nesse sentido, uma rápida visita à internet, na página oficial da Prefeitura Municipal de Araporã é o bastante para se dimensionar o significado que se tem atribuído à questão, pelo menos em termos do que seria uma memória oficial da cidade. Em certa área da referida página, cujo conteúdo fora pensado enquanto “a História do Município”, Araporã é descrita como localidade surgida desde os anos iniciais do século XX, sob o que seriam os signos da integração entre o Sudeste e o Centro-Oeste do país: a Ponte Afonso Pena, inaugurada em 1909, assim como a rodovia que nos anos

---

<sup>262</sup> SPENCER, Behula. Itumbiara: construção foi um marco da engenharia nacional. **Revista FURNAS**, Itumbiara, ano XXXVI, n. 374. abr. 2010. Disponível em: <[http://www.furnas.com.br/arqtrab/ddppg/revistaonline/linhadireta/RF374\\_itumb.pdf](http://www.furnas.com.br/arqtrab/ddppg/revistaonline/linhadireta/RF374_itumb.pdf)>. Acesso em: 27 jul. 2013.

1910 viria interligar São Pedro do Uberabinha (atual Uberlândia) a Santa Rita do Paranaíba (hoje Itumbiara). Por esse viés, Furnas, como verdadeira “dádiva”, corolário de uma história de sucesso, viria a ser “[...] fator determinante no progresso de Araporã [...] que não só permitiu o seu crescimento populacional como ensejou meios para a transformação do sonho de emancipação do município em realidade”<sup>263</sup>.

Publicada em 2014 por Brasilaves Borges, a obra “Nascer do Sol” – expressão equivalente a Araporã na língua tupi – apresenta estrutura narrativa bastante similar à seguida pelo site do município. Após evocar os mesmos eventos, ou seja, a Ponte Afonso Pena e a rodovia ligando Uberlândia-MG a Itumbiara-GO como provas de um progresso sempre presente na trajetória de Araporã, Borges também reserva espaço “dadivoso” à UHE Itumbiara. Furnas seria “um presente que caiu do céu”; sua presença, um elemento decisivo no processo de emancipação dos araporenses em relação à Tupaciguara. Assim, apesar do “custo do progresso” – a inundação de 16% do território do município – os “investimentos vultosos” de Furnas em Araporã teriam deixado “um saldo altamente positivo”:

[...] as doações de imóveis remanescentes da Vila de Araporã ao Poder Executivo Municipal [...] e as facilitações nas cessões de centenas de outros imóveis à iniciativa privada; o aumento do ICMS do município em mais de 60% por cento (sic) a partir da geração de energia em 1980, assim como a presença constante de Furnas na vida de Araporã, atuando como parceira ativa da comunidade, sempre se fazendo presente nos chamamentos de cunho social [...] Hospedar em seu território uma empresa do porte de Furnas é motivo de júbilo para qualquer município, é garantia de economia sólida, de progresso continuado.<sup>264</sup>

Como claramente expresso no trecho supracitado, a obra de Borges caminha no sentido de reforçar a perspectiva de um desenvolvimentismo redentor, já discutido na presente tese, no que diz respeito à construção da UHE Itumbiara. Desse modo, Furnas assume, na argumentação do autor, contornos de centro irradiador de progresso, sendo Araporã um dos maiores exemplos dessa ação progressista. Tomando a questão exclusivamente pela trilha percorrida por Araporã a partir dos elementos que envolvem a edificação e funcionamento da hidrelétrica, torna-se, de fato, quase impossível não ceder à tentação de uma associação simplista entre Furnas e progresso socioeconômico. Contudo, como se tem tentado demonstrar até aqui, o processo que envolve a construção da UHE Itumbiara extrapola, em muito, os limites deste pequeno

<sup>263</sup> ARAPORÃ. Disponível em: <<https://www.arapora.mg.gov.br/site/historia>>. Acesso em: 20 jul. 2013.

<sup>264</sup> BORGES, Brasilaves. **Nascer do Sol**: Araporã, um século de história. Itumbiara: Alfa Gráfica Editora. 2014. p. 127.

município mineiro, exigindo, portanto, que suas questões sejam submetidas a exame bem mais rigoroso.

O movimento teórico-metodológico empreendido por Gival Mosca Froelich na obra “Ilha Solteira: uma história de riqueza e poder (1952-1992)” pode contribuir, pelo menos em parte, para se pensar o problema que, neste ponto, a presente tese procura trazer à tona, qual seja discutir a emancipação político-administrativa de Araporã-MG, sem, contudo, reduzir o processo a uma relação causa/efeito, supostamente ligada à “dadivosa” presença de Furnas na região. Objetivando pensar o processo que envolveu a construção da UHE Ilha Solteira, na região paulista de Urubupungá, não como “[...] simples experiência isolada, porque sintetiza o espírito desenvolvimentista e/ou autoritário que, em maior ou menor escala, caracterizou o país ao longo do período considerado [1952-1992] [...]”<sup>265</sup>, Froelich, em esforço analítico final, coloca em discussão as contradições que envolveram a emancipação do núcleo urbano de Ilha Solteira – erguido para apoiar a edificação e posterior operação da hidrelétrica –, em relação ao município de Pereira Barreto-SP. Em síntese relativa a tal esforço analítico, o autor argumenta que:

A dialética interna da emancipação manifesta-se na luta entre “cidade” e região. Do lado da cidade, a Cesp, políticos de seu entorno e a população ilhense; do lado da região, o município de Pereira Barreto, praticamente sozinho. No final, a região, que no início da trajetória de Ilha Solteira fora obrigada a engolir a usina, sofre novo revés, sendo obrigada a aceitar a nova cidade<sup>266</sup>.

Para Froelich, todo o conjunto de interesses que culminou na dialética descrita no excerto acima, levaria à viabilização de um novo município, Ilha Solteira, o que, entretanto, acabaria por inviabilizar “[...] o único legado por meio do qual a Cesp poderia impactar positivamente a região: a usina, fonte geradora de ICMS [...]”<sup>267</sup>. A partir desse ponto de vista, o autor chega à conclusão de que a promessa de progresso e desenvolvimento que, talvez, justificariam a construção de um empreendimento hidrelétrico com tamanho impacto socioambiental, resultaria, ao contrário, em subdesenvolvimento para Pereira Barreto e Urubupungá, assim como em mais acumulação de capital para a Região da Grande São Paulo. O processo de emancipação político-administrativa de Araporã não é, obviamente, idêntico ao

---

<sup>265</sup> FROELICH, Gilval Mosca. **Ilha Solteira**: uma história de riqueza e poder (1952-1992). São Paulo: Educ, 2001. p. 14.

<sup>266</sup> Idem. p. 27.

<sup>267</sup> Idem. p. 27.

de Ilha Solteira. Há, contudo, entre um caso e outro, similaridades passíveis de discussão, tendo como suporte analítico as reflexões acerca de Ilha Solteira, empreendidas por Froelich.

A reivindicação por parte de Furnas de que sua presença teria deflagrado o processo emancipatório em Araporã, assim como a intenção de que isso seja visto como mais um elemento denotativo de seus efeitos de progresso e desenvolvimento para a região, coloca aqui, inevitavelmente, a necessidade de um aprofundamento da questão, à luz do processo histórico. Na persecução desse objetivo, a continuidade do diálogo com a imprensa itumbiareense, certamente, apresenta-se como um caminho bastante promissor:

#### ARAPORÃ QUER EMANCIPAÇÃO

O populoso distrito Tupaciguareense de Araporã, está lutando para se desmembrar da sede. O vereador Valdir Inácio, eleito pela ARENA de Tupaciguara tendo como reduto principal o Distrito de Araporã, onde ele é industrial, é o cabeça do movimento de emancipação. Várias comissões já foram criadas e se reúnem mensalmente, tratando de por menores com relação à emancipação daquele rico Distrito.

[...] Em Tupaciguara Valdir vem encontrando forte resistência, pois o poder executivo do município, não admite sequer abordar o assunto. Na Câmara Municipal, segundo Valdir, ele tem apoio de alguns companheiros, apesar que debaixo de muito sigilo. Dia seis próximo, vai acontecer uma importante reunião da comissão Pró-emancipação, no Salão Paroquial de Araporã, contando com as presenças dos deputados Sebastião Navarro e Renato de Freitas. Nesta reunião, segundo Valdir Inácio, muitas novidades serão expostas à comissão Pró-emancipação, por parte dos parlamentares, dando-lhes novos caminhos a seguir rumo ao sonho de moradores daquele Distrito.<sup>268</sup>

Para além da explicitação de um movimento organizado de emancipação – já esboçado rapidamente no capítulo anterior –, o que parece fundamental perceber na reportagem do Jornal de Itumbiara é a tentativa de vinculação do processo a um protagonismo em específico. Valdir Inácio, eleito vereador com o apoio do então distrito de Araporã, é apresentado como o agente central do movimento, o representante principal do sonho de emancipação dos araporenses em relação a Tupaciguara. Para além da liderança na articulação de uma comissão em prol da emancipação, a sequência da reportagem procura apresentar Valdir Inácio como alguém cuja atuação na câmara de Tupaciguara, já teria resultado em diversos benefícios infraestruturais – instalação de rede de esgoto, linhas telefônicas e uma agência bancária –, contribuindo de maneira concreta para a futura transformação de Araporã em município.

Embora a narrativa elaborada pelo periódico itumbiareense contribua bastante para a percepção das maneiras por meio das quais agentes políticos locais procuraram mobilizar forças

<sup>268</sup> Jornal de Itumbiara, Itumbiara, ano V, n. 162, 24 de janeiro de 1979. p. 3.



em torno da ideia emancipacionista, talvez um deslocamento do foco de análise em direção àquilo que não é efetivamente noticiado, possa ter, aqui, um efeito mais profícuo. Note-se que, apesar da coincidência entre o momento da referida mobilização e os trabalhos de construção da Hidrelétrica de Itumbiara (essa obra teve andamento entre 1974 e 1979), em momento algum a presença de Furnas é mencionada como fator que contribuiu para a consecução do objetivo em questão. Poderia esse silêncio significar que a tão exaltada participação da estatal nos rumos político-econômicos seguidos por Araporã, não fora, afinal de contas, tão grande assim? De outro modo, seria então o esforço e o engajamento daquele que protagoniza a notícia, Valdir Inácio, o verdadeiro elemento que elevaria o distrito à condição de cidade?

Definitivamente, o caminho de análise sugerido pelas hipóteses supramencionadas não parece ser o mais apropriado. Mesmo porque Furnas pode não estar assim tão ausente dentro do que é apresentado pelo periódico, principalmente quando se procura extrapolar os limites do texto indo em direção ao contexto. Logo de início, é preciso dar destaque ao termo escolhido para introduzir a notícia: “populoso”. Tendo Furnas construído mais de 1000 casas em Araporã, atraindo milhares de trabalhadores em direção às obras de montagem da usina, não fica difícil de se constatar que se tratava de um distrito populoso em grande parte pela movimentação socioeconômica ocorrida no em torno da hidrelétrica. Sob esse mesmo ponto de vista, a referência a Araporã como sendo um “rico Distrito” pode certamente estar ligada a essa movimentação socioeconômica, assim como à expectativa dos tributos que viriam a incidir sobre a futura geração energética. Por fim, a menção ao que seria uma “forte resistência” acerca do projeto de emancipação araporense pode também guardar relação com essa expectativa de tributos vindouros, na medida em que o desmembramento de Araporã acarretaria, por conseguinte, diminuição da arrecadação tributária de Tupaciguara.

Posta a questão nesses moldes, o caminho de análise mais frutífero – em termos de uma compreensão do processo histórico em seus aspectos de contradição e imprevisibilidade –, seria aquele no qual a movimentação de sujeitos históricos é pensada a partir de expectativas e interesses cuja dinâmica, muitas vezes é limitada e/ou pressionada por demandas estruturais. Por esse viés, o recurso às narrativas orais pode ser de grande valia. A entrevista produzida junto ao senhor Ernesto Siqueira vem contribuir para a desconstrução dos sentidos de “dádiva” e/ou “heroísmo” com os quais o processo ora em discussão tem sido alvejado.

Retomando a voz dos sujeitos da pesquisa, vale discutir a fala do senhor Ernesto, proprietário de terras recebidas como herança familiar. Natural de Araporã, completou os primeiros anos de estudos em uma escola mantida no distrito pelo município de Tupaciguara, seguindo então para Uberaba onde permaneceria por onze anos até completar a formação no

curso de ciências econômicas. Ainda que tivesse apenas 22 anos quando de seu regresso a Araporã, o entrevistado aponta que logo se interessaria pela temática da emancipação a partir de questões que costumavam ser direcionadas ao “[...] porquê de Araporã ser tão longe de Tupaciguara; ser, assim, um distrito bom, produtivo, [...] mas que não recebia nada em troca, em benefícios”<sup>269</sup>. Como ainda era muito jovem, revela que a liderança do movimento era exercida por Antônio Rabelo, primeiro tabelião e também um dos primeiros vereadores a representar o distrito, em Tupaciguara. De acordo com o entrevistado, as principais estratégias traçadas em prol da emancipação eram elaboradas por Antônio Rabelo, tendo este, inclusive, participação importante dentro da mudança de cenário que representou a chegada de Furnas.

Quando em meados de mil novecentos e sessenta... sessenta e oito, veio a usina de Furnas pra ser implantada na região aqui do antigo “sapé” e, ali tinha um rochedo, foi o local escolhido; aí o Antônio Rabelo, na época, era um líder político aqui da região, e brigou muito junto com o governo do Estado para que, a..., o acampamento funcional de Furnas fosse implantado aqui em Araporã, porque havia uma corrente política querendo que fosse implantado em Tupaciguara, outra toda em Itumbiara, enfim..., e nós íamos só ficar vendo navio. Mas... conseguimos, através do governo do Estado, amigo do Antônio Rabelo, que... forçou a barra para que implantasse, pelo menos uma parte do acampamento, aqui em Araporã. Que, por sinal, aconteceu essa implantação do acampamento em cima de terras de Antônio Rabelo e do meu pai [...] Então..., na época, até meu pai falou, “ah, cê para de mexer com isso que isso vai cair em cima de nós”: daí foi dito e feito, aconteceu o fato, mas... foi “de boa”, negociou..., compraram outras áreas, em outros locais, e a cidade começou a ser implantada. A preocupação nossa de criar o município de Araporã vem bem antes de Furnas e, justamente com a implantação da usina..., era um princípio de melhoramento pra nossa comunidade.<sup>270</sup>

Essa mesma intervenção que supostamente Antônio Rabelo teria realizado em relação ao local de construção da vila operária de Furnas também é discutida por Brasilaves Borges. Em sua já mencionada obra, “Nascer do Sol”, Borges aponta para a existência de uma polêmica a envolver a questão: uma passagem da obra “Araporã: Terra da Esperança”, de Maria Honório de Castro<sup>271</sup>, na qual a autora defende que a desapropriação das terras de Antônio Rabelo teria ocorrido a seu contragosto, inclusive prejudicando-o financeiramente; ainda, o depoimento de um técnico de Furnas afirmava: “[...] a escolha de Araporã para a construção da vila operária obedeceu apenas a critérios técnicos, de natureza estratégica”<sup>272</sup>. Mesmo apontando para tais

<sup>269</sup> SIQUEIRA, Ernesto. **Ernesto Siqueira**: entrevista [abr. 2017]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara, 2013. Gravação em mp3. Entrevista concedida para a pesquisa.

<sup>270</sup> Ibid.

<sup>271</sup> CASTRO, Maria Honório De. **Araporã: terra da esperança**. Uberlândia: (sem editora), 1996. p. 90.

<sup>272</sup> Depoimento de Joonaldo Teixeira. In: BORGES, Brasilaves. **Nascer do Sol**: Araporã, um século de história. Itumbiara: Alfa Gráfica Editora. 2014. p. 143.

contradições, Borges lança mão de depoimentos dos chamados “líderes da emancipação”, tratando-os como prova incontestável de que a atuação de Antônio Rabelo fora mesmo essencial para que a questão se encaminhasse em favor de Araporã – o que acaba sendo perfeitamente coerente com a perspectiva na qual procura basear sua narrativa, elegendo os “heróis” que teriam contribuído para o progresso e desenvolvimento local.

De fato, a identificação e/ou defesa dos chamados “grandes heróis” não constitui uma preocupação da presente tese. Contudo, é preciso considerar como o trabalho de Borges pode contribuir para a identificação de todo um campo de possibilidades com o qual determinados sujeitos passaram a lidar dentro do período em estudo. Na busca desse intento, segue-se abaixo, trecho de um ofício que o autor reproduz em sua obra, um conjunto de solicitações enviadas a Furnas no momento inicial de sua chegada à região.

- 1º) Construção de uma avenida ao longo do córrego de Araporã até o trevo que será construído de frente à Usina Alvorada, ficando esta avenida como mais uma entrada para a vila residencial.
- 2º) Procurar integrar a vila existente com a que se vai construir.
- 3º) A construção de um prédio para o funcionamento do anexo do Ginásio Estadual de Tupaciguara a partir do próximo ano, já liberado pelo delegado federal de ensino.
- 4º) Informações se possível do que vai ser feito na vila residencial.
- 5º) Incorporação da rede de energia elétrica existente e a distribuição pela FURNAS às indústrias existentes e as que deverão se instalar, já que a Cia. Fôrça e Luz de Centralina está incapacitada de atender a demanda existente.<sup>273</sup>

Partindo-se do suposto de que a ideia da emancipação seja anterior a Furnas – conforme defendido pelo senhor Ernesto –, é perfeitamente plausível que as expectativas encontradas no ofício – integração entre a vila operária e a comunidade existente; aumento da infraestrutura para oferta de educação formal e atendimento da demanda energética para o desenvolvimento industrial – estivessem também ligadas à consecução de requisitos necessários para a transformação do distrito em cidade. Nesse sentido, é importante notar como as colocações do entrevistado insistem sempre nessa direção: “Aí veio o..., implantou o acampamento, nisto já teve que morar aqui quase dois mil funcionários, teve que melhorar a escola [cita também os correios, delegacia, hospital] [...] a gente foi fazendo essas coisas em função da criação do município de Araporã”<sup>274</sup>.

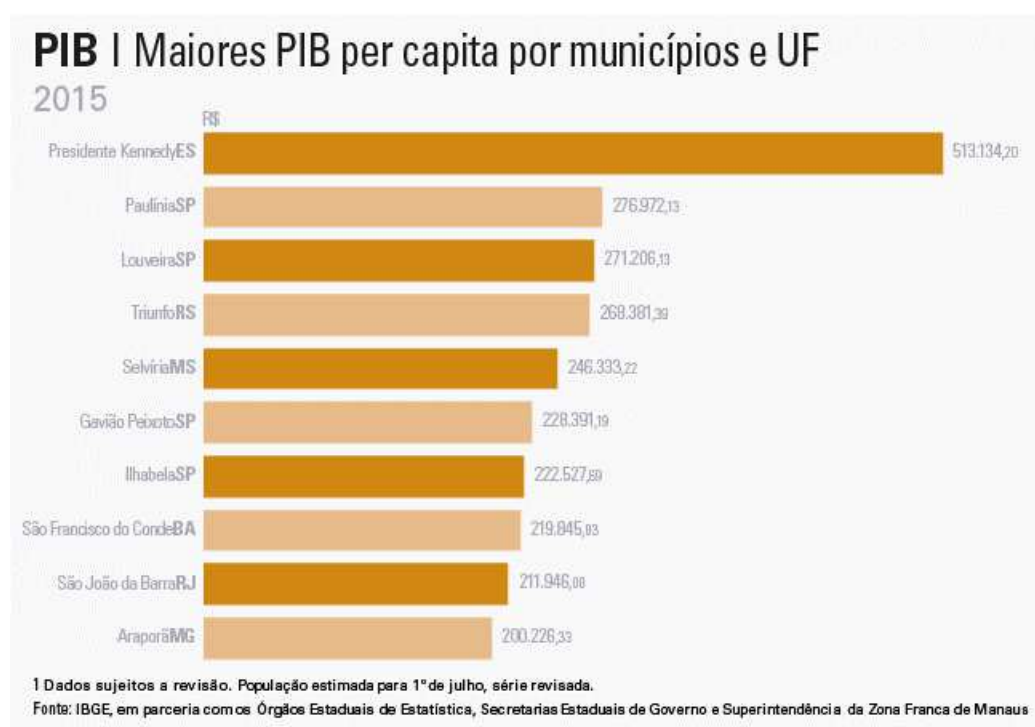
<sup>273</sup> Trecho do ofício n. 01/73 de 30 de outubro de 1973. Reproduzido na obra BORGES, Brasilaves. **Nascer do Sol: Araporã, um século de história**. Itumbiara: Alfa Gráfica Editora. 2014. p. 151.

<sup>274</sup> SIQUEIRA, Ernesto. **Ernesto Siqueira**: entrevista [abr. 2017]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara, 2013. Gravação em mp3. Entrevista concedida para a pesquisa.

Considerando as evidências discutidas até aqui, fica bastante segura a constatação de que, a relação entre Furnas e a direção política tomada por Araporã não ocorrera de forma determinística, conforme reivindicado pela estatal; tampouco, resume-se a atos pintados com tonalidades de heroísmo de acordo com interesses políticos que se hegemonizaram localmente. De outro modo, como já assinalado anteriormente, o que é possível perceber a partir da construção da hidrelétrica é que certas estratégias até então indisponíveis passaram a ser mobilizadas por agentes políticos locais na tentativa de viabilização de seus interesses, especialmente no que se refere à emancipação político-administrativa de Araporã.

Isso posto, faz-se necessário discutir ainda uma questão suplementar: as implicações para a região no que se refere à mudança no status araporense de distrito para município. De imediato, a análise do gráfico abaixo possibilita a emergência de um elemento fundamental da questão.

Figura 17 - PIB dos municípios 2015

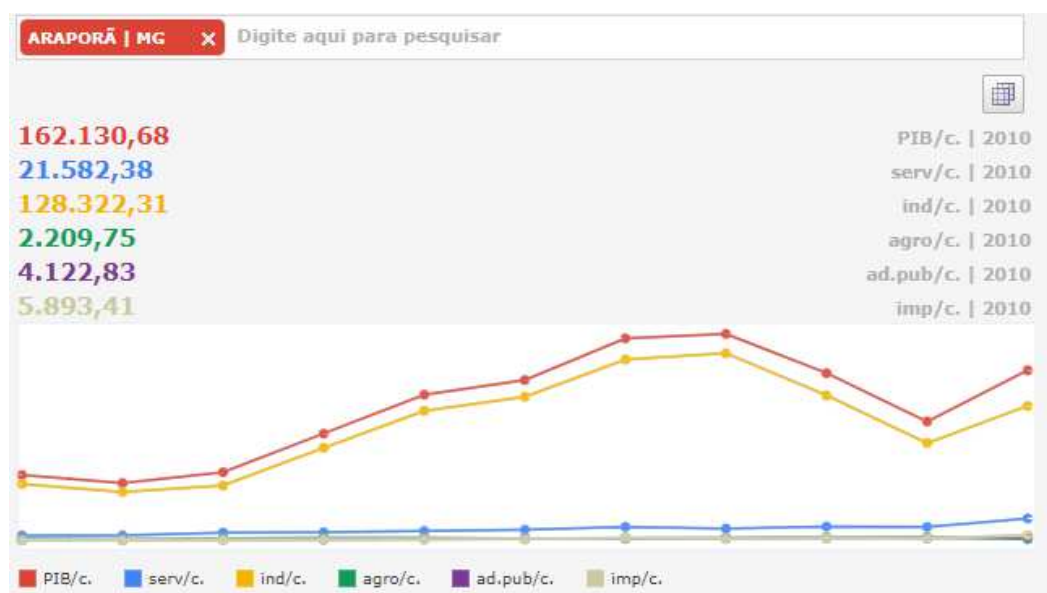


Fonte: IBGE (2015).<sup>275</sup>

<sup>275</sup> IBGE. PIB dos municípios 2015: Capitais perdem participação no PIB do país. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/18785-pib-dos-municipios-2015-capitais-perdem-participacao-no-pib-do-pais.html>>. Acesso em: 04 mar. 2018.

A posição ocupada por Araporã no *ranking* que o gráfico em tela quer indicar, não pode ser encarada como meramente ocasional. Desde sua emancipação pela lei estadual nº 10704, de 27 de abril de 1992, a cidade tem figurado constantemente entre os dez municípios do país com maior PIB *per capita*. Em análise antecedente ao gráfico, a instituição responsável pelas informações, IBGE, constata que algo comum entre as ocupantes das primeiras colocações é o fato de todas possuírem uma pequena população e poderem contar com o recebimento de grandes somas de ICMS relacionados à exploração de petróleo e produção de energia. No caso específico do município mineiro, sua população tem se mantido abaixo dos 7 mil habitantes e seu orçamento tem sido abastecido com todo o ICMS gerado pela produção da UHE Itumbiara. Concernente a esse último quesito, o senhor Ernesto avalia como um golpe de sorte “[...] a quase totalidade da implantação da usina hidrelétrica ter ficado em território do município [...] Com isso, todo o ICMS que foi gerado nas casas de força que ficou dentro do município de Araporã, ficou para Araporã”<sup>276</sup>. Situação meramente fortuita ou não, o próximo gráfico oferece a dimensão do impacto da hidrelétrica no orçamento do município.

Figura 18 – Evolução do Valor Bruto Agregado por Setor Econômico no PIB *per capita*



Fonte: DEEPASK (2016).<sup>277</sup>

<sup>276</sup> SIQUEIRA, Ernesto. **Ernesto Siqueira**: entrevista [abr. 2017]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara, 2013. Gravação em mp3. Entrevista concedida para a pesquisa.

<sup>277</sup> DEEPASK. **Evolução do Valor Bruto Agregado por Setor Econômico no PIB *per capita***. 2016. Disponível em: <<http://www.deepask.com/goes?page=Confira-a-evolucao-do-PIB---Produto-Interno-Bruto---no-seu-municipio>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

A evolução do PIB *per capita* no período 2000-2010 evidencia o enorme peso do componente industrial na arrecadação de Araporã. Justamente o setor no interior do qual o ICMS relativo à produção hidrelétrica vem incidindo. De acordo com informações publicadas em seu *site* oficial, a arrecadação do município tem ultrapassado a casa dos R\$ 3 milhões mensais, sendo 60% deste total proveniente da energia produzida pela UHE Itumbiara<sup>278</sup>. Chama atenção também o que o gráfico apresenta de variação na receita do município no período, podendo-se verificar muitas vezes quedas e elevações bastante abruptas de um ano para o outro. Tal questão pode ser explicada, em grande medida, pela própria dinâmica de operação das hidrelétricas, cuja produção energética está sujeita ao volume de chuvas observado por determinada região em um período específico. Há, contudo, fatores de outra natureza que vêm influenciando fortemente no montante de recursos repassados a Araporã.

O que acontece é que, não raro, a sorte a que o senhor Ernesto se refere, isto é, ficar com todo o ICMS relativo à produção da UHE Itumbiara, tem sido contestada jurídica e administrativamente por outros municípios. Uma primeira situação que vem alimentando contendas tem a ver com o entendimento a partir do qual a sede do empreendimento estaria situada em Araporã e não no município goiano que lhe empresta o nome. Em notícia do dia 13 de janeiro de 2013, veiculada pelo *blog* “Diário de Itumbiara”, o ex-secretário de finanças (2005-2010), Nilson Freire, avalia que “Caso os valores adicionados pela energia elétrica produzida por Furnas na USINA DE ITUMBIARA fossem adicionados [...] seriam agregados mais de R\$ 500 milhões por ano no VA e conseqüentemente subiria o IPM de Itumbiara [...]”<sup>279</sup>. O ex-secretário segue lamentando o fato de que o município já teria tentado incluir a produção da hidrelétrica no cálculo do ICMS que lhe deve ser repassado, ao que não logrou êxito, já que a casa de força da usina está localizada em Araporã. Por fim, afirma que Itumbiara estaria dando continuidade à tentativa de provar que o empreendimento fora construído em território goiano.

Não obstante ser essa uma notícia relativamente recente, há evidências de que a questão vem sendo motivo de disputa desde os anos 1990. Na resolução nº 2.986, de 6 de maio de 1999, emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais, é possível identificar o mandado de segurança nº 149.650-4 impetrado pelo município de Araporã, cujo efeito fora conseguir que o VAF (Valor adicionado Fiscal) referente ao ICMS correspondente à produção da UHE

---

<sup>278</sup> Disponível em: ARAPORÃ. **Atividades econômicas**. Disponível em: <<https://www.arapora.mg.gov.br/municipio/atividades-economicas>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

<sup>279</sup> Disponível em: ITUMBIARA. DIÁRIO DE ITUMBIARA. **Os motores da economia em Itumbiara**. Domingo, 13 de janeiro de 2013. Disponível em: <<https://nilsonfreirenws.blogspot.com/2013/01/os-motores-da-economia-em-itumbiara.html>>. Acesso em 06 nov. 2017.

Itumbiara em 1997: “[...] fosse computado integralmente para o município impetrante, não obstante FURNAS - Centrais Elétricas S/A, declarar como sede da referida usina os municípios de Araporã-MG e Itumbiara-GO”<sup>280</sup>. Esse tipo de contenda tem ocorrido com muita frequência dada a grande quantidade de hidrelétricas erguidas nas fronteiras de estados e municípios. A título de exemplo, em fevereiro de 2011 a página eletrônica do Supremo Tribunal Federal publicou notícia acerca de uma disputa em torno do ICMS gerado pela UHE Salto Osório no Paraná. Nesta, o reconhecimento do TJ-PR quanto ao direito do município de São Jorge D’Oeste ao recebimento integral do ICMS da referida usina estaria gerando descontentamentos na região, inclusive com o município de Sete Quedas do Iguaçu a oferecer reclamação formal à suprema corte do país. Como se observa no trecho a seguir, o caso guarda bastante semelhança com a situação vivida na UHE Itumbiara.

Segundo o município de Quedas do Iguaçu, o vizinho São Jorge D’Oeste não teria prova “cabal e conclusiva” de que as unidades geradoras de energia elétrica estejam situadas em seu território, pelo que não pode ser beneficiado com a totalidade do ICMS gerado pela Usina de Salto Osório. Por sua vez, o município de São Jorge D’Oeste juntou cópias ao processo de alvarás de funcionamento e licenciamento sanitário da empresa que explora a geração de energia, dando conta da localização em seu território.<sup>281</sup>

Além dessa discussão envolvendo a sede efetiva de empreendimentos hidrelétricos, a qual geralmente estão implicadas apenas duas cidades, vem ocorrendo com muita frequência a reivindicação dos municípios que tiveram perdas territoriais em decorrência de barragens, pelo direito ao recebimento de parte do ICMS produzido. Em Minas Gerais, por exemplo, essa reivindicação foi contemplada por meio da Lei nº 13.803 de 2000, cujo Artigo 3º estabelece que o referido imposto deve ser pago não apenas ao ente estadual onde se situam os geradores de energia, mas também a quantos outros municípios a estrutura do empreendimento hidrelétrico se estender, incluindo o lago por ela formado. O efeito da aplicação deste entendimento pode ser avaliado retornando-se ao gráfico anterior, principalmente no período 2008-2009, quando Araporã é atingida por vertiginosa queda de arrecadação.

Atendo-se ainda ao mesmo gráfico, a igualmente vertiginosa retomada na receita do município, a partir do ano de 2010, explica-se pelo êxito das ações que o mesmo moveria contra

<sup>280</sup> BRASIL. RESOLUÇÃO n. 2.986, DE 06 DE MAIO DE 1999. Disponível em: <[http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/assuntos\\_municipais/legislacao/1999/res2986\\_0599.htm](http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/assuntos_municipais/legislacao/1999/res2986_0599.htm)>. Acesso em 05 jun. 2018.

<sup>281</sup> Disponível em STF. **Disputa em torno do ICMS gerado por usina hidrelétrica é objeto de reclamação no STF**. 2011. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=171070>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

a aplicação da lei estadual, conseguindo que esta fosse considerada inconstitucional pela Corte Superior do TJ-MG<sup>282</sup>, o que acabaria, em seguida, confirmado pelo STF. No recurso extraordinário dirigido a este último tribunal, julgado no dia 28 de maio de 2009, sob a relatoria do ministro Ricardo Lewandowski, alega o Estado de Minas Gerais que “[...] o regramento questionado traduz medida de justiça para com os municípios que se veem na incumbência de suportar os gravames resultantes do alagamento de seu território”<sup>283</sup>. Tal alegação seria desconsiderada pelo relator sob o argumento de que os prejuízos decorrentes das inundações provocadas por hidrelétricas já teriam previsão de compensação dentro da lei federal nº 7990 de 1989, que estabeleceu o sistema de Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)<sup>284</sup>.

De fato, essa compensação financeira tem sido paga aos municípios que suportam os lagos formados por barragens<sup>285</sup>. Entretanto, ainda que Furnas a defina como “[...] uma ação de política pública de distribuição de renda significativa”<sup>286</sup>, no caso da UHE Itumbiara, os valores recebidos não tem sido encarados como suficientes por parte de muitos municípios. Alguns deles, continuam a pleitear judicialmente a participação naquilo que vem sendo destinado a Araporã a título de impostos sobre a produção hidrelétrica<sup>287</sup>. No caso do município de Tupaciguara, este desejo pode até mesmo assumir os contornos de uma espécie de busca por reaver um objeto perdido, já que até 1992 era ele a receber o ICMS pago por Furnas, sede que era do então distrito de Araporã. Em entrevista presente no livro de Brasilaves Borges, o ex-prefeito do município, Francisco Menezes Borges, chega a fazer a seguinte comparação:

Sem dúvida, quando se tem a responsabilidade do município mãe, evidentemente, a gente não gostaria de perder o filho, principalmente no caso

<sup>282</sup> JURISP. MINEIRA, Belo Horizonte, a. 58, n. 181, p. 37-47, abr./jun. 2007. Disponível em: <<https://bd.tjmg.jus.br/jspui/bitstream/tjmg/3994/1/0181-TJ-OE-004.pdf>>. Acesso em: 06 nov. 2017.

<sup>283</sup> STF. RECURSO EXTRAORDINÁRIO: RE 559131 MG. 2009. Disponível em: <<https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/4317236/recurso-extraordinario-re-559131>>. Acesso em: 06 jun. 2018.

<sup>284</sup> Explicações mais detalhadas acerca do funcionamento da lei podem ser encontradas em: Agência Nacional de Energia Elétrica (Brasil). A compensação financeira e o seu município. Brasília: ANEEL, 2007.

<sup>285</sup> Alguns valores totais pagos a municípios atingidos pela barragem de Itumbiara, em 2017: Água Limpa - GO R\$ 534,755.15; Anhanguera - GO (R\$ 84,940.82); Buriti Alegre - GO (R\$ 1,193,046.48); Itumbiara - GO (também atingida pela UHE Cachoeira Dourada) R\$ 2,371,342.87; Araguari - MG (também atingida pelas hidrelétricas de Amador Aguiar I e II) R\$ 3,420,736.32; Araporã - MG (recebe todo o ICMS relativo à UHE Itumbiara) R\$ 547,620.27; Tupaciguara - MG R\$ 3,210,700.90. Ver: [http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/cmpf/gerencial/CMPF\\_Totais/CMPF\\_ROY\\_TotaisBrasilMunicipios.cfm](http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/cmpf/gerencial/CMPF_Totais/CMPF_ROY_TotaisBrasilMunicipios.cfm). Acesso em: 06 jun. 2018.

<sup>286</sup> Revista FURNAS. Itumbiara, ano XXX, n. 316, jan. 2005. p. 8.

<sup>287</sup> TJMG. Agravo Interno CV: AGT 10000054170279006 MG. Disponível em: <<https://tjmg.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/361680669/agravo-interno-cv-agt-10000054170279006-mg/inteiro-teor-361680671?ref=juris-tabs>>. Acesso em: 03 jan. 2018.



de Araporã, já que 40% da renda do município vinham (sic) do distrito de Araporã. Isso causou um transtorno que até hoje está sendo alvo de adaptação [...] porque houve um refluxo muito grande na sua receita e que ainda não permitiu adequar-se à nova realidade. Até hoje o funcionalismo público de Tupaciguara é mal remunerado em virtude disso<sup>288</sup>.

Sem entrar no mérito de a metáfora utilizada ser ou não a mais apropriada, o fato é que as perdas para Tupaciguara seriam realmente significativas. Primeiro que com a edificação da barragem, dos 34.953,77 hectares de área desapropriada em Minas Gerais, 24.219,67 ocorreriam no território do município. Depois, com a emancipação de seu maior distrito, também ficaria sem os recursos que até então contribuía para a amenização de todas as suas perdas. Nesse sentido, vale então considerar que assim como a emancipação araporense não pode ser vista como simples dádiva de Furnas, não pode prosperar sua utilização como mais um símbolo do progresso e desenvolvimento que a estatal teria proporcionado à região. A riqueza conferida a Araporã parece em tudo o avesso do que ocorreria em outras comunidades, muitas delas acometidas por isolamento geográfico e prejudicadas em seu desenvolvimento econômico e social, conforme denuncia o Ministério Público Federal por meio da Ação Civil Pública com a qual se iniciou a discussão do presente capítulo.

---

<sup>288</sup> Depoimento de Francisco Meneses Borges. BORGES, Brasilaves. **Nascer do Sol**: Araporã, um século de história. Itumbiara: Alfa Gráfica Editora. 2014. p. 172-173.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em dezembro de 2001, mais exatamente nos dias 13 e 14, a cidade de Tupaciguara-MG foi sede do I Fórum Interestadual de Preservação-Desenvolvimento Sustentável do “Grande Lago”, cujo objetivo era a discussão dos problemas ambientais provocados pela formação do lago da UHE Itumbiara. Com a participação de representantes das Assembleias Legislativas de Minas Gerais e Goiás, dos poderes públicos dos municípios atingidos pela hidrelétrica e da sociedade civil, o encontro teve como resultado a elaboração de um documento intitulado “Carta de Tupaciguara”. Além de considerações mais genéricas relativas ao desenrolar do evento, é possível encontrar no interior desse documento um protocolo de intenções com diversos objetivos, dos quais, alguns, seguem abaixo elencados:

Com o apoio das Assembleias Legislativas dos Estados de Minas Gerais e Goiás, estabelecer parcerias com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, no sentido de instrumentalizar e apoiar o Órgão Gestor Regional do Grande Lago, a ser criado, de forma que o mesmo possa assegurar junto à **concessionária de energia elétrica do Grande Lago**, o apoio compensatório pelo impacto ambiental causado, visando: a – construção junto à barragem, de escada para que as espécies nativas de peixes da Bacia do Paranaíba, possam no período de reprodução, subir às nascentes; b – apoiar financeira e tecnicamente o Órgão Gestor Regional do Grande Lago, a ser criado, na construção e manutenção da Estação de Pesquisa de Limnologia; c – recuperação e manutenção das matas ciliares com espécies nativas e frutíferas, no entorno do Grande Lago; [...] e – criação e manutenção de um programa institucional, visando a reabilitação (sic) e realocação dos pescadores profissionais da região do Grande Lago, apoiando financeira e tecnicamente esses profissionais em programas de criação e manejo sustentável.<sup>289</sup>

As reivindicações presentes no excerto supracitado, assim como a própria organização de um evento para a discussão de problemas ambientais advindos da construção de uma barragem, duas décadas após sua inauguração, representam fortes indícios daquele que certamente constitui o elemento menos abordado no interior da presente tese: o prejuízo ambiental provocado pelo maior empreendimento hidrelétrico já realizado por Furnas: a UHE

---

<sup>289</sup> Protocolo de Intenções da Carta de Tupaciguara. Citado em: Manejo Integrado do Grande Lago (Lago Reservatório de Itumbiara) e sua Área de Influência: estudo de pré-viabilidade para as prefeituras de Tupaciguara, Uberlândia e Araguari. Produzido pela Amazon Consult LTDA. Brasília, março de 2002. Documento consultado no arquivo de Furnas Centrais Elétricas S.A., localizado na cidade do Rio de Janeiro, no dia 19 de janeiro de 2016.

Itumbiara. Se o abordo logo no início desse espaço reservado às considerações finais, não é por intentar, mesmo que tardiamente, remediar algo que talvez seja encarado como falha dentro da maneira pela a qual busquei conduzir a investigação. Na realidade, os problemas a que o documento anterior faz alusão – “impactos sobre a fauna e a flora [...] em decorrência do desaparecimento de matas ciliares [...]; alterações nos estoques pesqueiros e fenômenos ecológicos, como a piracema, podendo levar à redução de espécies”<sup>290</sup> – são bastante comuns nesses processos que levam à formação de grandes reservatórios<sup>291</sup>. Obviamente que não julgo ser a questão irrelevante; longe disso, mas a existência de um espectro considerável de pesquisas sobre o tema contribuiu para que, desde o início, meus esforços se concentrassem em outras frentes.

A pretensão ao iniciar minhas derradeiras considerações lançando mão deste expediente é a de fortalecer o movimento que tentei explicitar ao longo de todo o trabalho. No trecho supracitado, assim como em grande parte do documento do qual foi pinçado, é possível perceber por parte dos representantes das cidades atingidas a cobrança para que Furnas dê “o apoio compensatório pelo impacto ambiental causado”. Isso contraria fortemente a imagem de empresa comprometida com os impactos ambientais de suas ações, como se procurou demonstrar por meio da documentação arrolada no primeiro capítulo. Ao que tudo indica, o que fora utilizado como justificativa para a implantação do empreendimento, décadas depois, ainda não se realizou. O turismo, tão enaltecido enquanto uma das principais atividades a serem agregadas com a formação do lago parece não ter chegado com a mesma potência com a qual fora anunciado. Nessa questão, o avanço da degradação ambiental constitui barreira importante, assim como a não realização da infraestrutura para a navegabilidade do rio, conforme se sinalizou que seria: “[...] foi previsto no projeto de Itumbiara, a construção de eclusas ou de plano inclinado para atender a uma futura utilização do rio como via navegável”<sup>292</sup>. Ora, se nem

---

<sup>290</sup> Além dessas interferências no ecossistema aquático, Fernandes aponta em sua tese de doutoramento, interferência nos aspectos físicos das regiões de influência dos reservatórios – “alterações sobre o microclima regional e os sistemas aquáticos naturais, com o aumento da superfície de evaporação e a diminuição da concentração da vegetação (...); redução na velocidade de escoamento da água e retenção de sedimentos no reservatório; variabilidade dos níveis de água em função da barragem” – e também nos ecossistemas terrestres – “alterações em áreas de significativo interesse ecológico; impactos sobre a flora e a fauna terrestre, com possibilidades de perda de biodiversidade e de desaparecimento de fauna terrestre em razão da extinção de matas ciliares”. Ver: FERNANDES, Cláudio Tadeu Cardoso. **Impactos Socioambientais de Grandes Barragens e Desenvolvimento: a percepção dos atores locais sobre a Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa**. 2010. 412 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2010. p. 113-114.

<sup>291</sup> Com um volume de acumulação de mais de 17 bilhões de metros cúbicos, o lago da UHE Itumbiara ocupa o décimo lugar entre os maiores reservatórios brasileiros. Ibidem. p. 112.

<sup>292</sup> MELLO, J. A. B; BRITO, L. E. R. S; COHEN, J. H. A. O. V. **Usina Hidrelétrica de Itumbiara - estudo, formação e enchimento do reservatório: efeitos no meio ambiente**. Rio de Janeiro. Furnas, 1980. p. 22.

uma escada destinada à piracema fora construída – uma das primeiras reivindicações derivadas do evento em questão...

Trata-se, portanto, de mais uma expectativa frustrada diante do progresso e do desenvolvimento tão efusivamente alardeado quando da chegada de Furnas à região. E não são poucas as frustrações que foram se acumulando desde a construção da UHE Itumbiara, conforme evidenciado no itinerário que busquei desenvolver. O empreendimento que iria possibilitar que a região saísse de uma situação de pobreza e atraso é o mesmo que, tempos depois, viria a ser denunciado por causar o isolamento, e, conseqüentemente, o rebaixamento socioeconômico de municípios. Seria acusado de provocar enchentes violentas, ao manter, sempre que possível, o nível de represamento em seu volume máximo, visando somente o lucro; seria acusado de inviabilizar modos de vida, principalmente de pequenos agricultores, por meio de desapropriações compulsórias e/ou negociadas, tendo sempre como instrumento de pressão, tácito ou não, uma inundação que certamente viria.

Tais constatações seriam indicativos do fracasso da UHE Itumbiara como vetor de progresso para a região e para o país? Nas indicações trazidas no primeiro capítulo procurei deixar claro o papel central ocupado pela UHE Itumbiara no abastecimento das regiões Sudeste, Centro-Oeste e a Brasília. Essa situação serviria bem a uma modernização da produção agrícola que visava aumentar a exportação de itens como a soja, por exemplo, numa tentativa de se obter divisas diante da dívida crescente provocada pela crise do “milagre brasileiro”. Desse ponto de vista, a construção da hidrelétrica, certamente, alcançara seu objetivo, contribuindo para o grassar das relações capitalistas de produção em regiões como o Centro-Oeste, sem deixar de abastecer a principal consumidora de energia do país: a grande indústria do Sudeste.

Não posso deixar de registrar o papel do desenvolvimentismo no sucesso alcançado pela situação descrita no parágrafo anterior. Com base nessa ideologia, recursos estatais vieram a ser largamente empregados em empreendimentos hidrelétricos de grande envergadura, sendo legitimados como necessários ao avanço da industrialização. O setor, para a ideologia desenvolvimentista, seria o único capaz de trazer prosperidade para toda a sociedade. Décadas depois, pode-se dizer que a industrialização avançou, mas o Brasil continua sendo um dos países mais desiguais do mundo.

Para o conjunto da sociedade, que bancou os investimentos infraestruturais, inclusive as principais hidrelétricas do país, essa constatação torna-se ainda mais grave diante do avanço cada vez mais intenso da privatização do setor elétrico nacional<sup>293</sup>. Quanto aos grupos

---

<sup>293</sup> BRASIL. Tramita atualmente na Câmara Federal o Projeto de Lei 9463/18, enviado pelo Poder Executivo, permitindo a privatização da Eletrobrás. Ver: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?>

diretamente atingidos pela UHE Itumbiara, de onde partem as denúncias sintetizadas linhas acima, a estes, infelizmente, não se tem dado muita atenção. Espero que a presente tese possa vir a amplificar suas vozes.

## ENTREVISTAS

CAMARGO, Marcelo. **Marcelo Camargo**: entrevista [out. 2013]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara, 2013. Gravação em mp3. Entrevista concedida para a pesquisa.

CARMO, Maria do. **Maria do Carmo**: entrevista [jun. 2017]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara, 2017. Gravação em mp3. Entrevista concedida para a pesquisa.

CARNEIRO, João. **João Carneiro**: entrevista [set. 2014]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara, 2013. Gravação em mp3. Entrevista concedida para a pesquisa de doutorado.

GARCIA, Sílvio. **Sílvio Garcia**: entrevista [set. 2014]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara, 2013. Gravação em mp3. Entrevista concedida para a pesquisa de doutorado.

GONÇALVES, Argemiro. **Argemiro Gonçalves**: entrevista [jan. 2018]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara, 2017. Gravação em mp3. Entrevista concedida para a pesquisa.

GONÇALVES, Elizabete. **Elizabete Gonçalves**: entrevista [jan. 2017]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara, 2017. Gravação em mp3. Entrevista concedida para a pesquisa.

MARTINS, Divino: entrevista [jun. 2014]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara, 2013. Gravação em mp3. Entrevista concedida para a pesquisa.

MIRANDA, Helio. **Hélio Miranda**: entrevista [jun. 2015]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara, 2013. Gravação em mp3. Entrevista concedida para a pesquisa de doutorado.

OLIVEIRA, Artur. **Artur Oliveira**: entrevista [jan. 2018]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara, 2017. Gravação em mp3. Entrevista concedida para a pesquisa.

OLIVEIRA, Marcos. **Marcos Oliveira**: entrevista [jan. 2017]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara, 2017. Gravação em mp3. Entrevista concedida para a pesquisa

PEREIRA, Genivaldo. **Genivaldo Pereira**: entrevista [out. 2013]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara, 2013. Gravação em mp3. Entrevista concedida para a pesquisa.

SILVA, Leonara da. Leonara da Silva: entrevista [jul. 2013]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara, 2013. Gravação em mp3. Entrevista concedida para a pesquisa.

SIQUEIRA, Ernesto. **Ernesto Siqueira**: entrevista [abr. 2017]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara, 2013. Gravação em mp3. Entrevista concedida para a pesquisa.

## PERIÓDICOS

Jornal da Cidade, Itumbiara, ano IV, n. 119, 30 de novembro de 1977.

Jornal de Itumbiara, Itumbiara, ano V, n. 161, 17 de janeiro de 1979.

Jornal de Itumbiara, Itumbiara, ano V, n. 162, 24 de janeiro de 1979. p. 3.

Jornal de Itumbiara, Itumbiara, ano V, n. 163, 31 de janeiro de 1979.

Jornal de Itumbiara, Itumbiara, ano V, n. 169, 29 de março de 1979.

Jornal de Itumbiara, Itumbiara, ano VI, n. 209 18 de julho de 1980.

Jornal de Itumbiara, Itumbiara, ano VI, n. 215, 25 de setembro de 1980.

Jornal de Itumbiara, Itumbiara, ano VI, n. 216, 12 de outubro de 1980.

Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 1970. Ano LXXIX. n. 273. p. 04. Disponível em:

<[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015\\_09&pasta=ano197&pesq=Itumbiara](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_09&pasta=ano197&pesq=Itumbiara)>. Acesso em: 09 ago. 2015.

O Independente: Tupaciguara acima de tudo, Tupaciguara, ano I, n. 8, 29 de junho de 1978.

O Independente: Tupaciguara acima de tudo, Tupaciguara, ano I, n. 12, 31 de agosto de 1978.

Revista FURNAS. Itumbiara, ano XXX, n. 316, jan. 2005.

Revista FURNAS, Ano XXXIII, n. 336. Rio de Janeiro: Furnas, jan. 2005.

Revista FURNAS, Ano XXXIII, n. 337. Rio de Janeiro: Furnas, fev. 2007.



Revista FURNAS, Ano XXXVI, n. 374, abr. 2010.

Tribuna de Minas, Uberlândia, ano VII, n. 939, 08 de abril de 1973.

Tribuna de Minas, Uberlândia, ano VII, n. 952, 10 de maio de 1973.

Tribuna de Minas, Uberlândia, ano VIII, n. 976, 2ª feira, 10 de julho de 1973.

Tribuna de Minas, Uberlândia, ano IX, n. 1328, 09 dez. 1975.

Tribuna de Minas, ano VIII, n. 1131, 1º de agosto de 1974.

## SITES CONSULTADOS

ARAPORÃ. **Atividades econômicas**. Disponível em: <<https://www.arapora.mg.gov.br/municipio/atividades-economicas>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **História**. Disponível em: <<https://www.arapora.mg.gov.br/site/historia>>. Acesso em: 20 jul. 2013.

BRASIL. **Decreto nº 66.272, de 26 de Fevereiro de 1970**, publicado no diário oficial da União em 27 de fevereiro de 1970. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=488911&id=14315143&idBinario=15705236&mime=application/rtf>>. Acesso em: 09 nov. 2016

\_\_\_\_\_. **Tramita atualmente na Câmara Federal o Projeto de Lei 9463/18, enviado pelo Poder Executivo, permitindo a privatização da Eletrobrás**. Ver: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2167572>>. Acesso em: 09 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) – 1972-1974**. Dezembro de 1971. p. 14. Disponível em: <<http://bibspi.planejamento.gov.br/handle/iditem/322>>. Acesso em: 01 mai. 2016.

\_\_\_\_\_. **II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)**. p. 65. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/anexo/ANL6151-74.PDF](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/anexo/ANL6151-74.PDF)>. Acesso em: 30 abr. 2016

\_\_\_\_\_. **RESOLUÇÃO n. 2.986, DE 06 DE MAIO DE 1999**. Disponível em: <[http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/assuntos\\_municipais/legislacao/1999/res2986\\_0599.htm](http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/assuntos_municipais/legislacao/1999/res2986_0599.htm)>. Acesso em 05 jun. 2018.

DEEPASK. **Evolução do Valor Bruto Agregado por Setor Econômico no PIB *per capita***. 2016. Disponível em: <<http://www.deepask.com/goes?page=Confira-a-evolucao-do-PIB---Produto-Interno-Bruto---no-seu-municipio>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

IBGE. **PIB dos municípios 2015**: Capitais perdem participação no PIB do país. Disponível em: <<http://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de->>

noticias/releases/18785-pib-dos-municipios-2015-capitais-perdem-participacao-no-pib-do-pais.html>. Acesso em: 04 mar. 2018.

IBGE. **Densidade Demográfica**. 2018. Disponível em: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=10&op=0&vcodigo=POP117&t=densidade-demografica>. Acesso em: 20 nov. 2010.

ITUMBIARA. DIÁRIO DE ITUMBIARA. **Os motores da economia em Itumbiara**. Domingo, 13 de janeiro de 2013. Disponível em: <<https://nilsonfreirenews.blogspot.com/2013/01/os-motores-da-economia-em-itumbiara.html>>. Acesso em 06 nov. 2017.

JURISP. MINEIRA, Belo Horizonte, a. 58, n. 181, p. 37-47, abr./jun. 2007. Disponível em: <<https://bd.tjmg.jus.br/jspui/bitstream/tjmg/3994/1/0181-TJ-OE-004.pdf>>. Acesso em: 06 nov. 2017.

LEVI SIQUEIRA, Levi. **Resumo dos requerimentos apresentados e aprovados na sessão do dia 31/03/2015** Disponível em: <<https://www.araguari.mg.leg.br/requerimentos/2015/marco/resumo-dos-requerimentos-apresentados-e-aprovados-na-sessao-do-dia-31-03-2015>>. Acesso em 21 out. 2017.

MPF. **Ação em Uberlândia pede a construção de duas pontes na divisa de Minas e Goiás**. 2013. Disponível em: <[http://www.prmg.mpf.mp.br/uberlandia/noticias/@@noticia\\_prm\\_view?noticia=/internet/impressa/noticias/meio-ambiente/acao-em-uberlandia-pede-a-construcao-de-duas-pontes-na-divisa-de-minas-e-goias](http://www.prmg.mpf.mp.br/uberlandia/noticias/@@noticia_prm_view?noticia=/internet/impressa/noticias/meio-ambiente/acao-em-uberlandia-pede-a-construcao-de-duas-pontes-na-divisa-de-minas-e-goias)>. Acesso em 16 jun. 2015.

SPENCER, Behula. Itumbiara: construção foi um marco da engenharia nacional. **Revista FURNAS**, Itumbiara, ano XXXVI, n. 374. abr. 2010. Disponível em: <[http://www.furnas.com.br/arqtrab/ddppg/revistaonline/linhadireta/RF374\\_itumb.pdf](http://www.furnas.com.br/arqtrab/ddppg/revistaonline/linhadireta/RF374_itumb.pdf)>. Acesso em: 27 jul. 2013.

SPENCER, Behula. Itumbiara: construção foi um marco da engenharia nacional. **Revista FURNAS**, Itumbiara, ano XXXVI, n. 374. abr. 2010. Disponível em: <[http://www.furnas.com.br/arqtrab/ddppg/revistaonline/linhadireta/RF374\\_itumb.pdf](http://www.furnas.com.br/arqtrab/ddppg/revistaonline/linhadireta/RF374_itumb.pdf)>. Acesso em: 27 jul. 2013.

STF. **Disputa em torno do ICMS gerado por usina hidrelétrica é objeto de reclamação no STF**. 2011. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=171070>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

STF. **RECURSO EXTRAORDINÁRIO**: RE 559131 MG. 2009. Disponível em: <<https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/4317236/recurso-extraordinario-re-559131>>. Acesso em: 06 jun. 2018.

TJMG. Agravo Interno CV: AGT 10000054170279006 MG. Disponível em: <<https://tj-mg.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/361680669/agravo-interno-cv-agt-10000054170279006-mg/inteiro-teor-361680671?ref=juris-tabs>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (Brasil). **A compensação financeira e o seu município**. Brasília: ANEEL, 2007.

ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica**: teoria e método. Bauru: EDUSC, 2006.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Ideologia e Desenvolvimento no Brasil, 1930-1964. In: PÁDUA, José Augusto (Org.). **Desenvolvimento, justiça e meio ambiente**. São Paulo: Editora Peirópolis; Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2012. Livro eletrônico, não paginado (posição 251 no Kindle).

\_\_\_\_\_. **Pensamento econômico brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

\_\_\_\_\_. **Pensamento econômico brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo (1930-1964). 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 3. ed. Brasília DF: Editora Universidade de Brasília: Linha Gráfica Editora, 1991. Volume 2. p. 1009-1010.

BORGES, Barsanufu Gomides. **Estado e economia no Brasil Central**: o poder dos grandes produtores rurais. Goiânia: Ed. da UCG, 2009.

\_\_\_\_\_. **Goiás nos quadros da economia nacional**: 1930-1960. Goiânia: Ed. da UFG, 2000.

BORGES, Brasilaves. **Nascer do Sol**: Araporã, um século de história. Itumbiara: Alfa Gráfica Editora, 2014.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. **Panorama do setor de energia elétrica no Brasil**/Panorama of electric power sector in Brazil. Coordenação Paulo Brandi de Barros Cachapuz. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2006.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **A Ditadura dos Empreiteiros**: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985. 2012. 584 f. Tese (Doutorado História), UFF, Niterói, 2012.

CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco. Memórias e Imagens: (re)pensando os significados do Memorial JK. In: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHPURY, Yara Aun (Orgs.). **Outras Histórias**: memórias e linguagens. São Paulo: Ed. Olho D'Água, 2006, p. 177-193.

CARNEIRO, Dionísio Dias. Crise e Esperança: 1974-1980. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org). **A Ordem do Progresso**: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

CASTILHO, Dênis. Modernização territorial e redes técnicas em Goiás. 2014. 221 f. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pesquisa e Pós- Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, 2014.

CASTRO, Maria Honório de. **Araporã** - terra da esperança. Uberlândia: (sem editora), 1996.

CORRÊA, Maria Leticia. **O Setor de Energia Elétrica e a Constituição do Estado no Brasil**: o Conselho Nacional de Águas e Energia, 1939-1954. 2003. 326 f. Tese (Doutorado em História). UFF, Niterói, 2003.

DI STEFANO, José Geraldo. **Modelo Tecnológico Tradicional em Porto dos Barreiros e a Hidrelétrica de Itumbiara (GO)**. 176 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável. Brasília-DF, 2004. Anexo C.

DUARTE, Daniele Almeida. **(Des)encontro trabalho-família**: narrativas de familiares de trabalhadores migrantes do setor de produção de energia elétrica. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 163. Online.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang (Ed.). **Dicionário do Desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 59-83.

ESTEVES JÚNIOR, Jovaine. **A formação do Lago Paranaíba e suas influências no município de Tupaciguara**. 55 f. Monografia (Graduação em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

FERNANDES, Cláudio Tadeu Cardoso. **Impactos Socioambientais de Grandes Barragens e Desenvolvimento: a percepção dos atores locais sobre a Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa**. 2010. 412 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

FERNANDES, Orlanda Rodrigues. **Uberlândia Impressa: a década de 1960 nas páginas de jornal**. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

FONTANA, Josep. **A História dos Homens**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

FRANÇA, Georgeana Barbosa de. **Barragens e Barrageiros: um estudo sobre os processos de construção de identidades coletivas em uma área de empreendimentos hidrelétricos**. 2007. 180 f. Dissertação (mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2007.

FREITAS, Sheille Soares De. **Por Falar em Culturas...: Histórias que marcam a cidade**. 2009. 290 f. Tese (Doutorado em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2009.

FROELICH, Gilval Mosca. **Ilha Solteira: uma história de riqueza e poder (1952-1992)**. São Paulo: Educ, 2001.

FURNAS. **Itumbiara: Usina Hidrelétrica Itumbiara**. Furnas. Rio de Janeiro, 1983. Não paginado.

\_\_\_\_\_. **Memória: trinta anos de energia e desenvolvimento (1957-1987)**. Rio de Janeiro: Editora Furnas, 1987.

GINZBURG, Carlo. **Medo, reverência, terror: quatro ensaios de iconografia política**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 13-32.

GONÇALES, Claudecir. **As políticas públicas, a modernização dos cerrados e o complexo soja no Sul Goiano: 1970-2005**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

GONÇALVES NETO, Wenceslau Gonçalves. **Agricultura e Política Agrícola na Década de 70**: a cafeicultura em Araguari, MG. 143 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Campinas, Campinas, 1983.

\_\_\_\_\_. **Estado e Agricultura no Brasil**: política agrícola e modernização econômica brasileira. 1991. 368 f. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

GUERRA, Maria Eliza Alves. **Vilas operadoras de Furnas nas bacias dos rios Grande e Paranaíba**: da concepção à atualidade. 2008. 534 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Uberlândia, 2008.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes. **Formação e desenvolvimento econômico do Triângulo Mineiro**: integração nacional e consolidação regional. Uberlândia: EDUFU, 2010.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos**: o breve século XX (1914-1991). 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 30ª. reimpressão de 2005.

ITUMBIARA. DIÁRIO DE ITUMBIARA. **Os motores da economia em Itumbiara**. Domingo, 13 de janeiro de 2013. Disponível em: <<https://nilsonfreirenews.blogspot.com/2013/01/os-motores-da-economia-em-itumbiara.html>>. Acesso em 06 nov. 2017.

JURISP. MINEIRA, Belo Horizonte, a. 58, n. 181, p. 37-47, abr./jun. 2007. Disponível em: <<https://bd.tjmg.jus.br/jspui/bitstream/tjmg/3994/1/0181-TJ-OE-004.pdf>>. Acesso em: 06 nov. 2017.

KHOURY, Yara Aun et al. Narrativas orais na investigação da história social. **Projeto História**, São Paulo, n. 22, p. 79-104, Junho/2001.

\_\_\_\_\_. O historiador, as fontes orais e a escrita da história. In: MACIEL, Laura A.; ALMEIDA, Paulo R. de; KHOURY, Yara A. **Outras Histórias**: memórias e linguagens. São Paulo: Olho d'Água, 2006.

LAGO, L. A. C.. A Retomada do Crescimento e as Distorções do “Milagre”: 1967-1973. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org). **A Ordem do Progresso**: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990. pp. 233-294.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.



MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880/1920. In: FENELON, Déa R. et. al (Orgs.). **Muitas Memórias**, Outras Histórias. São Paulo: Olho d'Água, 2005, p. 14-40.

MANARIN, Odirlei. **Peões da Barragem**: memórias e relações de trabalho dos operários da construção da hidrelétrica de Itaipu – 1975 a 1991. 2008. 147 f. Dissertação (Mestrado em História). – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus Marechal Cândido Rondon, 2008.

MARINHO, Yanglely Adriano. “**É uma História dos Pobres...**”: trajetórias de trabalhadores negros na cidade de Itumbiara - GO (1980-2010). 2011. 134 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2011.

MASSEI, Roberto. **A Construção da Usina Hidrelétrica Barra Bonita e a Relação Homem-Natureza**: vozes dissonantes, interesses contraditórios (1940-1970). 2007. 309 f. Tese (Doutorado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo-SP, 2007.

MELLO, J. A. B; BRITO, L. E.R.S; COHEN, J. H. A. O. V. **Usina Hidrelétrica de Itumbiara** - estudo, formação e enchimento do reservatório: efeitos no meio ambiente. Rio de Janeiro: Furnas, 1980. Apresentação/Sem página indicada.

MATTOS, Marcelo Badaró (Org.). **História**: pensar & fazer. Rio de Janeiro: Laboratório de Dimensões da História, 1998.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e economia no Brasil**: opções de desenvolvimento. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

NOGUEIRA, Rodrigo Sant'ana. **Os Impactos da Construção da Usina Hidrelétrica de Itumbiara nos Municípios de Araporã/MG e Itumbiara/GO**. 107 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional). Universidade de Taubaté, Departamento de Economia, Contabilidade e Administração, Taubaté-SP, 2016.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista** - O ornitorrinco. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

PAULA, Dilma Andrade de; CORRÊA, Maria Letícia. A Central elétrica de Furnas e o desenvolvimento no Brasil (1952-1965). América Latina en la historia económica. Año 21, núm. 2, p. 145-167, mayo-agosto, 2014.

PAULA, Dilma Andrade de; NUNES, Leandro José. Projetos de Desenvolvimento no Médio Vale São Francisco e o Caso da Criação da Hidrelétrica de Três Marias: perspectiva de investigação histórica. **Revista Caminhos da História**, Montes Claros, v. 18, n. 2, p. 161-185, 2013.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 59-72, dez./1996. Disponível em: <[http://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_dossie/artg2-3.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg2-3.pdf)>. Acesso em: 08 out. 2010.

\_\_\_\_\_. O que faz a história oral diferente. In: **Projeto História**, São Paulo, n. 14, fev., 1997, p. 25-39.

\_\_\_\_\_. História oral como gênero. **Projeto História**, São Paulo, n. 22, p. 9- 36, Junho/2001.

\_\_\_\_\_. Sonhos Ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 41-58, dez. 1993.

\_\_\_\_\_. Tentando aprender um pouquinho. *Projeto História*. São Paulo, n.10, dez. 1993, p. 41-58.

QUEIROZ, Gilberto José de Faria. **Modernização Agrícola e Transformações Socioespaciais em Goiás**: Desigualdades e concentração no desenvolvimento regional no período 1930 a 2007. 2010. 276 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.

RIBEIRO, Gisélia Maria Campos. **A Construção da Hidrelétrica Candonga e a Desconstrução de Modos de Vida: Memórias e histórias de trabalhadores em Nova Soberbo/MG**. 2013. 272 f. Tese (Doutorado em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2013. p. 181.

SACHS, Wolfgang. Introdução. In SACHS, Wolfgang (Editor). **Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SADER, Eder. **Quando Novos Personagens Entraram em Cena**: experiências e lutas dos trabalhadores na Grande São Paulo – 1970-1980. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos**: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. 2ª ed. rev. Belo Horizonte: Autêntica, 2ª reimpressão de 2016, p. 11-31.

THOMPSON, E. P. Intervalo: A Lógica Histórica. In: \_\_\_\_\_. **A Miséria da Teoria**: ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 47-62.

\_\_\_\_\_. O termo ausente: experiência. In: \_\_\_\_\_. **A Miséria da Teoria**: ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 180-201. p. 182.

\_\_\_\_\_. **Tradición, revuelta y conciencia de classe**. Barcelona: Crítica, 1979.

\_\_\_\_\_. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001.

\_\_\_\_\_. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. **A Formação da Classe Operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3 v.

STF. RECURSO EXTRAORDINÁRIO: RE 559131 MG. 2009. Disponível em: <<https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/4317236/recurso-extraordinario-re-559131>>. Acesso em: 06 jun. 2018.

THOMSON, Alistair et al. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína.(Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 5 ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1996, p. 65- 91.

\_\_\_\_\_. Reconpondo a Memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. **Projeto História**, São Paulo, n. 15, abr., p. 51-84, 1997.

TJMG. Agravo Interno CV: AGT 10000054170279006 MG. Disponível em: <<https://tj-mg.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/361680669/agravo-interno-cv-agt-10000054170279006-mg/inteiro-teor-361680671?ref=juris-tabs>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

TOURTIER-BONAZZI, C. Arquivos: propostas metodológicas. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína.(Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 5 ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1996, p. 233- 245.

TUPACIGUARA. Ata de reunião da Câmara Municipal de Tupaciguara, 21 de maio de 1979. In: O Independente, Tupaciguara, 16 ago. 1979.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

\_\_\_\_\_. **O Campo e a Cidade na História e na Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras. 1989.